

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO
5.3) MEIO SOCIOECONÔMICO
5.3.1) Caracterização da Dinâmica Demográfica
5.3.1.1) Área de Influência Indireta - All

A dinâmica demográfica de uma região pode ser traçada utilizando-se os índices referentes à população absoluta ou por meio de diferentes variáveis populacionais. Neste sentido, o Quadro 5.3.1.1-1 apresenta de forma sintética as principais variáveis utilizadas para o diagnóstico do perfil demográfico da All, a qual corresponde ao município de São Paulo - SP.

Os dados foram extraídos do Sistema de Informações dos Municípios Paulistas – IMP, que compõe a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. As informações a respeito da População Urbana e Rural, bem como Taxa de Urbanização, referem-se ao ano de 2000, já que esses dados – provenientes do Censo Demográfico (IBGE) – não foram divulgados para os anos subsequentes. Os demais dados correspondem à realidade do presente ano, 2009.

A All é composta pelo município de São Paulo, o qual está inserido na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, formada por 39 municípios, onde se encontra 50% da população do Estado de São Paulo. Segundo a EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, de cada 10 brasileiros 1 (um) mora na RMSP. Portanto, pode-se dizer que a All encontra-se na região metropolitana mais populosa e povoada do país.

De acordo com o *Relatório Perspectivas Mundiais de Urbanização - Revisão de 2007*, de autoria da Organização das Nações Unidas – ONU, a RMSP é considerada atualmente a 4ª região metropolitana mais populosa do mundo, com cerca de 20 milhões de habitantes, ficando atrás apenas das regiões metropolitanas de Tóquio (35,7 milhões de habitantes), Nova York, Cidade do México e Mumbai. O mesmo relatório conclui que a população da RMSP continuará a crescer nos próximos anos e chegará ao próximo ano, 2010, como a terceira maior do mundo.

Quadro 5.3.1.1-1
Principais Indicadores Demográficos da All, RMSP e Estado de São Paulo

Localidade	Território km ²	População Residente			Densidade demográfica hab/km ²	Taxa de Urbanização* (%)	T.G.C.A. 2000 – 2009 (em % a.a.)
		Total	Urbano*	Rural*			
All São Paulo	1.522,99	10.998.813	9.805.787	620.597	7.221,86	94,05	0,6
RMSP	7.943,82	19.917.608	17.094.161	758.476	2.507,31	95,75	1,2
Est de São Paulo	248.209,43	41.633.802	34.538.004	2.436.374	167,74	93,41	1,3

* Dados referentes ao ano de 2000

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

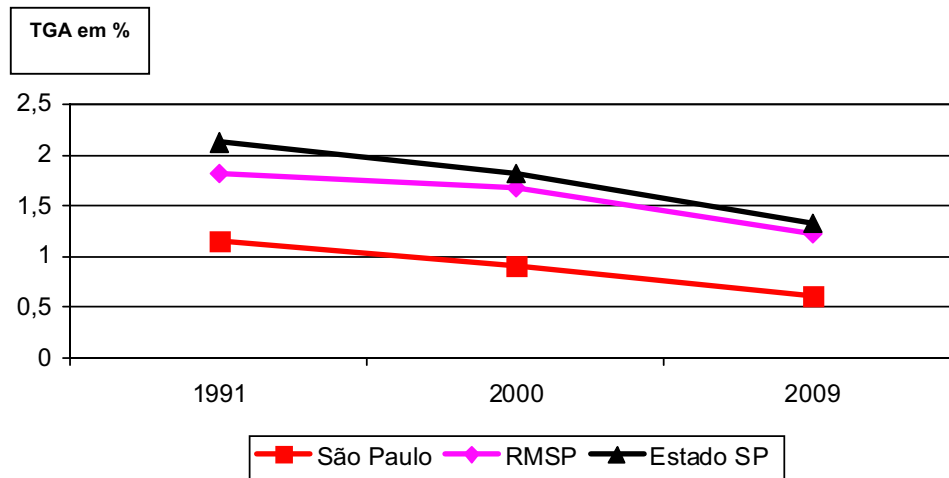
Fonte: SEADE (2009). Dados referentes ao ano de 2009

O município de São Paulo é classificado como o 5º mais populoso do mundo, com um total de 10.998.813 habitantes em 2009. A TGCA – Taxa Geométrica de Crescimento Anual (0,6% a.a) é a metade da RMSP e menos da metade do Estado de São Paulo. Contudo, esses valores não indicam estagnação da população, tampouco decréscimo da população, mas pode ser considerado um indicador de desconcentração demográfica. Vale ressaltar que, os movimentos pendulares em direção ao município de São Paulo estão na ordem de mais de 500 mil pessoas.

A TGCA do Município, da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo no período entre 1980 a 1991 foi, respectivamente, de 1,15%, 1,86% e 2,12%, e no período seguinte de 1991 a

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

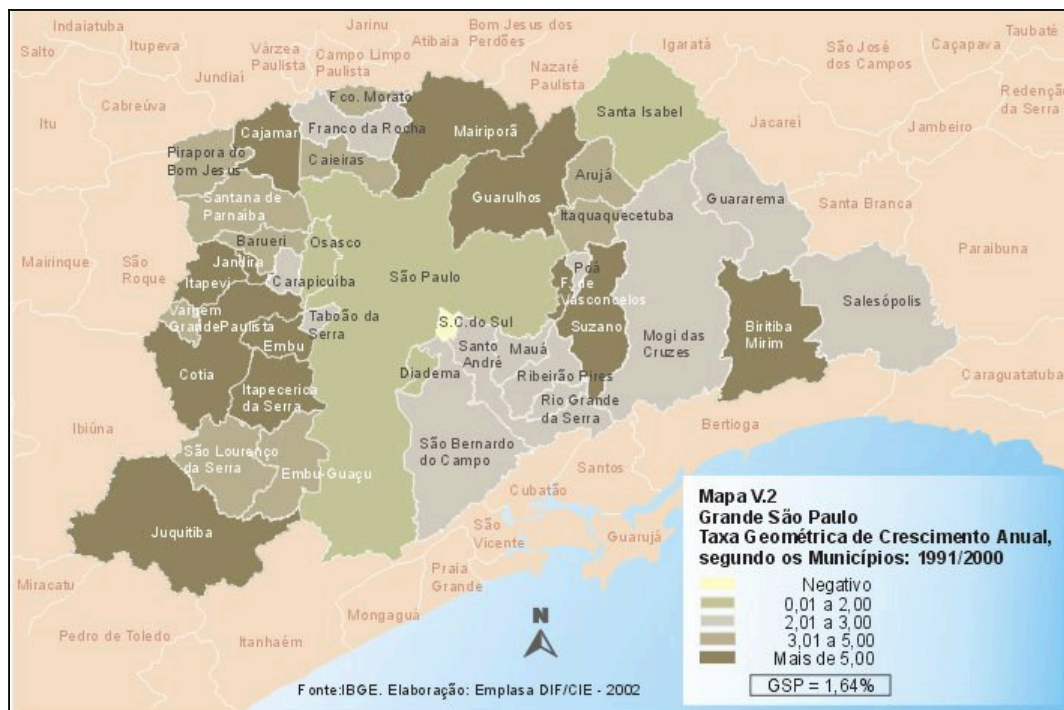
2000 foi de 0,91%, 1,68% e 1,82%. Estes dados demonstram o ritmo decrescente desta taxa nas últimas décadas, tanto no Município como na Região Metropolitana e no Estado de São Paulo. Observando o Gráfico 5.3.1.1-1, verifica-se que o índice de queda da TGCA foi mais abrupto entre 2000 e 2009. No município de São Paulo, este decaimento foi constante, com valores menores que da RMSP e do Estado de São Paulo.



Fonte: SEADE (2009)

Gráfico 5.3.1.1-1 - Comportamento da TGCA (em %) no Município, Região Metropolitana e Estado de São Paulo

A Figura 5.3.1.1-1, a seguir ilustra a diferença entre a TGCA dos municípios da RMSP.



Fonte: EMLPLASA (2009)

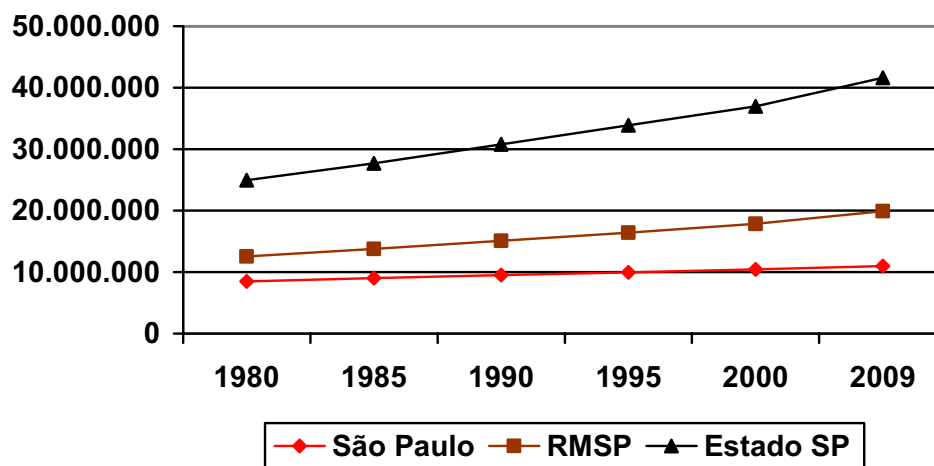
Figura 5.3.1.1-1 - TGCA dos municípios da RMSP entre 1991 e 2000

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

O Projeto de Interiorização do Desenvolvimento iniciado na década de 70, pelo governo do Estado de São Paulo, visando à desconcentração do parque industrial da RMSP, acarretou na transferência de parte das indústrias para o interior do Estado, e provocou o aumento do crescimento demográfico nestas localidades.

Como consequência, os imigrantes de outras localidades do Brasil partiram tanto para a RMSP como para as outras cidades de médio porte do interior paulista como Campinas, Araraquara, Ribeirão Preto, entre outras (CAIADO, 2004). No Gráfico 5.3.1.1-2, é possível consultar a evolução do número de habitantes no Município, na Região Metropolitana e no Estado de São Paulo, no período de 1980 a 2009.

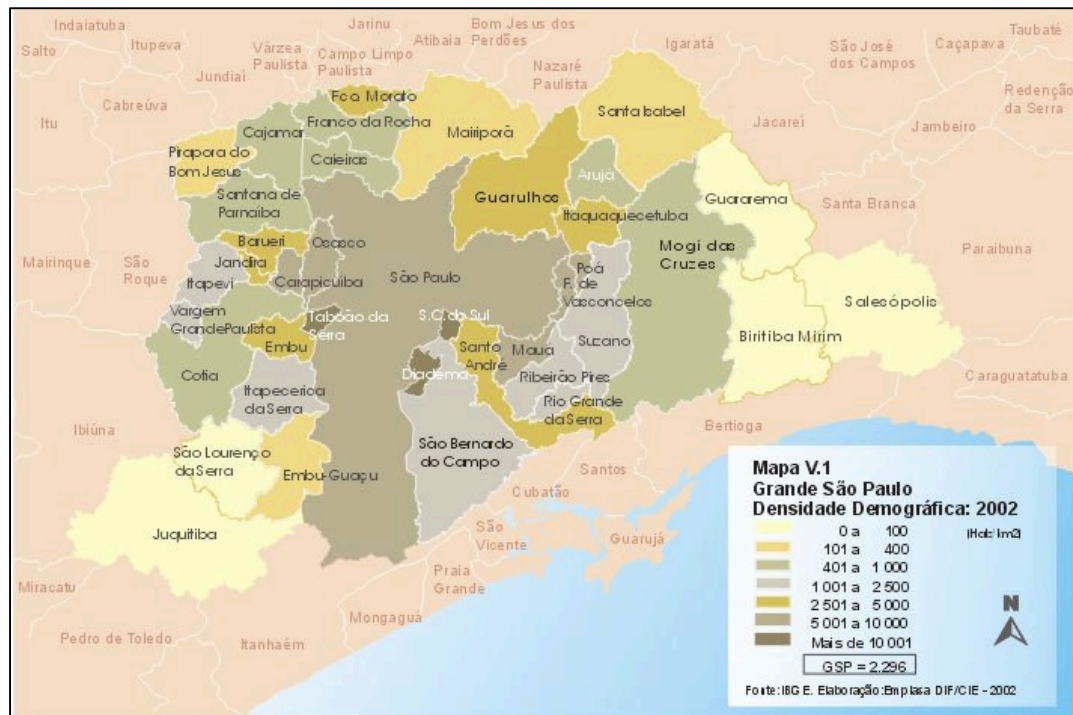
Entre 1980 e 2009 verifica-se maior crescimento no Estado de São Paulo seguido pela Região Metropolitana e pelo município de São Paulo. Porém cabe destacar que, no município de São Paulo houve crescimento demográfico, o qual pode ser visualizado por meio da TGCA, apresentada anteriormente (Gráfico 5.3.1.1-1).



Fonte: SEADE (2009)

Gráfico 5.3.1.1-2 - Evolução do número de habitantes no Município, Região Metropolitana e no Estado de São Paulo de 1980 a 2009

A densidade demográfica da All no ano de 2002 está apresentada na Figura 5.3.1.1-2, na qual é possível comparar os valores dos diversos municípios da RMSP.



Fonte: EMPLASA (2009)

Figura 5.3.1.1-2 - Densidade demográfica nos municípios da RMSP no ano de 2002

No município de São Paulo a densidade demográfica chegou a 7.221,86 hab/km² em 2009 (ver Quadro 5.3.1.1-1). Desta forma, o município de São Paulo está em destaque entre os que compõem a RMSP, ficando atrás apenas de Taboão da Serra, Diadema e São Caetano do Sul.

As projeções demográficas para o Município, a Região Metropolitana e o Estado de São Paulo, estão apresentados no Quadro 5.3.1.1-2, adiante, corroborando com a situação demográfica atual dos territórios em tela. Esses dados foram extraídos do Sistema SEADE de Projeções Populacionais, sendo projetados a partir da metodologia amplamente aceita.

Esta metodologia consiste em utilizar a pesquisa realizada “*mensalmente, nos Cartórios de Registro Civil de todos os municípios do Estado de São Paulo, coletando informações detalhadas sobre o registro legal dos eventos vitais – nascimentos, casamentos e óbitos*”. Estas informações, “*associadas às provenientes dos Censos Demográficos*”, possibilitam à Fundação SEADE aplicar a “*metodologia de projeção*”, que se trata do método dos componentes demográficos, que “*destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e da migração no crescimento populacional, permitindo a construção de hipóteses de projeções mais seguras e eficazes*”. O modelo de projeção adota “*uma hierarquia, que parte da projeção para o total do Estado e se desagrega em regiões administrativas e municípios*”. Na “*primeira etapa de execução deste modelo, são preparadas as projeções de população por sexo e grupos de idade, para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas*”; no segundo momento, são elaboradas as “*projeções municipais, cujos resultados posteriormente são compatibilizados, de modo que a soma de suas populações corresponda à projeção populacional de cada região administrativa, em cada período de projeção*” (SEADE, 2009).

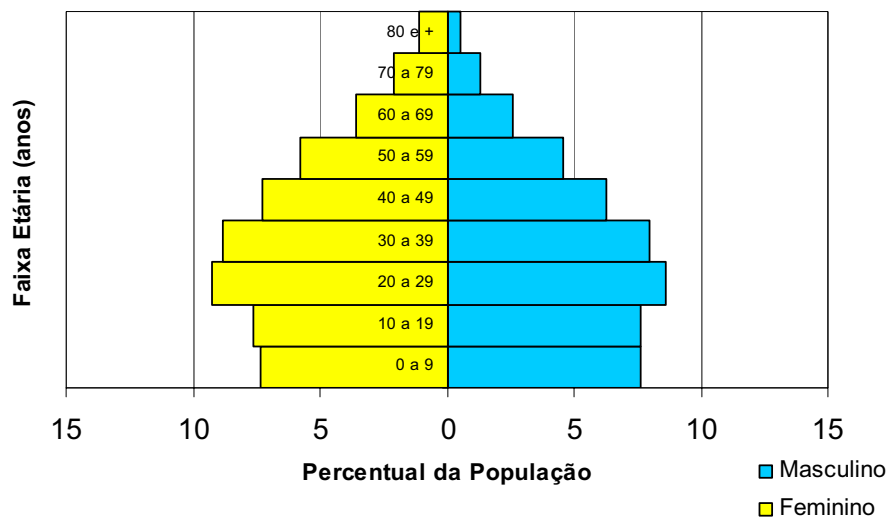
Quadro 5.3.1.1-2
Projeção da população para o ano de 2010

Territórios		Nº de Habitantes
All	São Paulo	11.057.629
RMSP		20.141.759
Estado de São Paulo		42.136.277

Fonte: SEADE (2009)

A pirâmide etária do município de São Paulo é apresentada no Gráfico 5.3.1.1-3. Verifica-se que a base (0 a 19 anos) está menor que o meio (entre 20 a 29 anos). Esta situação é consequência da diminuição da fecundidade, oriunda de diversos aspectos, como por exemplo, maior divulgação dos métodos anticoncepcionais, homens e mulheres estão dedicando tempo maior as suas carreiras e casando mais tarde, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e ao maior nível de informação sobre os custos de vida quando há um número elevado de filhos.

A constatação da maioria da população com 20 a 29 anos no município de São Paulo, ou seja, uma população mais jovem, no contexto de um projeto urbano pode ser um indicativo da necessidade de mais equipamentos esportivos e áreas de lazer.



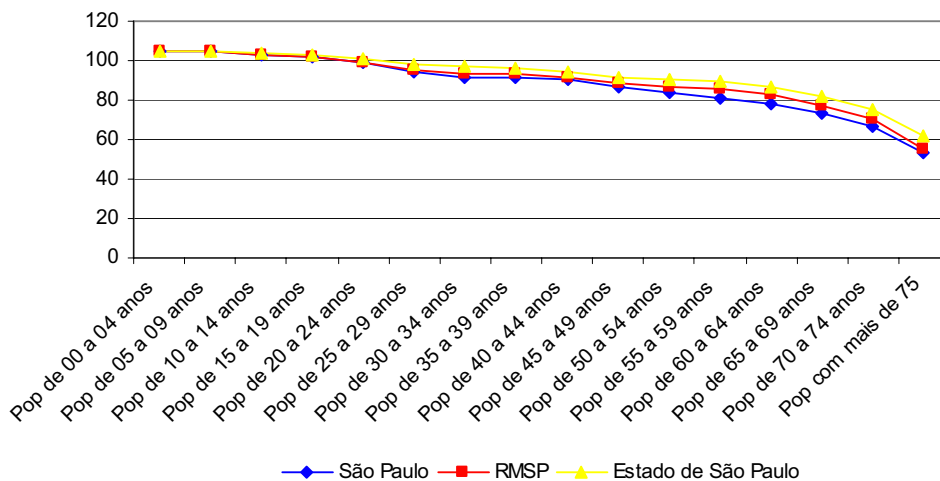
Fonte: Dados extraídos da Fundação SEADE (2009)

Gráfico 5.3.1.1-3 - Pirâmide Etária do município de São Paulo no ano de 2008

A Razão de Sexo é o número de homens para cada 100 mulheres na população residente em determinada área, no ano considerado. Quando a Razão é 100, significa que há o mesmo número de homens e mulheres. Em ambas as Unidades da Federação analisadas, até na faixa etária dos 19 anos, a razão entre mulheres e homens mostra que há mais homens que mulheres; dos 20 aos 29 anos, a razão entre os sexos é semelhante e, a partir daí, o número de mulheres supera o de homens de maneira constantemente crescente (ver Gráfico 5.3.1.1-4).

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Conforme o SEADE, em 2009 a Razão de Sexo no município de São Paulo ficou em 91,32, na Região Metropolitana em 93,35 e no Estado de São Paulo em 95,65.



Fonte: SEADE (2009)

Gráfico 5.3.1.1-4 - Razão de Sexo nos municípios da All por faixa etária em 2009

A esperança de vida ao nascer é o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente em determinado espaço geográfico, para o ano considerado. Dessa forma, esse indicador pode ser utilizado para analisar o nível socioeconômico de um município, pois está relacionado à estrutura de saúde e ao saneamento básico.

Foram coletados dados para o Município, a Região Metropolitana e o Estado de São Paulo. A esperança de vida em 1991 corresponde a mortalidade observada no período 1990/1991/1992 e a população em 1 de julho de 1991, e a esperança de vida de 2000 corresponde a mortalidade observada no período 1999/2000/2001 e a população em 1 de julho de 2000.

Para todas as Unidades da Federação analisadas a esperança de vida ao nascer variou em torno de 68 anos em 1991 para 70 anos em 2000 (ver Quadro 5.3.1.1-3).

Quadro 5.3.1.1-3
Esperança de vida ao nascer em 1991 e 2000

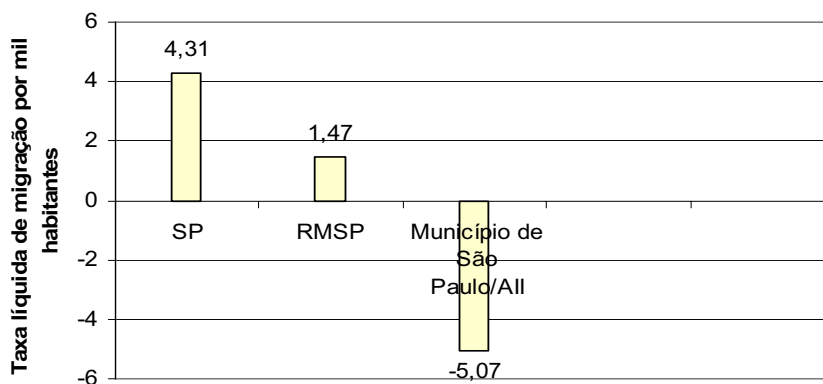
Localidade		Esperança de vida ao nascer (em anos)	
		1991	2000
All	São Paulo	68,63	70,84
	RMSP	68,03	70,29
Estado de São Paulo		68,85	70,98

Fonte: SEADE 2009

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

O saldo migratório anual é a diferença entre o número de pessoas que entrou e o número de pessoas que saiu do município durante o período intercensitário. No município de São Paulo, este valor em 1991 foi de -68.724 e em 2000 foi de -50.824, ou seja, mais pessoas saíram do que entraram no município.

Portanto, no município de São Paulo, o saldo migratório anual aumentou em 26%, no período entre 1991 e 2000. A taxa líquida de migração por mil habitantes corrobora esses índices apresentados e mostra que houve maior índice migratório no Estado e na Região Metropolitana do que na AII, que em comparação com estas Unidades da Federação apresentou baixa taxa líquida de migração. A taxa líquida de migração por mil habitantes foi, em 2000, -5,07 para AII, 1,47 para Região Metropolitana de São Paulo e 4,31 para o Estado de São Paulo. (ver Gráfico 5.3.1.1-5).



Fonte: SEADE (2009)

Gráfico 5.3.1.1-5 - Taxa líquida de migração por mil habitantes no Estado de São Paulo, na RMSP e na AII em 2000

A fonte de dados a respeito do movimento pendular consiste nos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000, que são de responsabilidade do IBGE. Esta fonte de dados define como movimento pendular o “*trajeto dos indivíduos acima de 15 anos de idade que trabalham ou estudam em um município diferente daquele em que residem*” (ARANHA, 2005:96).

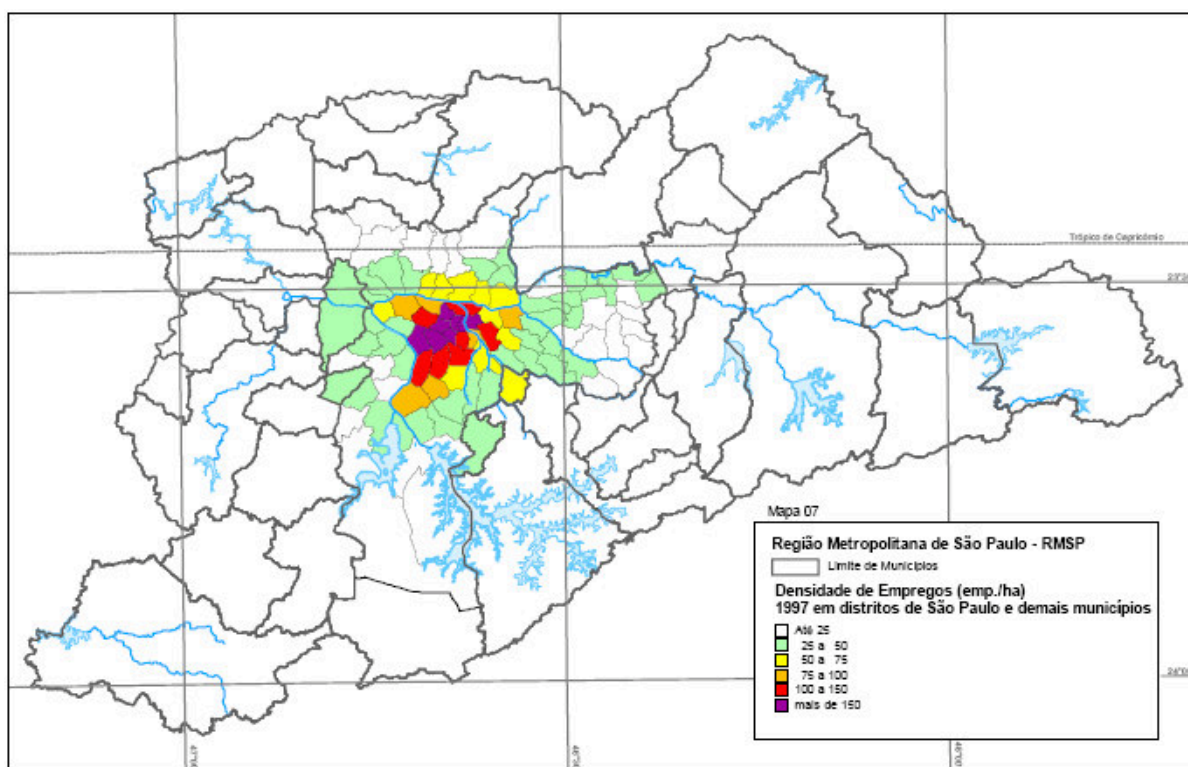
Conforme ÂNTICO (2005:110-115), a RMSP no ano de 2000 foi responsável por 54,8% de todo movimento pendular brasileiro. Sendo que o município de São Paulo recebeu 57% de todo movimento pendular da RMSP. Desta forma, “*o município de São Paulo registra o maior acréscimo populacional devido aos deslocamentos pendulares: da ordem de 508 mil. Caracterizando-se como o principal receptor da pendularidade metropolitana*” (ARANHA, 2005:99).

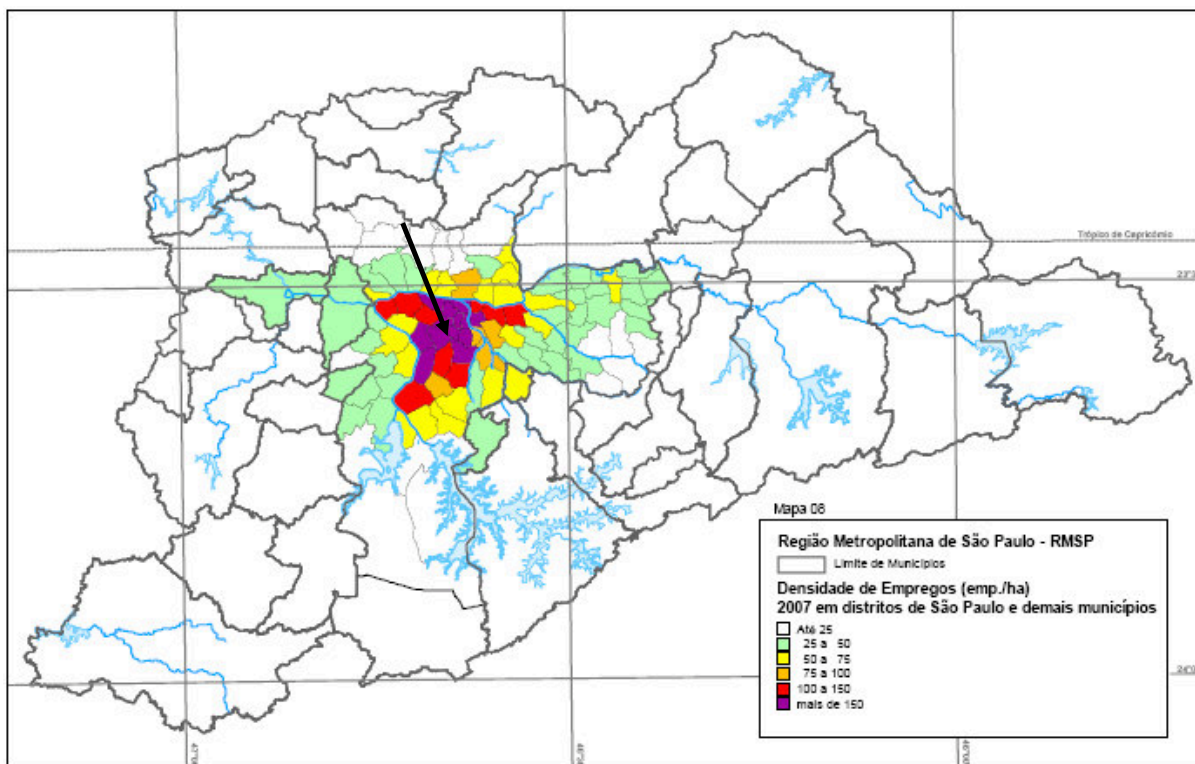
CUNHA (1993) relaciona os deslocamentos pendulares com os movimentos migratórios intrametropolitanos e demonstra como o município de São Paulo constitui simultaneamente o principal território de origem dos movimentos migratórios rumo aos demais municípios da RMSP, e a principal área de destino dos deslocamentos pendulares ocorridos no interior da RMSP. Sendo assim, o município de São Paulo tem duplo papel na mobilidade populacional metropolitana. Se por um lado o município “expulsa” – pelo processo migratório – uma parcela da população em direção aos municípios do entorno metropolitano contribuindo para a intensificação do processo de periferização e de crescimento da metrópole, por outro, São Paulo

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

permanece como o principal local de destino dos seus ex-residentes que aí continuam se deslocando para trabalhar, estudar ou buscar serviços de lazer, cultura, saúde e etc.

A justificativa deste movimento migratório para a periferia da RMSP está calcada em duas realidades. Uma relacionada a ocupação de baixa renda nas áreas periféricas da RMSP, que é resultado da redução do emprego industrial, diversificação das atividades terciárias e aquisição imobiliária compatível com a renda. A outra, relaciona-se a ocupação de alto padrão que busca áreas verdes e pouco ocupadas, vislumbrando baixos índices de criminalidade, ruído e trânsito de veículos. Com isso, tanto a população de baixa renda como de alto poder aquisitivo, que residem na periferia da RMSP, continuam trabalhando nos pólos de serviços, que em sua maior parte localizam-se no município de São Paulo (ver Figura 5.3.1.1-3). Vale lembrar que 84,1% dos deslocamentos pendulares são motivados pelo trabalho (ARANHA, 2005:106).





Fonte: Pesquisa Origem e Destino – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP) (2007:73-74)

Figura 5.3.1.1-3 - Densidade de postos de trabalho na RMSp em 1997 e 2007

A área central do município de São Paulo aparece na Figura 5.3.1.1-3 como a que apresenta maior densidade de empregos. É justamente nessa área que se localizam os 10 distritos do entorno do empreendimento, sendo destacado com uma flecha o distrito da Barra Funda que sofrerá as intervenções diretas do empreendimento. Em 1997, os distritos, da Lapa e da Barra Funda possuíam 75 a 100 empregos por hectares, e em 2007 aumentaram respectivamente para 100 a 150, e mais de 150. Perdizes manteve-se na mesma situação no período entre 1997 e 2007, com 100 a 150 empregos por hectares. Destacam-se também em 2007 os distritos da Consolação, Santa Cecília e Bom Retiro com 150 empregos por hectares.

Segundo os dados disponibilizados no T.R. – Termo de Referência elaborado para a execução do presente Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, estudos do Plano Integrado de Transportes Urbanos - PITU 2025, indicam que a relação ideal de número de postos de trabalho por habitantes é da ordem de 0,4. “No ano 2000, segundo informações constantes do material elaborado por DEINFO-SEMPA sobre RAIS, a relação no distrito da Barra Funda é da ordem de 3,3 (3,3 postos de trabalho por habitante) revelando que há espaço para a substituição de parte das construções não residenciais por construções residenciais, de modo a aumentar a densidade populacional sem comprometer as atividades geradoras de emprego e renda, promovendo equilíbrio de usos.” (Termo de Referência, 2009).

Considerando a relação ideal de número de postos de trabalho por habitantes de 0,4 indicada pelo PITU – 2025, a relação citada de 3,3 postos de trabalho em 2000 é alta. No estudo “Elaboração de Modelagens Estatísticas e Método de Abordagem dos Aspectos Relacionados à Avaliação de Desempenho, Quantificação e Qualificação dos Sistemas de Circulação, Acessibilidade e Mobilidade, Na Área de Abrangência e Influência da Operação Urbana Água Branca” elaborado pela Alvim Engenharia Planejamento Urbano e Transporte essa relação de

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

empregos por habitantes é calculada utilizando como fonte os dados da Pesquisa OD – 2007 e da TPCL – 2006. Os valores para o ano de 2007 indicam uma relação ainda mais alta, de 8,1 empregos por habitantes no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

Com isso, pode-se justificar a necessidade da reestruturação urbana por meio da Operação Urbana Consorciada Água Branca, que incentivará a produção residencial no distrito da Barra Funda. Sendo o município de São Paulo a principal área de destino dos deslocamentos pendulares ocorridos no interior da RMSP evidencia-se também a necessidade de melhoria de sua estrutura viária, que é também um dos objetivos da Operação Urbana: “*implantar um conjunto de melhoramentos viários visando ligações de longo percurso.*” (Termo de Referência, 2009).

Dando maior enfoque e direcionamento ao diagnóstico da dinâmica demográfica da AII, segue no Quadro 5.3.1.1-4 informações sobre os 10 distritos onde estão localizadas as zonas de pesquisa (OD – RMSP -2007) que foram utilizadas para delimitar a AID – Área de Influência Direta.

Quadro 5.3.1.1-4

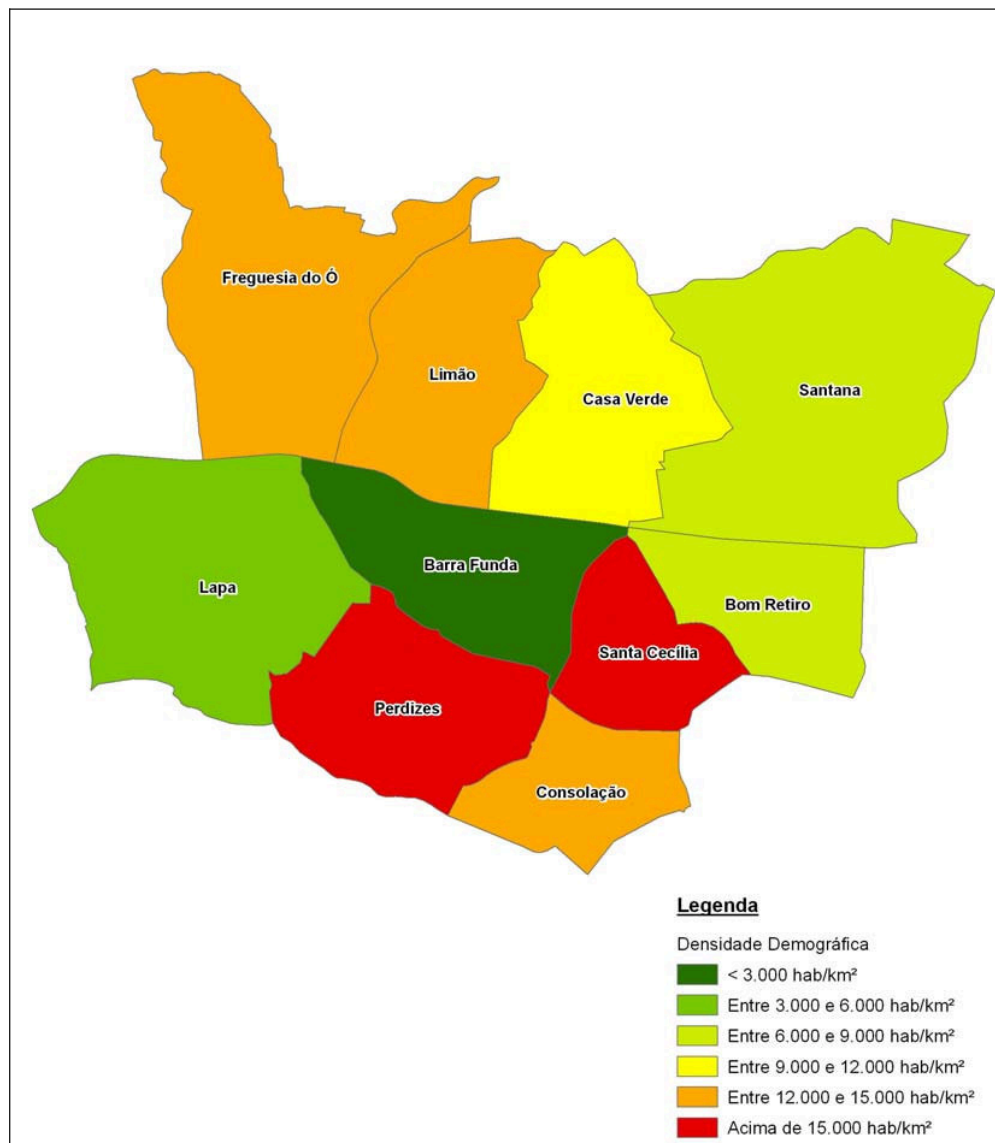
Principais indicadores demográficos dos distritos onde estão localizadas as Zonas de Pesquisa O.D., com dados de 2009.

Distritos	Área (em km ²)	População	Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	T.G.C.A - 2000/2009 (em % a.a.)
Barra Funda	5,89	12.989	2.205,26	0,00
Bom Retiro	4,18	28.371	6.787,32	0,69
Casa Verde	7,13	76.390	10.713,88	-1,02
Consolação	3,78	45.805	12.117,72	-1,94
Freguesia do Ó	11,09	138.831	12.518,58	-0,48
Lapa	10,28	59.112	5.750,19	-0,22
Limão	6,39	80.697	12.628,64	-0,2
Perdizes	6,31	98.229	15.567,19	-0,47
Santa Cecília	3,79	64.285	16.961,74	-1,15
Santana	13,14	113.311	8.623,36	-1,07

Fonte: SEADE, 2009

Destacam-se no Quadro 5.3.1.1-4 dois distritos, a Barra Funda que está inteiramente na ADA do empreendimento e a Lapa que está na AID. O distrito da Barra Funda com a menor população e densidade demográfica dentre todos, possui 12.989 habitantes, número cerca de 11 vezes menor do que o encontrado no distrito da Freguesia do Ó, o qual apresenta a maior população. O distrito da Lapa aparece com a 4^a menor população e a 2^a menor densidade demográfica.

Na Figura 5.3.1.1-4, observa-se os 10 distritos destacados classificados pela densidade demográfica.



Fonte: SEADE, 2009

Figura 5.3.1.1-4 - Densidade Demográfica nos 10 distritos onde estão inseridas as zonas de pesquisa da AID

Destaca-se na Figura 5.3.1.1-4 o distrito da Barra Funda com a menor densidade demográfica, menos que 3.000 hab/km². Ao contrário, os distritos de Perdizes e Santa Cecília obtiveram as maiores densidades demográficas, ambos com mais de 15.000 hab/km².

5.3.1.2) Área de Influência Direta – AID

⇒ Aspectos Metodológicos

A Área de Influência Direta – AID para o Meio Socioeconômico foi delimitada através das Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007), localizadas no entorno imediato ao perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Esta delimitação levou em consideração a dimensão

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

territorial deste empreendimento, com 540 ha, bem como a disponibilidade de dados atuais que abrangesse toda a área do seu entorno.

A Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP 2007) foi coordenada pela Companhia do Metropolitan de São Paulo – METRÔ. Essas atividades contaram com a colaboração de técnicos cedidos pela EMPLASA, CPTM, SPTrans e CET. O município de São Paulo foi regionalizado em 320 zonas de pesquisa, com a denominação Sub-região Centro da RMSP.

De acordo com o METRÔ (2008:07), *“uma característica importante da Pesquisa Origem e Destino é que ela permite a localização espacial da população, dos empregos, das matrículas escolares e das origens e destinos das viagens realizadas pela população nas suas atividades diárias, na Região Metropolitana de São Paulo. Na Pesquisa Origem e Destino 2007 essas variáveis, além de serem agregadas por zonas, foram também georreferenciadas”*

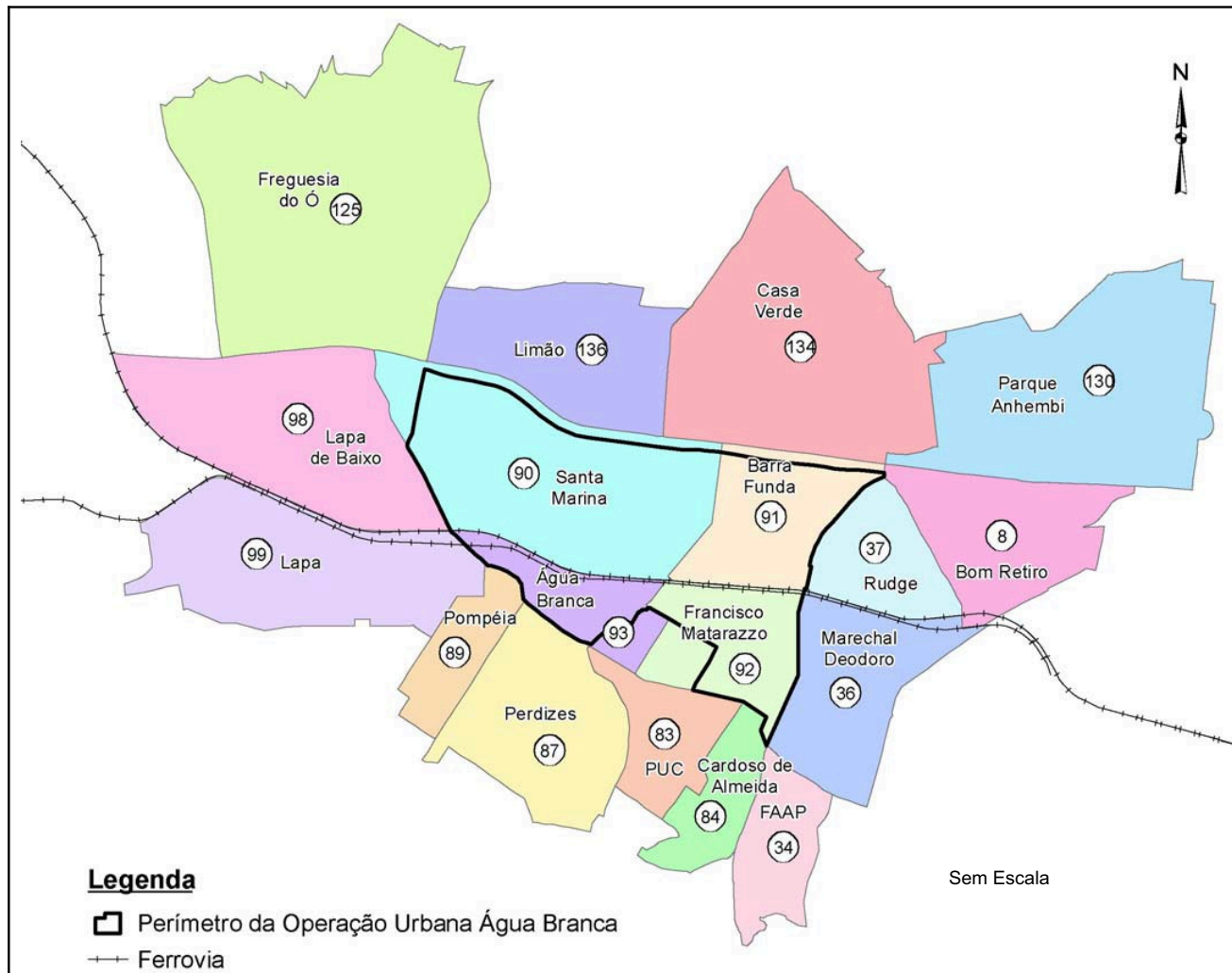
Em estudo sobre a estrutura intraurbana do município de São Paulo a partir da análise espacial, Ramos (2002:48), afirma que *“além dos dados relativos a mobilidade, a pesquisa OD do METRÔ de São Paulo, também levanta dados sobre as características socioeconômicas da população. A abrangência da pesquisa e a competência com que é realizada, torna a Pesquisa OD uma importante fonte de dados, já utilizada em vários estudos sobre a metrópole paulistana durante estas quatro décadas”*.

Pode-se dizer que a pesquisa OD do METRÔ é uma fonte direta de dados socioeconômicos, em nível censitário (domiciliar). Isto se deve ao fato de que nesta pesquisa são levantadas informações socioeconômicas como escolaridade, renda e faixas etárias da população residente por domicílios (RAMOS, 2002).

Portanto, a Pesquisa OD-RMSP 2007 possui credibilidade, periodicidade e confiabilidade de informação, bem como precisão espacial. Considerando que a referida pesquisa abrange toda RMSP, o universo de pesquisa da AID está totalmente contemplado, possibilitando a compreensão de aspectos socioeconômicos atuais, incluindo demografia, renda, emprego e escolaridade desta população, assim como diversas questões sobre mobilidade pendular (produção e atração de viagens, motivo de viagem, meio de transporte e etc.).

Em relação aos critérios para delimitação das Zonas de Pesquisa, a OD-RMSP 2007 levou em conta os seguintes pontos: comparabilidade com o zoneamento da OD-RMSP 1997, compatibilidade com os limites de municípios e de distritos no município de São Paulo, considerando também os limites de setores censitários de 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O METRÔ disponibiliza em formato digital (*MapInfo*), os limites georreferenciados dos polígonos das zonas de pesquisa. Cada zona de pesquisa (polígono) possui um código que é correlato a um banco de dados com diversas variáveis socioeconômicas e de deslocamento pendular. O *Mapa de Localização das Zonas de Pesquisa da AID (Mapa AB 01 5P 013 - 0)* e o Cartograma 5.3.1.2-1 apresentam os limites territoriais, a localização e os códigos de cada zona de pesquisa que foram consideradas para o diagnóstico da AID do meio socioeconômico.



Fonte: Elaborado com informações do METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

Cartograma 5.3.1.2-1 - Localização, denominação e código das zonas de pesquisa (OD-RMSP 2007) inseridas na AID

Na Tabela 5.3.1.2-1, estão listados os códigos das zonas de pesquisa OD-RMSP 2007 que compõem a AID e a respectiva área territorial de cada uma, bem como a área total da AID. Também estão apresentados os distritos da Capital à que pertence cada zona de pesquisa inserida na AID

Tabela 5.3.1.2-1
Dimensão territorial das zonas de pesquisa e total da AID

Código da Zona de Pesquisa	Denominação da Zona de Pesquisa	Nome do Distrito	Dimensão territorial (Hectares)	Valor relativo da área (%)
8	Bom Retiro	Bom Retiro	140,91	4,45
34	FAAP	Consolação	74,40	2,35
36	Marechal Deodoro	Santa Cecília	141,91	4,49
37	Rudge	Santa Cecília	84,69	2,68
83	PUC	Perdizes	73,23	2,32
84	Cardoso de Almeida	Perdizes	63,34	2,00
87	Perdizes	Perdizes	168,44	5,33
89	Pompéia	Perdizes	60,25	1,90
90	Santa Marina	Barra Funda	291,45	9,21
91	Barra Funda	Barra Funda	116,59	3,69
92	Francisco Matarazzo	Barra Funda	105,54	3,34
93	Água Branca	Barra Funda	72,60	2,30
98	Lapa de Baixo	Lapa	239,85	7,58
99	Lapa	Lapa	226,00	7,15
125	Freguesia do Ó	Freguesia do Ó	486,34	15,38
130	Parque Anhembi	Santana	316,54	10,01
134	Casa Verde	Casa Verde	330,14	10,44
136	Limão	Limão	170,80	5,40
Total da AID			3.163,02	100,00

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

De acordo os dados da Tabela 5.3.1.2-1, a AID é composta por 18 zonas de pesquisa, distribuídas entre 10 distritos da Capital, com destaque, pela dimensão territorial, para Santa Cecília, Freguesia do Ó, Santana, Perdizes, Barra Funda e Lapa. A área total da AID perfaz 3.163,02 ha.

A dinâmica demográfica da AID foi analisada utilizando os dados das variáveis de população absoluta, distribuição da população por gênero – homens e mulheres residentes na AID e estrutura etária. Com base nessas variáveis, foram produzidos os indicadores de Densidade Demográfica (hab./hectares), Média de Moradores por Domicílio (hab./domicílios), Razão de Sexo e Carga de Dependência.

Sempre que possível, as variáveis e indicadores estarão espacializadas em cartogramas, que são elaborados a partir da correlação do dado (variável e indicador) com o SIG – Sistema Geográfico de Informação. Os cartogramas têm como propósito, ampliar o conhecimento da AID a partir da distribuição geográfica das variáveis e indicadores, permitindo avaliar diversas temáticas sob a perspectiva espacial.

⇒ **Análise da população residente no conjunto das Zonas de Pesquisa da AID**

Conforme a Tabela 5.3.1.2-2, a população absoluta da AID é de 237.530 habitantes. Deste total, 22,41% pessoas encontram-se na zona 125 (Freguesia do Ó). No entanto, esta mesma zona apresenta ainda a maior dimensão territorial (486,34 ha). Vale destacar outras zonas, como a 87 (Perdizes), com 15,73% da população da AID, seguida das zonas 36 (Marechal Deodoro) e 134 (Casa Verde), com respectivamente, 13,36% e 12,15% do contingente demográfico da AID.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Na AID existiam em 2007, 80.006 famílias. A zona 125 (Freguesia do Ó), ainda se destaca, com um total de 15.953 famílias. Contudo, não há uma exata relação de proporcionalidade entre número de habitantes e número de famílias, já que a zona 87 (Perdizes) apresenta número maior (13.282 famílias) do que o esperado, caso seguisse esta relação de proporcionalidade. Na Tabela 5.3.1.2-2, a coluna Valor Relativo do Nº. de Famílias, retrata que ora existem zonas com proporção menor e ora apresentam-se com proporção maior de número de famílias em relação ao número de habitantes.

A zona 130 (Parque Anhembi), localizada na porção nordeste da AID, não apresenta nenhum dado para estas variáveis. De acordo com a OD-RMSP 2007, em zonas que correspondem a equipamentos urbanos ou de baixa densidade demográfica não foram realizadas pesquisas e, portanto nesses casos considerou o valor 0 (zero). Durante os trabalhos de campo foi identificada nesta zona, a existência de equipamentos urbanos, com destaque para o Aeroporto/Base Aérea Campo de Marte, o Hotel Holiday Inn e o Anhembi Parque. O Hotel Holiday Inn é considerado o maior hotel em número de quartos (780 quartos) da América Latina. O Anhembi Parque é classificado como o maior Centro de Eventos da América Latina, composto por 4 grandes estruturas em uma área de 400m², incluindo neste local, o Sambódromo, o Palácio das Convenções, o Auditório Elis Regina, a Arena Anhembi e o Pavilhão de Exposições.

Embora não exista uma população residente nesta zona de pesquisa, ela atrai diariamente 15.131 pessoas, conforme os dados da OD-RMSP 2007. Portanto, essa zona não pode ser considerada como um vazio demográfico permanente, mas deve-se ponderar o fluxo diário de pessoas e sua permanência neste espaço.

Tabela 5.3.1.2-2
Dados gerais da demografia da AID

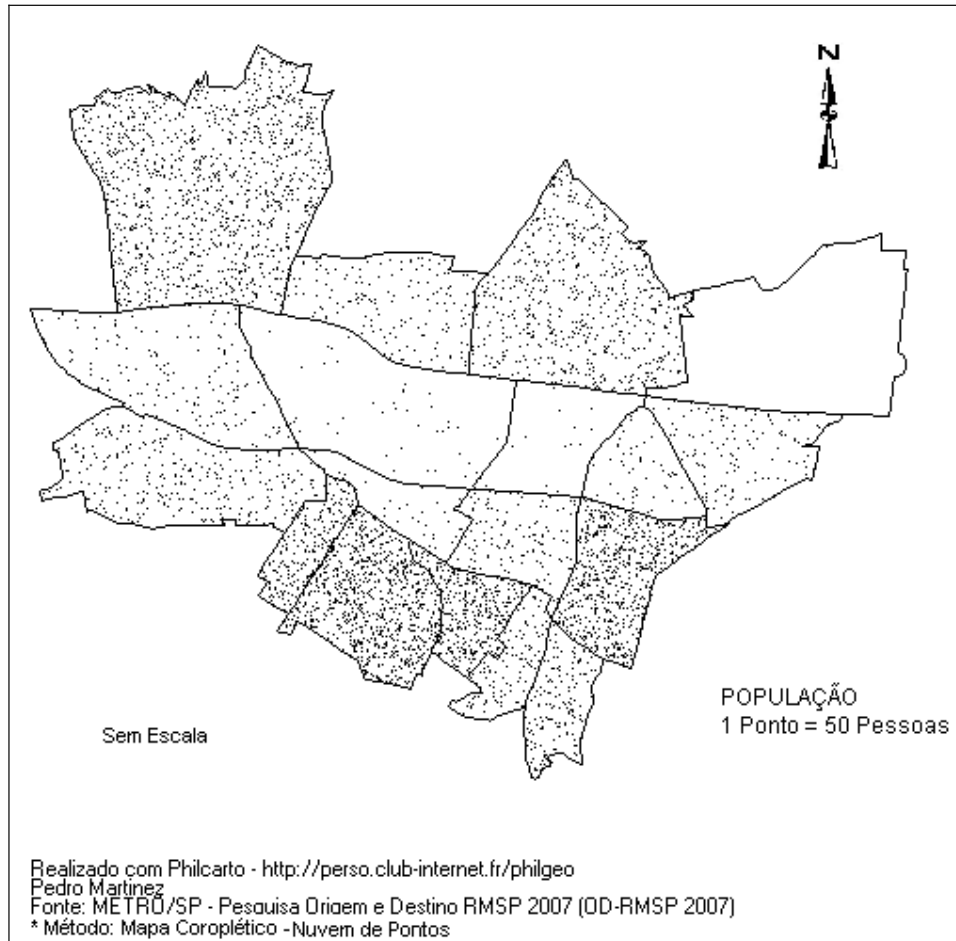
Zona	Denominação	População absoluta	População Relativa (%)	Número de Famílias	Valor Relativo do Nº. de Famílias
8	Bom Retiro	6.202	2,61	1.953	2,44
34	FAAP	7.073	2,98	2.451	3,06
36	Marechal Deodoro	31.736	13,36	12.138	15,17
37	Rudge	2.578	1,09	861	1,08
83	PUC	15.462	6,51	5.504	6,88
84	Cardoso de Almeida	5.044	2,12	1.668	2,08
87	Perdizes	37.368	15,73	13.282	16,60
89	Pompéia	9.293	3,91	3.585	4,48
90	Santa Marina	2.228	0,94	552	0,69
91	Barra Funda	676	0,28	222	0,28
92	Francisco Matarazzo	6.318	2,66	2.615	3,27
93	Água Branca	1.644	0,69	640	0,80
98	Lapa de Baixo	7.709	3,25	2.562	3,20
99	Lapa	14.318	6,03	5.057	6,32
125	Freguesia do Ó	53.220	22,41	15.953	19,94
130	Parque Anhembi	0	0,00	0	0,00
134	Casa Verde	28.863	12,15	8.840	11,05
136	Limão	7.798	3,28	2.123	2,65
Total da AID		237.530	100,00	80.006	100,00

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

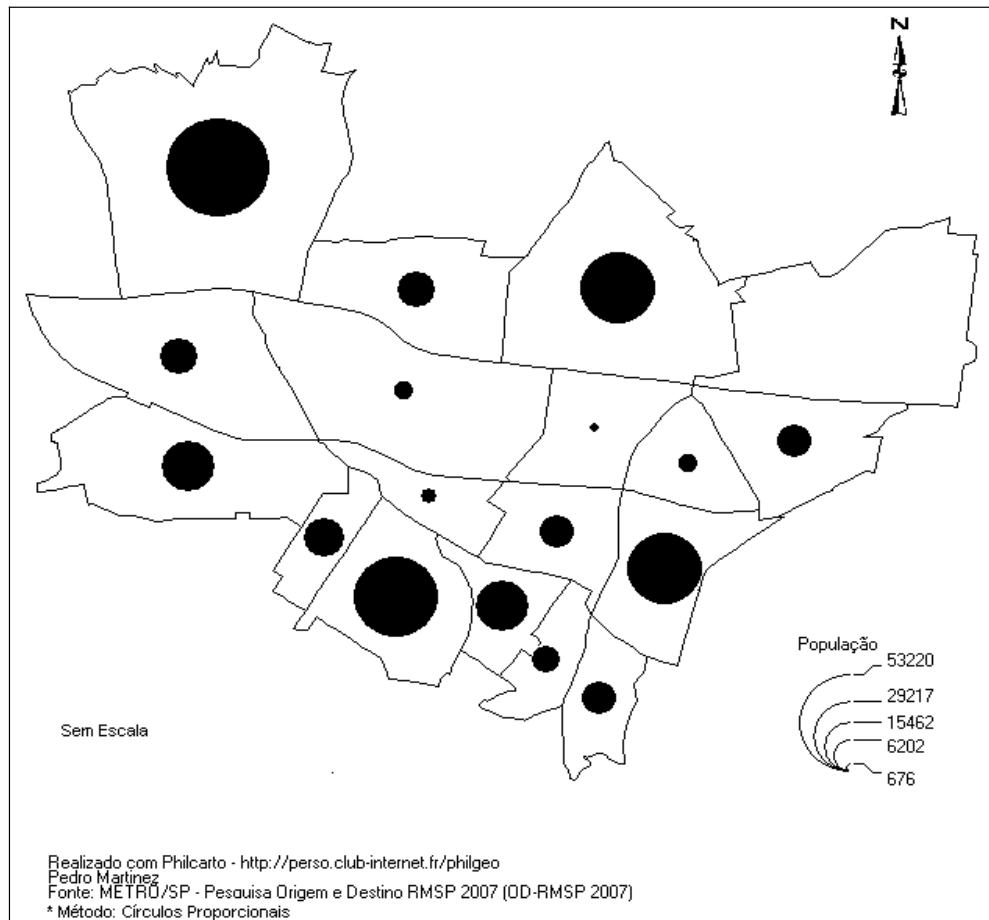
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Para melhor visualizar a distribuição da população na AID foi elaborado o Cartograma 5.3.1.2-2. Nele está representada, em forma de “Nuvem de Pontos”, a população da AID por zonas de pesquisa (OD-RMSP 2007). Cada ponto equivale a 50 pessoas, podendo-se fazer uma leitura da figura, a qual expõe claramente que as zonas 90 (Santa Marina), 91 (Barra Funda), 92 (Francisco Matarazzo) e 93 (Água Branca), inseridas no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, situadas na porção central da AID, são áreas de “ocupação rarefeita”, com baixa concentração populacional quando comparadas com a porção sul e noroeste da AID. Essas mesmas conclusões também podem ser observadas pelo Cartograma 5.3.1.2-3, que mostra a distribuição da população (valor absoluto) através da representação por círculos proporcionais.

Destacam-se, pela concentração populacional, as seis zonas localizadas ao sul da AID (89-Pompéia, 87-Perdizes, 83-PUC, 84-Cardoso de Almeida, 34-FAAP e 36-Marechal Deodoro) e duas na porção noroeste (zonas 125-Freguesia do Ô e 136-Limão).



Cartograma 5.3.1.2-2 - Distribuição da população da AID entre as Zonas de Pesquisa – Método de representação Nuvem de Pontos



Cartograma 5.3.1.2-3 - Distribuição da população da AID entre as Zonas de Pesquisa – Método de representação Círculos Proporcionais

O adensamento populacional deve ser analisado pelo indicador de densidade demográfica, que representa o número de habitantes por cada hectare. Na Tabela 5.3.1.2-3 e no *Mapa da Densidade Demográfica da AID (MAPA AB 01 5P 014-0)* é possível compreender a distribuição desse indicador por toda a AID.

Quando se observa este indicador na AID como um todo, verifica-se um baixo adensamento populacional, com 75,10 habitantes por hectare. Contudo, ao analisar as particularidades internas da área, verifica-se que há uma grande diferença entre as zonas de pesquisa, sobretudo quando se compara as zonas localizadas dentro do perímetro da Operação Urbana e as que estão localizadas fora desse limite.

As zonas 36 (Marechal Deodoro), 87 (Perdizes) e 83 (PUC) são as que apresentam o maior adensamento populacional da AID, com densidade demográfica superior a 200 hab/ha. Por outro lado, as zonas 90 (Santa Maria) e 91 (Barra Funda) – porção central da AID, inserida na Operação Urbana – possuem densidade demográfica abaixo de 8 hab/ha.

Observando o *Mapa da Densidade Demográfica da AID (MAPA AB 01 5P 014 - 0)*, fica claro onde se localizam os grandes conglomerados urbanos. Nota-se que nos locais onde há maior grau de verticalização, a densidade demográfica é mais acentuada, como acontece nos condomínios residenciais dos bairros de Perdizes e Santa Cecília localizados dentro das zonas de pesquisas, 87 - Perdizes, PUC - 83 e Marechal Deodoro - 36.

Alguns autores mencionam índices ideais de densidade demográfica, entre eles, Nucci (2001: 164) estudando metodologias para avaliação da qualidade e adensamento urbano, afirma que “*áreas com valores acima de 400hab/ha deve-se impedir um maior adensamento e que as áreas abaixo dos 400hab/ha poderiam ser adensadas se as outras variáveis do ambiente assim permitirem*”. Para este autor, essas outras variáveis são: cobertura vegetal, espaços livres públicos e lazer, áreas verdes, níveis de poluição e verticalização, entre outros.

De acordo com Campos Filho (1972), o adensamento ideal também varia segundo outros elementos da geografia urbana, como por exemplo, áreas de lazer públicas, praças arborizadas, capacidade de transporte público, níveis de ruído e poluição. Segundo este autor, pode-se desenvolver com qualidade ambiental urbana, áreas com adensamento entre 400 a 500hab/ha.

O padrão recomendado pela Associação Norte-Americana de Saúde Pública é de 312,5 hab/ha (TUAN, 1983).

Desta forma, nenhuma zona apresentou valores de densidade demográfica superiores aos recomendados na literatura técnica-científica. No entanto, todos os especialistas no assunto – qualidade ambiental urbana – reiteram a necessidade de compatibilizar outras variáveis para se chegar a uma boa qualidade ambiental em áreas urbanas.

Tabela 5.3.1.2-3
Número de domicílios, densidade demográfica e média de moradores por domicílio na AID

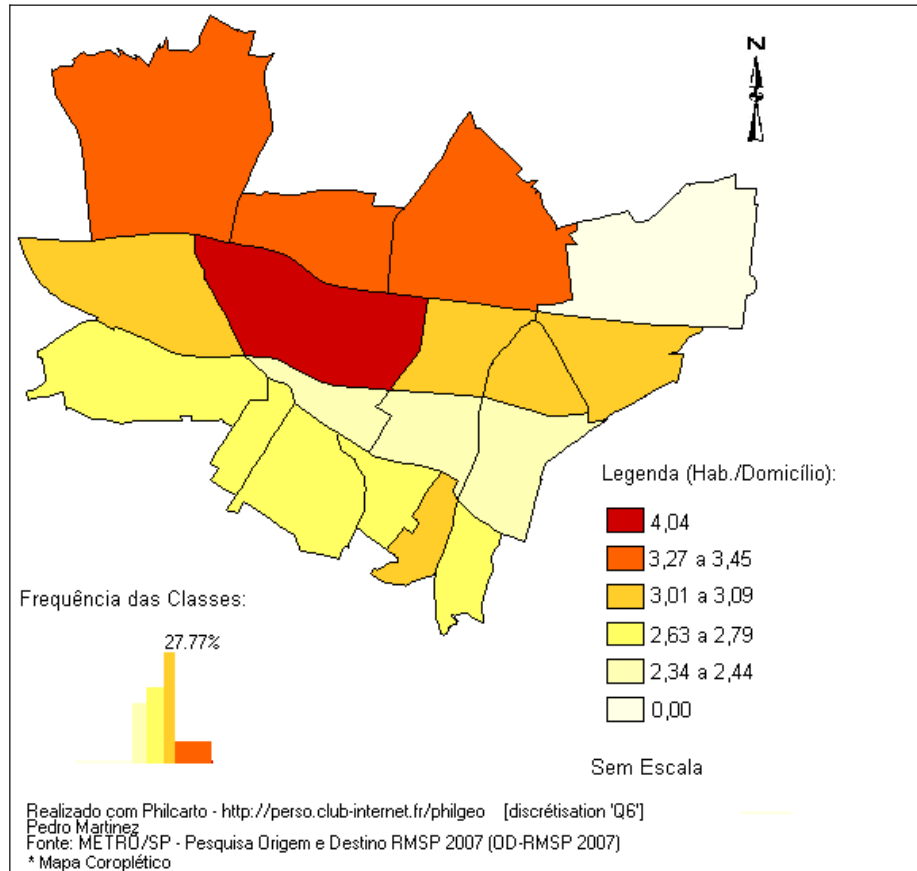
Zona	Denominação	Número de Domicílios	Densidade Demográfica (hab./hectare)	Média de moradores por domicílios
8	Bom Retiro	1.910	44	3,25
34	FAAP	2.451	95	2,89
36	Marechal Deodoro	12.138	223	2,61
37	Rudge	836	30	3,08
83	PUC	5.504	211	2,81
84	Cardoso de Almeida	1.646	80	3,06
87	Perdizes	13.282	222	2,81
89	Pompéia	3.536	154	2,63
90	Santa Marina	552	8	4,04
91	Barra Funda	222	6	3,05
92	Francisco Matarazzo	2.615	60	2,42
93	Água Branca	640	23	2,57
98	Lapa de Baixo	2.562	32	3,01
99	Lapa	5.057	63	2,83
125	Freguesia do Ó	15.953	109	3,34
130	Parque Anhembi	0	0	0
134	Casa Verde	8.840	87	3,27
136	Limão	2.087	46	3,74
Total da AID		79.831	75,10	2,98

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

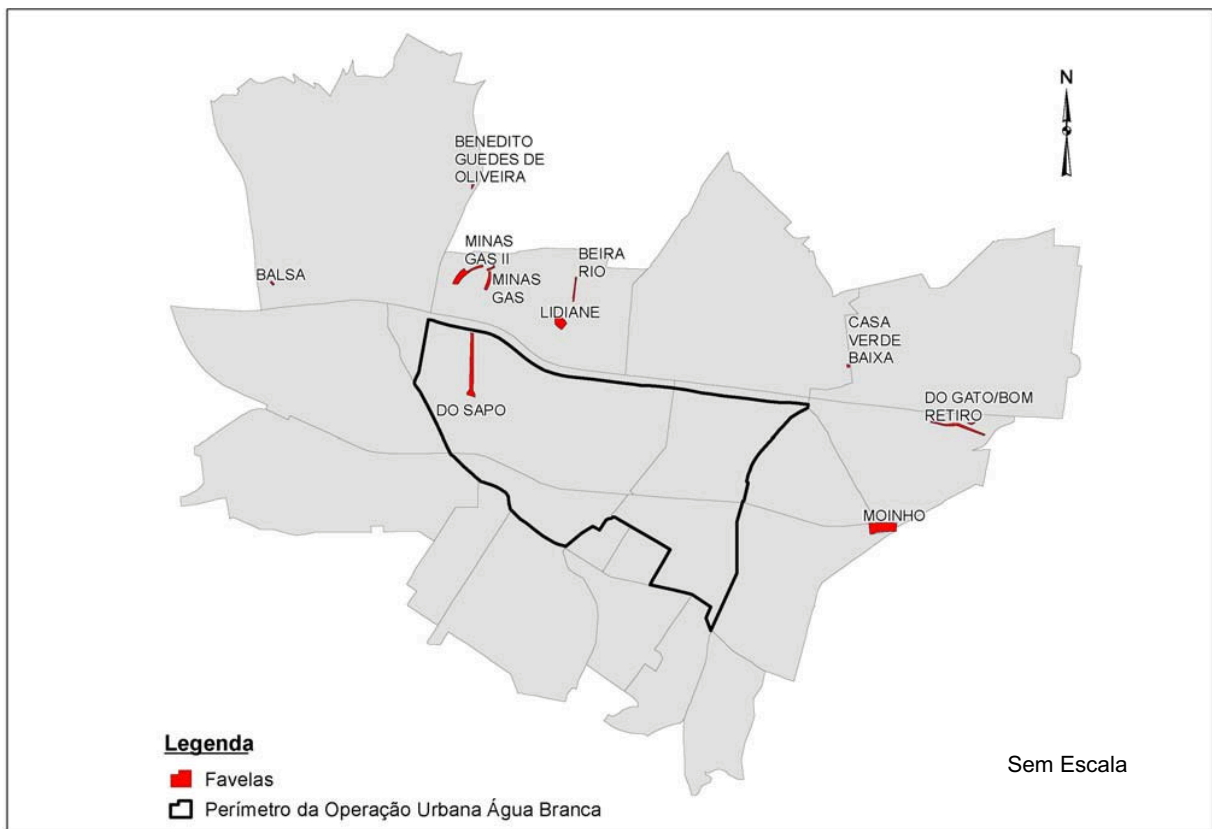
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Outra forma de analisar o adensamento populacional é verificar a quantidade de habitantes por domicílios. Este dado também pode ser utilizado para complementar a análise da situação socioeconômica de uma área, pois, via de regra, quanto maior o número de pessoas por domicílio, menor o grau de escolarização e renda, portanto, maior a vulnerabilidade social. A média de habitantes por domicílios na AID ficou em 2,98. No Cartograma 5.3.1.2-4, é possível consultar a distribuição espacial deste indicador.

A correlação entre o maior número de habitantes por domicílio e o grau de vulnerabilidade social pode ser feita quando se constata a existência de conglomerados de habitação subnormal (favela). Ao comparar o Cartograma 5.3.1.2-4 com o Cartograma 5.3.1.2-5, percebe-se que justamente nas zonas (90, 125, 134 e 136) onde existe maior número de favelas é que este indicador (Hab./Domicílio) apresenta-se em faixas maiores.



Cartograma 5.3.1.2-4 - Distribuição da média de habitantes por domicílio na AID entre as Zonas de Pesquisa (OD-RMSP-2007)



Fonte: EMURB (2009); CEM – Centro de Estudos da Metrópole

Cartograma 5.3.1.2-5 - Localização das favelas inseridas na AID

Os dados de distribuição da população por gênero podem ser consultados na Tabela 5.3.1.2-4. A população masculina da AID corresponde a 106.084 pessoas, enquanto a feminina é de 131.446, mostrando que há maior quantidade de mulheres na AID. A Razão de Sexo mostra a predominância de homens ou mulheres em cada zona. Este indicador corresponde ao número de homens para cada 100 mulheres na população residente em uma determinada área, no ano considerado. Quando a Razão é igual a 100, significa que há o mesmo número de homens e mulheres. Se a razão for menor que 100, entende-se que há menor número de homens. A razão de sexo na AID foi de 81, mostrando que há maior participação feminina, contudo na zona 90 (Santa Marina), ocorreu o inverso, pois a razão de sexo ficou acima de 100, demonstrando que existia em 2007, maior número de homens nesta área.

Tabela 5.3.1.2-4
Distribuição da população da AID por gênero

Zona	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
8	2.626	3.576	73
34	3.067	4.006	77
36	12.439	19.297	64
37	1.190	1.388	86
83	6.671	8.791	76
84	2.133	2.911	73
87	15.789	21.579	73
89	4.283	5.010	86
90	1.164	1.064	109
91	297	379	78
92	2.910	3.408	85
93	723	921	78
98	3.174	4.535	70
99	7.080	7.238	98
125	25.379	27.841	91
130	0	0	-
134	13.555	15.308	89
136	3.602	4.196	86
Total da AID	106.084	131.446	81

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

A Tabela 5.3.1.2-5 traz os dados absolutos para cada zona e do total da AID em relação ao número de habitantes por faixa etária.

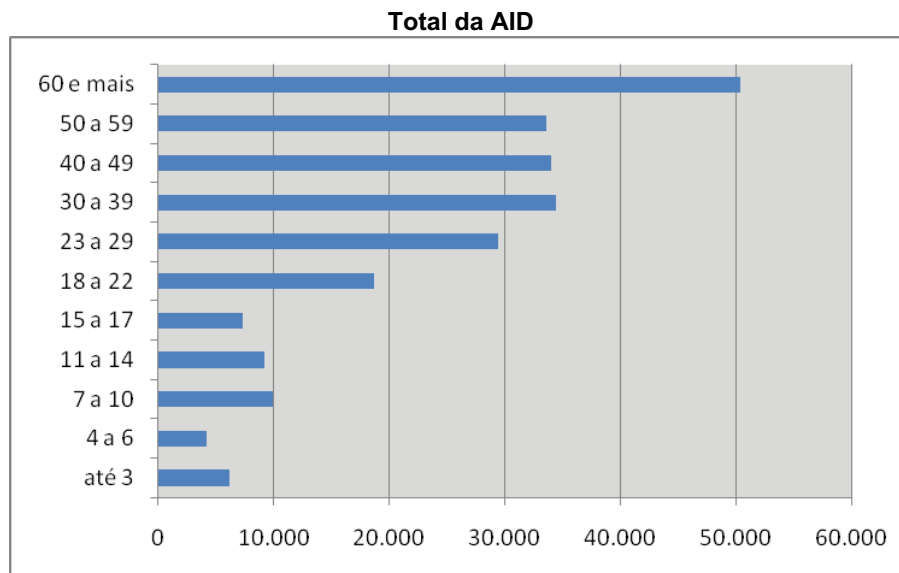
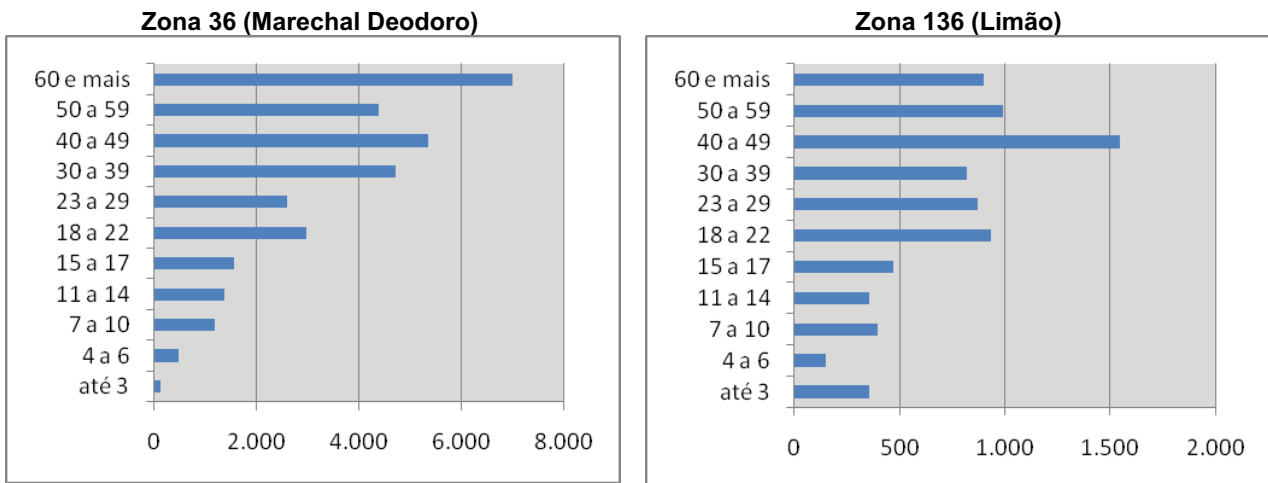
De forma geral, todas as zonas inseridas na AID possuem uma estrutura etária em fase de envelhecimento e não jovem, como pode ser visto por meio do Gráfico 5.3.1.2-1, o qual apresenta base (até 3 anos) estreita e topo (60 e mais) alargado. Porém, em alguns casos o processo de envelhecimento apresenta-se mais desenvolvido como é o caso da zona 36 (Marechal Deodoro) e em outros ainda em estágio intermediário de envelhecimento, como acontece na zona 136 (Limão) – ver Gráfico 5.3.1.2-1.

Como pode ser observado na última linha da Tabela 5.3.1.2-5, a faixa etária onde concentra maior número de população na AID, corresponde aos idosos com mais de 60 anos de idade, seguido da faixa dos 30 até 59 anos. Como resultado do processo de envelhecimento da região, verifica-se que as faixas etárias mais ausentes na AID são respectivamente: 4 a 6 anos e até 3 anos.

Tabela 5.3.1.2-5
Distribuição da população da AID por faixa etária

Zona	População por Faixa Etária (em anos)											Total
	até 3	4 a 6	7 a 10	11 a 14	15 a 17	18 a 22	23 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 e mais	
8	367	237	347	404	190	389	828	918	846	629	1.047	6.202
34	200	107	233	147	58	395	642	950	903	1.083	2.354	7.073
36	126	471	1.194	1.371	1.554	2.978	2.593	4.721	5.356	4.385	6.986	31.736
37	141	72	126	71	125	156	284	438	297	299	570	2.578
83	315	184	315	684	499	1.507	2.068	1.651	2.250	2.277	3.712	15.462
84	92	76	108	110	150	357	717	294	616	881	1.643	5.044
87	694	681	1.535	1.227	672	1.626	5.196	5.120	6.056	6.347	8.214	37.368
89	364	182	394	415	485	901	969	1.375	1.662	1.331	1.215	9.293
90	57	49	70	56	117	171	286	485	189	301	447	2.228
91	32	20	16	15	5	56	122	63	107	79	161	676
92	206	74	218	67	77	222	984	828	903	801	1.938	6.318
93	22	0	43	33	33	99	221	265	197	240	490	1.644
98	417	102	101	265	149	452	966	1.470	841	1.494	1.451	7.709
99	321	395	240	219	166	769	1.899	2.820	1.807	1.914	3.766	14.318
125	1.222	459	2.556	2.423	1.680	5.095	7.881	7.242	7.064	7.916	9.682	53.220
130	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
134	1.204	993	2.029	1.386	948	2.598	2.887	5.024	3.404	2.617	5.773	28.863
136	359	149	397	355	473	937	872	822	1.547	990	898	7.798
Total da AID	6.137	4.251	9.925	9.248	7.381	18.707	29.414	34.487	34.046	33.585	50.349	237.530
Total da AID (%)	2,6	1,8	4,2	3,9	3,1	7,9	12,4	14,5	14,3	14,1	21,2	100,0

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)



Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

Gráfico 5.3.1.2-1 - Estrutura etária da AID

Utilizando as variáveis de estrutura etária é possível gerar o indicador denominado Carga de Dependência (Cartograma 5.3.1.2-6), o qual mostra a participação da população de crianças, adolescentes e idosos, em tese, dependente da população em idade ativa (PIA), que são as pessoas entre 15 e 65 anos de idade. Ou seja, este indicador mostra a proporção (%) da população abaixo de 15 anos e acima de 60 anos em relação ao total de habitantes que residem na AID.

Este indicador permite inferir, indiretamente, áreas com disponibilidade de mão-de-obra em relação a oportunidades de emprego e/ou demanda por educação e formação profissional. Quando este indicador é cruzado com a informação do número de postos de trabalho, podem-se inferir conclusões a respeito da migração pendular ou mesmo justificar o adensamento populacional. Por exemplo, caso uma área possua alta carga de dependência e numerosos postos de trabalho, é certo que grande parte da mão-de-obra que vai trabalhar todos os dias nesta área, provém de outras regiões.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Moreira (2002) apresenta os grandes traços e as mudanças estruturais já ocorridas e as previstas para as próximas décadas para a população brasileira. Para tanto, analisa os contingentes populacionais brasileiros entre 1950 e 2050, observando a posição dos grupos de idades de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e os acima de 65 anos de idade, para assim indicar as Cargas de Dependência Total para cada década, entre outros indicadores.

Nessa análise, Moreira apresenta dados referentes a evolução ocorrida no período entre 1950 e 2000 e projeta a evolução esperada para o próximo, entre 2000 e 2050, mostrando como a Carga de Dependência Total de 80,3% em 1950 vem caindo até alcançar o patamar de 51,4% em 2000. Considera que deverá decrescer ainda mais até 2010, quando alcançaria 46,2%, e que então começará a crescer novamente, até 59,6% em 2050, como consequência do incremento do contingente de idosos.

Mostra ainda as características do período, que se estenderá até 2020/25 aproximadamente, que foi denominado por Carvalho e Wong (1995, *apud* MOREIRA, 2002) como uma “*window opportunity*”, também chamada de “*bônus demográfico*”. Caracterizado como a oportunidade de eliminar, ou pelo menos reduzir, no âmbito das políticas públicas, a grande defasagem dos níveis de escolaridade e de atendimento à saúde hoje existente. Correspondendo ao período em que a dependência jovem estará cada vez mais reduzida e a dependência idosa ainda estará crescendo de forma pouco acelerada.

Os percentuais definidos nesse trabalho foram adotados aqui como uma escala, correspondentes ao grau da transição demográfica ocorrida em cada um desses momentos no país como um todo, de modo a constituir uma referência para a análise dos dados da AID e ADA.

Os patamares adotados para o Brasil foram: entre 73,1% e 64,1%, Cargas de Dependência Total correspondentes às de 1980 e 1990; entre 64,1% e 51,4%, Cargas de Dependência Total correspondentes às de 1990 e 2000; entre 51,4% e 43, Cargas de Dependência Total correspondentes à de 2000 e à estimada para 2010 – estas foram as Cargas de Dependência Total adotadas no trabalho de Moreira (2002). Calculando a carga de dependência das zonas de pesquisa da AID, nota-se que a maioria delas, encontra-se em patamar menor que o mínimo estipulado por Moreira (2002), que foi de 43% para o último período (2000 a 2010). Portanto, foram criadas classes específicas para acomodar os dados encontrados, a saber: entre 43% a 35%, 35% a 30% e 30% a 27%, como pode ser visto no Cartograma 5.3.1.2-6.

Na Tabela 5.3.1.2-6 estão exibidos os valores de Carga de Dependência entre as zonas de pesquisa que perfazem a AID. A partir desta tabela e do cartograma 5.3.1.2-6, pode-se dizer que predominam o intervalo de cargas de dependência entre 35% a 30%, sobretudo na porção oeste da AID. A carga de dependência entre 43% a 35% é verificada no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, o que corresponde as zonas 91, 92 e 93. Entretanto, esse intervalo também aparece nas zonas 134, 37, 08, 84 e 34, localizadas na porção leste da AID.

Na AID como um todo, a Carga de Dependência ficou em 33,6%. A composição demográfica da AID na porção oeste possui maior número absoluto e relativo (proporcional) de pessoas em idade produtiva, comparando-se com a ADA na porção centro-leste.

Os indicadores de densidade demográfica e carga de dependência permitem considerar que a AID na porção central – perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca – comporta baixa densidade demográfica e alta carga de dependência, quando comparado com as demais áreas da AID. Ou seja, a porção central da AID possui “ocupação rarefeita”, com poucos residentes, e é composta por menor número absoluto e relativo de pessoas em idade produtiva (15 a 65 anos). Isto demonstra um potencial para adensamento residencial. Contudo, vale

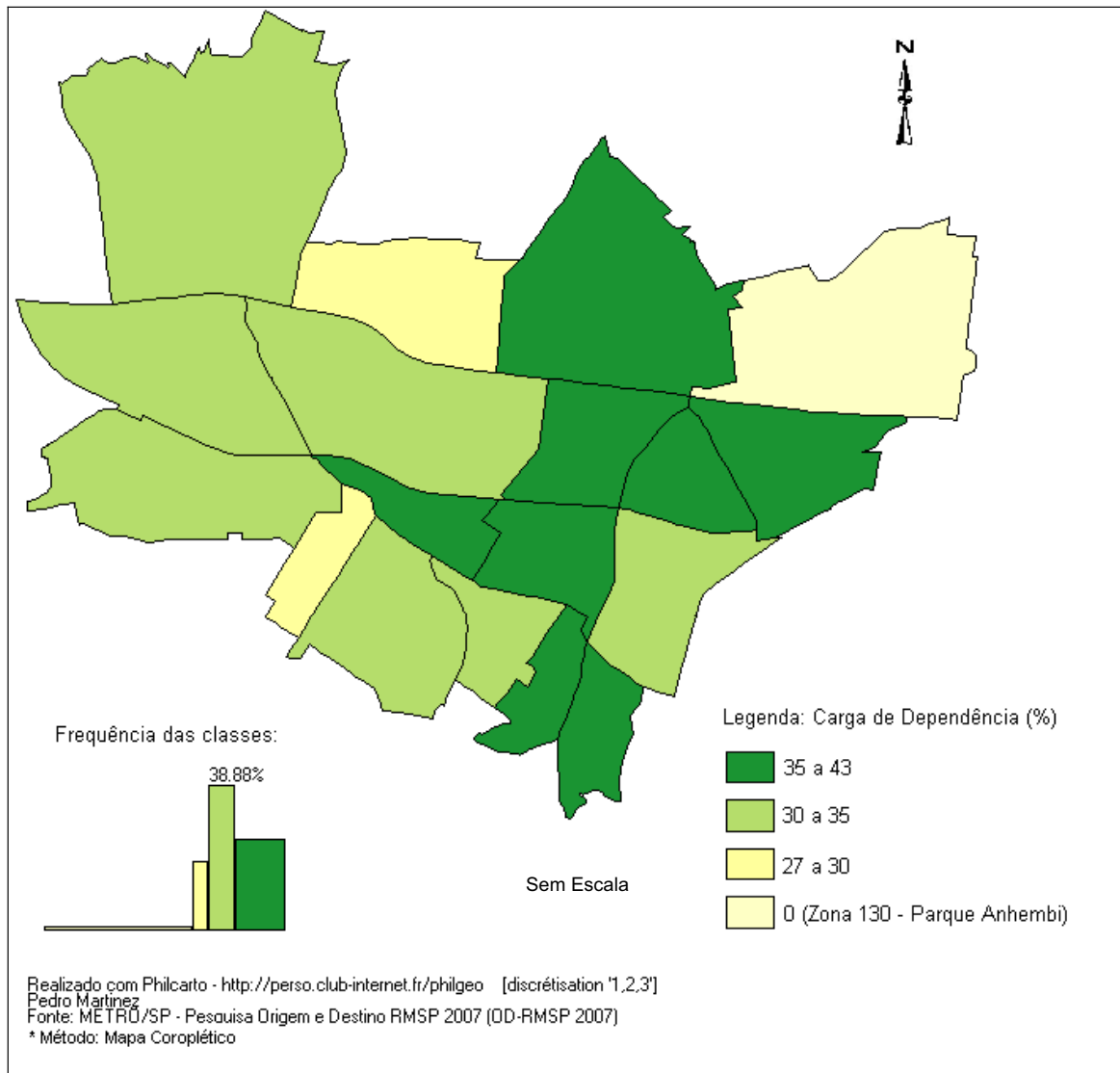
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

ressaltar a importância de analisar outros indicadores, como áreas verdes e espaços públicos para lazer, capacidade de transporte público, áreas com potencial de enchente e poluição (ar, solo, água e ruído) e etc. Tudo isso para se chegar a uma situação ótima da qualidade ambiental urbana, visando manter e ampliar a qualidade de vida da atual e futura população que ocupará o território do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

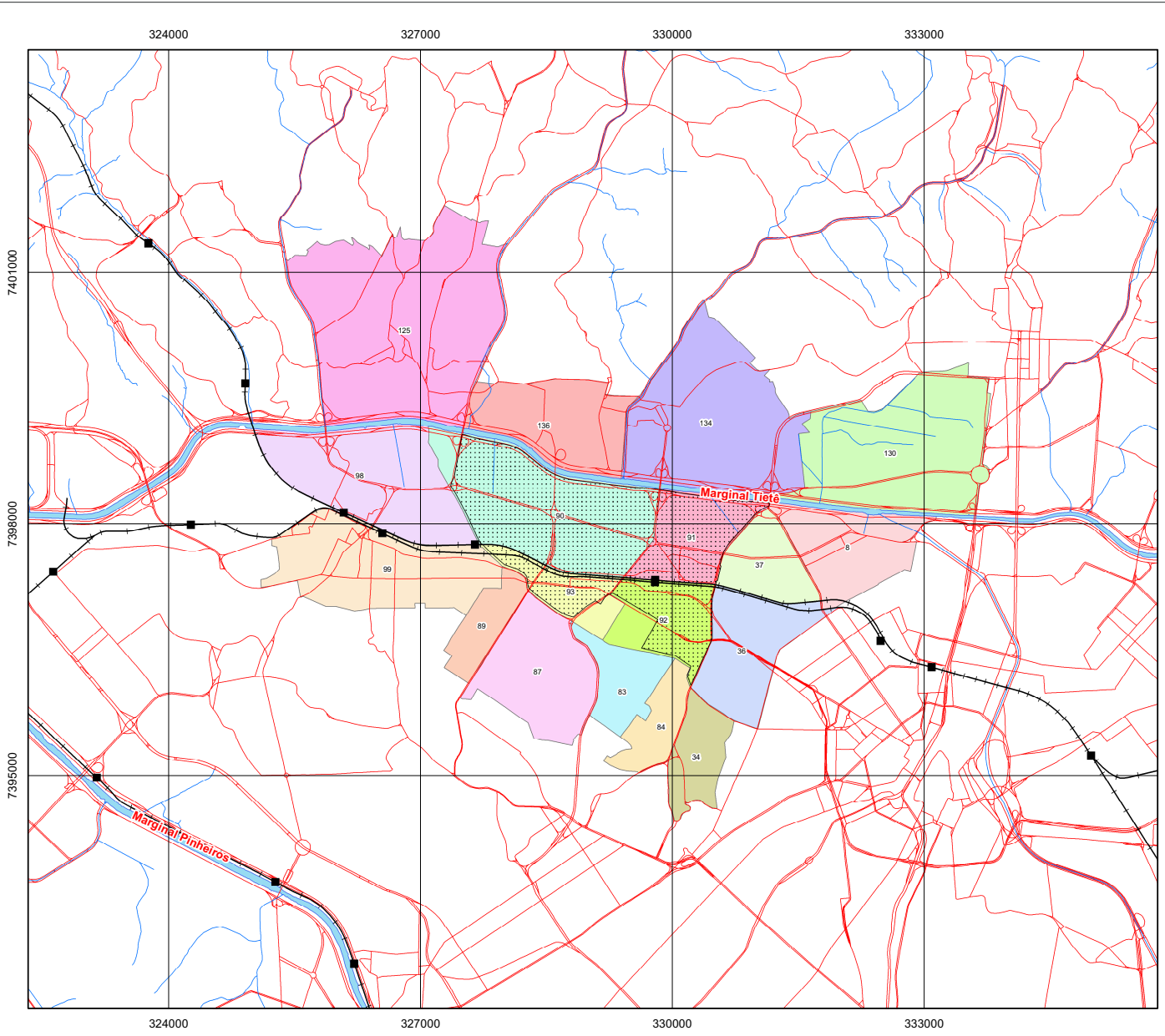
Tabela 5.3.1.2-6
Distribuição da Carga de Dependência na AID entre as Zonas de pesquisa (OD-RMSP 2007)

Zona	Denominação	Carga de Dependência (%)
8	Bom Retiro	38,7
34	FAAP	43,0
36	Marechal Deodoro	32,0
37	Rudge	38,0
83	PUC	33,7
84	Cardoso de Almeida	40,2
87	Perdizes	33,1
89	Pompéia	27,7
90	Santa Marina	30,5
91	Barra Funda	36,1
92	Francisco Matarazzo	39,6
93	Água Branca	35,8
98	Lapa de Baixo	30,3
99	Lapa	34,5
125	Freguesia do Ó	30,7
130	Parque Anhembi	0
134	Casa Verde	39,4
136	Limão	27,7
Total da AID		33,6

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)



Cartograma 5.3.1.2-6 - Distribuição da Carga de Dependência na AID entre as Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007)



Zonas de Pesquisa de Origem e Destino

Barra Funda (91)	Limão (136)
Bom Retiro (8)	Marechal Deodoro (36)
Cardoso de Almeida (84)	PUC (83)
Casa Verde (134)	Parque Anhembi (130)
FAAP (34)	Perdizes (87)
Francisco Matarazzo (92)	Pompéia (89)
Freguesia do Ó (125)	Rudge (37)
Lapa de Baixo (98)	Santa Marina (90)
Lapa (99)	Água Branca (93)

Legenda:

Perímetro da Operação Urbana Água Branca

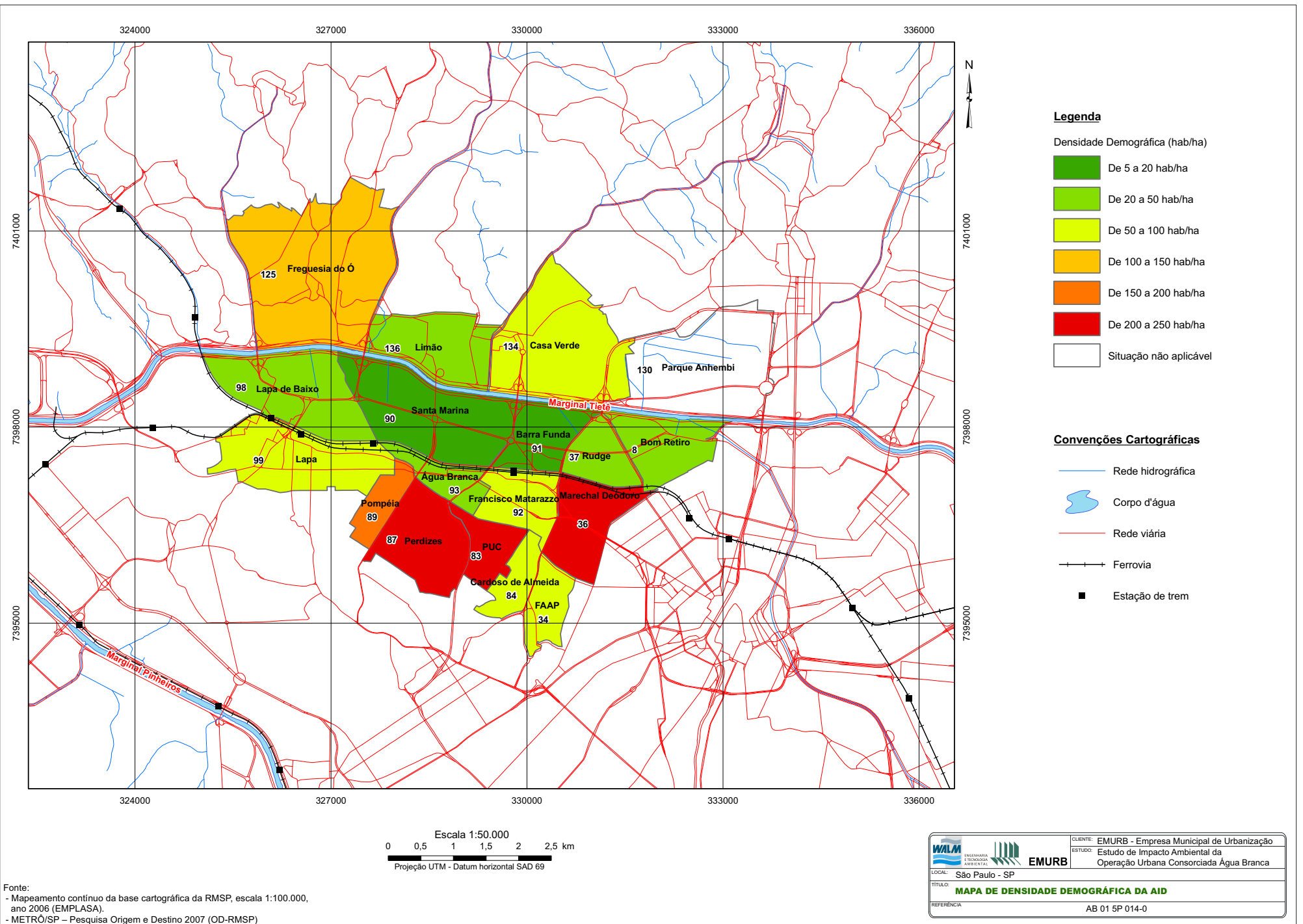
Convenções Cartográficas

- Rede hidrográfica
- Corpo d'água
- Rede viária
- Ferrovia
- Estação de trem

Escala 1:50.000
 0 0,5 1 1,5 2 2,5 km
 Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69

Fonte:
 - Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).
 - METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

 ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL		CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
	LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS DE PESQUISA NA AID
REFERÊNCIA	AB 01 5P 013-0	



EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

5.3.1.3) Área Diretamente Afetada – ADA

⇒ Aspectos Metodológicos

A Área Diretamente Afetada – ADA para o Meio Socioeconômico foi delimitada por meio das zonas de pesquisa (OD-RMSP 2007), localizadas dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, além dos setores censitários do IBGE (2000) onde estão previstas as intervenções no viário recomendadas pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), cuja localização extrapola os limites do perímetro da Operação Urbana. Esta delimitação levou em consideração a dimensão territorial deste empreendimento, com 540 ha, bem como a disponibilidade de dados atuais que abrangesse toda sua área.

No **Item 5.3.1.2 Caracterização da Dinâmica Demográfica da AID** foram descritos os procedimentos metodológicos e as fontes de dados utilizadas, que por sua vez também foram adotados para este diagnóstico da Área Diretamente Afetada – ADA. Vale lembrar que, as zonas de pesquisa da ADA, por estarem inseridas na AID, também foram contempladas no diagnóstico da AID, no entanto, em um contexto mais amplo, englobando as zonas localizadas no entorno da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

Para este diagnóstico da ADA o enfoque será dado exclusivamente para a região do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca e às áreas onde terão intervenção (recomendadas pela CET) fora do perímetro. Portanto, serão consideradas para fins de diagnóstico, 4 (quatro) zonas de pesquisa, a saber, 90 – Santa Marina, 91 – Barra Funda, 92 – Francisco Matarazzo e 93 – Água Branca e 13 setores censitários, como pode ser consultado na Tabela 5.3.1.3-1, na qual também estão apresentados os valores de área e a denominação do distrito da Capital à que pertencem.

Conforme a Tabela 5.3.1.3-1, a ADA possui 771,86 hectares, estando a maior parte inserida no perímetro da Operação Urbana, representada pelas zonas de pesquisa (OD-RMSP 2007), que juntas possuem 586,18 hectares, o equivalente a 76% do total da ADA.

Conforme já mencionado anteriormente, a Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP 2007) foi coordenada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ. Essas atividades contaram com a colaboração de técnicos cedidos pela EMPLASA, CPTM, SPTrans e CET. O município de São Paulo foi regionalizado em 320 Zonas de Pesquisa, com a denominação Sub-região Centro da RMSP.

De acordo com o METRÔ (2008:07), *“uma característica importante da Pesquisa Origem e Destino é que ela permite a localização espacial da população, dos empregos, das matrículas escolares e das origens e destinos das viagens realizadas pela população nas suas atividades diárias, na Região Metropolitana de São Paulo. Na Pesquisa Origem e Destino 2007 essas variáveis, além de serem agregadas por zonas, foram também georreferenciadas”*.

Cabe ressaltar que, em estudo sobre a estrutura intraurbana do município de São Paulo a partir da análise espacial, Ramos (2002:48), afirma que *“além dos dados relativos a mobilidade, a pesquisa OD do METRÔ de São Paulo, também levanta dados sobre as características socioeconômicas da população. A abrangência da pesquisa e a competência com que é realizada, torna a Pesquisa OD uma importante fonte de dados, já utilizada em vários estudos sobre a metrópole paulistana durante estas quatro décadas”*.

Portanto, pode-se considerar que a pesquisa OD do METRÔ é uma fonte direta de dados socioeconômicos, em nível censitário (domiciliar). Isto se deve ao fato de que são levantadas

informações socioeconômicas como escolaridade, renda e faixas etárias da população residente por domicílios (RAMOS, 2002).

Tabela 5.3.1.3-1

Dimensão territorial das Zonas de Pesquisa e Setores Censitários que compõem a ADA

Código da Zona de Pesquisa	Denominação da Zona de Pesquisa	Nome do Distrito	Dimensão territorial (Hectares)	Valor relativo da área (%)
90	Santa Marina	Barra Funda	291,45	37,76
91	Barra Funda	Barra Funda	116,59	15,11
92	Francisco Matarazzo	Barra Funda	105,54	13,67
93	Água Branca	Barra Funda	72,60	9,41
Setores Censitários	848000032	Lapa	115,06	14,91
	848000033	Lapa		
	848000034	Lapa		
	848000035	Lapa		
	848000094	Lapa		
	848000096	Lapa		
	860000121	Perdizes	15,16	1,96
	860000122	Perdizes		
	860000137	Perdizes		
	860000138	Perdizes		
	869000038	Santa Cecília	55,46	7,19
	869000039	Santa Cecília		
	869000044	Santa Cecília		
Total da ADA			771,86	100,00

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Conforme especificado no **item 5.3.1.2** a Pesquisa OD-RMSP 2007 abrange toda RMSP, portanto o universo de pesquisa da ADA está totalmente contemplado, possibilitando a compreensão de aspectos socioeconômicos atuais.

Além dos dados da OD-RMSP 2007, serão utilizados os dados e informações oriundos do Censo Demográfico de 2000, produzidos e divulgados pelo IBGE. Optou-se pelo uso da “*Base de Informações por Setor Censitário*”, que é a menor unidade territorial de pesquisa censitária do IBGE. Segundo Barbieri e Umbelino (2008:4), o IBGE produz dados na escala intraurbana, com abrangência nacional, possuindo alto grau de confiabilidade e periodicidade (10 anos). Assim, os dados produzidos pelo IBGE são os mais utilizados na demografia brasileira. Contudo, em regiões metropolitanas como a de São Paulo, da Baixada Santista e Campinas, foram geradas pesquisas Origem e Destino, também com periodicidade e confiabilidade, sendo também fonte de dados para pesquisas acadêmicas e para tomadas de decisões no planejamento urbano.

O IBGE disponibiliza em formato digital (*shapefile*), os limites georreferenciados dos polígonos dos setores censitários de municípios acima de 20.000 habitantes, portanto, o município de São Paulo está contemplado por este universo de pesquisa. Cada setor censitário (polígono) possui um código que é correlato a um banco de dados com diversas variáveis socioeconômicas.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

O “*Mapa de localização das Zonas de Pesquisa e Setores Censitários da ADA*” (AB 01 5P 015 - 0) apresenta os limites territoriais, a localização e os códigos de cada zona e setor censitário que foram considerados para o diagnóstico da ADA do meio socioeconômico.

O setor censitário 848000032 está em destaque por sua maior dimensão territorial quando comparado com os demais setores. Nessa área existe uma ocupação residencial de baixa densidade, havendo o predomínio de atividades econômicas de grande porte, sejam indústrias ou empresas prestadoras de serviços, como por exemplo, a indústria Saint Cobain (antiga vidraçaria Santa Marina).

O fato que explica o tamanho – área – dos setores censitários é o próprio conceito que o define. Segundo o IBGE (2002), o setor censitário é a unidade de controle cadastral, formada por área contínua urbana ou rural, cuja dimensão e número de domicílios ou de unidades não-residenciais permitem ao recenseador cumprir suas atividades censitárias em um prazo determinado. Portanto, de forma geral, quanto menor a área do setor censitário maior a quantidade de domicílios e/ou a dificuldade do levantamento de dados por parte do agente recenseador.

Da mesma forma que na AID, a dinâmica demográfica da ADA foi analisada utilizando os dados das variáveis de população absoluta, distribuição da população por gênero – homens e mulheres residentes na ADA e estrutura etária. Com base nessas variáveis, foram produzidos os indicadores de Densidade Demográfica (hab./hectares), Média de Moradores por Domicílio (hab./domicílios), Razão de Sexo e Carga de Dependência.

⇒ **Análise da população residente no conjunto das Zonas de Pesquisa e Setores Censitários da ADA**

Conforme a Tabela 5.3.1.3-2, a população absoluta da ADA corresponde a 17.734 habitantes. Deste total, 34,72% encontra-se na zona 92 (Francisco Matarazzo), embora esta possua menor área territorial quando comparada com as outras três zonas inseridas na ADA.

As quatro zonas juntas comportam 10.866 habitantes, representando 59,72% da população da ADA. A maioria dessas pessoas reside na zona 92, conforme mencionado anteriormente, porém existe um vazio demográfico nas zonas 90 e 91, localizadas ao norte da ferrovia.

Esta realidade é facilmente observada por meio dos Cartogramas 5.3.1.3-1 e 5.3.1.3-2, que trazem a quantidade absoluta de habitantes das zonas e setores censitários localizados na ADA. No Cartograma 5.3.1.3-1 está representada, em forma de “Nuvem de Pontos”, a população da ADA por zonas de pesquisa (OD-RMSP 2007) e setor censitário (IBGE, 2000). Cada ponto equivale a 30 pessoas, podendo-se fazer uma leitura da figura, a qual expõe claramente que as zonas 90 e 91 inseridas no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, situadas na porção norte da ferrovia são áreas de “ocupação rarefeita”, com baixa concentração populacional quando comparadas com a porção sul da linha férrea. Essas mesmas informações também podem ser observadas por meio do Cartograma 5.3.1.3-2, que mostra a distribuição da população (valor absoluto) através da representação por círculos proporcionais.

De fato, nas áreas onde concentram maior número de habitantes, ao sul da ferrovia, existe uma ocupação residencial de padrão vertical. Por outro lado, quando se observa a realidade das zonas 90 e 91, verifica-se que não há um adensamento residencial e sim industrial, comercial e institucional. Nessas áreas, estão localizados grandes equipamentos urbanos como, por exemplo, os Fóruns (Criminal e Trabalhista), o Playcenter, os Centros de Treinamento do Palmeiras e do São Paulo entre outros equipamentos urbanos. Também existem indústrias que ocupam grandes áreas, como a Duratex – Deca.

A descrição dessa ocupação na ADA está detalhada no **item 5.3.12.1** Caracterização do *Uso e da Ocupação do Solo na ADA*, porém deve-se destacar essa realidade para compreender a dinâmica demográfica desta área ao norte da ferrovia.

Alguns setores censitários se sobressaem em relação ao adensamento populacional, sobretudo aqueles localizados também ao sul da ferrovia. Entre eles, temos os setores 860000122 e 860000121, pertencentes ao distrito de Perdizes.

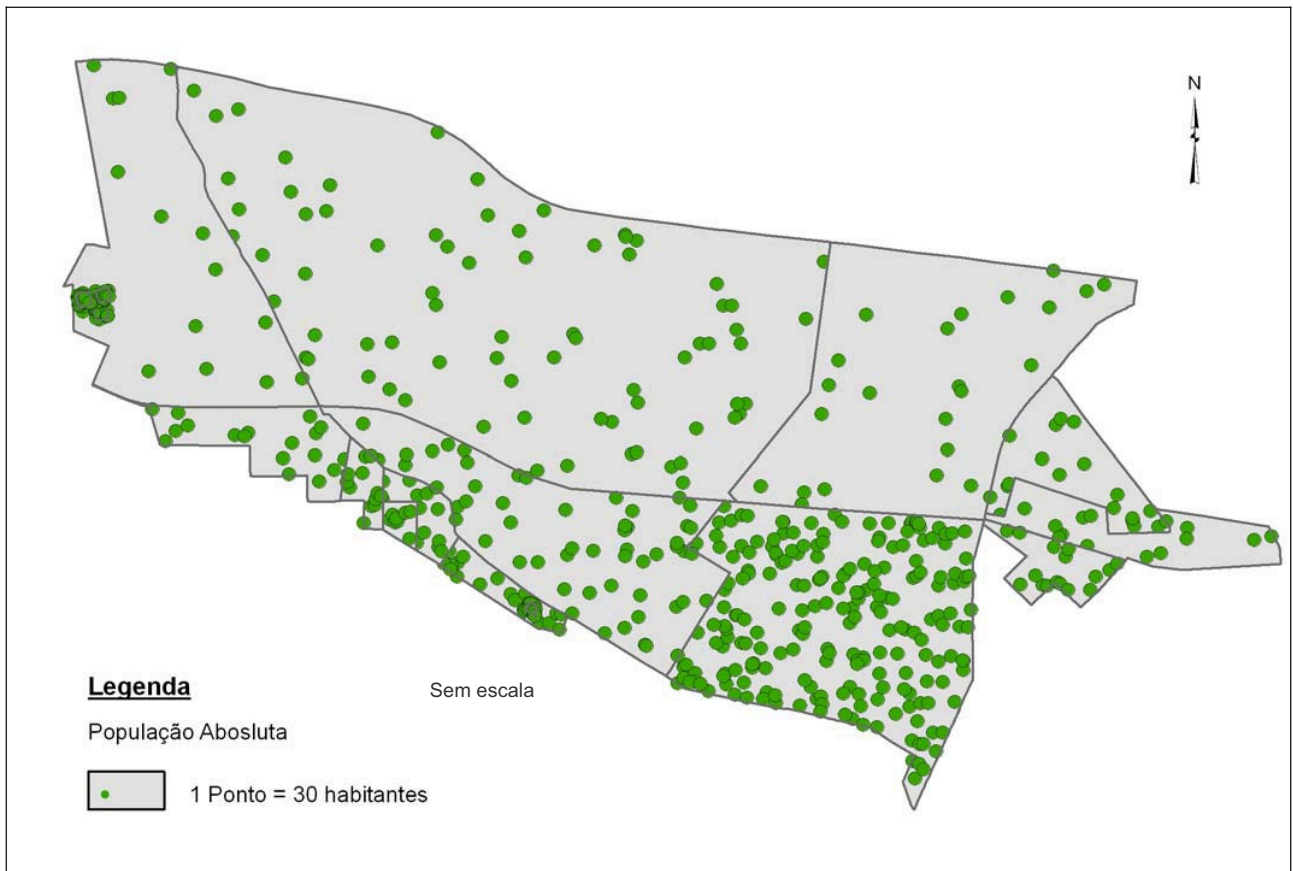
A porção oeste da ADA é composta por três pequenos setores (848000033, 848000034 e 848000035) que estão densamente ocupados, onde se localiza o Condomínio Residencial Spirale Lapa.

Na ADA existem 6.404 famílias, onde a zona 93 (Francisco Matarazzo), ainda se destaca, com um total de 2.615 famílias, o equivalente a 40,83% do total de famílias da ADA.

Tabela 5.3.1.3-2
Dados gerais da demografia da ADA

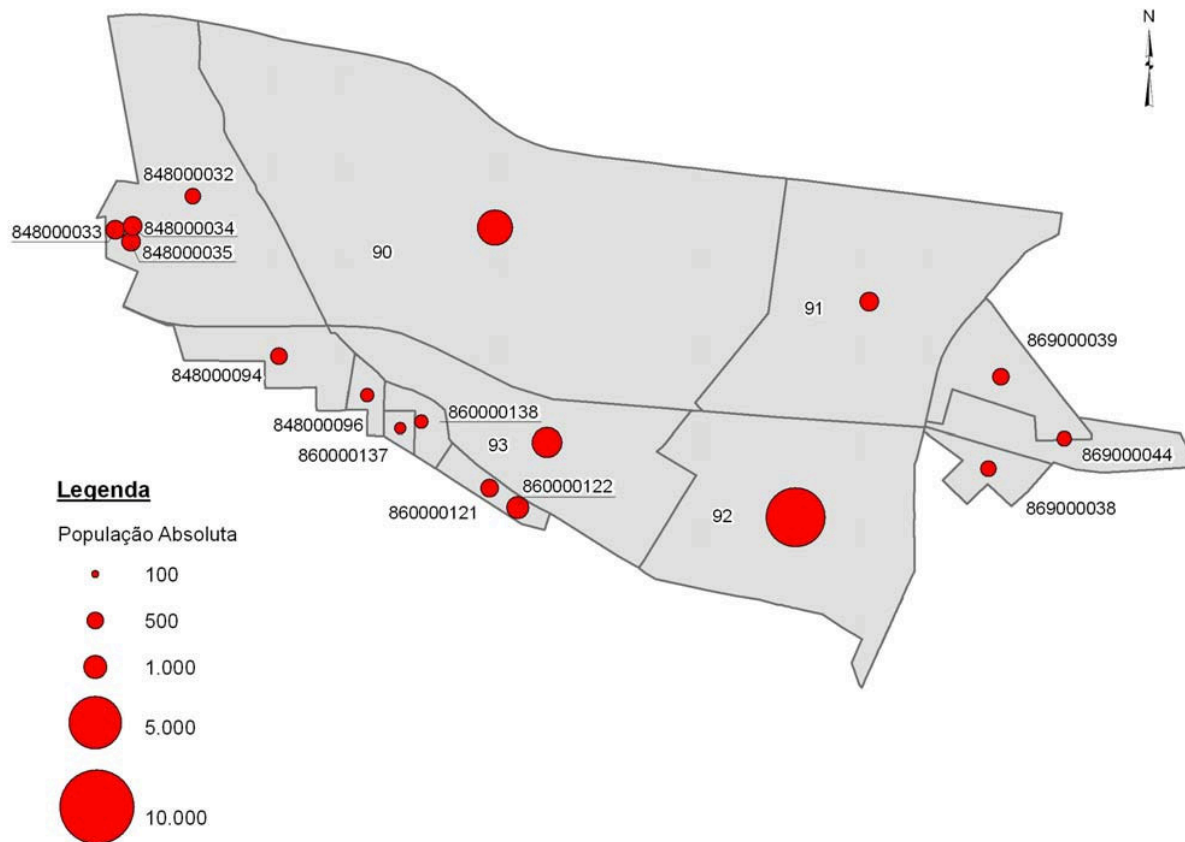
Zona	Denominação	População absoluta	População Relativa (%)	Número de Famílias	Valor Relativo do Nº. de Famílias
90	Santa Marina	2.228	12,25	552	8,62
91	Barra Funda	676	3,72	222	3,47
92	Francisco Matarazzo	6.318	34,72	2.615	40,83
93	Água Branca	1.644	9,04	640	9,99
Setores Censitários	848000032	435	2,39	177	2,76
	848000033	704	3,87	262	4,09
	848000034	660	3,63	247	3,86
	848000035	680	3,74	262	4,09
	848000094	544	2,99	177	2,76
	848000096	358	1,97	113	1,76
	860000121	574	3,15	209	3,26
	860000122	885	4,86	306	4,78
	860000137	232	1,28	76	1,19
	860000138	365	2,01	111	1,73
	869000038	466	2,56	128	2,00
	869000039	547	3,01	180	2,81
	869000044	418	2,30	127	1,98
Total da ADA		17.734	97,47	6.404	100,00

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).



Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Cartograma 5.3.1.3-1 - Distribuição da população da ADA entre as Zonas de Pesquisa e Setores Censitários – Método de representação Nuvem de Pontos



Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Cartograma 5.3.1.3-2 - Distribuição da população da ADA entre as Zonas de Pesquisa – Método de representação Círculos Proporcionais

Além da população absoluta, o adensamento populacional deve ser analisado pelo indicador de densidade demográfica, que representa o número de habitantes por cada hectare. Na Tabela 5.3.1.3-3 e no *Mapa da Densidade Demográfica da ADA (AB 01 5P 016 – 0)* é possível compreender a distribuição desse indicador ao longo da ADA e inferir relações entre as áreas internas da ADA.

Quando se observa este indicador na ADA como um todo, verifica-se um baixo adensamento populacional, com 23 habitantes por hectare. No entanto, ao analisar as especificidades internas da ADA, verifica-se uma grande diferença entre as zonas de pesquisa e setores censitários, sobretudo quando se compara as zonas localizadas ao norte e ao sul da ferrovia. Ou mesmo ao comparar os setores censitários pertencentes aos distritos de Perdizes (860000122 e 860000121) e Santa Cecília (apenas o 869000038) com os demais, já que esses três setores comportam densidades acima de 220 habitantes por hectare.

Observando o *Mapa da Densidade Demográfica da ADA (AB 01 5P 016 – 0)*, fica claro onde se localizam os grandes conglomerados urbanos. Conforme já exposto anteriormente, nos locais onde há maior grau de verticalização, a densidade demográfica é mais acentuada, como nos setores censitários dos distritos de Perdizes e Santa Cecília, onde estão localizados os Condomínios Residenciais Ana Capri e Cabo Frio (Perdizes) e Mundo Apto Barra Funda (Santa Cecília).

Por outro lado, nas zonas 90-Santa Marina e 91-Barra Funda, os índices de densidade demográfica não ultrapassam os 8 hab/ha. Desta forma, atualmente na região do perímetro da Operação Urbana entre a linha férrea e a Marginal do Tietê, onde estão previstos os adensamentos residenciais, existe baixa densidade demográfica, que por sua vez poderá ser acentuada, desde que sejam mantidas as condições para boa qualidade ambiental urbana, incluindo dentre outras ações a implementação de áreas verdes, melhorias viárias e de calçadas, bem como a equidade do número de habitantes com a oferta de equipamentos urbanos de lazer, saúde e educação.

No livro “Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano” João Carlos Nucci fala da dificuldade em se delimitar índices para espaços livres e cita alguns exemplos utilizados para a realidade brasileira, como o proposto por Medeiros (1975), que considerou 40m² de espaço livre por habitante, a Emplasa (1994) que citou o valor de 41,7m²/hab como internacionalmente aceito e, mais recentemente, a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, que propôs como índice mínimo 15m²/hab para áreas verdes públicas destinadas à recreação. (SBAU, 1996). Vale ressaltar que para o distrito Santa Cecília, devido à inexistência de um índice amplamente aceito e que pudesse ser aplicado à realidade de seu estudo, Nucci considerou como índice 5m² de espaço livre público por habitantes (SBAU, 1996).

Para a análise da relação ideal de equipamentos de saúde por habitante não existem padrões nacionais ou internacionais validados para análises comparativas, pois o indicador expressa uma combinação de fatores inerentes a realidades regionais ou locais distintas. Dessa forma, no item 5.3.6.1 deste diagnóstico, no Quadro 5.3.6.1-2 foi feita uma comparação entre o município de São Paulo e o Estado de São Paulo, sendo possível verificar a disponibilidade de infraestrutura para o atendimento dos serviços de saúde na AII. A mesma situação se aplica aos equipamentos de educação, que podem ser analisados no item 5.3.4.

Conforme ocorreu na AID, para a ADA, nenhuma zona apresentou valores de densidade demográfica superiores aos recomendados na literatura técnica-científica, ou seja, maior que 400 hab/ha. No entanto, conforme especificado no **item 5.3.1.2** deste relatório, todos os especialistas no assunto – qualidade ambiental urbana – reiteram a necessidade de compatibilizar outras variáveis para se chegar a uma boa qualidade ambiental em áreas urbanas.

Tabela 5.3.1.3-3
Número de domicílios, densidade demográfica e média de moradores por domicílio na ADA

Zona	Denominação	Número de Domicílios	Densidade Demográfica (Hab./Hectare)	Média de moradores por domicílios
90	Santa Marina	552	8	4,04
91	Barra Funda	222	6	3,05
92	Francisco Matarazzo	2.615	60	2,42
93	Água Branca	640	23	2,57
Setores Censitários	848000032	178	32	2,44
	848000033	262	32	2,69
	848000034	247	32	2,67
	848000035	262	32	2,60
	848000094	190	63	2,86
	848000096	121	63	2,96
	860000121	229	222	2,51
	860000122	306	222	2,89
	860000137	88	154	2,64
	860000138	129	154	2,83
	869000038	166	223	2,81
	869000039	199	30	2,75
	869000044	142	30	2,94
Total da ADA		6.548	23	2,71

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Outro dado demográfico que ajuda a compreender a condição socioeconômica é a média de moradores por domicílios, pois, geralmente, quanto maior o número de pessoas por domicílio, menor o grau de escolarização e renda, portanto, maior a vulnerabilidade social. A média de habitantes por domicílios na ADA ficou em 2,71. No *Mapa da Média de Moradores por Domicílio na ADA (AB 01 5P 017 – 0)*, é possível compreender a distribuição espacial deste indicador.

A correlação entre o maior número de habitantes por domicílio e o grau de vulnerabilidade social pode ser feita quando se constata a existência de conglomerados de habitação subnormal (favela). Ao comparar o Cartograma 5.3.1.3-3 com os dados da Tabela 5.3.1.3-3, percebe-se que justamente na zona 90 onde existe a favela do Sapo é que este indicador (Hab./Domicílio) apresenta-se maior (4,04).

Quanto à média de 2,71 habitantes por domicílios na ADA, pode-se dizer que é baixa, pois não compreende nem um casal com um filho, que seriam 3 habitantes por domicílios. Comparando com o distrito de Santa Cecília, por meio de dados por distritos disponíveis no SEADE, a média de habitantes por domicílios nos dois distritos é quase igual. Sendo na Barra Funda 2,71 e na Santa Cecília 2,72 habitantes por domicílios.



Fonte: CEM – Centro de Estudos da Metrópole (2000)

Cartograma 5.3.1.3-3 - Localização da favela inserida na ADA

Os dados de distribuição da população por gênero podem ser consultados na Tabela 5.3.1.3-4. A população masculina da ADA corresponde a 8.185 pessoas, enquanto a feminina é de 9.550, mostrando que há maior quantidade de mulheres na ADA. Conforme explicado no **item 5.3.1.2**, ressalta-se que a Razão de Sexo mostra a predominância de homens ou mulheres em cada zona. Este indicador corresponde ao número de homens para cada 100 mulheres na população residente em uma determinada área, no ano considerado. Quando a Razão é igual a 100, significa que há o mesmo número de homens e mulheres. Se a razão for menor que 100, entende-se que há menor número de homens. A razão de sexo na ADA foi de 86, mostrando que há maior participação feminina, contudo na zona 90 (Santa Marina), ocorreu o inverso, pois a razão de sexo foi de 109, ficando, portanto acima de 100, demonstrando que existia em 2007, maior número de homens nesta área.

Tabela 5.3.1.3-4
Distribuição da população da ADA por gênero

Zona/Setor	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
90	1.164	1.064	109
91	297	379	78
92	2.910	3.408	85
93	723	921	78
848000032	184	251	73
848000033	313	391	80
848000034	290	370	78
848000035	303	378	80

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Zona/Setor	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
848000094	237	308	77
848000096	169	190	89
860000121	255	320	80
860000122	418	468	89
860000137	107	126	85
860000138	160	206	78
869000038	207	260	80
869000039	259	289	90
869000044	193	225	86
Total da ADA	8.185	9.550	86

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

A Tabela 5.3.1.2-5 apresenta os dados absolutos para dada zona e do total da ADA em relação ao número de habitantes por faixa etária.

De forma geral, todas as zonas e setores inseridos na ADA possuem uma estrutura etária em fase de envelhecimento e não jovem, como pode ser visto por meio do Gráfico 5.3.1.2-1, o qual apresenta base (até 3 anos) estreita e topo (60 e mais) alargado. Porém, em alguns casos o processo de envelhecimento apresenta-se mais desenvolvido como é o caso da zona 93 (Água Branca) e em outros ainda em estágio intermediário de envelhecimento, como acontece na zona 91 (Barra Funda) – ver Gráfico 5.3.1.2-1.

Da mesma forma que verificado na AID, pode ser observado na última linha da Tabela 5.3.1.2-5, que a faixa etária onde concentra maior número de população na ADA, corresponde aos idosos com mais de 60 anos de idade, com 22,2% da população, seguido da faixa dos 30 até 39 anos, englobando 15% da população da ADA. Como resultado do processo de envelhecimento de uma região, vê-se que as faixas etárias mais ausentes na ADA são respectivamente: 4 a 6 anos e até 3 anos.

Na estrutura etária da zona 91 (Barra Funda), verifica-se que a base (até 3 anos) apresenta-se consideravelmente maior que o terço inferior (15 a 17 anos). Fato que não foi observado com essa intensidade nas outras zonas.

O número expressivo de idosos e o fato de todas as zonas e setores inseridos na ADA possuírem estrutura etária em fase de envelhecimento pode ser assumido como tendência para o adensamento populacional no local, pois este suprirá a falta de população economicamente ativa, aumentando a oferta de mão-de-obra no local.

Como já citado, no ano 2000, segundo informações constantes do material por DEINFO-SEMPA sobre RAIS, a relação de postos de trabalho por habitantes no distrito da Barra Funda é de 3,3, quando a relação ideal segundo estudos do PITU 2025 seria da ordem de 0,4 postos de trabalho por habitantes (Termo de Referência, 2009). Isso demonstra que é possível um adensamento populacional na ADA sem comprometer as ofertas de emprego.

Conforme salientado anteriormente cabe aqui destacar que, considerando a relação ideal de número de postos de trabalho por habitantes de 0,4 indicada pelo PITU – 2025, a relação citada

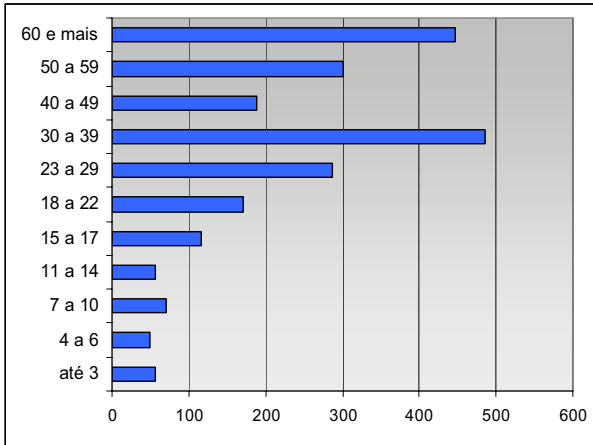
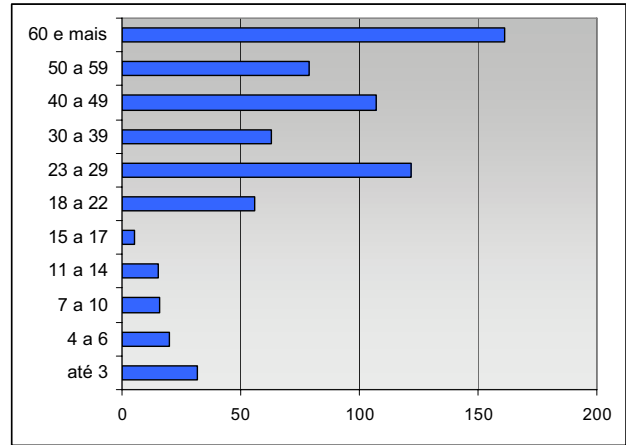
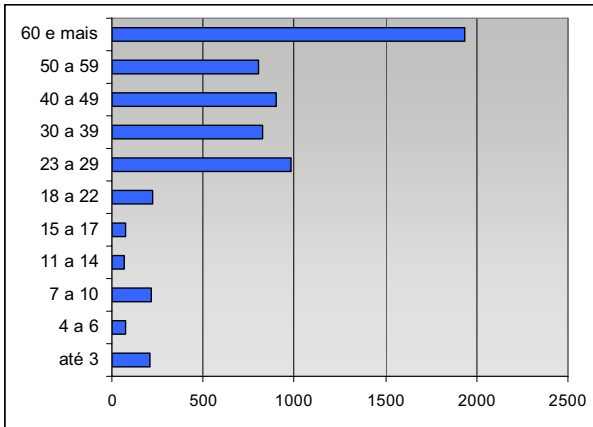
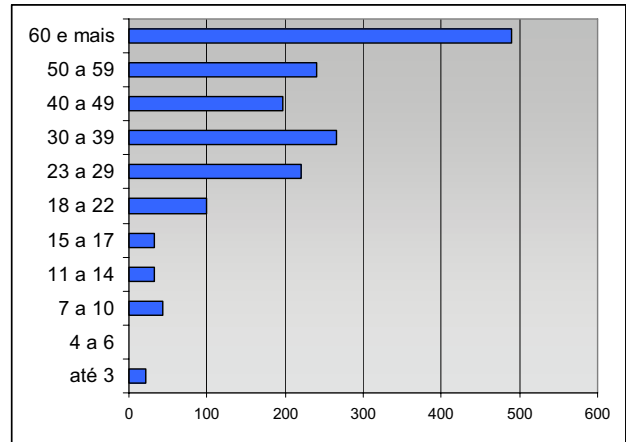
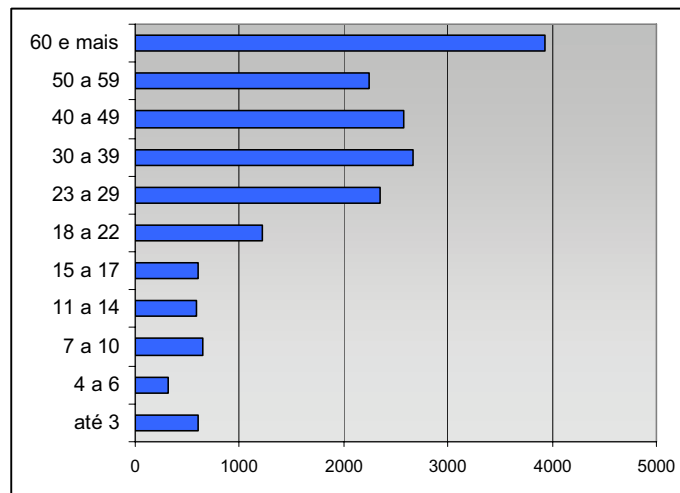
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

de 3,3 postos de trabalho em 2000 é alta. No estudo “*Elaboração de Modelagens Estatísticas e Método de Abordagem dos Aspectos Relacionados à Avaliação de Desempenho, Quantificação e Qualificação dos Sistemas de Circulação, Acessibilidade e Mobilidade, Na Área de Abrangência e Influência da Operação Urbana Água Branca*” elaborado pela Alvim Engenharia Planejamento Urbano e Transporte essa relação de empregos por habitantes é calculada utilizando como fonte os dados da Pesquisa OD – 2007 e da TPCL – 2006. Os valores para o ano de 2007 indicam uma relação ainda mais alta, de 8,1 empregos por habitantes no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

Tabela 5.3.1.2-5
Distribuição da população da ADA por faixa etária

Zona/Setor	População por Faixa Etária (em anos)											Total
	até 3	4 a 6	7 a 10	11 a 14	15 a 17	18 a 22	23 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 e mais	
90	57	49	70	56	117	171	286	485	189	301	447	2.228
91	32	20	16	15	5	56	122	63	107	79	161	676
92	206	74	218	67	77	222	984	828	903	801	1.938	6.318
93	22	0	43	33	33	99	221	265	197	240	490	1.644
848000032	21	10	22	23	24	39	40	73	69	43	71	435
848000033	27	22	32	41	44	76	61	96	141	88	76	704
848000034	21	23	32	41	27	55	73	113	109	86	80	660
848000035	28	17	24	28	30	71	77	97	118	100	90	680
848000094	18	16	26	34	29	50	56	98	79	64	74	544
848000096	22	6	17	22	18	32	39	64	56	34	48	358
860000121	21	7	18	32	34	57	59	71	88	73	114	574
860000122	25	18	24	71	57	82	94	96	171	137	110	885
860000137	12	7	9	12	7	16	22	39	43	22	43	232
860000138	15	12	19	27	22	36	42	49	83	34	26	365
869000038	23	9	16	24	22	69	67	69	83	47	37	466
869000039	30	14	21	36	36	51	46	89	84	59	81	547
869000044	25	15	36	25	21	34	56	71	57	30	48	418
Total da ADA	605	319	643	587	603	1.216	2.345	2.666	2.577	2.238	3.934	17.734
Total da ADA (%)	3,4	1,8	3,6	3,3	3,4	6,9	13,2	15,0	14,5	12,6	22,2	100,0

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Zona 90(Santa Marina)

Zona 91 (Barra Funda)

Zona 92 (Francisco Matarazzo)

Zona 93 (Água Branca)

Total da ADA


Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Gráfico 5.3.1.2-1 - Estrutura etária da ADA

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Utilizando as variáveis de estrutura etária é possível gerar o indicador denominado Carga de Dependência (especializado no *Mapa da Carga de Dependência da ADA – AB 01 5P 018 – 0*), o qual mostra a participação da população de crianças, adolescentes e idosos, em tese, dependente da população em idade ativa (PIA), que são as pessoas entre 15 e 65 anos de idade. Ou seja, este indicador mostra a proporção (%) da população abaixo de 15 anos e acima de 60 anos em relação ao total de habitantes que residem na ADA.

Este indicador permite inferir, indiretamente, áreas com disponibilidade de mão-de-obra em relação a oportunidades de emprego e/ou demanda por educação e formação profissional. Quando este indicador é cruzado com a informação do número de postos de trabalho, podem-se inferir conclusões a respeito da migração pendular ou mesmo justificar o adensamento populacional. Por exemplo, caso uma área possua alta carga de dependência e numerosos postos de trabalho, é certo que grande parte da mão-de-obra que vai trabalhar todos os dias nesta área, provém de outras regiões.

Conforme dito anteriormente, Moreira (2002) apresenta os grandes traços e as mudanças estruturais já ocorridas e as previstas para as próximas décadas para a população brasileira. Para tanto, analisa os contingentes populacionais brasileiros entre 1950 e 2050, observando a posição dos grupos de idades de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e os acima de 65 anos de idade, para assim indicar as Cargas de Dependência Total para cada década, entre outros indicadores.

Enfatiza-se o fato de que nessa análise, Moreira (2002) apresenta a evolução ocorrida entre 1950 e 2000 e projeta a evolução esperada entre 2000 e 2050, mostrando como a Carga de Dependência Total de 80,3% em 1950 vem se reduzindo até alcançar o patamar de 51,4% em 2000, devendo decrescer ainda mais até 2010, quando alcançaria 46,2%, e que então deve começar a crescer novamente, até 59,6% em 2050, devido ao incremento do contingente de idosos.

Mostra ainda o momento, que se estenderá até 2020/25 aproximadamente, que foi caracterizado por Carvalho e Wong (1995, *apud* MOREIRA, 2002) como uma “*window opportunity*”, também chamada de “*bônus demográfico*”, que seria a oportunidade de eliminar, ou pelo menos reduzir, no âmbito das políticas públicas, a grande defasagem dos níveis de escolaridade e de atendimento à saúde hoje existente. Esse corresponde ao período em que a dependência jovem estará cada vez mais reduzida e a dependência idosa ainda estará crescendo de forma pouco acelerada.

Da mesma forma que para a AID, os percentuais definidos nesse trabalho foram adotados aqui como uma escala, correspondentes ao grau da transição demográfica ocorrida em cada um desses momentos no país como um todo, de modo a constituir uma referência para a análise dos dados da AID e ADA.

Os patamares adotados para o Brasil foram: entre 73,1% e 64,1%, Cargas de Dependência Total correspondentes às de 1980 e 1990; entre 64,1% e 51,4%, Cargas de Dependência Total correspondentes às de 1990 e 2000; entre 51,4% e 43%, Cargas de Dependência Total correspondentes à de 2000 e à estimada para 2010 – estas foram as Cargas de Dependência Total adotadas no trabalho de Moreira (2002). Calculando a carga de dependência das zonas de pesquisa da ADA, nota-se que a maioria delas, encontra-se em patamar menor que o mínimo estipulado por Moreira (2002), que foi de 43% para o último período (2000 a 2010). Portanto, foram criadas classes específicas para acomodar os dados encontrados, sendo elas: entre 43% a 35%, 35% a 30%, 30% a 27% e 27% a 23% como pode ser visto no *Mapa da Carga de Dependência da ADA – AB 01 5P 018 – 0*.

Na Tabela 5.3.1.3-6 estão exibidos os valores de Carga de Dependência entre as zonas de pesquisa e setores censitários que perfazem a ADA. A partir desta tabela e do mapa, pode-se

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

dizer que predominam o intervalo de cargas de dependência entre 35% a 30%, sobretudo na porção noroeste e oeste da ADA.

A carga de dependência entre 43% a 35% está presente na área do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, nas zonas 91, 92 e 93. Entretanto, esse intervalo também aparece nos setores 869000044 (leste da ADA) e 860000137 (sudoeste da ADA).

Na ADA como um todo, a Carga de Dependência ficou em 34,3%. Com isso, pode-se dizer que a composição demográfica da ADA na porção oeste possui maior número absoluto e relativo (proporcional) de pessoas em idade produtiva, quando comparada com a porção sudeste.

Os indicadores de densidade demográfica e carga de dependência permitem considerar que a ADA na região do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca – ao norte da ferrovia – comporta baixa densidade demográfica, quando comparado com as demais áreas. Ou seja, a porção central da ADA possui “ocupação rarefeita”, com poucos residentes.

Isto demonstra um potencial para adensamento residencial. Contudo, como já mencionado no diagnóstico da AID, é de suma importância analisar outros indicadores para avaliar a possibilidade de adensamento residencial. Dentre os diversos indicadores, deve-se atentar para a existência de áreas verdes e espaços públicos para lazer, capacidade de transporte público, áreas com potencial de enchente e poluição (ar, solo, água e ruído), equipamentos urbanos de saúde e educação e etc. Tudo isso para se chegar a uma situação ótima da qualidade ambiental urbana, visando manter e ampliar a qualidade de vida da atual e futura população que ocupará o território criado pela Operação Urbana Consorciada Água Branca.

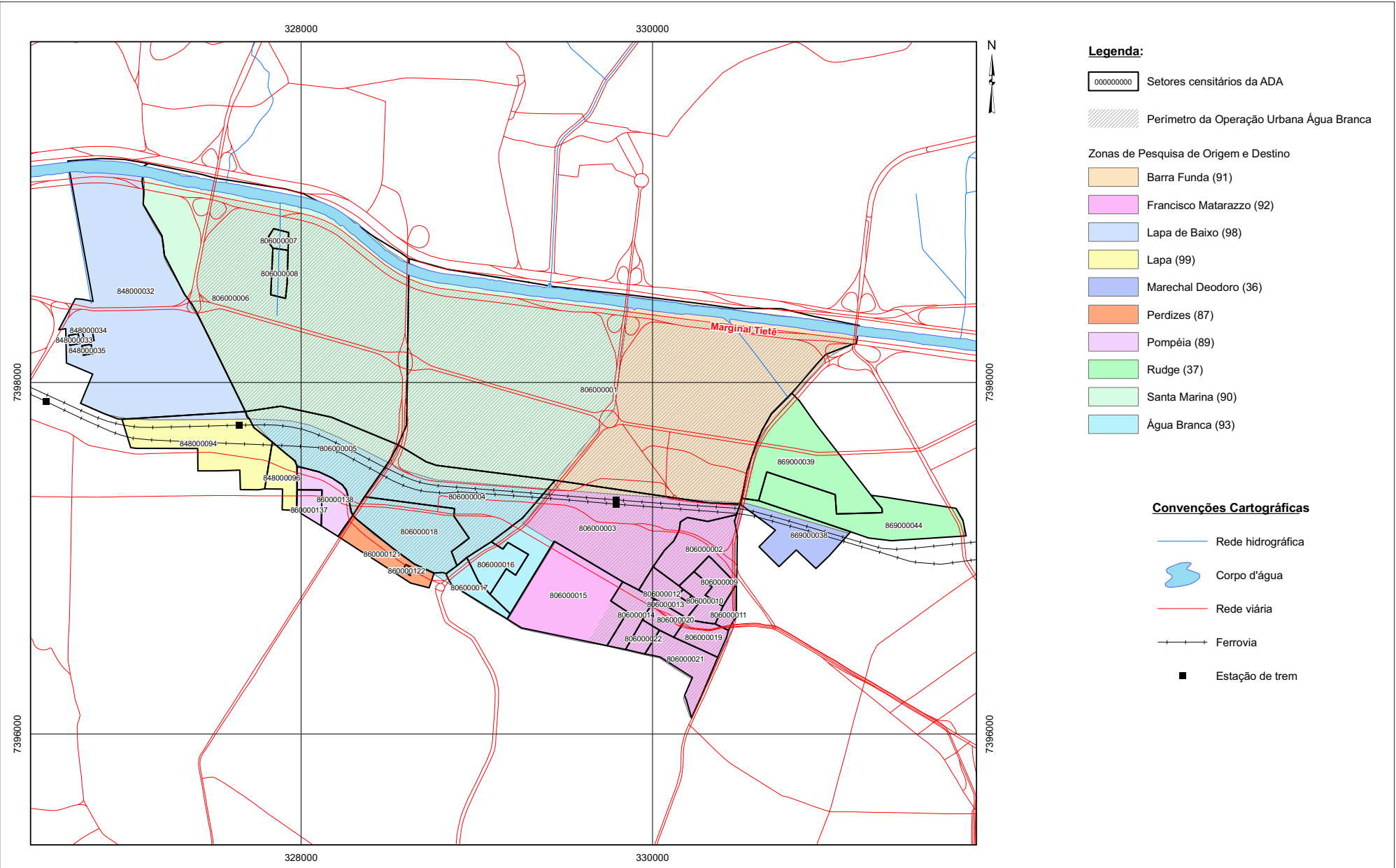
Tabela 5.3.1.3-6
Distribuição da Carga de Dependência na ADA

Zona	Denominação	Carga de Dependência (%)
90	Santa Marina	30,5
91	Barra Funda	36,1
92	Francisco Matarazzo	39,6
93	Água Branca	35,8
Setor Censitário	848000032	33,8
	848000033	28,1
	848000034	29,8
	848000035	27,5
	848000094	30,9
	848000096	32,1
	860000121	33,4
	860000122	28,0
	860000137	35,8
	860000138	27,1
	869000038	23,4
	869000039	33,3
869000044	35,6	
Total da ADA		34,3

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

5.3.1.4) Síntese dos Aspectos Relevantes

- ✓ A Área Diretamente Afetada – ADA para o Meio Socioeconômico foi delimitada através das zonas de pesquisa (OD-RMSP 2007), localizadas dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, além dos setores censitários do IBGE (2000) onde estão previstas as intervenções no viário recomendadas pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), cuja localização extrapola os limites do perímetro da Operação Urbana.
- ✓ A população absoluta da ADA corresponde a 17.734 habitantes.
- ✓ As zonas 90 (Santa Marina) e 91 (Barra Funda) inseridas no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, situadas na porção norte da ferrovia são áreas de “ocupação rarefeita”, com baixa concentração populacional quando comparadas com a porção sul da linha férrea.
- ✓ De fato, nas áreas onde concentram maior número de habitantes, ao sul da ferrovia, existe uma ocupação residencial de padrão vertical. Por outro lado, quando se observa a realidade das zonas 90 (Santa Marina) e 91 (Barra Funda), verifica-se que não há um adensamento residencial e sim industrial, comercial e institucional. Nessas áreas, estão localizados grandes equipamentos urbanos como, por exemplo, os Fóruns (Criminal e Trabalhista), o Playcenter, os Centros de Treinamento do Palmeiras e do São Paulo entre outros equipamentos urbanos. Também existem indústrias que ocupam grandes áreas, como a Duratex – Deca.
- ✓ Atualmente na região do perímetro da Operação Urbana entre a linha férrea e a Marginal do Tietê, onde estão previstos os adensamentos residenciais, existe baixa densidade demográfica, que por sua vez poderá ser acentuada, desde que sejam mantidas as condições para boa qualidade ambiental urbana, incluindo dentre outras ações a implementação de áreas verdes, melhorias viárias e de calçada, bem como a equidade do número de habitantes com a oferta de equipamentos urbanos de lazer, saúde e educação.



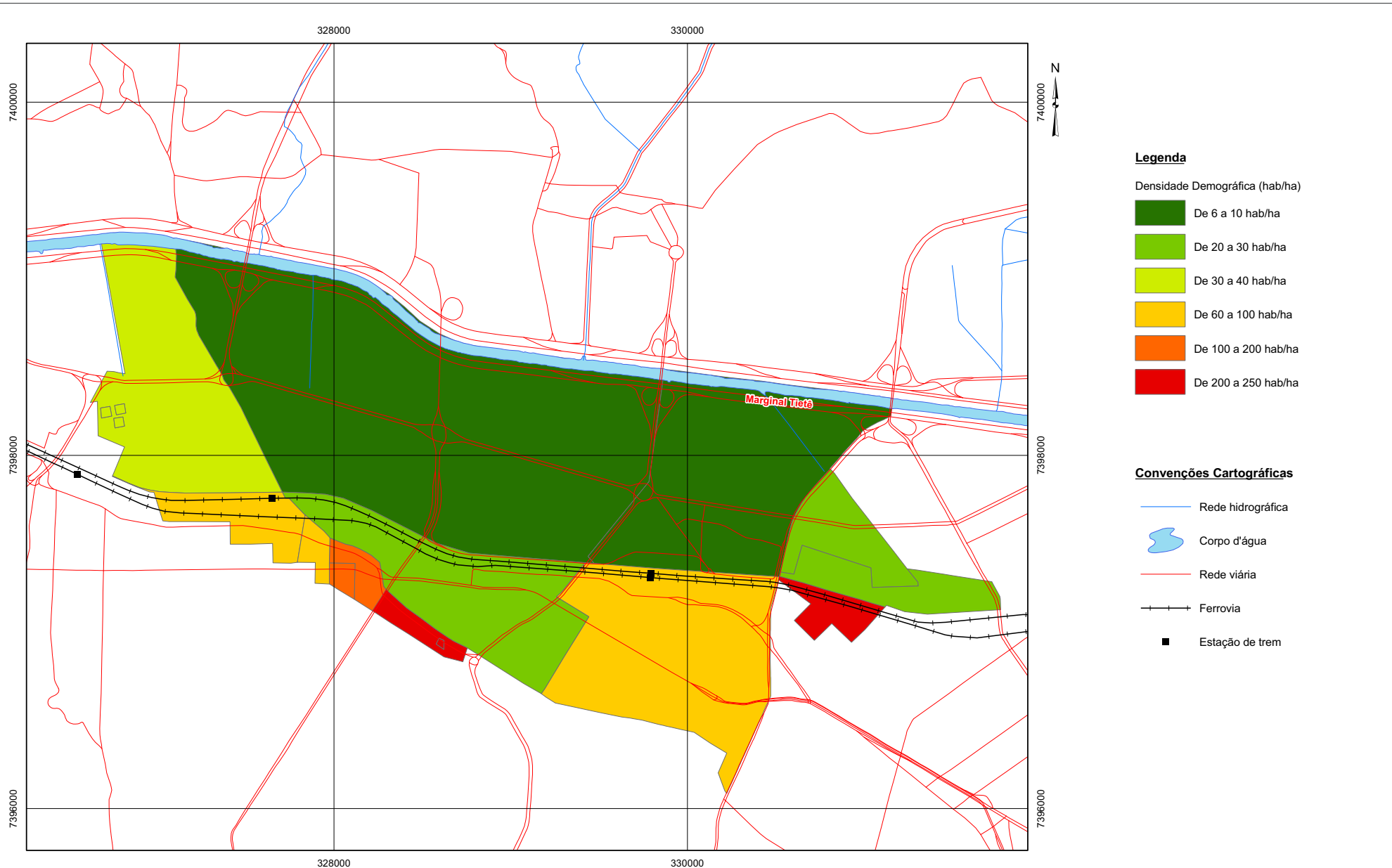
- Legenda:**
- Setores censitários da ADA
 - Perímetro da Operação Urbana Água Branca
- Zonas de Pesquisa de Origem e Destino**
- Barra Funda (91)
 - Francisco Matarazzo (92)
 - Lapa de Baixo (98)
 - Lapa (99)
 - Marechal Deodoro (36)
 - Perdizes (87)
 - Pompéia (89)
 - Rudge (37)
 - Santa Marina (90)
 - Água Branca (93)

- Convenções Cartográficas**
- Rede hidrográfica
 - Corpo d'água
 - Rede viária
 - Ferrovia
 - Estação de trem

Escala 1:20.000
 0 0,2 0,4 0,6 0,8 1 km
 Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69

Fonte:
 - Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).
 - METRÔ/SP - Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.

 <small>ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL</small> EMURB	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
	ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS DE PESQUISA E SETORES CENSITÁRIOS DA ADA
REFERÊNCIA	AB 01 5P 015-0

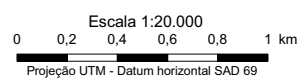


Legenda

- Densidade Demográfica (hab/ha)
- De 6 a 10 hab/ha
 - De 20 a 30 hab/ha
 - De 30 a 40 hab/ha
 - De 60 a 100 hab/ha
 - De 100 a 200 hab/ha
 - De 200 a 250 hab/ha

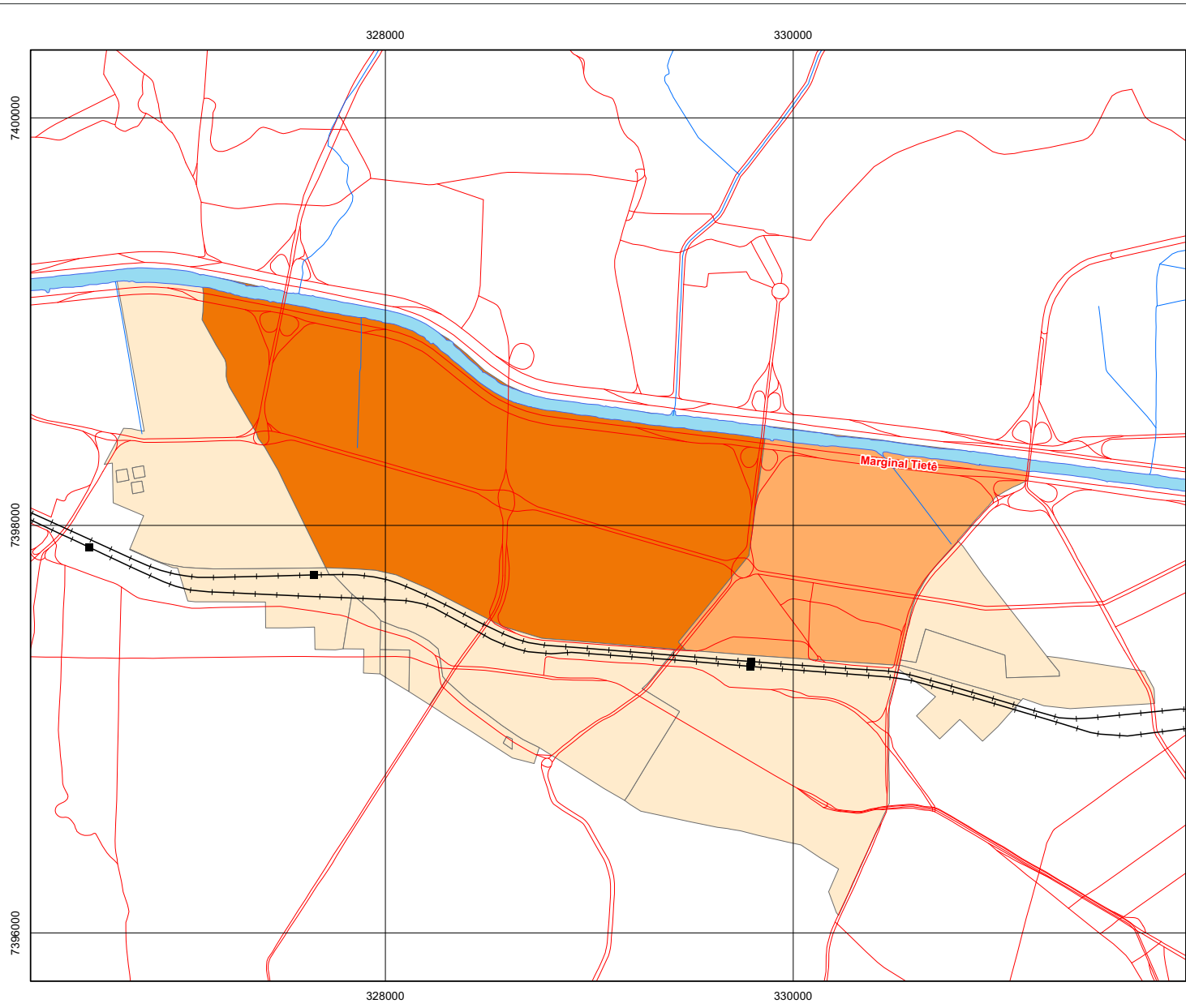
Convenções Cartográficas

- Rede hidrográfica
- Corpo d'água
- Rede viária
- Ferrovia
- Estação de trem



Fonte:
 - Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).
 - METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.

 	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
	ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DE DENSIDADE DEMOGRÁFICA DA ADA
REFERÊNCIA	AB 01 5P 016-0



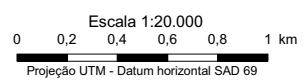
Legenda

Média de Moradores por Domicílio

- De 2 a 3
- De 3 a 4
- Mais que 4

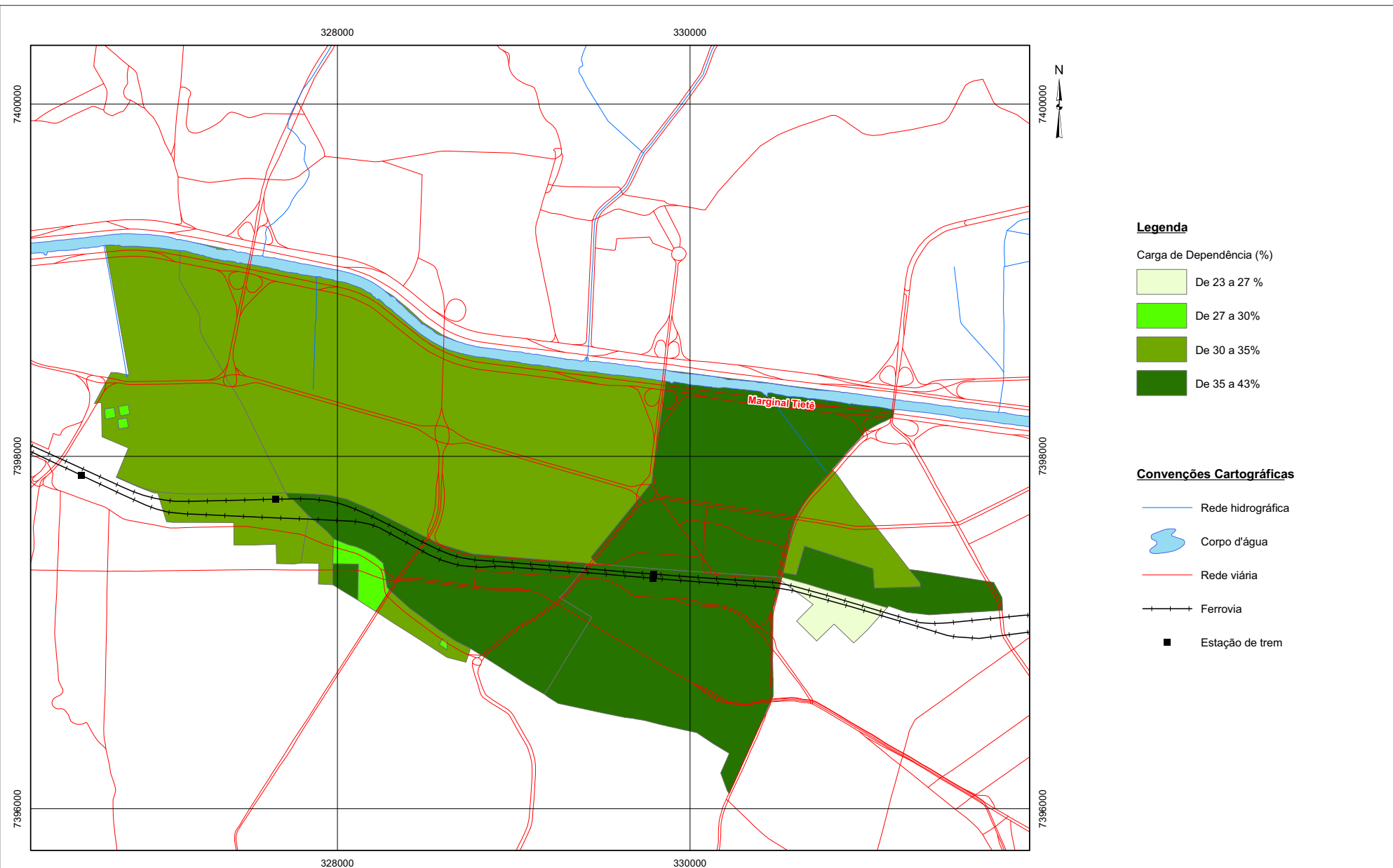
Convenções Cartográficas

- Rede hidrográfica
- Corpo d'água
- Rede viária
- Ferrovia
- Estação de trem



Fonte:
 - Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).
 - METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.

 	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
	ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DA MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO NA ADA
REFERÊNCIA	AB 01 5P 017-0



- Legenda**
- Carga de Dependência (%)
- De 23 a 27 %
 - De 27 a 30%
 - De 30 a 35%
 - De 35 a 43%

- Convenções Cartográficas**
- Rede hidrográfica
 - Corpo d'água
 - Rede viária
 - Ferrovia
 - Estação de trem



Escala 1:20.000

0 0,2 0,4 0,6 0,8 1 km

Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69

Fonte:

- Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).
- METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.

 	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
	ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DA CARGA DE DEPENDÊNCIA DA ADA
REFERÊNCIA	AB 01 5P 018-0

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

5.3.2) Identificação e Estimativa da População Favelada

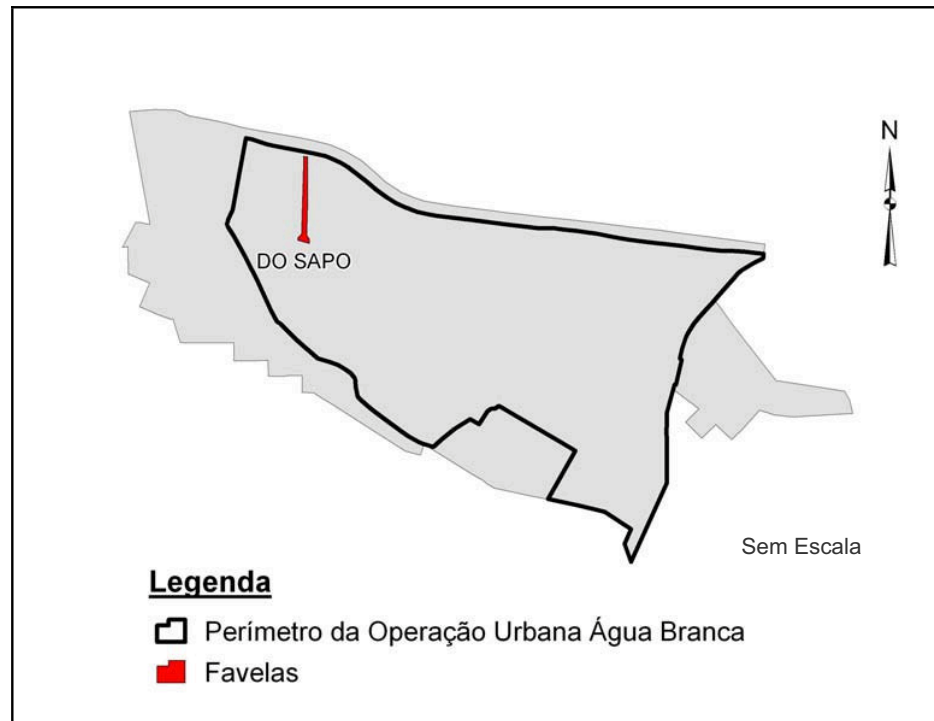
5.3.2.1) Área Diretamente Afetada – ADA

⇒ Aspectos Metodológicos

Conforme já explicitado, a ADA para o Meio Socioeconômico foi delimitada por meio dos limites das Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007), inseridas dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, além dos setores censitários do IBGE (2000), nos locais, onde estão previstas intervenções no viário recomendadas pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), as quais extrapolam os limites do perímetro da Operação Urbana. Esta delimitação levou em consideração a dimensão territorial deste empreendimento, com 540 ha, bem como a disponibilidade de dados atuais que abrangesse toda sua área.

A estimativa da população favelada foi realizada no recorte espacial da ADA, sendo subsidiada por duas fontes de dados. A primeira e mais atual, corresponde aos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Habitação, por meio da Superintendência de Habitação Popular (SEHAB/Habi – Centro). Para complementar o diagnóstico, utilizou-se uma segunda fonte de dados, que corresponde a *Base de Informações por Setor Censitário* (IBGE, 2000).

De acordo com as informações do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e da própria Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), existe atualmente na ADA apenas uma favela, denominada favela do Sapo. A localização desta ocupação está apresentada no Cartograma 5.3.2.1-1.



Fonte: CEM – Centro de Estudos da Metrópole (2000)

Cartograma 5.3.2.1-1 - Localização da favela inserida na ADA

⇒ **Estimativa da população favelada com os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Habitação - Superintendência de Habitação Popular (SEHAB/Habi – Centro)**

Em consulta à diretoria da SEHAB/Habi-Centro realizada em 20 de outubro de 2009, existia até esta data na Favela do Sapo, 236 famílias e 70 imóveis. Embora sejam avaliadas todas as instalações de moradia (barracos, casas de alvenaria e etc.), muitas delas não são consideradas imóveis (domicílios), pois de acordo com as informações disponibilizadas na SEHAB algumas pessoas montam barracos em áreas que serão objeto de urbanização (ficam sabendo com antecedência) somente para tirar proveito de programas habitacionais prioritários ou a carta de crédito (semelhante a indenização, com valores em torno de R\$ 5.000,00). Esses barracos não são configurados como domicílio, onde não existem elementos suficientes para tal, por exemplo, cômodos com apenas um colchão, ou instalações feitas a apenas um mês, ou mesmo uma semana.

Esse quadro é resultado da atuação ostensiva de invasores que pretendem tirar proveito de situações em que as famílias terão prioridade em atendimentos habitacionais ou serem beneficiadas com carta de crédito.

Durante o processo de desocupação da Favela do Sapo, a arquiteta urbanista e relatora especial para direito à moradia da ONU, Raquel Rolnik, solicitou informações sobre procedimentos de deslocamento dessa população.

Dentre outras argumentações sobre o caso, a SEHAB/Habi, afirma que *“no início de 2008, foi realizada uma contagem da população instalada de forma inadequada no local quando foi constatada a presença de cerca de 150 famílias. Nesse mesmo ano, uma empresa ligada ao setor imobiliário, na iminência de iniciar um empreendimento na área vizinha, negociou com 80 famílias a retirada da área, pagando para cada uma, valores variados. Restaram, então, em meados de 2008, 70 famílias vivendo na beira do córrego. Com a divulgação da notícia de intervenção na área e com o início dos trabalhos, a favela sofreu uma invasão que fugiu dos padrões até então conhecidos. Às 70 famílias originais, em pouco mais de oito meses, somaram-se outras 385, totalizando 455. A partir da nova realidade, em junho deste ano, a Sehab iniciou cadastramento completo das famílias que ali estavam de modo a distinguir as verdadeiras demandas daquelas de pessoas que, tendo conhecimento da intervenção pública, entenderam que estavam frente a uma oportunidade de “furar” a fila das prioridades estabelecidas nos programas da Prefeitura de São Paulo.”* (Carta Resposta para a Relatora da ONU sobre Direito a Moradia – Raquel Rolnik – 31/09/2009 - <http://raquelrolnik.wordpress.com>)

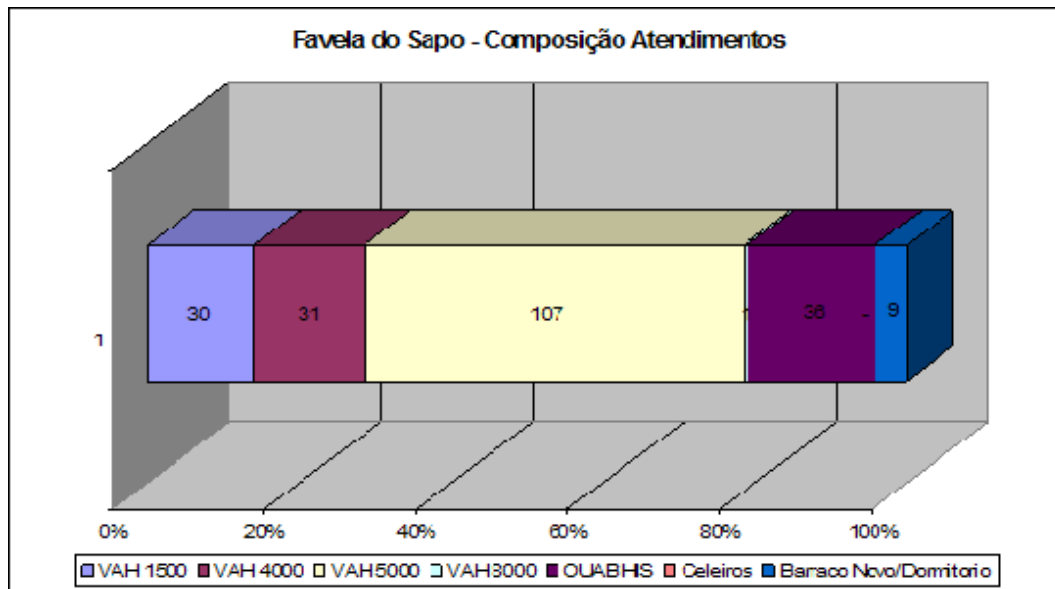
Atualmente estão sendo executadas ações para desocupação da favela do Sapo. Desta forma, o número de famílias deslocadas chega a 30 por semana, de tal modo que até o ano de 2010, a SEHAB/Habi-Centro pretende realocar essa população por completo, seja com carta de crédito ou em projetos habitacionais fora dessa região ou nas Habitações de Interesse Social (HIS) concebidas dentro do Plano Urbanístico da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

Até o momento a desocupação da Favela do Sapo deu atendimento prioritário para as famílias, principalmente com base na análise da situação socioeconômica, do tipo de ocupação e tempo de moradia na área. No Gráfico 5.3.2.1-1, são apresentadas as formas de atendimento dessas famílias. As famílias foram classificadas de acordo com o tipo de habitação encontrado em:

- ✓ VAH = Verba de Atendimento Habitacional;
- ✓ Celeiro = barraco com paredes com material que iriam para o lixo (papelões, latas);
- ✓ Barraco novo = barracos em construção durante o cadastramento;

- ✓ Dormitório = são barracos que não são considerados como moradia. Em geral são barracos que tem apenas um colchão. Muitas vezes não tem sequer a cama. Isso indica que a pessoa não mora ali.

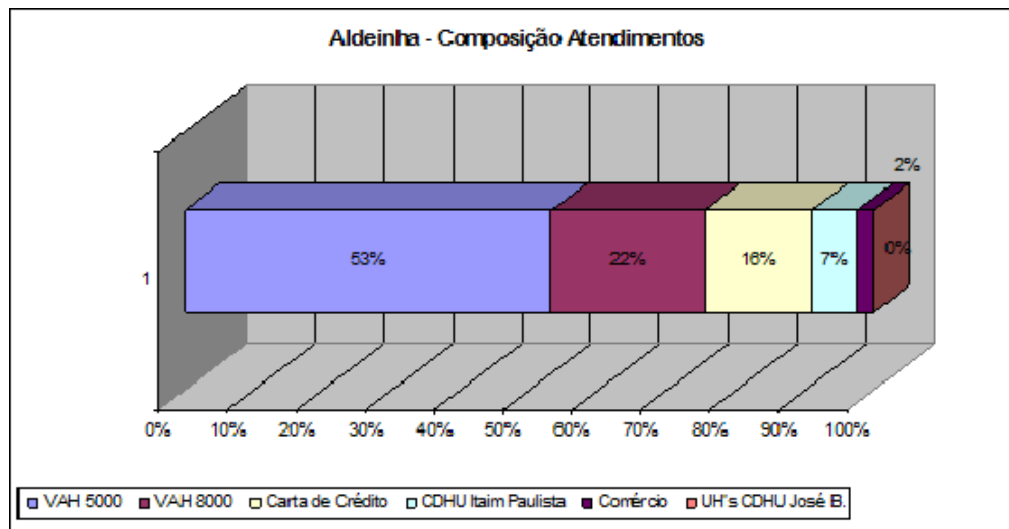
Gráfico 5.3.2.1-1
Composição dos atendimentos às famílias da Favela do Sapo até 20/10/2009



Fonte: Diretoria da SEHAB/Habi-Centro (2009)

Segundo a diretoria da SEHAB/Habi-Centro, havia outra favela na ADA, denominada Aldeinha. Contudo, essa área já foi desocupada por completo. A composição do atendimento às famílias da favela Aldeinha está exibida no Gráfico 5.3.2.1-2.

Gráfico 5.3.2.1-2
Composição dos atendimentos às famílias da Favela Aldeinha



Fonte: Diretoria da SEHAB/Habi-Centro (2009)

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

As Fotos 5.3.2.1-1 à 5.3.2.1-4 ilustram a condição atual de ocupação da favela do Sapo.



Foto 5.3.2.1-1: Favela do Sapo com barracos construídos de forma precária às margens do córrego Água Branca. (registro no dia 19/10/09)



Foto 5.3.2.1-2: Favela do Sapo com barracos construídos de forma precária ao lado do Conjunto Habitacional Cingapura. (registro no dia 19/10/09)



Foto 5.3.2.1-3: Favela do Sapo com barracos construídos de forma precária às margens do córrego Água Branca. (registro no dia 19/10/09)



Foto 5.3.2.1-4: Favela do Sapo com barracos construídos de forma precária ao lado do Conjunto Habitacional Cingapura. (registro no dia 19/10/09)

⇒ **Estimativa da população favelada com os dados da Base de Informação por setor censitário (IBGE, 2000)**

O IBGE classifica os setores censitários em dois grupos: *Comum* ou *Especial*. Os setores do Tipo *Comum* constituem os locais “onde há estrutura urbana tradicional, com ruas, endereços, ainda que a propriedade do terreno eventualmente não seja bem definida.” (CARVALHO et al 1997).

Os setores do Tipo *Especial* são aqueles que apresentam características que tornam necessário um tratamento diferenciado de coleta em relação aos setores *Comuns*. Estes setores *Especiais* são divididos em 7 subgrupos.

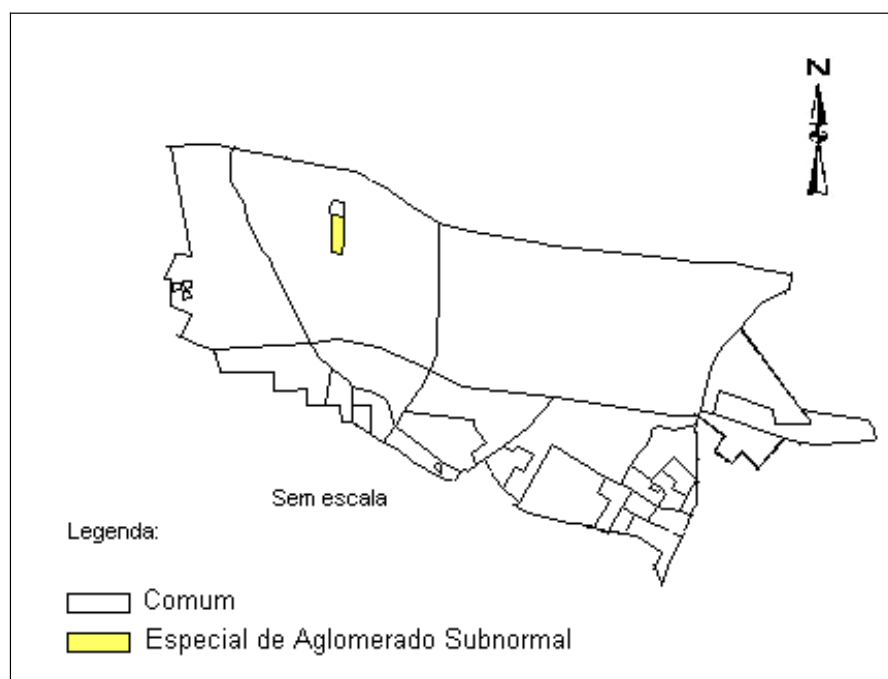
Na ADA ocorre apenas um subtipo de setor *Especial*, denominado *Aglomerado Subnormal*, que é identificado como “conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. São os setores que comportam as ocupações precárias de favelas” (IBGE, 2002:08).

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

No Cartograma 5.3.2.1-2, apresenta-se a tipologia dos setores censitários que compõem a ADA. Nota-se que justamente onde está localizada a favela do Sapo existe um setor especial de aglomerado subnormal. Desta forma, serão apresentados os dados deste setor censitário (806000008).

De acordo com o IBGE, no ano 2000 existiam 261 domicílios e chefes de família (responsável), onde residiam 1.172 habitantes. Havia, portanto, uma média de 4,5 habitantes por domicílio.

Os dados sobre a habitação e saneamento básico deste setor censitário estão contemplados no diagnóstico dos Itens **5.3.8.2** e **5.3.8.3** Habitação (AID e ADA).



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Cartograma 5.3.2.1-2 - Tipologia dos Setores Censitários inseridos na ADA

5.3.2.2) Síntese dos Aspectos Relevantes

- ✓ De acordo com as informações do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e da própria Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), existe atualmente na ADA apenas uma favela, denominada favela do Sapo.
- ✓ Em consulta à diretoria da SEHAB/Habi-Centro realizada em 20 de outubro de 2009, existia até esta data na Favela do Sapo, 236 famílias e 70 imóveis.

5.3.3) Perfil Econômico

5.3.3.1) Área de Influência Indireta – All

O perfil econômico da All foi diagnosticado a partir dos dados e informações referentes aos setores econômicos e indicadores do Produto Interno Bruto - PIB e do Índice de Participação dos Municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS recolhido pelo município, bem como a posição do mesmo na dinâmica econômica do Estado.

Em relação ao município de São Paulo, nota-se que apesar do processo de desconcentração industrial, é considerado ainda como o principal pólo financeiro e de serviços do país, posicionando-se com destaque nas tomadas de decisões empresariais. Apesar das indústrias terem, em parte, se afastado da capital, as sedes e as deliberações ocorrem ainda neste município, sobretudo nos centros empresariais, como por exemplo, o Complexo Empresarial da Berrini.

“Apesar da recente desconcentração do investimento e da produção industrial, a cidade de São Paulo continua se destacando em termos econômicos, especialmente nos setores de vanguarda tecnológica. A título de ilustração, dos 20 maiores bancos e caixas econômicas, 16 possuem sede na capital, sete das oito maiores editoras do país encontram-se sediadas na cidade, bem como as sete maiores empresas do país no setor de informática” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

“Por sua vez, os investimentos têm se concentrado crescentemente no setor de serviços. No ano 2000, seis subsetores responderam por 80% dos investimentos do setor privado - os quais totalizaram mais de 3 bilhões de dólares - todos eles do setor terciário (atividades imobiliárias, alojamento e alimentação, atividades de informática, intermediação financeira, telecomunicações e varejo)” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

O município de São Paulo ocupa a 19ª colocação no ranking das cidades mais ricas do mundo e, segundo estudo realizado pela consultoria Price Water House Coopers, deverá crescer 80% nos próximos 15 anos, atingindo a 13ª posição até 2020. A capital é ainda um centro de negócios e serviços onde estão 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil, a primeira praça financeira do país e sexta maior bolsa de valores do mundo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

A partir do Quadro 5.3.3.1-1, verifica-se o número absoluto e relativo do total de estabelecimentos por atividade econômica para o ano de 2008 na All, na RMSP e no Estado de São Paulo.

Na Região Metropolitana e no município de São Paulo destaca-se o setor de serviços com o maior número de estabelecimentos, respectivamente com 154.381 e 113.278, representando 43,31% e 45,67% do total. Diferente do Estado de São Paulo que tem na atividade comercial o maior número de estabelecimentos.

Na RMSP há uma concentração industrial em termos de proporção um pouco superior que na All, pois 12,51% dos estabelecimentos são considerados indústrias, enquanto na All são 11,62%, que é um valor pouco superior ao Estado de São Paulo, onde 11,40% dos estabelecimentos são considerados indústrias.

Os estabelecimentos agrícolas na All e na Região Metropolitana de São Paulo somam respectivamente apenas 0,25% e 0,6%. Já no Estado de São Paulo somam 7,49%.

Quadro 5.3.3.1-1

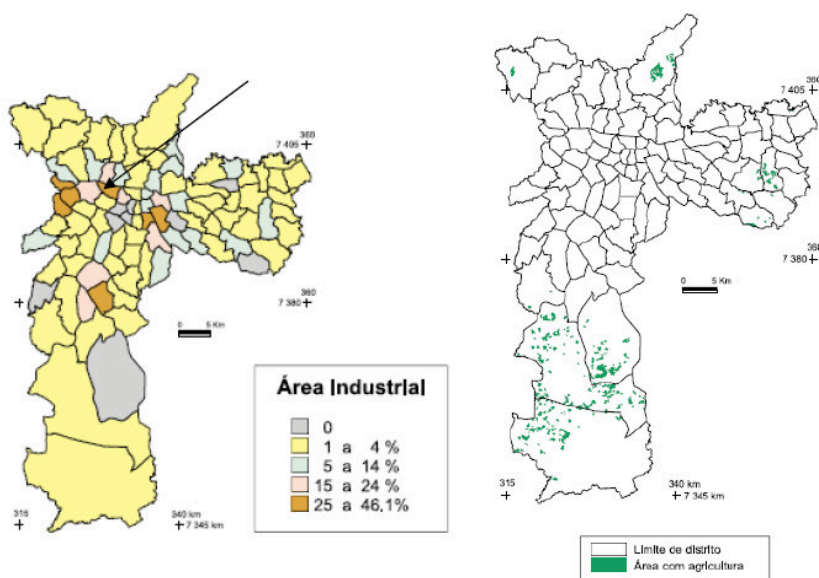
Número absoluto e relativo do total de estabelecimentos por atividade econômica para o ano de 2008 no município de São Paulo na RMSP e no Estado de São Paulo

Localidade		Comércio	Indústria	Serviços	Agricultura	Construção Civil
All	São Paulo	96.549 (38,92%)	28.815 (11,62%)	113.278 (45,67%)	627 (0,25%)	8.771 (3,54%)
	RMSP	142.887 (40,08%)	44.585 (12,51%)	154.381 (43,31%)	2.139 (0,60%)	12.473 (3,50%)
	Estado de São Paulo	340.269 (40,40%)	95.990 (11,40%)	314.123 (37,30%)	63.078 (7,49%)	28.692 (3,41%)

Fonte: SEADE (2009)

A Figura 5.3.3.1-1 retrata a localização dos estabelecimentos industriais e agrícolas no município de São Paulo. Nota-se que os estabelecimentos industriais concentram-se na porção centro-oeste do município, enquanto as atividades agrícolas localizam-se na periferia. Foi destacado nesta Figura o distrito da Barra Funda, que terá uma reestruturação urbana a partir da aprovação das intervenções propostas dentro do Plano Urbanístico da Operação Urbana Consorciada Água Branca, com o incentivo a mudança no uso do solo de predominantemente industrial como está na Figura para misto com predomínio residencial.

A distribuição da massa salarial do emprego formal por atividade econômica no município e nos 10 distritos de São Paulo onde estão inseridas as zonas de pesquisa (OD – RMSP -2007) consideradas para AID, pode ser observada na Tabela 5.3.3.1-1.



Fonte: EMPLASA (2009)

Figura 5.3.3.1-1 - Localização dos estabelecimentos industriais e agrícolas no município de São Paulo no ano de 2001

Tabela 5.3.3.1-1

Distribuição da massa salarial do emprego formal por atividade econômica no município de São Paulo e nos 10 distritos onde estão inseridas as Zonas de Pesquisa (OD – RMSP - 2007) consideradas para AID em 2002 ⁽¹⁾

Distritos	Indústria (%)	Construção Civil (%)	Comércio (%)	Serviços (%)	Total (2) (%)
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	15,6	2,8	11,2	70,4	100,0
Barra Funda	34,2	1,8	10,4	53,6	100,0
Bom Retiro	43,3	2,5	10,7	43,5	100,0
Casa Verde	37,2	2,8	24,2	35,8	100,0
Consolação	21,9	7,4	5,5	65,1	100,0
Freguesia do Ó	33,9	6,2	21,1	38,9	100,0
Lapa	17,0	2,9	19,2	60,9	100,0
Limão	36,5	3,2	16,5	43,7	100,0
Perdizes	7,9	4,2	14,8	73,1	100,0
Santa Cecília	20,5	1,4	24,1	53,9	100,0
Santana	8,1	1,9	13,8	76,1	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. 2002; Fundação Seade.

(1) Dados referentes a 31 de dezembro de 2002.

(2) Inclui o setor Agropecuário.

A maior porcentagem de massa salarial do emprego formal no município de São Paulo está concentrada no setor de serviços, seguido pelo das indústrias, comércio e construção civil. Todos os distritos, com exceção da Casa Verde, também têm a maior porcentagem da massa salarial do emprego formal concentrada no setor de serviços. Cabe ressaltar que, Bom Retiro, Barra Funda, Freguesia do Ó e Limão destacam-se com valores significativos no setor industrial, mais de 30% do total. Já o distrito da Casa Verde é o único que apresentou a maior porcentagem de massa salarial do emprego formal no setor industrial.

Os indicadores econômicos do PIB em milhões, PIB *per capita*, participação no PIB do Estado de São Paulo e o Índice de Participação do Município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo no ICMS, estão apresentados no Quadro 5.3.3.1-2. Verifica-se que o município de São Paulo detém 35% do PIB do Estado de São Paulo. Em relação ao Índice de Participação dos Municípios no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o município de São Paulo mantém na posição de vanguarda com 23,64% do total do Estado de São Paulo. A Região Metropolitana destaca-se por representar 56,15% de participação no PIB do Estado.

Quadro 5.3.3.1-2

Produto Interno Bruto – PIB na All e na Região Metropolitana de São Paulo em 2006

Localidades	PIB (Em milhões de reais)	PIB <i>per Capita</i> (Em reais correntes)	Participação no PIB do Estado (%)	Índice de Participação dos Municípios no ICMS (%)
All São Paulo	282.852,34	25.674,86	35,24	23,64
RMSP	450.604,63	22.899,48	56,15	44,1

Fonte: SEADE (2009)

O papel desempenhado pela capital para a economia do Estado de São Paulo está sustentado nos pólos tecnológicos de informática, telecomunicação e intermediação financeira, bem como nas sedes empresariais de indústrias e empresas de diversos setores (financeiro, advocacia, varejo, comercial e construção civil).

O grande contingente populacional do município de São Paulo e o valor total da renda desta população resultam em um alto poder de consumo da população. Esta realidade pode ser verificada no Quadro 5.3.3.1-3, onde está explícito o alto poder aquisitivo da população da All, que obteve em 2000, maiores rendimentos que a média do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo.

Quadro 5.3.3.1-3

Dados de renda *per capita* em Reais (R\$), dos chefes de família e dos vínculos empregatícios do Estado, Região Metropolitana e município de São Paulo, no ano de 2000

Localidade	Rendimento Médio Mensal dos chefes de família dos domicílios particulares permanentes	Rendimento Médio no Total de Vínculos Empregatícios
Est.de São Paulo	1.076,21	951,03
RMSP	1.265,10	1.100,41
All São Paulo	1.479,69	1.168,38

Fonte: SEADE (2009)

Na Figura 5.3.3.1-2 é possível observar a renda média domiciliar em reais por distritos do município de São Paulo no ano de 1997. Os menores rendimentos estão na periferia do município, e ao contrário, nos distritos próximos ao centro os rendimentos aumentam. Os distritos com os maiores rendimentos em 1997 foram Moema, Jardim Paulista, Alto de Pinheiros e Morumbi. Ao contrário, os com menores rendimentos estão principalmente na zona leste e zona sul do município.

Quanto aos 10 distritos que estão no entorno da Operação Urbana Consorciada Água Branca onde estão localizadas as zonas de pesquisa OD, destacam-se, Perdizes e Consolação, como os que apresentam as maiores rendas médias domiciliares em 1997, de 3.000 a 3.999 reais. Os distritos da Lapa, Barra Funda, Santa Cecília, Limão e Santana possuíam renda média domiciliar de 2.000 a 2.999 reais e os distritos da Freguesia do Ó e Casa Verde as piores rendas, de 1.000 a 1.999 reais.

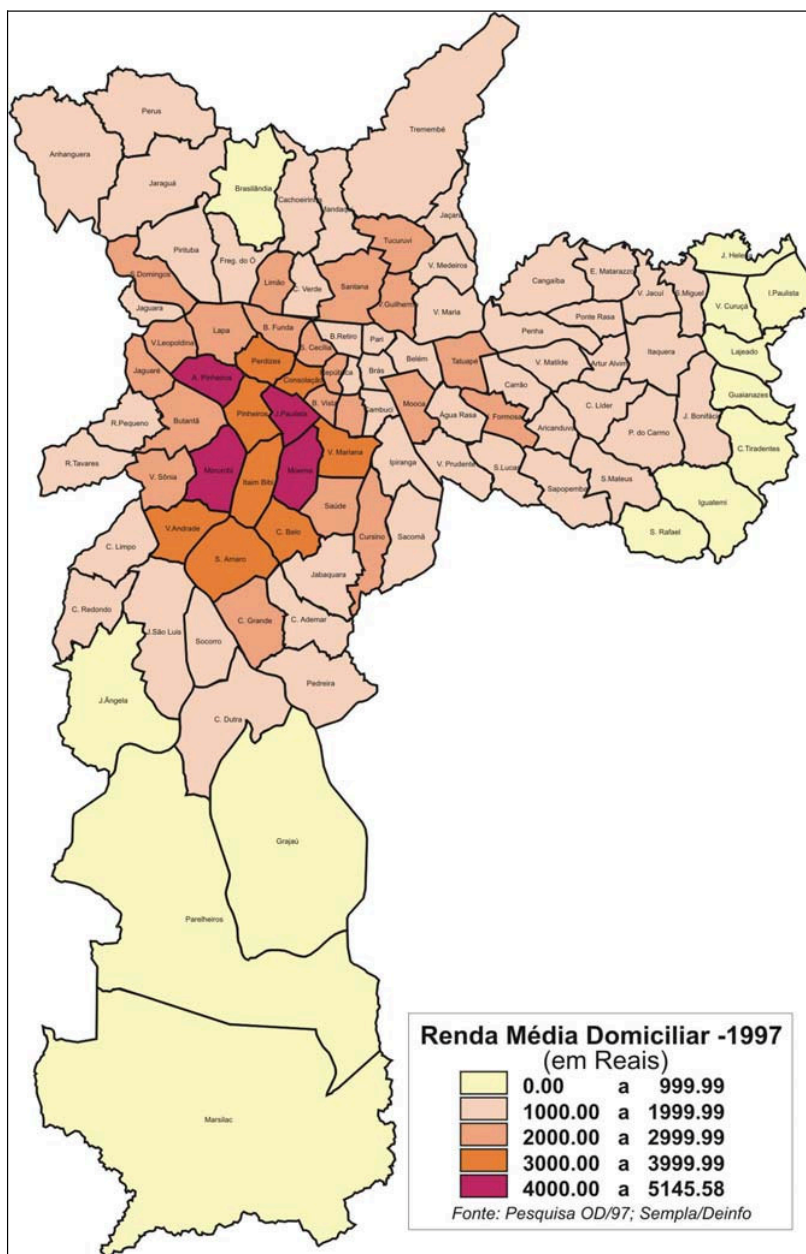


Figura 5.3.3.1-2 - Renda Média Domiciliar - 1997

Para detalhar o diagnóstico do perfil econômico da All foram utilizados os dados da Pesquisa OD de 2007, onde foi possível coletar informações a respeito da renda média familiar nos 10 distritos em destaque.

Esses dados foram obtidos através da intersecção dos limites das zonas de pesquisa OD 2007 com os limites dos 10 distritos, obtendo-se dessa forma as zonas de pesquisa que estão inseridas nesses 10 distritos.

O dado de cada distrito foi calculado pela soma das rendas médias familiares das zonas de pesquisas que compõem o distrito, posteriormente dividido pelo número de zonas inseridas no distrito. Por exemplo, o distrito do Limão é composto pelas zonas 136 e 137, que somadas suas

respectivas rendas médias familiares chega-se a um total de R\$ 4.421,00, portanto, a renda média familiar do distrito do Limão será esse valor dividido pela quantidade de zonas (duas), resultando em R\$2.211,00.

O **Quadro 5.3.3.1-4**, a seguir apresenta os valores de renda média familiar por distrito em destaque.

Quadro 5.3.3.1-4
Renda média familiar dos 10 distritos em destaque

Distrito	Renda Média Familiar (R\$)
Barra Funda	3.803,00
Bom Retiro	2.448,00
Casa Verde	2.586,00
Consolação	5.501,00
Freguesia do Ó	2.498,00
Lapa	3.976,00
Limão	2.211,00
Perdizes	5.636,00
Santa Cecília	3.571,00
Santana	2.662,00

Fonte: Pesquisa OD 2007 – METRÔ/SP

Os distritos que apresentaram as maiores rendas familiares na pesquisa OD 2007 foram os mesmos (Perdizes e Consolação) com as maiores rendas domiciliares na pesquisa OD de 1997 (Figura 5.3.3.1-2). Os distritos com as menores rendas médias familiares em 2007, abaixo de R\$3.000,00 foram Limão, Bom Retiro, Freguesia do Ó, Casa Verde e Santana.

Além da informação de renda média familiar foram coletados os dados da renda e rendimento das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes dos 10 distritos no ano 2000, conforme o **Quadro 5.3.3.1-5**. Esses dados estão disponíveis no SEADE e no IBGE.

Quadro 5.3.3.1-5
Distribuição dos Responsáveis (chefes de família) por faixa de renda mensal

Distritos	Sem Rendimento (%)	Rendimento até 1/2 sal.min. (%)	Rendimento entre Mais de 1/2 a 1 sal.min. (%)	Rendimento entre Mais de 1 a 2 sal.min. (%)	Rendimento entre Mais de 2 a 3 sal.min. (%)	Rendimento entre Mais de 3 a 5 sal.min. (%)	Rendimento entre Mais de 5 a 10 sal.min. (%)	Rendimento Maior que 10 sal.min. (%)
Barra Funda	5,29	0,09	2,66	6,76	6,72	11,25	25,51	41,72
Bom Retiro	5,67	0,11	4,36	9,61	11,77	18,56	25,75	24,17
Casa Verde	6,37	0,08	6,03	9,81	10,32	19,04	24,76	23,58
Consolação	4,66	0,02	0,97	1,9	3,02	8,01	21,36	60,05
Freguesia do Ó	9,28	0,12	7,13	10,23	10,57	18	24,65	20,02
Lapa	3,89	0,08	3,51	5,27	5,89	12,76	24,21	44,39
Limão	11,29	0,18	7,72	10,79	11,32	18,35	23,07	17,28
Perdizes	3,31	0,03	1,58	2,57	3,24	7,58	18,37	63,31
Santa Cecília	6,43	0,07	2,1	3,51	5,16	12,48	27,15	43,1
Santana	4,56	0,04	2,92	4,57	5,09	11,36	24,28	47,18

Fonte: SEADE, 2009

Os distritos da Consolação, Santa Cecília, Perdizes, Barra Funda, Lapa e Santana apresentaram a maior parte dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos maiores que 10 salários mínimos. Perdizes e Consolação que apresentaram os maiores rendimentos em 1997 continuam em destaque, com respectivamente 63,31% e 60,05% das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento maior do que 10 salários mínimos.

No outro extremo, os distritos com maior porcentagem das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento foram Limão e Freguesia do Ó, respectivamente com 11,29% e 9,28%.

5.3.3.2 Área de Influência Direta – AID

⇒ Aspectos Metodológicos

O estudo do perfil econômico da AID foi traçado utilizando-se dados e informações disponibilizadas na literatura acadêmica e na Pesquisa Origem e Destino do MÉTRO/SP do ano de 2007.

O perfil econômico da Área de Influência Direta – AID está descrito, primeiramente, pela análise histórica da dinâmica econômica, constituindo uma leitura do processo histórico de utilização deste território para fins econômicos. Em um segundo momento é desenvolvido a caracterização geoeconômica da AID, contemplando a distribuição espacial de indicadores de emprego e renda. Deste modo, será traçado o perfil econômico dos chefes de família que residem nas zonas de pesquisa (OD-RMSP- 2007) consideradas para fins de diagnóstico do meio socioeconômico. Ainda neste segundo momento, será analisada a distribuição espacial dos postos de trabalho e empresas que estão localizadas ao longo da AID.

⇒ Caracterização da história econômica da AID

Sobre os aspectos da história econômica da AID pode-se fazer uma periodização, composta por três períodos com características econômicas distintas. A idéia de reconstruir períodos históricos para orientar a leitura do território é defendida como metodologia por diversos autores, entre eles Santos (2008) e Prado Júnior (2004).

O primeiro período econômico compreende a primeira fase de ocupação (européia) na AID, caracterizada pela ocupação rural (chácaras) e ascensão de atividades econômicas do setor primário, que se deu até 1880. O segundo período corresponde a fase do apogeu industrial, que se estendeu de 1880 até 1930, porém permaneceu com menor intensidade até 1970. Por fim, o terceiro período é constituído pela desconcentração (esvaziamento) industrial e inserção do setor terciário, bem como pela instalação de empreendimentos imobiliários e de lazer na região da AID. Esse último período inicia-se em 1930, mas é intensificado a partir de 1970, configurando-se até os dias de hoje.

No primeiro período considerado para este estudo (século XIX), no bairro da Barra Funda se localizava a Chácara do Carvalho, divisão do antigo sítio de propriedade do Barão de Iguape, que abrangia ainda parte da Casa Verde e da Freguesia do Ó. As terras são denominadas nos registros, em sua maioria como chácaras, sítios, terrenos, ou simplesmente “umas terras” (RAMOS, 2006).

O segundo período econômico esteve estreitamente ligado à construção de estradas de ferro para escoamento da produção do café. Em 1875, a estação Barra Funda da Estrada de Ferro

Sorocabana foi inaugurada integrando o primeiro trecho da linha. A estação permaneceu como depósito e armazém de produtos transportados entre o porto e o interior até a década de 20 (século XX) quando passou a transportar passageiros. Outro marco foi a implantação da estação da São Paulo Railway em 1892, muito próxima à estação da Sorocabana, onde atualmente se encontra o viaduto Pacaembu. Essa ferrovia visou atender desde o início à crescente população do bairro atraída pela demanda de trabalho gerada nos armazéns das ferrovias e de particulares.

Com o crescimento e desenvolvimento do município de São Paulo nas últimas décadas do século XIX, criou-se condições propícias para a ocupação das várzeas dos rios na cidade e o surgimento de novos bairros. Foram loteadas grandes chácaras e a construção de estações de trem, que configuram objetos técnicos de engenharia (SANTOS, 2004), induziu a instalação de atividades econômicas industriais para estas regiões, e com isso também o processo de urbanização. De acordo com Ab'Saber & Azevedo (1958), os bairros da Água Branca e Barra Funda são bons exemplos deste processo.

Conforme Ramos (2006:115), as chácaras localizadas onde hoje está inserida a área do perímetro da Operação Urbana, foram cedendo lugar aos loteamentos, deixando praticamente de existir por volta de 1930. Langenbuch (1971:165) afirma que *“os novos arruamentos e a necessidade de aproveitar o mais possível espaço urbano ocasionaram o deslocamento de numerosas chácaras, de flores ou de legumes, até então localizadas em plena cidade.”*

De acordo com Canabrava (1953:102) durante a última década do século XIX, *“a chacara quase desapareceu do centro urbano, expulsa pela urbanização crescente que trouxe a grande valorização dos terrenos”*. Esta urbanização se refere a transformação de chácaras em lotes, arruamento e a implantação de infraestruturas urbanas que propiciaram a implantação de indústrias.

Os primeiros habitantes da Barra Funda, no período após o loteamento da chacara, foram imigrantes italianos. Além dos trabalhos relacionados à ferrovia, utilizaram parte de suas residências para a implantação de atividades de comércio e serviços, como serrarias e oficinas mecânicas que atendiam à população com alto poder aquisitivo residente no bairro vizinho, Campos Elíseos. Porém, o que mais marca sua presença destes imigrantes na Barra Funda é o estilo arquitetônico. Até hoje a maior parte das casas do bairro possuem uma arquitetura simples com algumas características em comum: construções geminadas que possuem uma entrada lateral, uma fileira de cômodos, uma cozinha, um quintal e um porão.

No início do século XX, as características demográficas do bairro começam a mudar assim como o perfil econômico. A população que era predominante branca somou-se a população negra, resultado da abolição da escravidão, presença que se intensificou nas décadas seguintes. O sistema de transportes da região foi contemplado em 1902, com o primeiro bonde elétrico de São Paulo que ligava a Barra Funda ao largo São Bento. Acompanhando o trajeto do bonde, ruas como Barra Funda, Brigadeiro Galvão e Anhanguera, onde se localizava o ponto final aglutinaram atividades comerciais e de serviços. O desenvolvimento deste pólo comercial, assim como sua proximidade com os bairros Higienópolis e Campos Elíseos, atraiu alguns representantes da classe média cafeeira e industriais que nesta região passaram a residir, enquanto estabeleciam suas indústrias do outro lado do bairro, a Barra Funda de baixo.

A divisão do tecido urbano do bairro data da construção das linhas de trem que separaram a região localizada entre a linha de trem e a marginal Tietê (Barra Funda de baixo) e a localizada entre a linha de trem e os Campos Elíseos (Barra Funda de cima). Por muito tempo foram ligadas por duas porteiras, uma na rua Anhanguera e outra na rua Assis. A parte de cima até hoje comporta maior infraestrutura urbana e o poder aquisitivo da população é maior, comparada à Barra Funda de baixo.

Diante da infraestrutura que o bairro possuía e da concentração de mão-de-obra, as primeiras décadas do século XX assistiram a uma ocupação industrial de grande volta. Na Água Branca, também foi implantado um grande parque industrial, onde foi implantada na década de 20 as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM). Com uma área de 100 mil metros quadrados, a IRFM reuniu diversas atividades industriais que empregavam um grande número de moradores do bairro. Até uma estação de trem da São Paulo Railway foi construída nas mediações do parque industrial para o escoamento do que ali era produzido.

Além das IRFM, instalaram-se diversas indústrias, entre as quais se destacam, a Companhia Antarctica Paulista (inicialmente em 1885) que produzia gelo e banha; a Companhia Vidraria Santa Marina (atual Saint-Gobain), implantada inicialmente em 1896 com a descoberta de areia e turfa neste local; o Curtume Franco-Brasileiro, que segundo Langenbuch (1971) empregava 53 operários em 1909; e a Serraria Água Branca, ocupando um terreno de cerca de 11.00 m², com fundos para a ferrovia Sorocabana, por onde eram recebidas, através de um desvio, toras de madeira provenientes do interior (RAMOS, 2001).

Nesse segundo período econômico da AID, o uso do solo era misto, com área industrial e habitação operária, essa última em alguns casos se transformou em cortiços de imigrantes no terceiro período econômico aqui definido. De acordo com Brunelli *et al* (2006:21), além das grandes fábricas, existiam aquelas menores, de “fundo de quintal”, de caráter doméstico, que fabricavam massas, óleo e tintas de escrever.

Na leitura de Brunelli *et al* (2006), as indústrias de grande porte como as têxteis, químicas e metalúrgicas, não tendo mais espaço para sua expansão em zonas da cidade que haviam adensado e valorizado demais seus terrenos, começaram a transferir para áreas como a Várzea da Barra Funda (considerada ADA neste EIA), ainda com baixa concentração industrial. Tal foi o caso da fábrica de vidro “Cristaleria Paulista”, fundada em 1905 e implantada na rua Conselheiro Brotero.

A paisagem industrial era complementada pelas olarias ao longo do rio Tietê e pelos curtumes. Contudo, a paisagem começou a modificar-se nas áreas suburbanas, com uma diferenciação mais nítida entre zona fabril e residencial. Na Várzea da Barra Funda, as fábricas foram-se distribuindo de maneira mais esparsa, ocupando áreas maiores, sem a antiga concentração de habitação operária no seu entorno. A Barra Funda de Cima, mais influenciada pelos bairros de Santa Cecília, Perdizes e Campos Elíseos, assistiu a um processo de expulsão de suas indústrias maiores, caracterizando-se como zona residencial para classe média, pequena indústria e oficina, conservando poucos traços físicos característicos de bairro operário italiano (BRUNELLI *et al* 2006).

O desenvolvimento econômico da região foi de certa forma abalado pela crise de 1929. Parte dos palacetes da antiga classe média cafeeira foi abandonado e com o tempo se transformaram em cortiços. Diversas indústrias fecharam ou transferiram suas atividades para o interior paulista.

Não houve um esvaziamento total do bairro, restaram algumas oficinas mecânicas, serrarias, marcenarias e indústrias alimentícias ou têxteis de pequeno porte.

Os anos 70 marcam a chegada dos migrantes nordestinos ao bairro. O pólo industrial ali localizado nas primeiras décadas do século sofreu um processo crescente de refluxo com o fechamento, transferência ou falências das unidades produtoras, o que propiciou uma maior ocupação residencial do bairro com a chegada dos novos habitantes. Dessa forma, no início dos anos 80 o setor industrial apresentou uma redução na AID em comparação aos anos anteriores. Porém, a partir de 1989 ocorreram diversas alterações no distrito da Barra Funda. Foi

inaugurado o Terminal Intermodal Barra Funda que reúne todas as modalidades do transporte coletivo (metrô, trens de passageiros das antigas linhas Sorocabana e Santos-Jundiaí sob a administração da CPTM, transporte rodoviário, ônibus municipais e intermunicipais). No mesmo ano, no antigo Largo da Banana, foi inaugurado o Memorial da América Latina projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Estas transformações trouxeram nova dinâmica ao bairro. Muitas casas deram lugar a estabelecimentos comerciais, prédios de negócios se instalaram, imóveis antigos foram revitalizados. Em 1995, a Rede Record ali se estabeleceu e em suas proximidades o Parque Industrial Thomas Edison e o Centro Empresarial Água Branca, inaugurado em 2001.

O terceiro período econômico corresponde aquele do esvaziamento industrial e inserção de novas concepções de uso, voltadas principalmente para o lazer e empreendimentos imobiliários. Ramos (2001:120) estudando o processo de fragmentação do espaço e ocupação do bairro da Água Branca acredita que *“a valorização imobiliária que se dá fortemente no bairro, levando-o a atrair empreendimentos do setor terciário em detrimento do secundário, contribui para a elucidação da desindustrialização. Esse incremento do terciário decorre, em parte, da localização privilegiada do bairro no conjunto metropolitano e da infraestrutura instalada ao longo da história pelo poder público. Somando-se a isso, o crescimento e adensamento dos bairros vizinhos (sobretudo Perdizes e Vila Pompéia), afetam as mudanças e redefinições que vêm ocorrendo na Água Branca”*.

Este mesmo autor afirma que sob a ótica das empresas instaladas na Água Branca e Barra Funda, observa-se que estas sofreram pressões em dois sentidos. Primeiro das macro-políticas que se voltaram especialmente às empresas transnacionais (principalmente as de bens de consumo duráveis), e às empresas nacionais e estatais (atuando no setor de bens de produção). Em segundo, devido a grande valorização imobiliária da AID, sobretudo na porção sul, e a crescente demanda por serviços na metrópole como um todo e, em especial, no caso em tela, dos segmentos de classe média e média-alta concentrados nos bairros vizinhos (Perdizes, Santa Cecília – Higienópolis e Vila Pompéia).

Na leitura de Ramos (2001), o crescimento do setor econômico (terciário) e imobiliário da Vila Pompéia e, sobretudo, de Perdizes com sua intensa verticalização, principalmente a partir dos anos 1970, vem contribuindo muito para as mudanças processadas nos bairros da Água Branca e Barra Funda, na medida em que se cria uma grande demanda por serviços, lazer e moradia de médio e alto padrão que muitas vezes não são satisfeitas nos próprios bairros (Perdizes e, de maneira secundária, Vila Pompéia), sendo transferida à Água Branca. Como este último apresenta espaços vazios e ociosos, além do espaço das indústrias desativadas que se tornam disponíveis para outras funções, cresce o interesse e a procura por áreas para a implantação de atividades nesta localidade.

Desta forma, o período econômico atual da AID é caracterizado pela gradual transferência das atividades industriais para as do setor terciário, bem como para implantação de novas formas de lazer e empreendimentos imobiliários.

A ocupação ao longo desses três períodos econômicos aqui identificados pode ser sintetizada da seguinte forma: *“primeiro as fazendas foram parceladas em pequenas chácaras, as quais foram cedendo seu espaço para as indústrias e para a moradia das classes operárias e médias com a abertura dos loteamentos. No momento atual, oriundo de um novo ciclo de valorização, as indústrias cedem seu espaço para outros setores, notadamente do terciário e residencial de alto padrão. O espaço é cada vez mais parcelado e fragmentado e suas funções predominantes são constantemente reformuladas, em grande medida pelo valor que lhe é atribuído. Enfim, das fazendas às indústrias, destas aos grandes edifícios comerciais e residenciais. Tudo isso em pouco mais de um século”* (RAMOS, 2006:127).

⇒ **Caracterização geoeconômica da AID**

A base de dados que deu subsídios à caracterização geoeconômica da AID é proveniente da Pesquisa Origem e Destino de 2007, elaborada sob responsabilidade do MÊTRO/SP. Utilizou-se para este diagnóstico a metodologia empregada no item **5.3.1.2 Caracterização da Dinâmica Demográfica da AID** (vide aspectos metodológicos), no qual são apresentadas as zonas de pesquisa inseridas na AID e a origem de seus respectivos dados.

O diagnóstico do perfil econômico engloba a situação econômica da população residente na AID, envolvendo sua ocupação e renda. Contudo, também é exibido o quadro dos vínculos empregatícios na AID, que são aproveitados também por pessoas que não residem na área. Outro dado de suma importância que estão contemplados por este diagnóstico, compreende o número de empresas instaladas na AID por zona de pesquisa. Este dado é proveniente do Centro de Estudos da Metrópole – CEM, ligado ao Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid), mantido pela Fapesp para desenvolver novos conteúdos em áreas dinâmicas do conhecimento (<http://www.centrodametropole.org.br/home.html>).

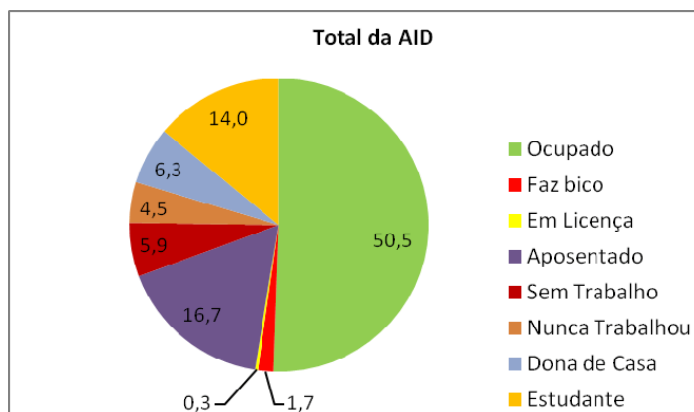
A Tabela 5.3.3.2-1 e o Gráfico 5.3.3.2-1, expõe as características de ocupação da população residente na AID. Nota-se que 50% da população da AID estava empregada no ano de 2007; 16% eram aposentados e 14% estudantes. O número de pessoas sem trabalho correspondia a 5,9% do total de pessoas residentes na AID; e 1,7% faziam bico (trabalho sem carteira assinada e/ou contrato).

Tabela 5.3.3.2-1
Distribuição da população residente na AID por tipo de ocupação entre as Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007)

Zona	Ocupado	Faz bico	Em Licença	Aposentado	Sem Trabalho	Nunca Trabalhou	Dona de Casa	Estudante	Pop. Total
8	2.788	45	23	933	331	612	538	933	6.202
34	3.737	61	27	1.568	412	292	343	633	7.073
36	16.396	328	328	6.165	1.383	413	1.481	5.243	31.736
37	1.134	83	0	471	157	212	169	352	2.578
83	7.161	246	0	3.161	507	507	630	3.250	15.462
84	2.670	79	13	1.053	315	129	174	612	5.044
87	20.649	954	0	6.409	1.537	1.242	2.203	4.374	37.368
89	5.229	184	0	850	365	585	360	1.720	9.293
90	1.153	55	14	295	168	92	145	307	2.228
91	346	21	0	139	40	52	32	46	676
92	3.340	0	37	1.283	329	276	414	639	6.318
93	833	54	0	350	66	55	131	154	1.644
98	4.278	49	0	1.362	430	519	505	566	7.709
99	7.322	81	70	2.962	1.045	952	785	1.100	14.318
125	26.358	1.167	0	7.328	4.216	1.930	4.624	7.597	53.220
130	0	0	0	0	0	0	0	0	0
134	13.236	415	132	4.538	1.912	2.197	1.928	4.504	28.863

136	3.436	215	146	898	860	581	539	1.123	7.798
Total da AID	120.067	4.037	790	39.766	14.073	10.645	15.000	33.153	237.530
Total da AID (%)	50,5	1,7	0,3	16,7	5,9	4,5	6,3	14,0	100,0

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)



Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

Gráfico 5.3.3.2-1 - Distribuição da população residente na AID por tipo de ocupação

De certa forma existem variações desses números internamente à AID. Para observar essa realidade foram gerados os Cartogramas 5.3.3.2-1, 5.3.3.2-2 e 5.3.3.2-3, que exibem respectivamente o valor relativo (%) de pessoas sem emprego, aposentados e com dedicação exclusiva de estudante.

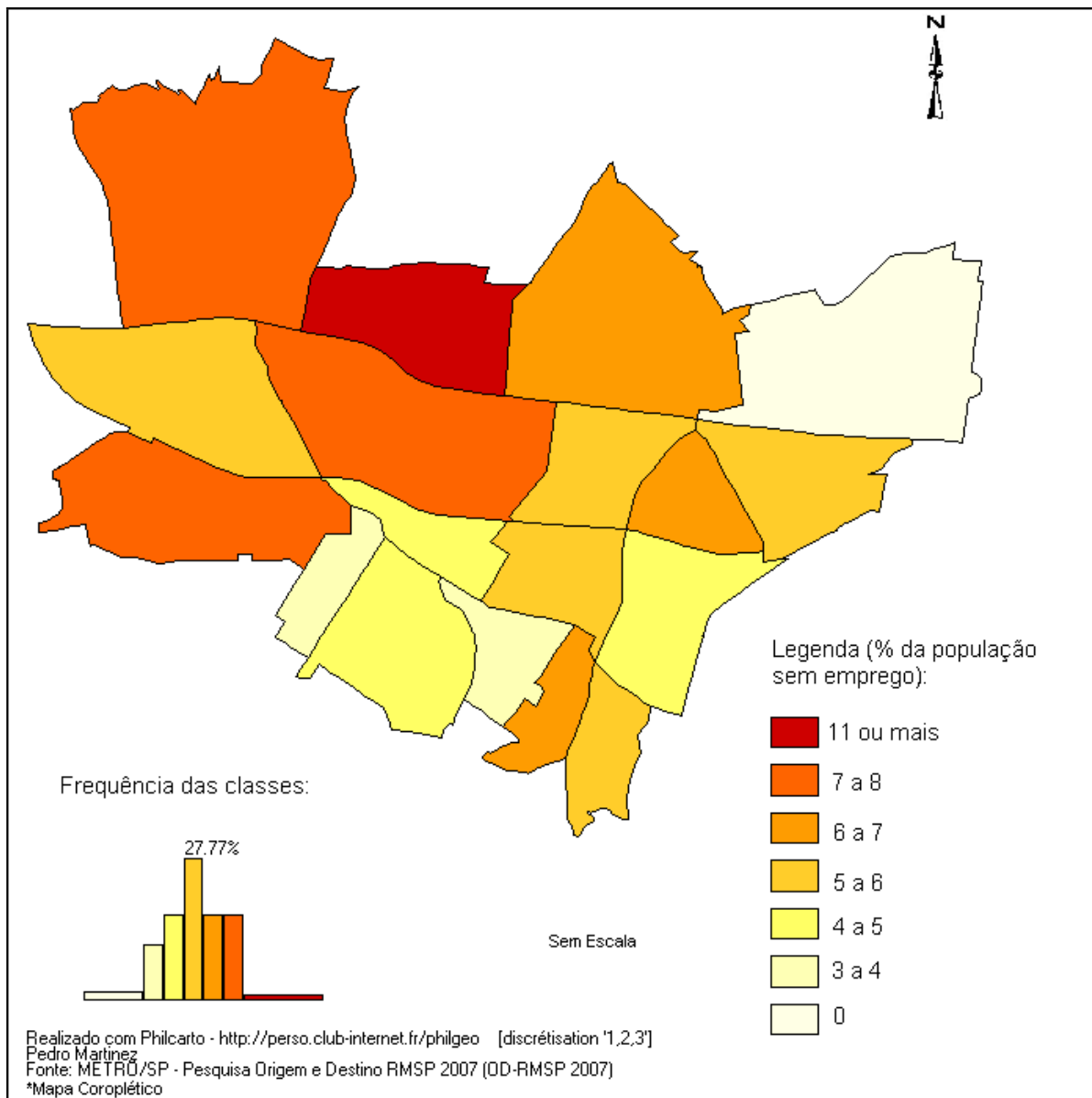
Fazendo uma leitura do Cartograma 5.3.3.2-1, nota-se que a porção sul da AID (zonas 89-Pompéia, 87-Perdizes e 83-PUC) concentra as menores taxas de população sem emprego. Na porção central, verifica-se que a zona 93-Água Branca apresenta também baixa taxa de desemprego, quando comparada com as zonas sobrejacentes (90-Santa Marina e 91-Barra Funda). Os piores indicadores estão localizados na porção norte e noroeste da AID, com destaque para a zona 136-Limão. Vale lembrar que, a zona 130-Parque Anhembi, não possui dados para essas variáveis, pois se trata de uma área com predomínio de equipamentos urbanos (Parque de Exposições Anhembi, Base Aérea e Aeroporto Campo de Marte e Hotel Holiday Inn).

Por outro lado, quando se observa o Cartograma 5.3.3.2-2, verifica-se que as zonas de pesquisa que possuem menor número proporcional de aposentados estão localizadas na porção norte da AID. Enquanto na porção sul os valores estão acima de 16%, exceto para a zona 89-Pompéia, com 9,7% da população em situação de aposentado.

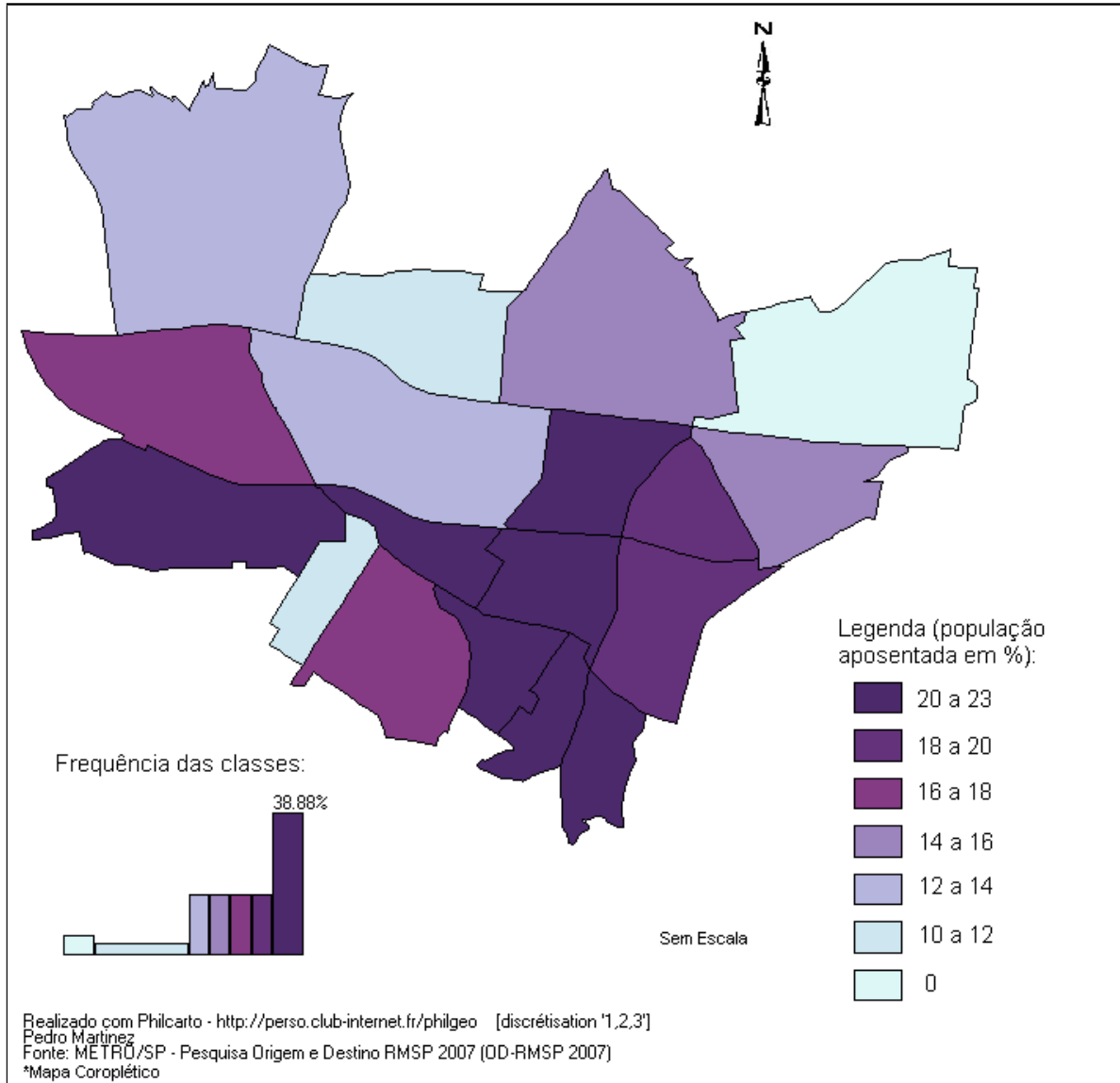
Em relação a população da AID que possui como única ocupação os estudos, o Cartograma 5.3.3.2-3 nos mostra que a zona 83-PUC possui mais de 20% da população enquadrada como estudantes. De forma geral, a maior parte da AID comporta de 7 a 8% da população como estudantes.

Para analisar a Renda per capita e a distribuição da população residente na AID por faixa de renda familiar foi criada a Tabela 5.3.3.2-2 e o Cartograma 5.3.3.2-4, nos quais podem ser compreendidas as diferenças internas da AID em relação a este tema.

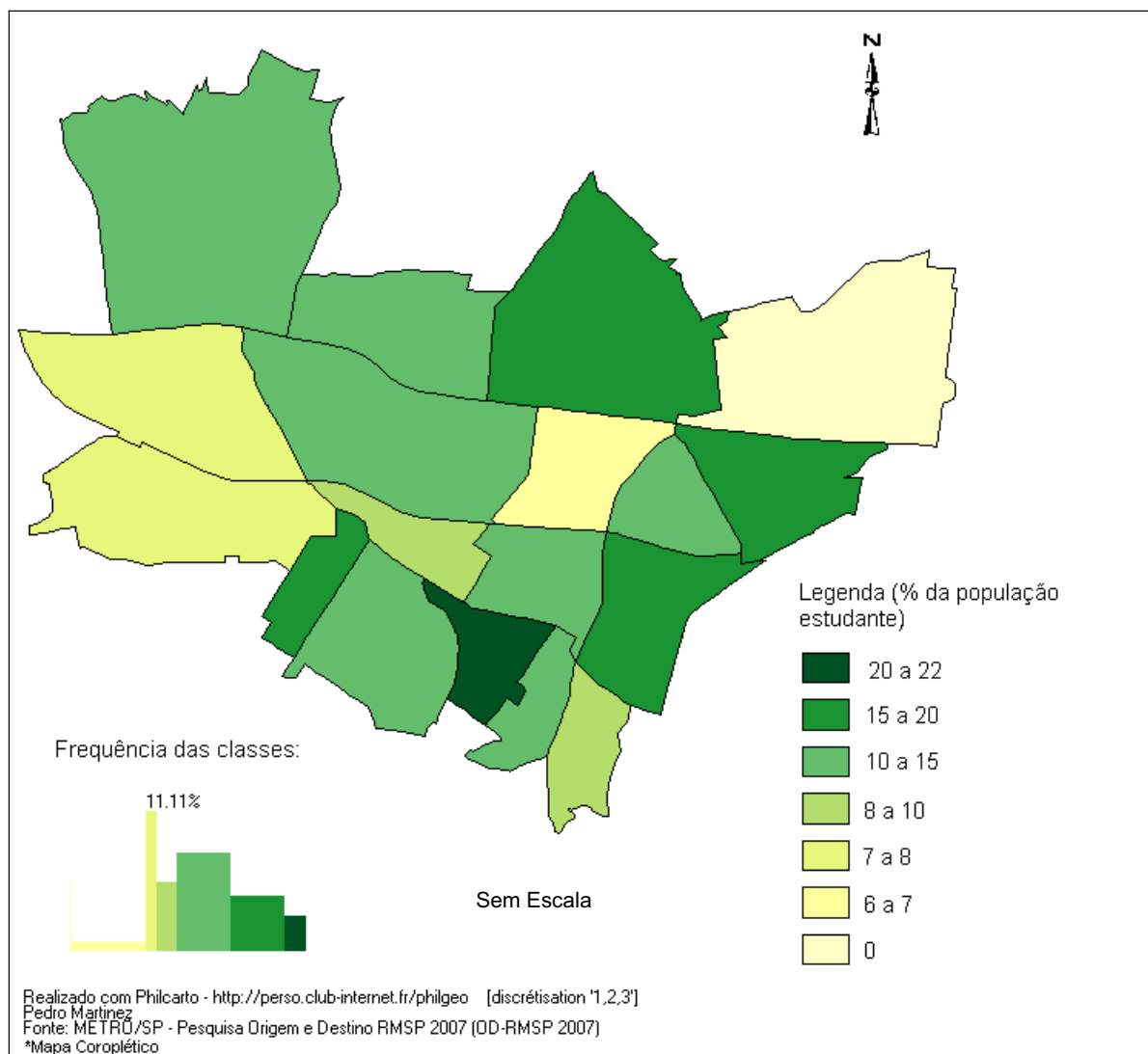
A renda per capita na AID como todo ficou em R\$1.461,00. No entanto, assim como as demais variáveis já analisadas, existem desigualdades internas deste indicador na AID, que ora apresenta-se maior e ora encontra-se menor que a média da área. Estas diferenças estão espacializadas no Cartograma 5.3.3.2-4.



Cartograma 5.3.3.2-1 - Porcentagem da população sem emprego na AID por Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007)



Cartograma 5.3.3.2-2 - População aposentada (%) na AID por Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007)



Cartograma 5.3.3.2-3 - População ocupada somente com a atividade de estudante (%) na AID por Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007)

Tabela 5.3.3.2-2
Renda per capita e distribuição da população residente na AID por faixa de renda

Zona	Número de pessoas por faixa de Renda Familiar*					Renda (*) per Capita (R\$)	Renda Média Familiar (R\$)
	Até 2 salários mínimos	De 2 a 4 salários mínimos	De 4 a 8 salários mínimos	De 8 a 15 salários mínimos	15 salários mínimos e mais		
8	294	1.784	2.351	1.199	573	861,00	2.735,00
34	67	542	1.106	1.453	3.906	2.356,00	6.800,00
36	1.330	5.713	5.129	9.610	9.954	1.765,00	4.615,00
37	124	402	895	610	547	1.142,00	3.417,00
83	515	676	2.788	4.184	7.299	2.037,00	5.722,00
84	55	140	432	1.015	3.402	2.686,00	8.124,00
87	313	1.985	5.951	11.337	17.781	2.207,00	6.210,00
89	253	568	2.260	2.883	3.329	1.631,00	4.229,00
90	138	602	708	320	459	780,00	3.147,00
91	37	129	287	134	88	975,00	2.969,00
92	111	961	1.542	1.841	1.864	1.953,00	4.718,00
93	98	66	474	349	656	1.704,00	4.378,00
98	114	850	3.457	1.756	1.531	1.191,00	3.583,00
99	472	1.246	4.791	4.560	3.249	1.266,00	3.585,00
125	3.757	11.539	15.888	14.967	7.069	949,00	3.166,00
130	0	0	0	0	0	0,00	0,00
134	2.870	5.189	9.771	5.973	5.059	812,00	2.205,00
136	563	2.703	2.431	1.884	217	600,00	2.650,00
Total da AID	11.110	35.096	60.263	64.077	66.984	1.461	

Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

*Em reais de Outubro de 2007, considerando o salário mínimo de 380,00 reais.

Observando o Cartograma 5.3.3.2-4, fica evidente a desigualdade social na AID, onde aparecem altas rendas per capita na porção sul, indo de forma decrescente para a extremidade norte, facilmente interpretado pelo decaimento da tonalidade da cor verde das classes (degrade).

Quando a população é enquadrada por faixa de renda familiar, percebem-se também as desigualdades sociais. A Tabela 5.3.3.2-2 mostra que o número de pessoas com renda familiar alta é grande, uma vez que 28% da população da AID possuem renda familiar maior que 15 salários mínimos, outros 27% da população detêm renda familiar entre 8 a 15 salários mínimos. Por outro lado, 11.110 pessoas (5% da AID) vivem com renda familiar inferior a 2 salários mínimos. Vale lembrar que, esta desigualdade é tida como sócioespacial, uma vez que a população menos favorecida encontra-se ao norte da ferrovia e da marginal do Tietê, enquanto a população mais abastada, com rendimento familiar acima de 15 salários mínimos, concentra-se ao sul da ferrovia.

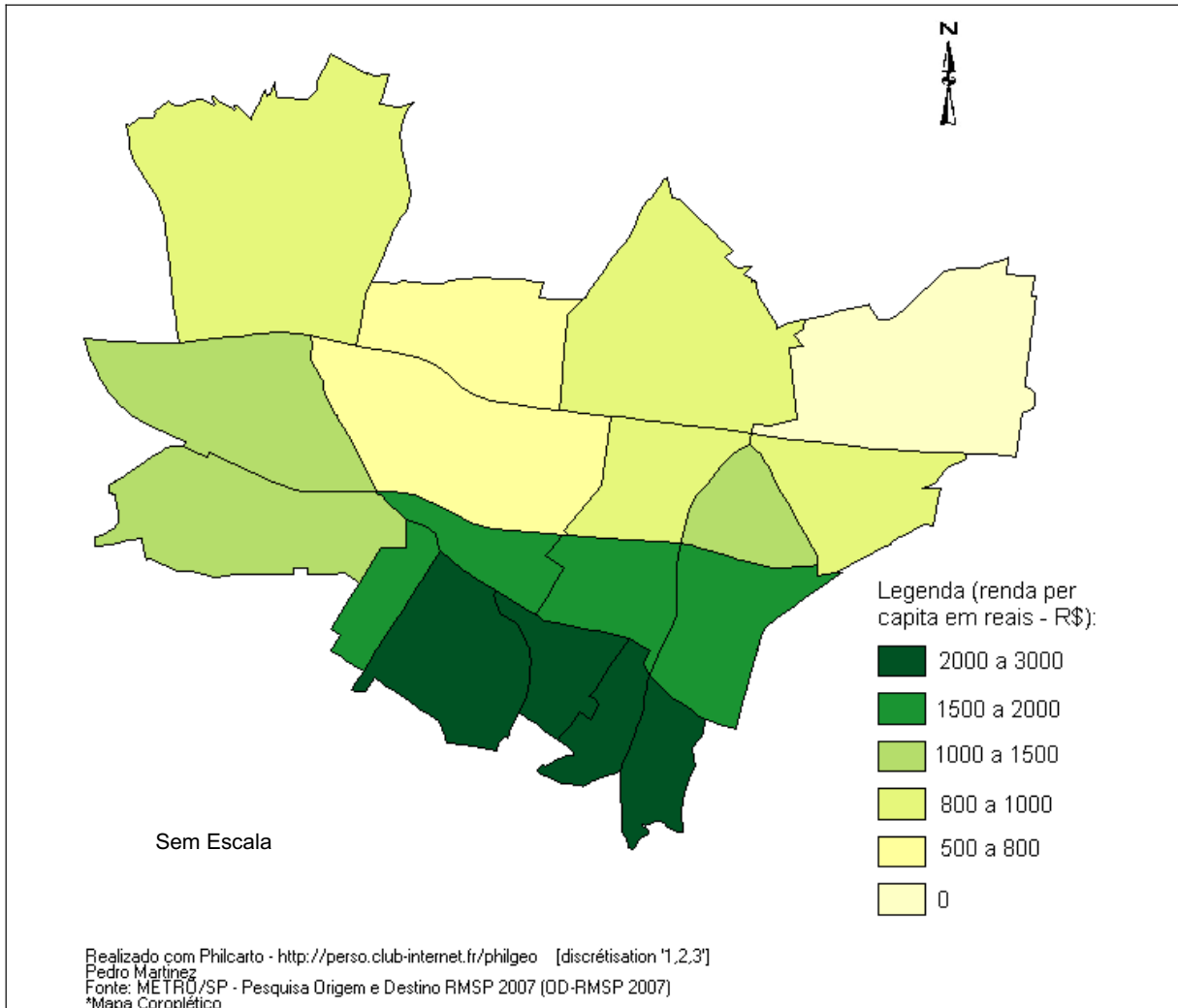
Para visualizar a ferrovia e a marginal do Tietê em relação a AID, recomenda-se consultar novamente o *Mapa de Localização das Zonas de Pesquisa na AID (MAPA AB 01 5P 014 - 0)*.

Outra forma de apresentar a renda de um domicílio é a partir da renda média familiar, disponível nos dados da Pesquisa OD de 2007 (METRÔ/SP). De acordo com a **Tabela 5.3.3.2-3**, a renda

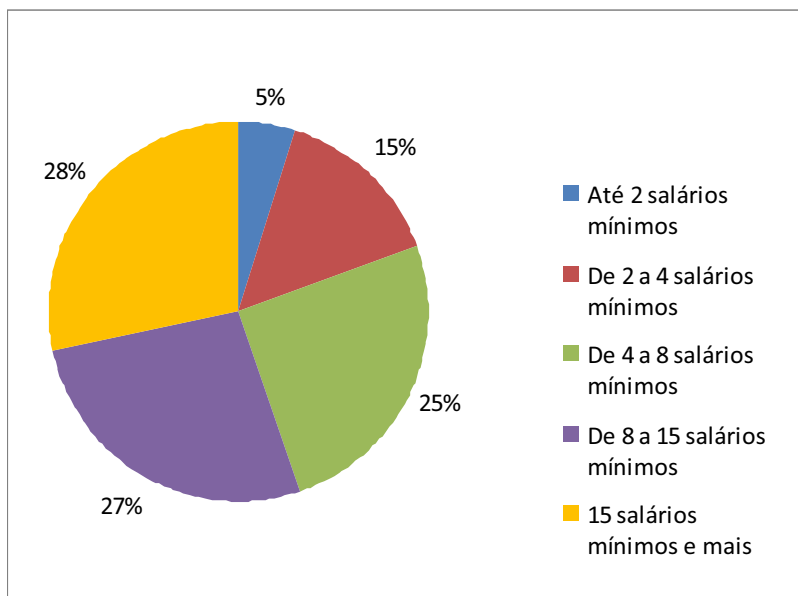
média familiar é maior que a renda *per capita*. Isto ocorre, pois existe maior quantidade de divisores no caso da renda *per capita* (indivíduos) do que de famílias, portanto o quociente do valor bruto será maior no caso da renda média familiar.

Os dados de renda média familiar corroboram as análises anteriores, em que as zonas 84-Cardoso de Almeida e 87-Perdizes, ambas inseridas no distrito de Perdizes, são as que possuem maior rendimento. Além dessas zonas de pesquisa, destacam-se outras (zonas 83, 89, 36, 92 e 93) cuja renda média familiar ultrapassa R\$ 4.000,00. Sendo essas zonas de pesquisa localizadas ao sul da ferrovia, que se apresenta novamente como um divisor de padrões socioeconômicos.

As zonas de pesquisa (134, 136 e 8) com as menores rendas médias familiares estão localizadas ao norte da ferrovia e sobretudo ao norte da Marginal do Tietê, podendo-se dizer que a porção norte da Operação Urbana Água Branca está ocupada por uma população com rendas menores que a população que habita as áreas ao sul da ferrovia (inseridas nos Bairros de Perdizes e Vila Pompéia).



Cartograma 5.3.3.2-4 - Renda per capita na AID por Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007)



Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

Gráfico 5.3.3.2-2 - População por faixa de renda familiar (em reais de outubro 2007) no total da AID

A identificação de empresas na AID foi embasada nos dados e informações provenientes do Centro de Estudos da Metrópole – CEM. Esta base de dados contém informações cadastrais sobre as empresas formalmente constituídas, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Município de São Paulo. Na Tabela 5.3.3.2-3 estão exibidos o número de empresas localizadas na AID por zona de pesquisa, considerando o ano de 2000.

Tabela 5.3.3.2-3
Situação dos postos de trabalho e números de empresas na AID

Zona de Pesquisa	Empregos por setor econômico			Total de empregos	Número de Empresas*
	Secundário	Terciário	Outros		
8	5.053	10.533	0	15.586	1.178
34	57	9.278	15	9.351	843
36	5.460	36.112	0	41.572	2.728
37	2.284	13.845	0	16.128	678
83	133	9.829	0	9.961	1366
84	282	6.935	0	7.217	540
87	436	21.050	0	21.487	2730
89	3.105	9.361	0	12.466	822
90	4.616	22.722	221	27.558	467
91	1.529	19.609	0	21.138	375
92	1.467	23.559	33	25.059	1456
93	1.414	13.731	0	15.145	955
98	12.246	21.216	0	33.462	819
99	8.211	38.329	45	46.585	3869
125	3.805	27.014	221	31.040	2758

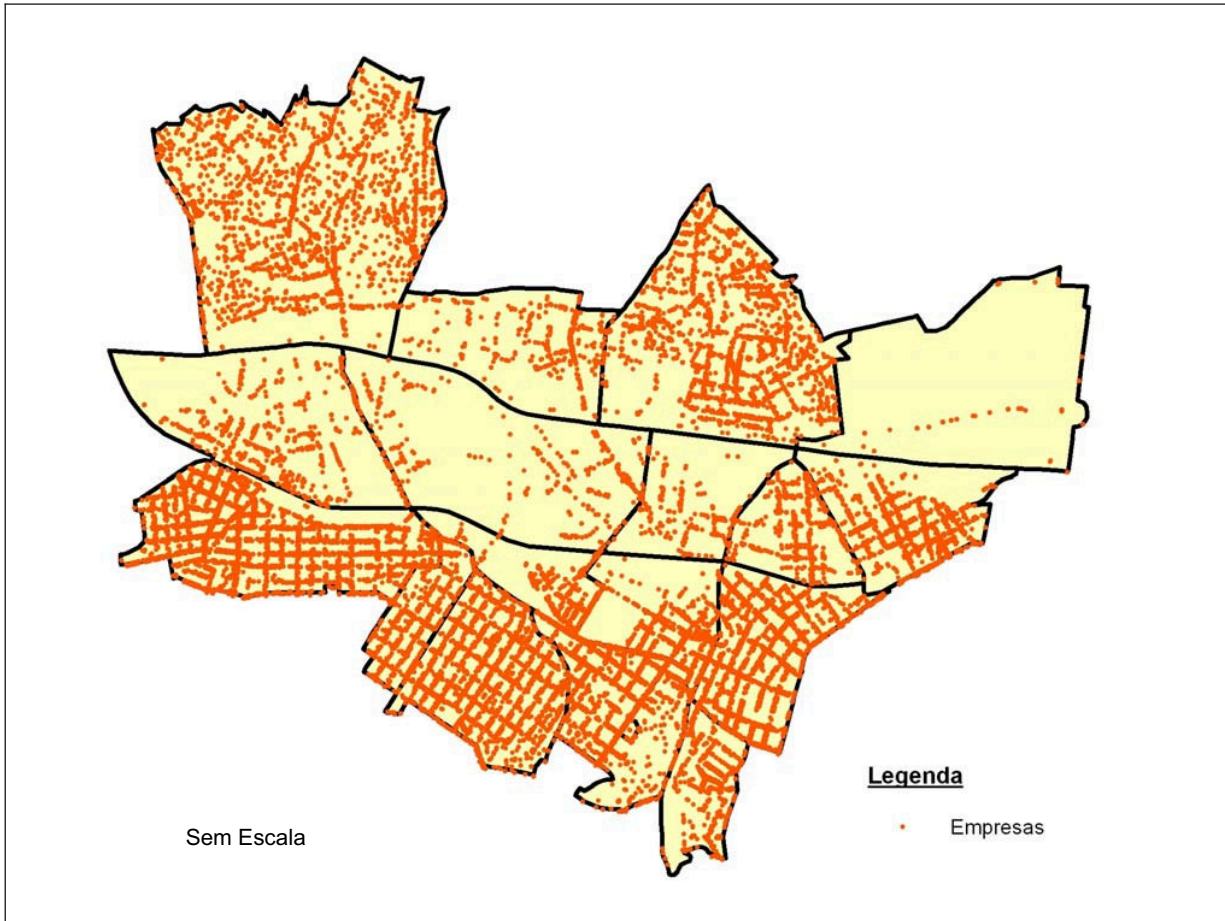
Zona de Pesquisa	Empregos por setor econômico			Total de empregos	Número de Empresas*
	Secundário	Terciário	Outros		
130	0	3.996	0	3.996	128
134	5.731	24.358	64	30.153	2508
136	2.692	17.162	0	19.853	453
Total da AID	58.520	328.639	598	387.757	24.673
Total da AID (%)	15,1	84,8	0,2	100,0	--

Fonte: Centro de Estudos da Metrópole – CEM (2000); METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

*Dados referentes ao ano de 2000 (CEM)

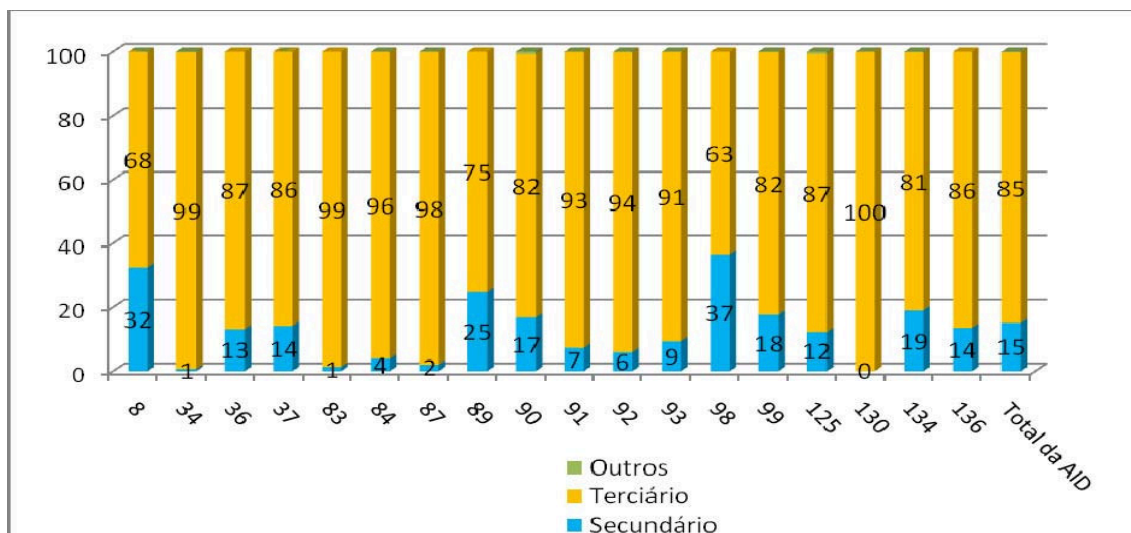
A distribuição das empresas ao longo da AID pode ser visualizada por meio do Cartograma 5.3.3.2-5. Nota-se um adensamento de empresas na porção sul e de certa forma na porção norte e noroeste da AID. Na parte central verifica-se que a ocupação empresarial está rarefeita quando comparado com as demais áreas da AID. No ano de 2000 existia na AID um total de 24.673 empresas. De acordo com a Tabela 5.3.3.2-3, no ano de 2007, esses estabelecimentos empregavam 387.757 pessoas, número maior que o de habitantes (237.530).

A população que trabalha na AID dedica-se predominantemente ao setor terciário (84,8%). Porém, em algumas zonas esse número é sensivelmente menor, como acontece com as zonas 8-Bom Retiro e 98-Lapa, com respectivamente 68 e 63% dos empregos vinculados ao setor terciário (ver Gráfico 5.3.3.2-3).



Fonte: Centro de Estudos da Metrópole – CEM (2000)

Cartograma 5.3.2.2-5 - Localização das empresas inseridas na AID



Fonte: METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)

Gráfico 5.3.3.2-3 - Distribuição dos postos de trabalho por setor econômico entre as Zonas de Pesquisa inseridas na AID

No município de São Paulo (AlI), 13,81% da PEA (População Economicamente Ativa) está ligada ao setor industrial (secundário), desta forma, algumas zonas estão acima desta média e outras abaixo. As zonas 83, 84, 87, 34 e 130 se destacam pela baixa presença do setor secundário na empregabilidade da AID.

Na AID ocorrem grandes variações espaciais dos padrões econômicos. Nas áreas ao sul da ferrovia está evidente o maior poder aquisitivo da população e também a maior concentração de estabelecimentos empresariais. Enquanto na porção norte da AID, sobretudo ao norte da marginal do Tietê os índices econômicos mostram-se sensivelmente piores, principalmente quando é analisada a renda per capita.

5.3.3.3) Área Diretamente Afetada – ADA

⇒ Aspectos Metodológicos

Para o diagnóstico da ADA serão utilizados os mesmos dados e fontes citadas para AID, ou seja, as Zonas de Pesquisa OD (RMSP – 2007) e estudos técnicos e acadêmicos sobre o distrito da Barra Funda. Sempre que necessário serão utilizadas fotos registradas durante os trabalhos de campo realizado em outubro de 2009, com o intuito de melhor detalhar a ADA da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

A caracterização do perfil econômico da ADA está descrita primeiramente pela história econômica dessa área.

Em seguida são identificados os estabelecimentos econômicos na ADA, visando caracterizar possíveis tendências de centralidades de segmentos econômicos específicos. Para tanto, serão consultados os dados sobre estabelecimentos empresariais organizados pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM (2000).

Em um terceiro momento serão tratados os dados econômicos na perspectiva espacial, ou seja, dados como renda per capita, ocupação e postos de trabalho entre outros estarão espacializados, permitindo fazer uma leitura geoeconômica da ADA.

A metodologia utilizada para a leitura deste território está alinhada às concepções de espaço geográfico e suas categorias analíticas de *forma*, *função*, *estrutura* e *processo* (SANTOS, 2008:69).

Segundo esta metodologia, a *forma* está relacionada aos objetos geográficos naturais (1ª natureza, por exemplo, substrato geológico) ou construídos pelo homem (2ª natureza, por exemplo, edifícios, ruas, viadutos e etc). Desta maneira, a *forma* é o aspecto visível e exterior de um objeto geográfico. A *função* consiste no papel à ser desempenhado através do objeto. A relação entre *forma* e *função* é direta: uma *forma* é criada para desempenhar uma *função*; não existe *função* sem uma *forma* correspondente. A *estrutura* compreende a natureza social e econômica de uma sociedade em um determinado momento histórico. Enquanto o *processo* é a *estrutura* em seu movimento de transformação ao longo do tempo.

⇒ Caracterização da história econômica da ADA

Como a ADA compõe parte da AID, a caracterização histórica da ADA já foi realizada no item 5.3.3.2 Área de Influência Direta – AID, *Caracterização da História Econômica da AID*. Porém,

para um detalhamento maior serão utilizados os registros fotográficos levantados em campo, permitindo a ilustração dos três períodos econômicos identificados nesta área.

A primeira fase de ocupação perdurou até 1880 e caracteriza-se pela ocupação rural (organizada em chácaras), com atividades econômicas ligadas ao setor primário. Pode-se ilustrar este período através da Figura 5.3.3.3-1 a seguir, que retrata o bairro do Bexiga em 1862, com casas tipicamente coloniais em área ainda rural, que também estiveram presentes no distrito da Barra Funda.



Figura 5.3.3.3-1: Bairro do Bexiga em 1862

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com> (acesso em 20/10/09)

Santos (2004) fala da empirização do tempo no espaço, ou seja, da materialização do tempo no espaço geográfico através das técnicas. Ele cita que “*através do processo de produção, o espaço torna o ‘tempo’ concreto*”. Utilizando o exemplo do distrito da Barra Funda, no segundo período econômico (1880 até 1930), onde a produção do espaço era ditada predominantemente pelo setor secundário (industrial), percebe-se a materialização daquele tempo no espaço através de fotos das antigas indústrias da região, com sua arquitetura, sua *forma* denunciando o tempo de sua construção. Essas *formas* herdadas, ainda permanecem atualmente na região da Barra Funda, porém, nos casos da Casa das Caldeiras e do SESC Pompéia, com outras *funções*.

A Casa das Caldeiras antigamente fazia parte do complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – IRFM e atualmente é um espaço utilizado para atividades de cultura e lazer, sendo considerada no uso e ocupação do solo como um Equipamento Social. Cabe ressaltar que, a Casa das Caldeiras não deixa de ser prestadora de serviços, pois além de abrir aos domingos para visitas também aluga o espaço para eventos. O SESC Pompéia era um galpão de indústria e atualmente mantém a forma de galpão, no entanto, com a função de um equipamento social, prestando serviços de cultura e lazer (ver Foto 5.3.3.3-1 e Foto 5.3.3.3-2).



Foto 5.3.3.3-1 - Casa das Caldeiras localizada na avenida Francisco Matarazzo.



Foto 5.3.3.3-2 - SESC Pompéia localizado na rua Turiassu

A *forma* da Casa das Caldeiras e o SESC Pompéia pode ser entendida como uma rugosidade no espaço geográfico, pois “*chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.*” (SANTOS, 2004:140).

As rugosidades nos trazem “*os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas.*” (SANTOS, 2004:140).

Por meio desses exemplos, fica evidente a mudança dos períodos econômicos da ADA, que ainda possui resquícios daquele segundo período econômico (industrial). Porém, na maioria dos casos apenas as *formas* dos objetos do tempo passado se mantiveram, mudando-se a *função* desempenhada por esses objetos técnicos.

As Fotos 5.3.3.3-1 e 5.3.3.3-2 mostradas anteriormente servem, portanto, para exemplificar tanto o 2º período econômico industrial, através de suas formas, quanto o 3º período econômico mais voltado para o setor terciário (prestadores de serviços, mercado imobiliário e equipamentos de cultura e lazer).

Um exemplo de objeto técnico construído no 2º período econômico que manteve sua *forma* e de certa maneira sua *função* é a indústria de vidros Saint Gobain na avenida Santa Marina. Essa indústria foi implantada em 1896 e mantém atividades industriais até os dias de hoje. Cabe ressaltar, porém que apesar de suas *formas* e *funções* permanecerem as mesmas, se realizam dentro de nova *estrutura* e *processo*. (ver Foto 5.3.3.3-3)



Foto 5.3.3.3-3 – Saint Globain localizada na avenida Santa Marina – observar a chaminé ao fundo como resquício do segundo período econômico.

Embora atualmente o uso industrial não seja o foco tanto das políticas públicas como do mercado imobiliário, existe de fato uma ocupação industrial de grande vulto, comportando grandes capitais de giro, postos de trabalho e influenciando no restante da cidade, como são os casos das empresas Duratex-Deca e Alcoa.

⇒ **Caracterização dos estabelecimentos econômicos da ADA**

A análise econômica da ADA deve também ser compreendida à luz do *Mapa de Uso e Ocupação do Solo da ADA (MAPA AB 01 5P 029 - 0)*, presente no item **5.3.12.1 Caracterização do Uso e Ocupação do Solo**. Por meio deste produto cartográfico é possível notar que a ADA está enquadrada no 3º período econômico citado anteriormente, com inserção do setor terciário (comércio e serviços), instalação de empreendimentos imobiliários e de cultura e lazer.

Observando-se o mapa **AB 01 5P 029-0** constata-se que a maior parte de sua área enquadra-se na classe de comércio e serviços. A Barra Funda de baixo (ao norte da ferrovia) ainda possui uso industrial, principalmente em sua porção oeste e central, enquanto a Barra Funda de Cima (sul da ferrovia) mostra-se uma área mais residencial, influenciada pela dinâmica do mercado imobiliário dos distritos de Perdizes e Santa Cecília. Os Equipamentos Sociais ou Institucional também aparecem com certa frequência e em grandes áreas da ADA. Muitas vezes esses equipamentos de cultura e lazer criam condições propícias para a dinamização econômica.

Desta forma, pode-se dizer que a ADA tem um setor de serviços estruturado, formado por:

- ✓ Centros culturais (Memorial da América Latina e SESC Pompéia);
- ✓ Centros de lazer (Playcenter);
- ✓ Centro de compras (*shopping centers* West Plaza, Nobre Pompéia, Bourbon);
- ✓ Feiras de eventos (como o Mercado Mundo Mix, grande feira de moda e *design* alternativo, que atrai cerca de 20.000 visitantes num único fim de semana);
- ✓ Estádio de futebol (Palestra Itália – Sociedade Esportiva Palmeiras);
- ✓ Rede de Televisão (a TV Record);
- ✓ Hipermercado (*Wall-Mart Supercenter*, o primeiro hipermercado da região);

- ✓ Fórum Criminal– Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (onde se instala o 1º Tribunal Júri da Cidade de São Paulo) e o Fórum Trabalhista;
- ✓ Centro Empresarial Água Branca, vasta malha viária (destacando-se a Marginal Tietê e a Avenida Marquês de São Vicente) e
- ✓ Complexa rede de transporte público, representada pelos ônibus, trólebus, metrô e trem.

A representatividade do setor secundário (industrial) na porção oeste da ADA, na Barra Funda de Baixo, está exemplificada pelas Fotos 5.3.3.3-4 e 5.3.3.3-5, destacando-se a Duratex-Deca e a Saint Globain com uma grande área industrial adjacente à avenida Santa Marina.



Foto 5.3.3.3-4: Duratex – Deca localizada na avenida Marquês de São Vicente, na porção oeste da ADA.



Foto 5.3.3.3-5: Imagem aérea da indústria Saint Globain, adjacente a avenida Santa Marina (Google Earth – 20/10/09)

A avenida Marquês de São Vicente mostra-se uma importante via da ADA, tendo ligação com a Marginal do Tietê e outras importantes avenidas como a Antártica e Pacaembu. Nota-se ao longo da avenida Marquês de São Vicente o predomínio de estabelecimentos de comércio e serviços (Fotos 5.3.3.3-6 e 5.3.3.3-7), mesclados com indústrias e equipamentos sociais, como no caso do CET, dos Centros de Treinamento do São Paulo e do Palmeiras (Foto 5.3.3.3-8 e 5.3.3.3-9), e também alguns lançamentos imobiliários verticais.



Foto 5.3.3.3-6 - Hipermercado Wall Mart localizado na av. Marquês de São Vicente, na porção leste da ADA.



Foto 5.3.3.3-7 – Empresa Crawford Brasil – localizada na av. Marquês de São Vicente, na porção oeste da ADA.



Foto 5.3.3.3-8 - CET – Companhia de Engenharia de Tráfego - localizado na av. Marquês de São Vicente, na proximidade da av. Nicolas Boer.



Foto 5.3.3.3-9 – CT – São Paulo Futebol Clube – localizado na av. Marquês de São Vicente na proximidade do Córrego Água Branca.

Nas Fotos 5.3.3.3-10 e 5.3.3.3-11 observam-se os lançamentos imobiliários localizados na avenida Marquês de São Vicente. Vale ressaltar que, de acordo com Plano Diretor Regional o lançamento imobiliário contíguo ao Córrego Água Branca está situado sobre uma Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.



Foto 5.3.3.3-10 – Lançamento Imobiliário na av. Marquês de São Vicente, próxima a av. Dr. Abraão Ribeiro, na porção Leste da ADA.



Foto 5.3.3.3-11 – Lançamento Imobiliário localizado na av. Marquês de São Vicente contíguo ao Córrego da Água Branca.

Embora na avenida Auro Soares de Moura Andrade e no seu entorno, há o predomínio de Equipamentos Sociais (Memorial da América Latina, Uninove, UNESP) ou Uso Institucional (Terminal Barra Funda, Subestação de Energia Elétrica, Estação Água Branca), verifica-se também alguns estabelecimentos de comércio e serviços (Centro Empresarial Água Branca e Casa das Caldeiras) - ver Fotos 5.3.3.3-12 a 5.3.3.3-15.



Foto 5.3.3.3-12 – Memorial da América Latina – localizada na av. Auro Soares de Moura Andrade.



Foto 5.3.3.3-13 – UNINOVE – localizada na Rua Tagipuru, paralela a Auro Soares de Moura Andrade.



Foto 5.3.3.3-14 – Terminal Barra Funda – localizado na av. Auro Soares Moura Andrade.



Foto 5.3.3.3-15 – Centro Empresarial Água Branca – localizado na av. Auro Soares de Moura Andrade.

Outro eixo viário estrutural da ADA que agrega diversos estabelecimentos econômicos é a avenida Francisco Matarazzo, na qual também predominam comércios e serviços.

Porém, em sua porção leste, que está mais próxima aos distritos de Perdizes e Santa Cecília, evidencia-se uma forte tendência aos empreendimentos imobiliários do tipo residencial vertical. Nesta área existem também alguns Equipamentos Sociais ligados à educação, como o cursinho Objetivo, a Faculdade Flamingo, a Faculdade SENAC e a Faculdade UNINOVE.

⇒ **Caracterização geoeconômica da ADA**

Para a caracterização geoeconômica da ADA serão analisados os dados da Pesquisa Origem e Destino do ano 2007, produzida sob responsabilidade da Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP). Esta Pesquisa OD contempla a dimensão socioeconômica de cada Zona de Pesquisa e entre esses dados, foram utilizados a situação de ocupação e renda da população residente na ADA.

Recomenda-se consultar o “*Mapa de localização das Zonas de Pesquisa e Setores Censitários da ADA*” (AB 01 5P 015 – 0), que apresenta os limites territoriais, a localização e os códigos de

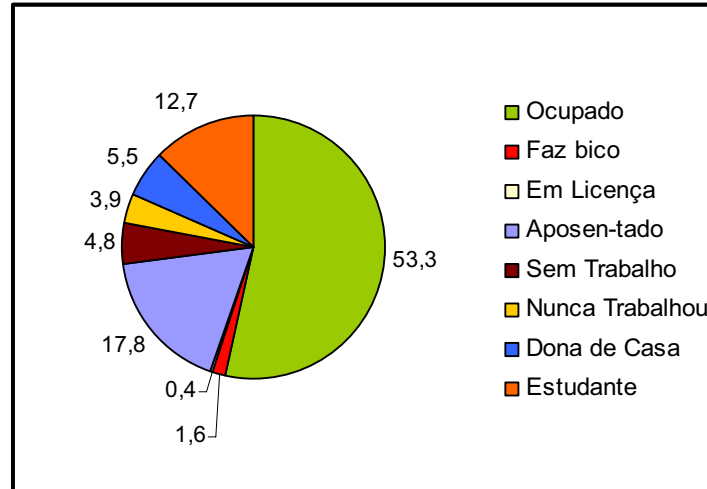
cada Zona de Pesquisa que foram considerados para o diagnóstico da ADA do meio socioeconômico.

A Tabela 5.3.3.3-1 e o Gráfico 5.3.3.3-1, expõe as características de ocupação da população residente na ADA. Nota-se que 53,3% da população da ADA estava empregada em 2007; 17,8% eram aposentados e 12,7% estudantes. O número de pessoas sem trabalho correspondia a 4,8% do total de pessoas residentes na ADA; e 1,6% faziam bico (trabalho sem carteira assinada e/ou contrato).

Tabela 5.3.3.3-1
Distribuição da população residente na ADA por tipo de ocupação entre as Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007) e Setores Censitários – em porcentagem (%)

Zona	Denominação	Ocupado	Faz bico	Em Licença	Aposentado	Sem Trabalho	Nunca Trabalhou	Dona de Casa	Estudante	Pop. Total
90	Santa Marina	52	2	1	13	8	4	7	14	100
91	Barra Funda	51	3	0	21	6	8	5	7	100
92	Francisco Matarazzo	53	0	1	20	5	4	7	10	100
93	Água Branca	51	3	0	21	4	3	8	9	100
Setores Censitários	848000032	55	1	0	18	6	7	7	7	100
	848000033	55	1	0	18	6	7	7	7	100
	848000034	55	1	0	18	6	7	7	7	100
	848000035	55	1	0	18	6	7	7	7	100
	848000094	51	1	0	21	7	7	5	8	100
	848000096	51	1	0	21	7	7	5	8	100
	860000121	55	3	0	17	4	3	6	12	100
	860000122	55	3	0	17	4	3	6	12	100
	860000137	56	2	0	9	4	6	4	19	100
	860000138	56	2	0	9	4	6	4	19	100
	869000038	52	1	1	19	4	1	5	17	100
869000039	44	3	0	18	6	8	7	14	100	
869000044	44	3	0	18	6	8	7	14	100	
Total da ADA		53,3	1,6	0,4	17,8	4,8	3,9	5,5	12,7	100

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).



Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Gráfico 5.3.3.3-1 - Distribuição da população residente na ADA por tipo de ocupação em %

Para observar as variações desses números internamente à ADA foi gerado o *Mapa da Porcentagem da População Sem Emprego, Aposentada e de Estudantes (AB 01 5P 020 – 0)*, que exhibe respectivamente o valor relativo (%) de pessoas sem emprego, aposentadas e com dedicação exclusiva de estudante.

Fazendo uma leitura do mapa **AB 01 5P 020 – 0**, nota-se na área localizada no centro-sul da ADA (ao sul da ferrovia), que correspondem aos setores censitários 860000138 e 860000137, concentram as menores taxas de população sem emprego.

Nesta mesma posição da ADA (centro-sul), ao sul da ferrovia, os setores censitários 86000121 e 860000122 (zona Perdizes-87) e o setor 869000038 (zona Marechal Deodoro-36), apresentam também baixas taxas de desemprego, quando comparada com as demais zonas e setores censitários que compõem a ADA.

A zona Santa Marina (90), localizada ao norte ferrovia e os setores 848000094 e 848000096 (zona Lapa-99) apresentaram as maiores taxa de desemprego, com 8% de pessoas residentes sem emprego.

Em relação à população aposentada na ADA, os setores censitários inseridos na zona Pompéia (89) novamente se destacaram, agora com menor número proporcional de aposentados (9%). A zona Santa Marina (90) que apresentou alta taxa de desemprego, agora se destaca pela baixa proporção de aposentados (13%), comparado com o restante da ADA que teve 17% ou mais de aposentados. A zona Água Branca (93), localizada na porção sudeste da ADA, obteve o maior número proporcional de aposentados, com 21% da população nesta situação de ocupação.

A população da ADA que possui como única ocupação os estudos está representada também pelo mapa, no qual mostra em destaque os setores 860000138 e 860000137 (zona Pompéia-89), com mais de 18% da população enquadrada como estudantes.

O setor 869000038 também se destacou dentre os demais, com 17% da população ocupada somente com atividades estudantis. Nas demais zonas e setores, variou entre 6 e 13%.

Para analisar os rendimentos dos chefes de família residentes na ADA foi elaborada a Tabela 5.3.3.3-2 e o *Mapa da Distribuição da Renda Per Capita na ADA (AB 01 5P 021 – 0)*, nos quais podem ser consultados os dados e verificar as diferenças internas da ADA em relação a este tema.

A renda per capita na ADA como um todo ficou em R\$1.437,00. No entanto, assim como as demais variáveis já analisadas, existem desigualdades internas deste indicador, que ora apresenta-se maior e ora encontra-se menor que a média da ADA, conforme observado no *Mapa da Distribuição da Renda Per Capita na ADA (AB 01 5P 021 – 0)*.

Observando o mapa **AB 01 5P 021 – 0**, nota-se que aparecem altas rendas per capita na parte sul da ferrovia (Barra Funda de Cima), que está próxima ao distrito de Perdizes. Enquanto as baixas rendas concentram na porção norte da ADA (Barra Funda de Baixo), que está situada entre a Marginal Tietê e a ferrovia.

Dessa Forma, percebe-se a desigualdade social na ADA, que fica evidenciada quando se compara a renda per capita dos setores 860000121 e 860000122 (zona Perdizes-87) – cujo valor é R\$2.207,00, com a renda per capita da zona Santa Marina (90) com R\$780,00. Mostrando-se assim a desigualdade social na ADA, entre a Barra Funda de Cima, com valores maiores de renda per capita e a Barra Funda de Baixo, com baixa renda per capita.

Tabela 5.3.3.3-2

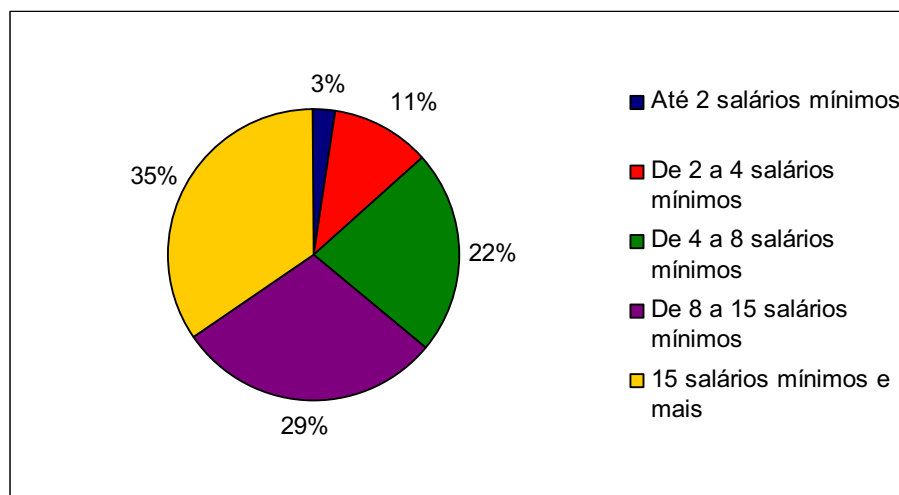
Renda per capita e distribuição da população residente (%) na ADA por faixa de renda

Zona/Setor	Número de pessoas (%) por faixa de Renda Familiar (em Reais de Outubro de 2007)					Renda per Capita (R\$)
	Até 2 salários mínimos	De 2 a 4 salários mínimos	De 4 a 8 salários mínimos	De 8 a 15 salários mínimos	15 salários mínimos e mais	
90	6,2	27,0	31,8	14,4	20,6	780
91	5,5	19,1	42,5	19,9	13,0	975
92	1,8	15,2	24,4	29,1	29,5	1.953
93	6,0	4,0	28,8	21,2	39,9	1.704
848000032	1,5	11,0	44,8	22,8	19,9	1.191
848000033	1,5	11,0	44,8	22,8	19,9	1.191
848000034	1,5	11,0	44,8	22,8	19,9	1.191
848000035	1,5	11,0	44,8	22,8	19,9	1.191
848000094	3,3	8,7	33,5	31,8	22,7	1266
848000096	3,3	8,7	33,5	31,8	22,7	1266
860000121	0,8	5,3	15,9	30,3	47,6	2.207
860000122	0,8	5,3	15,9	30,3	47,6	2.207
860000137	2,7	6,1	24,3	31,0	35,8	1.631
860000138	2,7	6,1	24,3	31,0	35,8	1.631
869000038	4,2	18,0	16,2	30,3	31,4	1.765
869000039	4,8	15,6	34,7	23,7	21,2	1.142
869000044	4,8	15,6	34,7	23,7	21,2	1.142
ADA	3,1	11,7	31,7	25,9	27,6	1.437

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Assim como no diagnóstico da AID, na ADA quando a população é enquadrada por faixa de renda familiar, percebem-se também as desigualdades sociais. O Gráfico 5.3.3.3-2 mostra que o número de pessoas com renda familiar alta é grande, uma vez que 35% da população da ADA possuem renda familiar maior que 15 salários mínimos. Outros 29% da população detêm renda familiar entre 8 e 15 salários mínimos.

Por outro lado, 12.522 pessoas (3% da ADA) vivem com renda familiar inferior a 2 salários mínimos. Vale enfatizar novamente que esta desigualdade é tida como sócioespacial, uma vez que assim como no diagnóstico da AID, na ADA a população menos favorecida encontra-se ao norte da ferrovia, enquanto a população mais abastada, com rendimento familiar acima de 15 salários mínimos, concentra-se ao sul da ferrovia, sobretudo na parte sudeste da ADA.



Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); IBGE – Censo Demográfico de 2000 (Base de Informações por Setor Censitário).

Gráfico 5.3.3.3-2 - População por faixa de renda familiar (em reais de outubro 2007) no total da ADA

Os postos de trabalho na ADA e os setores econômicos atrelados a estes, foram analisados utilizando-se os dados da pesquisa OD-RMSP 2007. Entretanto, os setores censitários do IBGE não possuem esse tipo de informação. Porém a ADA é ocupada majoritariamente por essas quatro zonas de pesquisa (90, 91, 92 e 93), que juntas perfazem 768 hectares, o equivalente a 81% da ADA.

Desta forma, os dados analisados dessas quatro zonas de pesquisa, de fato compreendem o grande bojo representativo da ADA. Vale lembrar também que o perímetro da Operação Urbana circunscreve essas quatro zonas de pesquisa. Portanto, entende-se que essas zonas podem representar a situação dos postos de trabalho na ADA.

Ao todo, a ADA possui 120.251 postos de trabalho, que é praticamente seis vezes a mais que o número de habitantes (17.734). Nota-se que o setor terciário é o que mais emprega, com 96.835 postos, o equivalente a 80% dos postos de trabalho na ADA.

Da mesma forma que para a AID, a identificação de empresas na ADA foi embasada nos dados e informações provenientes do Centro de Estudos da Metrópole – CEM. Esta base de dados contém informações cadastrais sobre as empresas formalmente constituídas, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Município de São Paulo. Na Tabela 5.3.3.3-3

estão exibidos o número de empresas localizadas na ADA por zona de pesquisa, considerando o ano de 2000.

De acordo com o CEM, existiam na ADA no ano 2000, 4.500 empresas, as quais se distribuem ao longo de eixos viários estruturais como nas avenidas Santa Marina, Marquês de São Vicente e Francisco Matarazzo, cuja disposição fica evidenciada ao se observar o Cartograma 5.3.3.3-1.

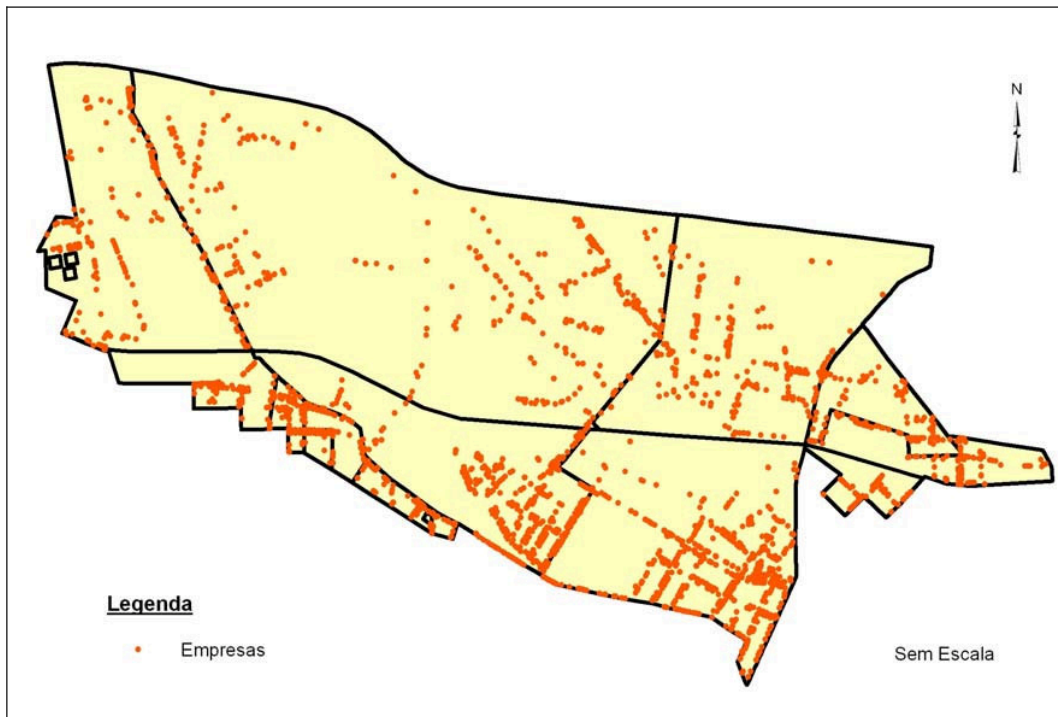
Tabela 5.3.3.3-3
Situação dos postos de trabalho e números de empresas na ADA

Zona/Setor	Empregos por setor econômico*			Total de empregos	Número de Empresas
	Secundário	Terciário	Outros		
90	1.467	23.559	33	25.059	467
91	1.414	13.731	0	15.145	375
92	12.246	21.216	0	33.462	1.456
93	8.211	38.329	45	46.585	955
848000032	**	**	**	**	302
848000033	**	**	**	**	0
848000034	**	**	**	**	0
848000035	**	**	**	**	0
848000094	**	**	**	**	96
848000096	**	**	**	**	96
860000121	**	**	**	**	245
860000122	**	**	**	**	1
860000137	**	**	**	**	62
860000138	**	**	**	**	84
869000038	**	**	**	**	115
869000039	**	**	**	**	97
869000044	**	**	**	**	149
ADA	23.338	96.835	78	120.251	4.500

Fontes: Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP) – Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP); Centro de Estudos da Metrópole – CEM.

* Dados provenientes da OD-RMSP (METRÔ/SP) para o ano de 2007

** Dados não disponíveis



Fonte: Centro de Estudos da Metrópole – CEM (2000)

Cartograma 5.3.3.3-1 - Distribuição das empresas na ADA

Analisando a base de dados do CEM (2000) é possível identificar os estabelecimentos econômicos mais expressivos na ADA, bem como tendências de centralidades de determinados segmentos econômicos.

Destacam-se os estabelecimentos econômicos ligados à indústria têxtil, como empresas de vestuário, confecção, tecido e moda. No total, foram contabilizadas 166 empresas do setor têxtil na ADA.

Outro segmento econômico que ocorre com maior frequência na ADA é o de editoras e gráficas, sendo identificadas 96 empresas ligadas a este segmento.

Para espacializar esses dados foi gerado o *Mapa de Localização dos Estabelecimentos Econômicos com Expressiva Ocorrência na ADA AB 01 5P 019 – 0*, o qual também retrata a localização dos escritórios de advocacia.

De forma geral, os estabelecimentos econômicos que prestam serviços de advocacia estão concentrados na Barra Funda de Cima (sul da Ferrovia). Observando a localização desses escritórios, pode-se inferir que é provável que exista uma relação com as altas taxas de rendimento da população que reside na parte sudeste da ADA, considerando que esta população possui condição para adquirir esse serviço e pagar os honorários de advogados.

De qualquer forma, esses escritórios de advocacia estão em uma situação geográfica privilegiada, uma vez que localizam-se próximos aos Fóruns (Trabalhista e Criminal) inseridos na ADA (norte da ferrovia) e a Pontifícia Universidade Católica – PUC (ao sul da ADA) que mantém curso superior de direito com renomada tradição de ensino. Outra condição dessa situação geográfica privilegiada está ligada aos benefícios de encontrar-se em uma área de

estrutura urbana desenvolvida, dotada de infraestruturas urbanas e desenho urbano com quadras de traçado e dimensões regulares.

De acordo com os dados do CEM (2000), existiam na ADA 16 escritórios de advocacia, conforme apresentado no Quadro 5.3.3.3-1, a seguir.

Quadro 5.3.3.3-1
Escritórios de advocacia na ADA

Serviços de Advocacia	
Razão Social	Localização
RICARDO ADIB LIMA ADVOGADOS	RUA TRAIPU, 261
PAULO AFONSO PINTO DOS SANTOS ADVOGADOS	RUA TRAIPU, 261
DANIEL DE CAMARGO JUREMA ADVOGADOS	RUA TRAIPU, 261
LEONE RESENDE E ADVOGADOS ASSOCIADOS	RUA TRAIPU, 186
BILL H. GHINSBERG ADVOG. ASSOCIADOS S/C	RUA DR. CANDIDO ESPINHEIRA, 350
M. GARCIA - ADVOGADOS ASSOCIADOS	RUA DR. CANDIDO ESPINHEIRA, 396
ARVATE E RAMALHO ADVOGADOS S/C LTDA	RUA MONTE ALEGRE, 268
TARSO, SANTOS E LUCCHESI ADVOGADOS	RUA DR. CANDIDO ESPINHEIRA, 350
OLIVEIRA E GONCALVES-ADVOGADOS	RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 60
OLIVEIRA LIMA ADVOGADOS	RUA TRAIPU 261
BUENO ADVOGADOS S/C	RUA MIN. GODOI, 1181
DANTINO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C	RUA MONTE ALEGRE, 64
SILVA E BRESSER ADVOGADOS ASSOCIADOS	RUA DONA ANA PIMENTEL, 223
PIRES ADVOGADOS ASSOC SOC CIVIL	AV ANTARTICA, 403
AUGUSTO ADVOGADOS ASSOCIADOS	RUA CLELIA, 339
ESCRITORIO DE ADVOCACIA CANAL E ASSOCIADOS S/C.	AV. MARQUES DE SAO VICENTE, 531

Fonte: Centro de Estudos da Metrópole – CEM (2000)

Os estabelecimentos econômicos ligados ao setor Têxtil que aparecem na Barra Funda de Baixo (norte da ferrovia) são em grande parte as próprias indústrias Têxtil, como pode ser com consultado no Quadro 5.3.3.3-2, que apresenta a título de exemplo, parte dessas indústrias inseridas na ADA. No entanto, conforme mencionado, foram identificadas outras empresas ligadas à cadeia produtiva deste seguimento econômico, como os comércios e lojas de vestuário.

Vale ressaltar que a avenida Antártica se destacou com expressivo número de indústrias e lojas do setor têxtil.

Quadro 5.3.3.3-2
Exemplos de indústrias têxteis na ADA

Indústrias Têxteis	
Razão Social	Localização
SCALA D'ART INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.	AVENIDA PACAEMBU, 878
TRITON INDUSTRIA E COMERCIO DE MODAS LTDA	PRACA TOMAS MORUS, 408
KODAMA MODAS INDUSTRIA E COM LTDA ME	RUA TURIASSU, 2100
K & L INDUSTRIA E COM. DE ROUPAS LTDA	RUA DO BOSQUE, 648
GRINKOP INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA	AV. ANTARTICA, 408
D K TEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA	RUA DA VARZEA, 394
PERÍCIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	AV. ANTARTICA, 380
ONE UP INDÚSTRIA DE MODA LTDA	AV. ANTARTICA, 380

Indústrias Têxteis	
Razão Social	Localização
CRIATIFF INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA	AV. ANTARTICA, 380
PREVISION INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA	AV. ANTARTICA, 380
PROFANO INDUSTRIA E COMERCIO DE MODA LTDA	RUA SABAUNA, 24
SHOULDER INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA	AV. ANTARTICA, 308
INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS BAUMSTYL LTDA	RUA JOSE DE OLIVEIRA COUTINHO, 96
HUCOTEX ACESSORIOS INDUSTRIAIS E TEXTEIS LDA	RUA ACHILLES ORLANDO CURTOLO, 389
INDUSTRIA DE TECIDOS HOBBYN LTDA	AVENIDA MARQUES DE SAO VICENTE, 682
INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS BAUMSTYL LTDA	RUA ROBERT BOSCH, 600
TEXPELL TECIDOS INDUSTRIAIS LTDA	AV THOMAZ EDSON, 807

Fonte: Centro de Estudos da Metrópole – CEM (2000)

Estas indústrias têxteis e principalmente empresas ligadas a este seguimento econômico (Lojas de vestuário, aviamentos, comércio de máquina de costura, malharias, entre outras) estão muito presentes também em dois distritos do entorno da ADA: o Bom Retiro e o Brás. Analisando o banco de dados das empresas disponibilizados pelo CEM (2000) para o distrito do Bom Retiro, constata-se a sua grande expressividade no setor têxtil e de vestuários, com 1.774 empresas ligadas a este segmento econômico, o que representa 29,67% do total de empresas do distrito.

Esses dados indicam uma centralidade econômica do setor têxtil compreendida pelos distritos da Barra Funda, Bom Retiro e Brás. Sendo na Barra Funda mais expressiva as indústrias e no Brás e no Bom Retiro as lojas. Constata-se, portanto, a ligação econômica entre estes 3 distritos, com a Barra Funda ligada mais ao setor secundário produzindo a matéria-prima e o Bom Retiro e o Brás ao setor terciário utilizando as mercadorias para o comércio, destacando-se ambos (Bom Retiro e Brás) no mercado da moda.

Em matéria do Jornal da Tarde de 27/07/09, por Márcio Oyama essa ligação do Bom Retiro e do Brás ao mercado da moda fica clara: *“Não foi só a São Paulo Fashion Week que fez a cidade dar um salto olímpico na lista das capitais mundiais da moda, deixando a 33ª posição e ocupando a 8ª, segundo levantamento do grupo Global Language Monitor divulgado dia 20. Marcas ‘nânicas’ dos maiores bolsões atacadistas brasileiros - Brás e Bom Retiro - também assinam o feito, com crescimento de vendas e profissionalização do setor. É o que mostram, a partir desta segunda-feira, 27, os desfiles do Mega Polo Moda e, em agosto, do Bom Retiro Fashion Business. O primeiro evento convida lojistas de todo o País a, até quarta-feira, ver coleções de 300 confecções localizadas no maior centro de atacado do Brás.”* (JORNAL DA TARDE, 2009)

“O Bom Retiro vive o mesmo otimismo. Nivaldo Junior, vice-presidente da câmara que representa as confecções do bairro, conta que foram investidos R\$ 200 mil na 7ª edição do ‘Bomra’ Fashion Business, que acontece entre 3 e 4 de agosto, com a passarela à mostra para quem passar pela calçada da Rua Ribeiro de Lima, como sempre. A tática, diz Junior, vale a pena. “Em dias de desfile, o movimento sobe 50% nas lojas.” (JORNAL DA TARDE, 2009).

Já as editoras e gráficas se localizam tanto ao norte como ao sul da ferrovia, mas concentram, em ambos os casos, nas áreas à leste da ADA.

Ao norte da ferrovia, pela própria estruturação urbana, cujo tamanho dos lotes de grande dimensão, nos indica que as empresas ali instaladas são possivelmente de maior porte quando comparadas com as empresas deste seguimento localizadas ao sul da ferrovia. É provável que neste caso, que as empresas estejam voltadas para o mercado de atacado, enquanto as empresas deste mesmo segmento, localizadas ao sul da ferrovia, sejam voltadas preferencialmente para o mercado de varejo.

O fato do adensamento residencial ser mais intenso na parte sul da ADA, somado a existência de instituições de ensino como a UNINOVE e o SENAC, faz com que a população residente e/ou que estuda nesta área, demande com maior frequência destes serviços de gráfica e editora, justificando a hipótese da predominância de empresas voltadas ao mercado de varejo.

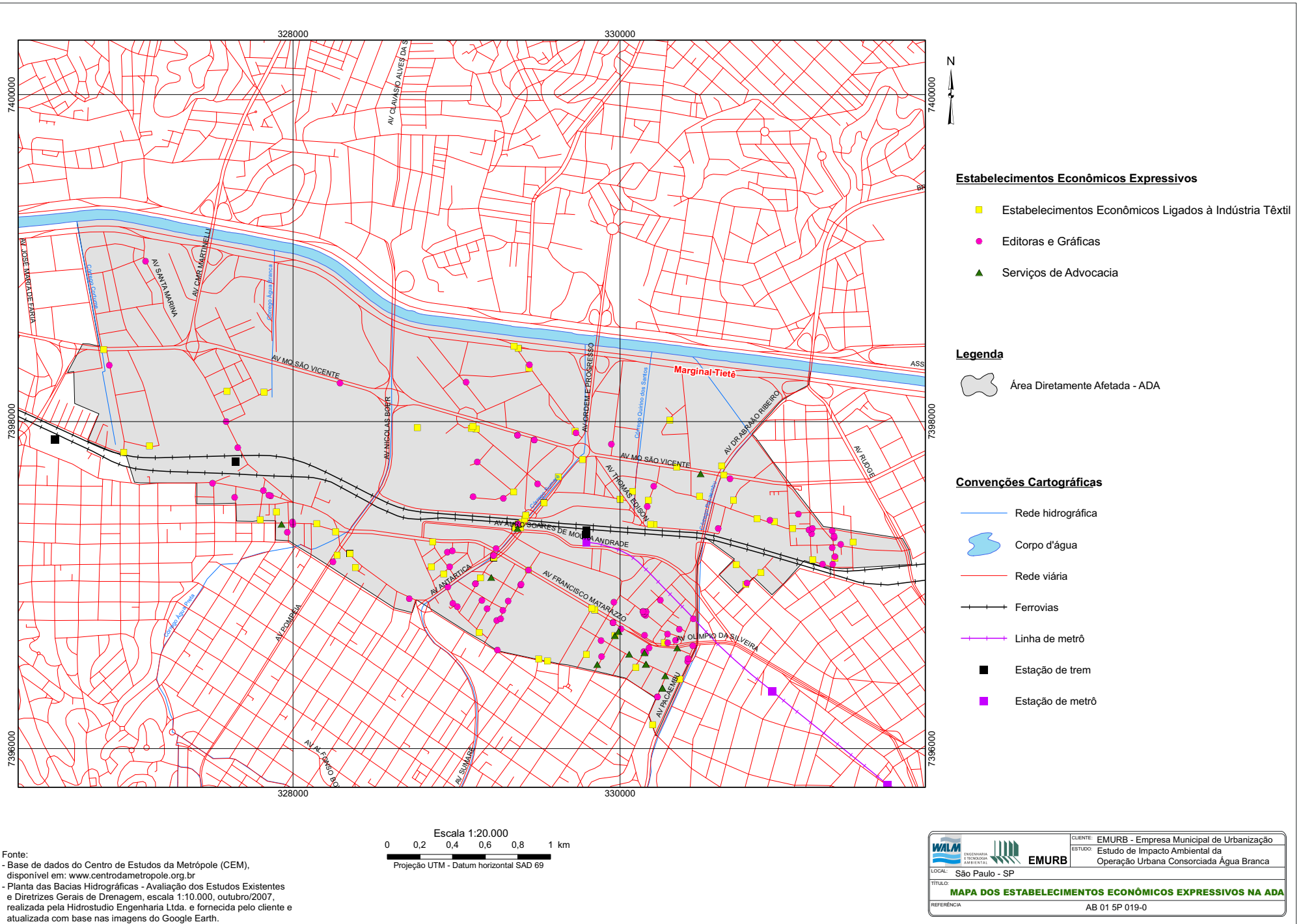
Os estabelecimentos econômicos do segmento de gráficas e editoras, também estão localizados na porção leste da ADA, na rua Anhanguera. Além disso, foram identificadas algumas editoras ao longo da avenida Ermano Marchetti em trabalho de campo de 2009. Porém, não apareceram no mapa, pois os dados do CEM são para o ano 2000.

No Quadro 5.3.3.3-3 são apresentados algumas empresas que estão situadas na Barra Funda de Baixo, posicionadas ao norte da ferrovia.

Quadro 5.3.3.3-3
Exemplos de editoras e gráficas localizadas na ADA – ao norte da ferrovia

Editoras e Gráficas	
Razão Social	Localização
SONICA EDITORA MUSICAL LTDA	AV. THOMAS EDISON, 820
SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES	AVENIDA STA MARINA, 1193
EDITORIA E GRAFICA ESTADAO LTDA	AV MARQUES DE SAO VICENTE 1589
MARQUES D ALBANY GRAFICA E EDITORA LTDA	AV MARQUES DE SAO VICENTE, 2853
SERV GRAPHICS COM E SERVICOS GRAFICOS LTDA ME	RUA DO BOSQUE, 405
SN ESCALA GRAFICA E EDITORA LTDA	RUA CRUZEIRO, 189
OTM EDITORA LTDA.	RUA DO BOSQUE, 526
TAMMARO ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	RUA JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, 92
MARTHA - COMÉRCIO, EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	RUA ACHILLES ORLANDO CURTOLO, 461
SOL ARTES GRAFICAS E EDITORIAIS LTDA.	RUA ACHILLES ORLANDO CURTOLO, 646
ALFA FOTOLITO E GRAFICA LTDA.	RUA ROBERT BOSCH, 67

Fonte: Centro de Estudos da Metrópole – CEM (2000)



Além da expressividade dos estabelecimentos econômicos ligados ao setor Têxtil e das Editoras e Gráficas na ADA. Pode-se dizer que ocorre atualmente uma tendência econômica de formarem-se novos Centros Empresariais de prestadores de serviços, em áreas determinadas.

Essa tendência pode ocorrer com maior probabilidade em locais onde atualmente existem centros empresariais, como acontece entre a avenida Francisco Matarazzo e a rua Auro Soares de Moura Andrade, ao sul da ferrovia, onde localiza-se o Centro Empresarial Água Branca (ver Foto 5.3.3.3-16), assim como na porção noroeste da ADA, na avenida Comendador Martinelli com a Marginal Tietê, e a Marquês de São Vicente, onde se localizam alguns prédios empresariais (ver Fotos 5.3.3.3-17, 5.3.3.3-18 e 5.3.3.3-19).



Foto 5.3.3.3-16 – Centro Empresarial Água Branca localizado entre a avenida Francisco Matarazzo e a rua Auro Soares de Moura Andrade.

*O Centro Empresarial IOB não aparece no Mapa AB 01 5P 034 – 0 provavelmente porque sua implantação é posterior ao ano 2000 – data do levantamento do CEM.



Foto 5.3.3.3-17 - Centro Empresarial IOB (Advocacia e Contabilidade), localizada na Rua Virgílio Wey, em frente à Fundação Padre Anchieta noroeste da ADA.*



Foto 5.3.3.3-18: Edifício empresarial, localizado na Rua Vladimir Herzog – porção noroeste da ADA



Foto 5.3.3.3-19: Edifício empresarial, localizado na Avenida Santa Marina – noroeste da ADA

5.3.3.4) Síntese dos Aspectos Relevantes

- ⇒ As zonas de pesquisa que concentram as maiores rendas familiares estão ao sul da Ferrovia, com rendas médias familiares superiores a 5.000 reais. São estas, a Cardoso de Almeida - 84, que se destacou com a maior renda média familiar de 8.124 reais, a FAAP - 34, a Perdizes - 87 e a Puc - 83. Contrastando esses rendimentos, ao norte da Ferrovia, estão as zonas Limão -136, Casa Verde - 134 e Bom Retiro - 8, com as menores rendas médias familiares, variando de 2.205 a 2.735 reais.
- ⇒ Quanto aos 10 distritos que estão no entorno da Operação Urbana Consorciada Água Branca onde estão localizadas as zonas de pesquisa OD, destacam-se, Perdizes e Consolação, como os que apresentam as maiores rendas médias domiciliares em 1997, de 3.000 a 3.999 reais. Os distritos da Lapa, Barra Funda, Santa Cecília, Limão e Santana possuíam renda média domiciliar de 2.000 a 2.999 reais e os distritos da Freguesia do Ó e Casa Verde as piores rendas, de 1.000 a 1.999 reais.
- ⇒ A paisagem da AID começou a modificar-se nas áreas suburbanas, com uma diferenciação mais nítida entre zona fabril e residencial. Na Várzea da Barra Funda, as fábricas foram-se distribuindo de maneira mais esparsa, ocupando áreas maiores, sem a antiga concentração de habitação operária no seu entorno. A Barra Funda de Cima, mais influenciada pelos bairros de Santa Cecília, Perdizes e Campos Elíseos, assistiu a um processo de expulsão de suas indústrias maiores, caracterizando-se como zona residencial para classe média, pequena indústria e oficina, conservando poucos traços físicos característicos de bairro operário italiano (BRUNELLI *et al* 2006).
- ⇒ O terceiro período econômico corresponde aquele do esvaziamento industrial e inserção de novas concepções de uso, voltadas principalmente para o lazer e empreendimentos imobiliários. Ramos (2001:120) estudando o processo de fragmentação do espaço e ocupação do bairro da Água Branca acredita que *“a valorização imobiliária que se dá fortemente no bairro, levando-o a atrair empreendimentos do setor terciário em detrimento do secundário, contribui para a elucidação da desindustrialização. Esse incremento do terciário decorre, em parte, da localização privilegiada do bairro no conjunto metropolitano e da infraestrutura instalada ao longo da história pelo poder público. Somando-se a isso, o crescimento e adensamento dos bairros vizinhos (sobretudo Perdizes e Vila Pompéia), afetam as mudanças e redefinições que vêm ocorrendo na Água Branca”*.
- ⇒ Quando a população é enquadrada por faixa de renda familiar, percebem-se também as desigualdades sociais. A Tabela 5.3.3.2-2 mostra que o número de pessoas com renda familiar alta é grande, uma vez que 28% da população da AID possuem renda familiar maior que 15 salários mínimos, outros 27% da população detém renda familiar entre 8 a 15 salários mínimos. Por outro lado, 11.110 pessoas (5% da AID) vivem com renda familiar inferior a 2 salários mínimos. Vale lembrar que esta desigualdade é tida como sócioespacial, uma vez que a população menos favorecida encontra-se ao norte da ferrovia e da marginal do Tietê, enquanto a população mais abastada, com rendimento familiar acima de 15 salários mínimos, concentra-se ao sul da ferrovia.
- ⇒ A Barra Funda de baixo (ao norte da ferrovia) ainda possui uso industrial, principalmente em sua porção oeste e central, enquanto a Barra Funda de Cima (sul da ferrovia) mostra-se uma área mais residencial, influenciada pela dinâmica do mercado imobiliário dos distritos de Perdizes e Santa Cecília. Os Equipamentos Sociais ou Institucional também aparecem com certa frequência e em grandes áreas da ADA. Muitas vezes esses

equipamentos de cultura e lazer criam condições propícias para a dinamização econômica.

Desta forma, pode-se dizer que a ADA tem um setor de serviços estruturado, formado por:

- Centros culturais (Memorial da América Latina e SESC Pompéia);
- Centros de lazer (Playcenter);
- Centro de compras (*shopping centers West Plaza, Nobre Pompéia, Bourbon*);
- Feiras de eventos (como o Mercado Mundo Mix, grande feira de moda e *design* alternativo, que atrai cerca de 20.000 visitantes num único fim de semana);
- Estádio de futebol (Palestra Itália – Sociedade Esportiva Palmeiras);
- Rede de Televisão (a TV Record);
- Hipermercado (*Wall-Mart Supercenter*, o primeiro hipermercado da região);
- Fórum Criminal– Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (onde se instala o 1º Tribunal Júri da Cidade de São Paulo) e o Fórum Trabalhista;
- Centro Empresarial Água Branca, vasta malha viária (destacando-se a Marginal Tietê e a Avenida Marquês de São Vicente) e
- Complexa rede de transporte público, representada pelos ônibus, trólebus, metrô e trem.

⇒ A avenida Marquês de São Vicente mostra-se uma importante via da ADA, tendo ligação com a Marginal do Tietê e outras importantes avenidas como a Antártica e Pacaembu. Nota-se ao longo da avenida Marquês de São Vicente o predomínio de estabelecimentos de comércio e serviços, mesclados com indústrias e equipamentos sociais, como no caso do CET, dos Centros de Treinamento do São Paulo e do Palmeiras, e também alguns lançamentos imobiliários verticais.

⇒ Embora na avenida Auro Soares de Moura Andrade e no seu entorno, ocorra o predomínio de Equipamentos Sociais (Memorial da América Latina, Uninove, UNESP) ou Uso Institucional (Terminal Barra Funda, Subestação de Energia Elétrica, Estação Água Branca), verifica-se também alguns estabelecimentos de comércio e serviços (Centro Empresarial Água Branca e Casa das Caldeiras).

⇒ Outro eixo viário estrutural da ADA que agrega diversos estabelecimentos econômicos é a avenida Francisco Matarazzo, na qual também predominam comércio e serviços.

⇒ Porém, em sua porção leste, que está mais próxima aos distritos de Perdizes e Santa Cecília, evidencia-se uma forte tendência aos empreendimentos imobiliários do tipo residencial vertical. Nesta área existem também alguns Equipamentos Sociais ligados à educação, como o cursinho Objetivo, a Faculdade Flamingo, a Faculdade SENAC e a Faculdade UNINOVE.

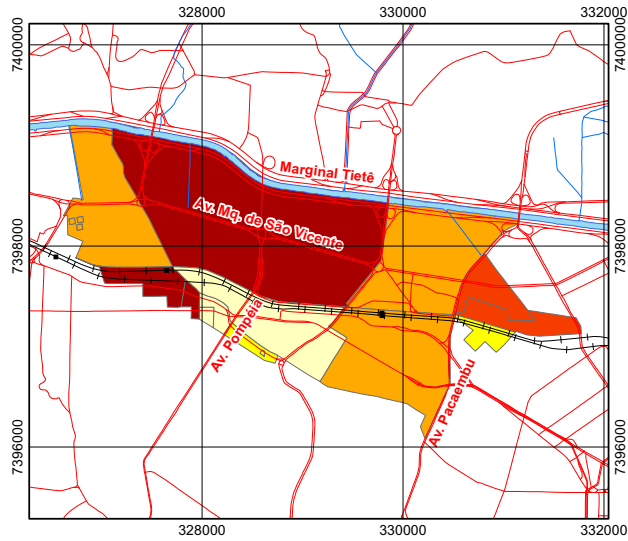
⇒ O número de pessoas com renda familiar alta é grande, uma vez que 35% da população da ADA possuem renda familiar maior que 15 salários mínimos. Outros 29% da população detém renda familiar entre 8 e 15 salários mínimos.

⇒ Por outro lado, 12.522 pessoas (3% da ADA) vivem com renda familiar inferior a 2 salários mínimos. Vale enfatizar novamente que esta desigualdade é tida como

sócioespacial, uma vez que assim como no diagnóstico da AID, na ADA a população menos favorecida encontra-se ao norte da ferrovia, enquanto a população mais abastada, com rendimento familiar acima de 15 salários mínimos, concentra-se ao sul da ferrovia, sobretudo na parte sudeste da ADA.

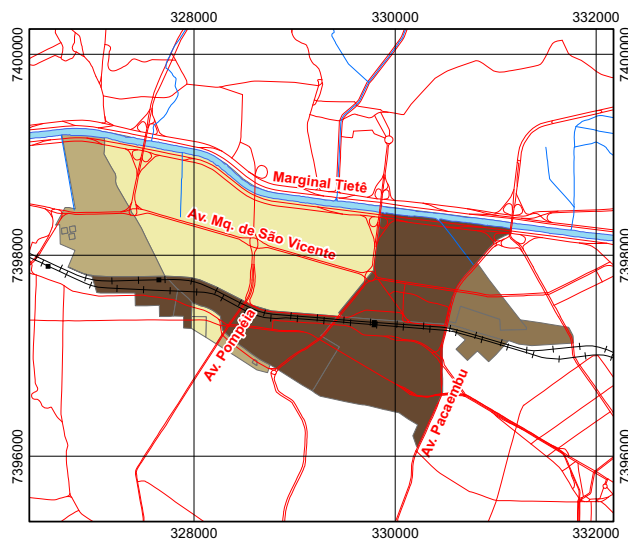
- ⇒ Ao todo, a ADA possui 120.251 postos de trabalho, que é praticamente seis vezes a mais que o número de habitantes (17.734). Nota-se que o setor terciário é o que mais emprega, com 96.835 postos, o equivalente a 80% dos postos de trabalho na ADA.
- ⇒ Destacam-se os estabelecimentos econômicos ligados à indústria têxtil, como empresas de vestuário, confecção, tecido e moda. No total, foram contabilizadas 166 empresas do setor têxtil na ADA.
- ⇒ Outro segmento econômico que ocorre com maior frequência na ADA é o de editoras e gráficas, sendo identificadas 96 empresas ligadas a este segmento.
- ⇒ De forma geral, os estabelecimentos econômicos que prestam serviços de advocacia estão concentrados na Barra Funda de Cima (sul da Ferrovia). E localizam-se próximos aos Fóruns (Trabalhista e Criminal) inseridos na ADA (norte da ferrovia) e a Pontifícia Universidade Católica – PUC (ao sul da AID) que mantém curso superior de direito com renomada tradição de ensino. Outra condição dessa situação geográfica privilegiada está ligada aos benefícios de encontrar-se em uma área de estrutura urbana desenvolvida, dotada de infraestruturas urbanas e desenho urbano com quadras de traçado e dimensões regulares.

MAPA DA PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO SEM EMPREGO NA ADA



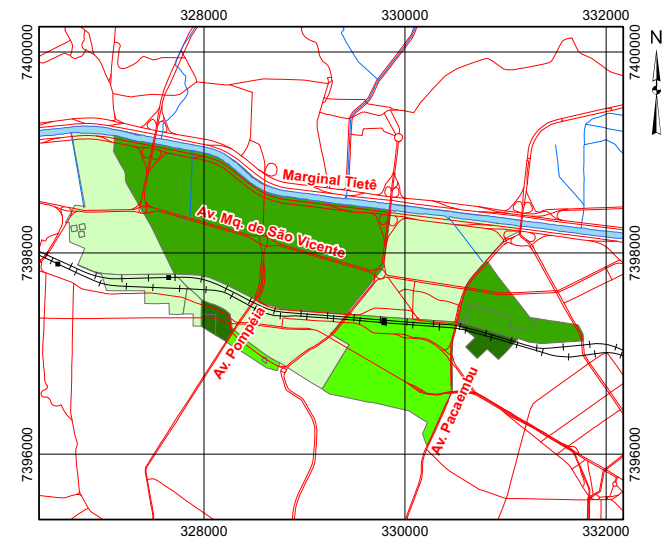
Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

MAPA DA PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO APOSENTADA NA ADA



Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

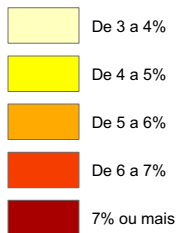
MAPA DA PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO OCUPADA SOMENTE COM A ATIVIDADE DE ESTUDANTE NA ADA



Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

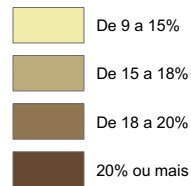
Legenda:

População Sem Emprego (%)



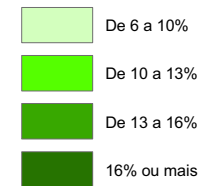
Legenda:

População Aposentada (%)

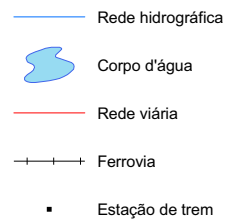


Legenda:

População ocupada somente com a Ocupação Estudante (%)

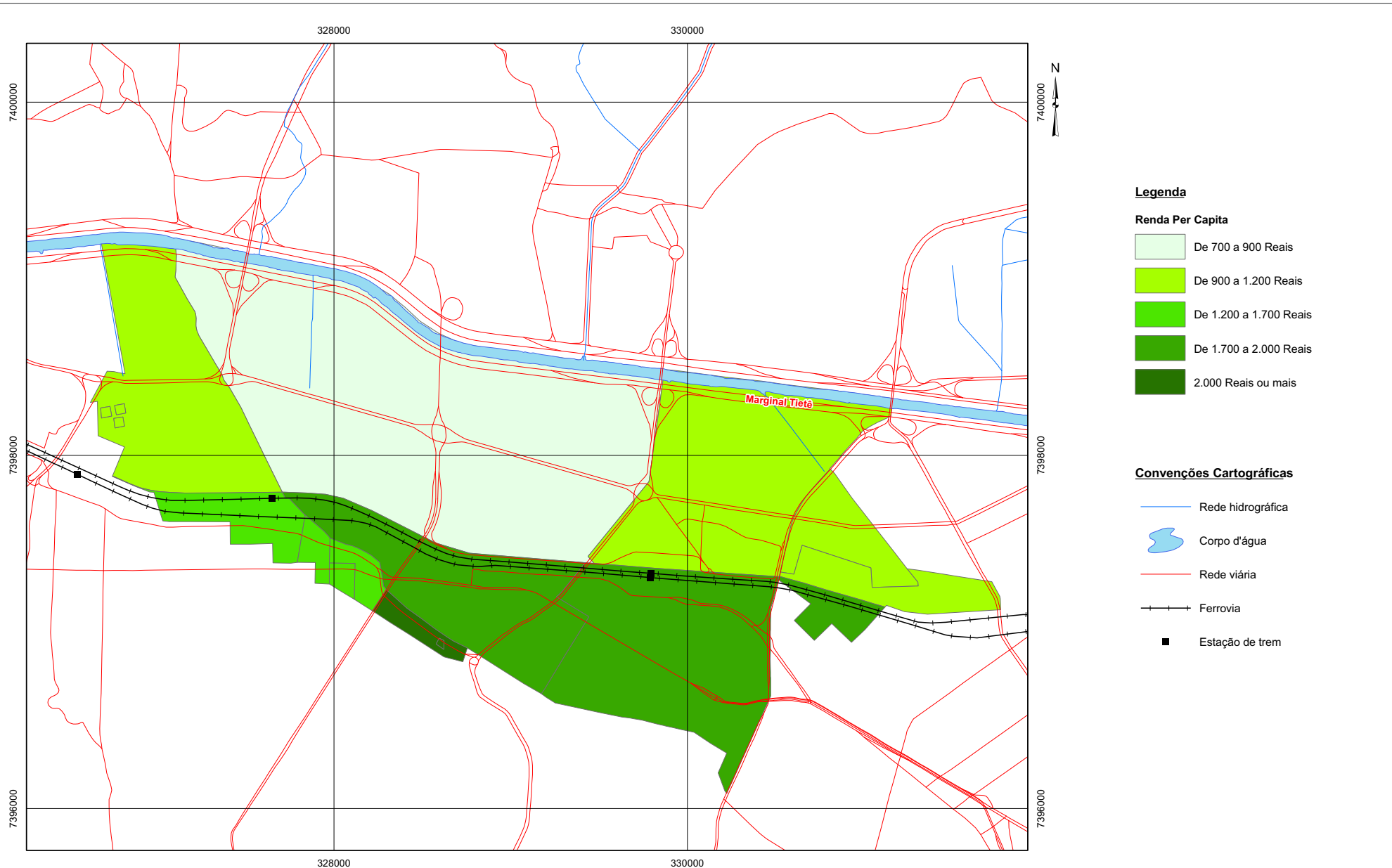


Convenções Cartográficas



Fonte:
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.
- Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).

	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
	ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DA PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO SEM EMPREGO, APOSENTADA E DE ESTUDANTES
REFERÊNCIA	AB 01 5P 020-0



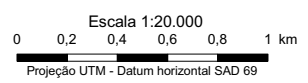
Legenda

Renda Per Capita

- De 700 a 900 Reais
- De 900 a 1.200 Reais
- De 1.200 a 1.700 Reais
- De 1.700 a 2.000 Reais
- 2.000 Reais ou mais

Convenções Cartográficas

- Rede hidrográfica
- Corpo d'água
- Rede viária
- Ferrovia
- Estação de trem



Fonte:
 - Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).
 - METRÔ/SP – Pesquisa Origem e Destino 2007 (OD-RMSP)
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.

 ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL EMURB	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
	ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PER CAPITA NA ADA
REFERÊNCIA	AB 01 5P 021-A

5.3.4) Educação

5.3.4.1) Área de Influência Indireta – AII

Para o diagnóstico a respeito da temática educação foram selecionadas as informações mais pertinentes sobre a AII. Também foram ponderadas para efeito de comparação, as informações sobre a RMSP e o Estado de São Paulo.

No final do texto foram inseridas informações a respeito dos 10 distritos onde estão localizadas as zonas de pesquisa OD, consideradas para efeito de diagnóstico da Área Diretamente Afetada - ADA. Cabe destacar aqui, que no item 5.3.14. *Infraestrutura da ADA* deste EIA estão apresentados os dados a respeito das condições de atendimento e equipamentos na ADA para os temas educação, saúde e lazer e cultura.

Com base em dados secundários, o diagnóstico abordou a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais em 1991 e em 2000 e a média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos em 2000 (Quadro 5.3.4.1-1). Foram considerados dados sobre a distribuição dos alunos matriculados nas redes privada, municipal e estadual no ensino infantil, fundamental e médio nos anos de 2000 e 2003. (Quadro 5.3.4.1-2, Quadro 5.3.4.1-3 e Quadro 5.3.4.1-4), a taxa de evasão escolar no ensino médio nos anos 1999 e 2002 e por fim o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do município de São Paulo.

No Quadro 5.3.4.1-1 pode-se observar que a taxa de analfabetismo de 1991 para 2000 diminuiu significativamente, acompanhando uma tendência observada em todo o Estado. Quanto à média de anos de estudos verifica-se em ambas as unidades da federação analisadas resultados muito próximos, entre 7 e 8 anos de estudo, com destaque para o município de São Paulo com 8,37 anos de estudo.

Quadro 5.3.4.1-1
Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais e
média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos

Localidade	Taxa de Analfabetismo (%)		Média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos (2000)
	1991	2000	
AII São Paulo	7,52	4,89	8,37
RMSP	8,50	5,57	7,96
Estado de São Paulo	10,16	6,64	7,64

Fonte: SEADE (2009)

No Quadro 5.3.4.1-2, observa-se que em ambas as unidades da federação analisadas, o total de alunos matriculados no ensino infantil aumentou no período entre 2000 e 2003.

Também se constata que a maioria dos alunos do ensino infantil está matriculada na rede municipal e que todas as unidades da federação analisadas, com exceção do município de São Paulo, tiveram um pequeno aumento de alunos matriculados na rede particular no período entre 2000 e 2003.

Quadro 5.3.4.1-2
Total de alunos matriculados no ensino infantil e
porcentagem de participação no total, por tipo de administração nos anos de 2000 e 2003

Localidade		Ensino Infantil							
		Total de alunos		Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Particular	
		2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
All	São Paulo	386.774	472.626	-	-	60%	61%	40%	39%
RMSP		627.824	778.317	-	-	70%	69%	30%	31%
Estado de São Paulo		1.389.242	1.675.808	-	-	78%	75%	22%	25%

- Dado Inexistente
 Fonte: SEADE (2009)

No Quadro 5.3.4.1-3 a seguir, todas as unidades da federação consideradas obtiveram uma redução no número de alunos matriculados no período considerado, de 2000 para 2003. Um dos fatores que explica essa redução é o dado a respeito da população em idade escolar de 11 a 14 anos, pois se observa tanto para a RMSP, o Estado de São Paulo e o município de São Paulo tiveram uma redução no número da população nessa faixa de idade entre o ano de 2000 e 2003. Em consulta realizada no SEADE, a RMSP teve diminuição de 3,6%, o Estado de São Paulo de 3,12% e o município de São Paulo de 6,13%.

Quadro 5.3.4.1-3
Total de alunos matriculados no ensino fundamental e
porcentagem de participação no total, por tipo de administração nos anos de 2000 e 2003

Localidade		Ensino Fundamental							
		Total de alunos		Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Particular	
		2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
All	São Paulo	1.678.445	1.582.004	51%	48%	32%	35%	17%	17%
RMSP		3.068.225	2.906.619	62%	56%	25%	30%	13%	14%
Estado de São Paulo		6.225.204	5.898.603	63%	53%	26%	34%	11%	13%

Fonte: SEADE (2009)

No Quadro 5.3.4.1-4 nota-se que com exceção do município de São Paulo houve aumento no número de alunos matriculados de 2000 para 2003. A diminuição do número de alunos matriculados no ensino médio de 2000 para 2003 no município de São Paulo acompanha a diminuição da população em idade escolar de 15 a 17 anos, que em 2000 contava com 585.809 e em 2003 com 533.281.

Quadro 5.3.4.1-4
Total de alunos matriculados no ensino médio e
porcentagem de participação no total, por tipo de administração nos anos de 2000 e 2003

Localidade		Ensino Médio							
		Total de alunos		Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Particular	
		2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
All	São Paulo	601.271	584.230	82%	83%	1%	1%	17%	16%
RMSP		1.050.897	1.051.287	85%	86%	1%	1%	14%	13%
Estado de São Paulo		2.079.141	2.100.823	85%	86%	1%	1%	14%	13%

Fonte: SEADE (2009)

Sobre a Taxa de Evasão Escolar total, na rede estadual e particular em todas as unidades da federação verifica-se uma diminuição no período entre 1999 e 2002. Identifica-se que apenas na Rede Municipal houve um aumento desta taxa de 1999 para 2000 tanto no município de São Paulo e como na RMSP. A rede estadual de ensino obteve as maiores taxas de evasão escolar em 2002, com 8,49% no município de São Paulo e 8,29% tanto para a Região Metropolitana como para o Estado de São Paulo. (Quadro 5.3.4.1-5).

Quadro 5.3.4.1-5
Taxa de evasão escolar em (%) de 1999 e 2002

Localidade		Taxa de Evasão Escolar do ensino médio (%)							
		Taxa de Evasão Escolar do ensino médio total		Taxa de Evasão Escolar do ensino médio Estadual		Taxa de Evasão Escolar do ensino médio Municipal		Taxa de Evasão Escolar do ensino médio Particular	
		1999	2002	1999	2002	1999	2002	1999	2002
All	São Paulo	9,02	7,27	10,69	8,49	2,61	4,92	1,97	1,19
RMSP		8,87	7,31	10,15	8,29	2,21	4,07	1,93	1,01
Estado de São Paulo		9,25	7,32	10,50	8,29	6,17	5,65	2,10	1,11

Fonte: SEADE (2009)

Conforme dito anteriormente, para este diagnóstico foi considerado também o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Este que é um índice recente, criado em 2007 para medir a qualidade da educação, e que foi pensado de forma a facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2021.

Segundo o MEC o IDEB “é resultado do produto entre o desempenho e o rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/ escola terá o Ideb igual a 5,0 multiplicado por 1/2 , ou seja, Ideb = 2,5. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá Ideb = 5,0.”

No Quadro 5.3.4-6 estão disponibilizados os valores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para o município de São Paulo, assim como as metas a serem atingidas. Analisando o Quadro 5.3.4-6, observa-se que o município de São Paulo atingiu a meta para os anos iniciais do ensino fundamental em 2007.

Quadro 5.3.4.1-6
IDEB observado em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal - São Paulo

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	4,1	4,3	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
Anos finais	4,1	3,9	4,1	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,0

Fonte: MEC (2009)

Para informações no nível dos 10 distritos destacados foi realizada uma busca no SEADE por dados sobre educação, porém nenhuma variável foi encontrada. No IBGE foram encontrados dados a respeito da média de anos de estudo da população de 4 anos ou mais apenas para o ano de 1996. Estes dados foram utilizados para produzir um dos mapas temáticos disponíveis no Atlas do Município de São Paulo (2002) e como foram os dados mais recentes encontrados, foi apresentado na Figura 5.3.4.1-1.

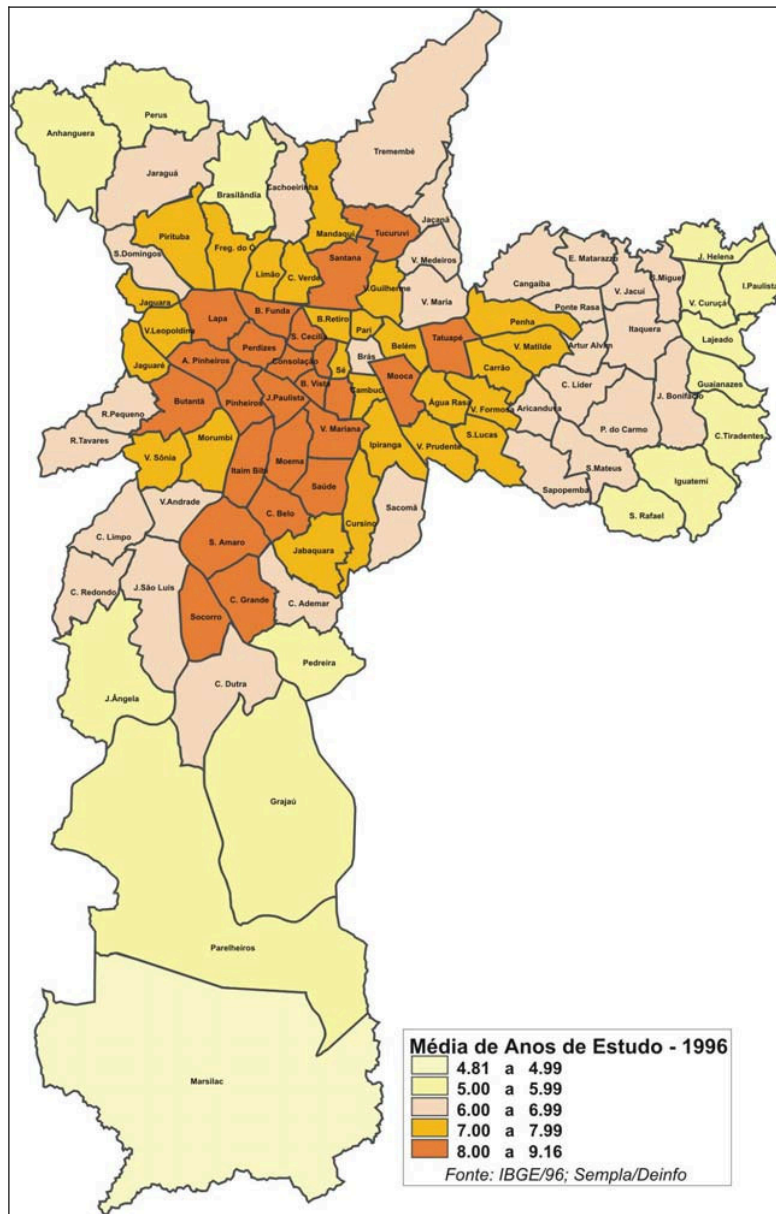


Figura 5.3.4.1-1 - Média de Anos de Estudo da população de 4 anos ou mais em 1996

Verifica-se que no município de São Paulo a área central possui a população de 4 anos ou mais com mais anos de estudo, e nas periferias, principalmente na zona sul com menos anos de estudo.

Os 10 distritos em destaque possuem as maiores médias de anos de estudo. Os distritos da Lapa, Barra Funda, Perdizes, Santa Cecília, Consolação e Santana foram classificados dentro da maior média de anos de estudos indicada na Figura 5.3.4.1-1, que são de 8 a 9.16 anos de estudo, e o restante dos distritos, Freguesia do Ó, Limão, Casa Verde e Bom Retiro, dentro da segunda maior média, que é de 7 a 7.99 anos de estudo.

5.3.4.2) Síntese dos Aspectos Relevantes

- ✓ Em 2000 a taxa de analfabetismo no município de São Paulo ficou em 4,89%, e a média de anos de estudo foi de 8,37, a qual ultrapassou a média da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo.
- ✓ Em 2007 o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no município de São Paulo para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 4,3, atingindo a meta proposta para 2007, que era de 4,1.
- ✓ Em relação à média de anos de estudo da população de 4 anos ou mais no município de São Paulo, de acordo com a figura 5.3.4.1-1, a área central possui as melhores médias, e as áreas periféricas as piores. Os 10 distritos em destaque possuem as maiores médias de anos de estudo. Os distritos da Lapa, Barra Funda, Perdizes, Santa Cecília, Consolação e Santana foram classificados dentro da maior média de anos de estudos indicada na Figura 5.3.4.1-1, que são de 8 a 9.16 anos de estudo, e o restante dos distritos, Freguesia do Ó, Limão, Casa Verde e Bom Retiro, dentro da segunda maior média, que é de 7 a 7.99 anos de estudo.

5.3.5) Cultura e Lazer

5.3.5.1) Área de Influência Indireta – All

Para o diagnóstico de cultura e lazer do município de São Paulo foi elaborado o Quadro 5.3.5.1-1 com informações a respeito das principais infraestruturas de cultura e lazer do Estado, da Região Metropolitana e do município de São Paulo.

Quadro 5.3.5.1-1
Infraestruturas de Cultura e Lazer em 2003

Município	Cinemas (salas disponíveis)	Teatros (salas disponíveis)	Cine-Teatros (salas disponíveis)	Auditórios	Bibliotecas	Centros Culturais/Casas de Cultura	Museus
Estado de São Paulo	569	290	114	451	363
RMSP	306	151	65	...	487	138	106
All São Paulo	228	121	57	...	386	80	80

...Dado não disponível
 Fonte: SEADE (2009)

A All se mostra com boas opções de equipamentos de infraestruturas de cultura e lazer, pois de todas essas infraestruturas da RMSP apresentadas no Quadro 5.3.5.1-1, grande parte estão inseridas no próprio município de São Paulo. Destacando-se os equipamentos onde funcionam os teatros, pois de um total de 306 salas disponíveis na RMSP 80,1% (121) estão localizadas na All. Também destacam-se os Cine-Teatros, que possuem 65 salas disponíveis na RMSP, e 87,6%, isto é, 57 destas estão na All. Estes números confirmam a vocação do município de São Paulo, classificado por muitos como a capital cultural do país e considerado por muitos como a cidade de público mais culto e exigente.

O município de São Paulo apresenta o maior contingente populacional do país, além de encontrar-se em local de destaque no roteiro cultural da América Latina, sendo ponto de referência para acolher diversas exposições artísticas, companhias de teatro, shows e festivais de cinemas, todos de caráter mundial (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2009).

Soma-se ao exposto anteriormente, o fato do município de São Paulo abrigar também o maior complexo hoteleiro da América Latina, o mais completo centro hospitalar do país e concentrar em seu território o maior pólo cultural brasileiro. É ainda uma das capitais internacionais da gastronomia, destino fixo de grandes eventos, feiras e exposições mundialmente reconhecidas, sede de centros acadêmicos e de pesquisas conceituadas, entre outras tantas referências. (www.visitesaopaulo.com, 2009).

Com todos esses atrativos culturais, e boa infraestrutura disponível para receber eventos, shows, feiras e exposições São Paulo evidencia-se em sua posição de pólo cultural e destaca-se também quanto ao turismo, recebendo anualmente 10 milhões de visitantes. Dos quais, 50% vêm a negócios, 35% a lazer e 15% por outros motivos. (www.visitesaopaulo.com, 2009).

Vale citar também alguns eventos relacionados à cultura e ao lazer que ocorrem anualmente no município de São Paulo, como a Virada Cultural (em diferentes pontos do município), a Virada Esportiva, a Parada do Orgulho Gay (na avenida Paulista considerada a mais famosa da cidade) e o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, no autódromo de Interlagos.

Ao analisar a história de São Paulo percebe-se que as suas infraestruturas culturais começaram a ser instaladas junto com a urbanização no fim do século XIX, a qual foi impulsionada pelo cenário deixado pelo ciclo econômico do café.

Vale lembrar que em 1922, quando ocorreu a Semana da Arte Moderna no Teatro Municipal em São Paulo, *“A preocupação com uma cultura nacionalista aflorou, e em 1922, na Semana de Arte Moderna, os intelectuais passaram a criticar o modelo importado e a buscar uma cultura mais compatível com a realidade brasileira.”* (SUAIDEN, 2000).

Ali naquele ponto no tempo e no espaço ocorreu este evento da Semana da Arte Moderna que modificou as estruturas sociais e culturais de São Paulo, criando condições para ao longo do tempo, sua permanência como um pólo cultural. Milton Santos nos esclarece sobre o evento: *“Segundo Eddington , um evento é “um instante do tempo e um ponto no espaço”. Na verdade trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço.”* (SANTOS, 2004: 144). Também sobre como o evento modifica o espaço geográfico: *“Onde ele se instala, há mudança, pois o evento é uma brutalidade eficaz (...) .Na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos , dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características.”* (SANTOS, 2004: 146).

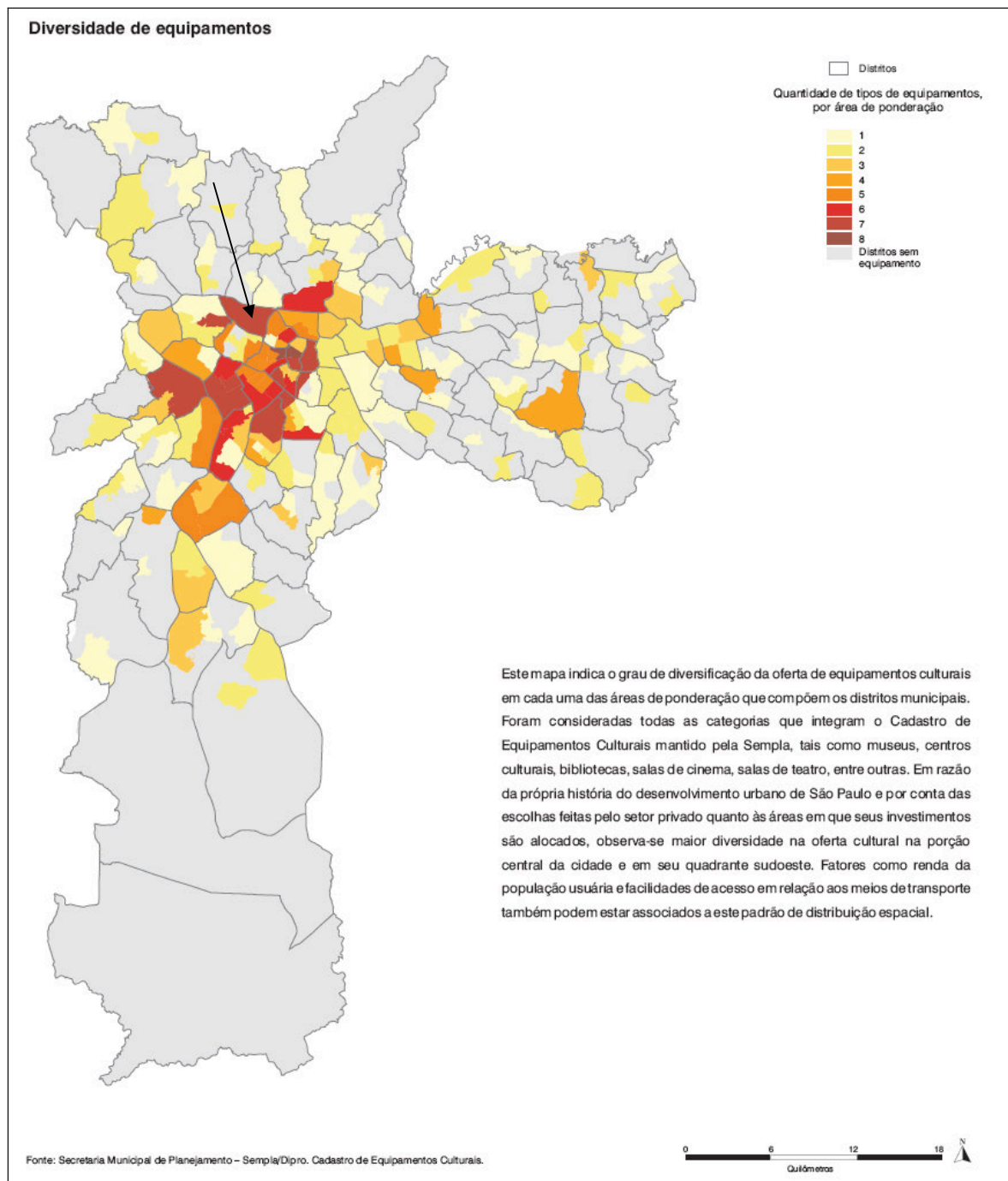
Nas Áreas de Influência da Operação Urbana Consorciada Água Branca e no seu entorno existem diversos estabelecimentos de cultura e lazer, com destaque para o Memorial da América Latina, o Parque da Água Branca, o SESC Pompeia, o estádio Palestra Itália, o shopping West Plaza e o shopping Bourbon.

Na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, está o Memorial da América Latina, que foi inaugurado em 18 de março de 1989 no bairro da Barra Funda, com o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, e o conceito e o projeto cultural desenvolvido pelo antropólogo Darcy Ribeiro. *“O Memorial nasceu com a missão de estreitar as relações culturais, políticas, econômicas e sociais do Brasil com os demais países da América Latina”* (www.memorial.sp.gov.br, 2009).

O Memorial conta com diversos espaços culturais que possibilitam diferentes atividades de cultura e lazer, como a *Biblioteca Victor Civita*, o *Pavilhão da Criatividade*, o *Auditório Simon Bolívar*, o *Salão de Atos Tiradentes*, e a *Galeria de Arte Marta Traba*.

As informações sobre cultura e lazer para os 10 distritos em destaque também não foram encontradas no SEADE e nem no IBGE. Dessa forma, serão utilizados dados do estudo “Município em Mapas 2007: Cultura e Território” disponível no site da prefeitura de São Paulo.

A Figura 5.3.5.1-1 traz informações sobre oferta e diversidade de equipamentos culturais nos distritos do município de São Paulo no ano de 2006. Conforme explicação deste estudo: *“Foram consideradas todas as categorias que integram o Cadastro de Equipamentos Culturais mantido pela Sempla, tais como museus, centros culturais, bibliotecas, salas de cinema, salas de teatro, entre outras. Em razão da própria história do desenvolvimento urbano de São Paulo e por conta das escolhas feitas pelo setor privado quanto às áreas em que seus investimentos são alocados, observa-se maior diversidade na oferta cultural na porção central da cidade e em seu quadrante sudoeste. Fatores como renda da população usuária e facilidades de acesso em relação aos meios de transporte também podem estar associados a este padrão de distribuição espacial.”* (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2009).



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro. Cadastro de Equipamentos Culturais

Figura 5.3.5.1-1 - Diversidade de Equipamentos Culturais em 2006

Destaca-se na Figura 5.3.5.1-1, como citado anteriormente, a porção central e o quadrante sudoeste do município de São Paulo com maior diversidade na oferta cultural.

Dentro desta área com alta diversidade de equipamentos culturais está o distrito da Barra Funda com sete tipos de equipamentos por área de ponderação. Comparando aos distritos do seu entorno, Barra Funda mostra-se com alto número de equipamentos culturais, pois enquanto ao norte da Barra Funda, Freguesia do Ó, Limão e Casa Verde apresentam apenas 1 a 2 equipamentos culturais por área de ponderação, Barra Funda apresenta 7.

✓ *Síntese dos Aspectos Relevantes.*

- ⇒ Destacam-se os equipamentos culturais e de lazer na All onde funcionam os teatros e Cine-Teatros, pois de um total de 306 salas de Teatro disponíveis na RMSP 80,1% (121) estão localizadas na All. Quanto aos Cine-Teatros, que possuem 65 salas disponíveis na RMSP, 87,6%, isto é, 57 destas estão na All. Estes números confirmam a vocação do município de São Paulo, classificado por muitos como a capital cultural do país e considerado por muitos como a cidade de público mais culto e exigente.
- ⇒ Diversos eventos ocorrem anualmente na All, que evidenciam sua característica de grande pólo cultural, são estes: a Virada Cultural (em diferentes pontos do município), a Virada Esportiva, a Parada do Orgulho Gay (na avenida Paulista considerada a mais famosa da cidade) e o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, no autódromo de Interlagos.
- ⇒ Confirmando os dados acima, a área de influência da Operação Urbana Consorciada Água Branca apresenta diversos equipamentos culturais e de lazer como: o Memorial da América Latina, o Parque da Água Branca, o SESC Pompeia, o estádio Palestra Itália, o shopping West Plaza e o shopping Bourbon.
- ⇒ No município de São Paulo, conforme os dados disponíveis pela Prefeitura de São Paulo, no estudo “Município em Mapas 2007: Cultura e Território” o distrito da Barra Funda apresenta-se com alta diversidade de equipamentos culturais, pois possui 7 equipamentos culturais por área de ponderação enquanto alguns distritos de seu entorno, como Freguesia do Ó, Limão e Casa Verde, possuem apenas 1 a 2.

5.3.6) Saúde
5.3.6.1) Área de Influência Indireta – All

Para a análise da situação do setor de saúde da Área de Influência Indireta - All serão discutidos os dados relativos à infraestrutura instalada, à relação entre a oferta de serviços e a população local e ao quadro nosológico do município, bem como a taxa de mortalidade infantil. Sempre que possível, foram tratados de forma comparativa com os valores da RMSP e do estado de São Paulo.

Cabe ressaltar que os dados apresentados sobre a oferta de serviço em relação à população, são resultados do coeficiente da relação entre a quantidade ofertada para cada serviço por um grupo de 1.000 habitantes.

Com relação à infraestrutura instalada, a situação constatada é apresentada no Quadro 5.3.6.1-1. A Região Metropolitana de São Paulo em todas as variáveis apresentou valores superiores ao município de São Paulo, acompanhando sua dimensão demográfica e territorial. Porém, a capital apresenta dados bem representativos sobre o total de infraestruturas da RMSP, com 64,99% dos Leitos Hospitalares SUS, 69,84% dos Leitos Hospitalares Totais, 71,39% dos Consultórios Médicos e 65,99% dos Consultórios Odontológicos.

Quadro 5. 3.6.1-1
Infraestruturas de saúde instaladas no mês de agosto de 2009

Localidade		Leitos Hospitalares SUS	Leitos Hospitalares Totais*	Consultórios Médicos**	Consultórios Odontológicos
All	São Paulo	17.399	35.221	16.845	4.809
	RMSP	26.768	50.425	23.594	7.287

*Leitos Públicos, Privados e Filantrópicos.

**Clínica Básica e Especializada.

Fonte: DATASUS (2009)

O Quadro 5.3.6.1-2, apresenta a relação entre a oferta de leitos hospitalares, consultórios médicos e consultórios odontológicos por grupo de 1000 habitantes. A partir desses dados é possível dimensionar a disponibilidade de infraestrutura para o atendimento dos serviços de saúde.

Quadro 5.3.6.1-2
Oferta de serviço em relação à população municipal no ano de 2007

Localidade		Leitos SUS (/1.000 hab.)	Leitos Totais* (/1.000 Hab.)	Consultórios Médicos** (/1.000hab.)	Consultórios Odontológicos (/1.000 hab.)
All	São Paulo	1,4	2,5	0,6	0,3
	Est de São Paulo	0,6	1,6	0,2	0,1

*Leitos Públicos, Privados e Filantrópicos.

**Clínica Básica e Especializada.

Fonte: DATASUS (2009)

Os números de leitos do SUS, leitos totais, consultórios médicos e odontológicos no município de São Paulo, foram superiores a da média do estado de São Paulo. Isso mostra que a All apresenta boa infraestrutura de saúde.

Deve ser considerado nesta análise, ainda, o fato de que o município de São Paulo é uma cidade de grande porte com acentuado dinamismo econômico, o que possibilita a existência de serviços de saúde suplementar (convênios médicos). Estes serviços por sua vez, são prestados por uma significativa rede de atendimento médico e odontológico particular.

Segundo informações disponíveis do Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2005), o principal caso de morbidade hospitalar entre os residentes no município de São Paulo está relacionado a problemas na gravidez, no parto e no pós-parto, seguido, respectivamente, pelos casos relacionados a doenças dos sistemas circulatório, respiratório e de causas externas (lesões e etc).

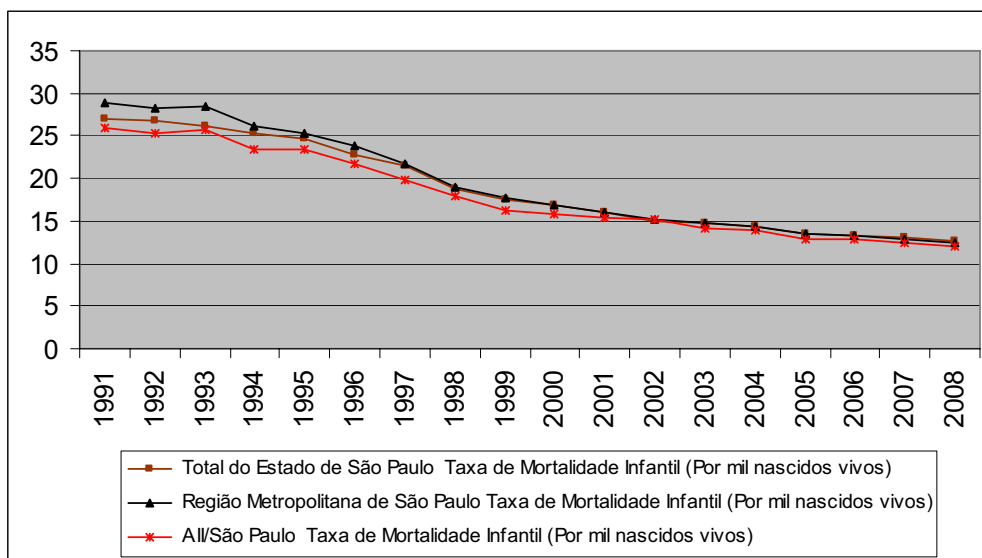
A taxa de mortalidade infantil é a relação entre os óbitos de menores de um ano residentes numa unidade geográfica, num determinado período de tempo (geralmente um ano) e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período, segundo a fórmula:

$$\text{Taxa de Mortalidade Infantil} = \frac{\text{Óbitos de Menores de 1 Ano}}{\text{Nascidos Vivos}} \times 1.000$$

A maior variabilidade nas taxas, em alguns municípios, pode decorrer do número reduzido de nascidos vivos e óbitos de crianças menores de 1 ano, ocorrido em cada ano considerado.

Observando o Gráfico 5.3.6.1-1, verifica-se o comportamento da taxa de mortalidade infantil nas três unidades de análise, a All, a RMSP e o Estado de São Paulo, durante o período de 1991 a 2008.

No período entre 1991 até 1997 a RMSP apresentou a maior Taxa de mortalidade infantil, seguida pelo Estado de São Paulo e município de São Paulo. No período seguinte, entre 1997 até 2008 as taxas de mortalidade da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo praticamente se igualaram. Já o município de São Paulo de 1997 até 2002 apresentou a taxa um pouco inferior a RMSP e o Estado de São Paulo, e após esse período até 2008 obteve resultados muito próximos.



Fonte: SEADE (2009)

Gráfico 5.3.6.1-1 - Evolução da taxa de mortalidade infantil (Por mil nascidos vivos)

A Figura 5.3.6.1-1 apresenta a localização dos hospitais públicos e particulares vinculados ao SUS em 2001, divulgado pelo Centro de Estudos da Metrópole para os 10 distritos em destaque.



Fonte: Centro de Estudos da Metrópole, 2001

Figura 5.3.6.1-1 - Hospitais públicos e particulares vinculados ao SUS - 2001

Na Figura 5.3.6.1-1 o distrito de Santana é o único com dois hospitais, o Hospital e Maternidade São José e a Casa de Repouso Santana. Os distritos do Limão, Casa Verde, Barra Funda e Bom Retiro não possuem nenhum hospital vinculado ao SUS. No distrito da Consolação aparecem duas unidades a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e o Instituto do Câncer Vieira de Carvalho, que foram considerados como um único estabelecimento hospitalar, pois estão cadastrados exatamente no mesmo endereço. Os distritos da Freguesia do Ó, Lapa, Perdizes e Santa Cecília possuem um hospital, sendo respectivamente o Hospital Geral de Vila Penteadado, Associação Beneficente do Hospital Sorocabana, Hospital e Maternidade São Camilo e Hospital Samaritano.

✓ *Síntese dos Aspectos Relevantes*

- ⇒ Com relação à infraestrutura de saúde instalada, o município de São Paulo apresentou dados bem representativos sobre o total de infraestruturas da RMSP, com 64,99% dos Leitos Hospitalares SUS, 69,84% dos Leitos Hospitalares Totais, 71,39% dos Consultórios Médicos e 65,99% dos Consultórios Odontológicos.
- ⇒ Os números de leitos do SUS, leitos totais, consultórios médicos e odontológicos no município de São Paulo, foram superiores a da média do estado de São Paulo, o que demonstra uma boa infraestrutura de saúde da AII.
- ⇒ Entre o período de 1991 até 2008 a taxa de mortalidade infantil do estado de São Paulo, RMSP e município de São Paulo decresceu. Em 1991 ambas as unidades da federação apresentavam a taxa de mortalidade infantil entre 25 e 30, e já no ano de 2008 ficaram entre 10 e 15. Quanto ao município de São Paulo, entre 1991 até 1997 apresentou a menor taxa de mortalidade infantil entre as 3 unidades da federação analisadas no Gráfico 5.3.6.1-1. Entre 1997 até 2002 apresentou a taxa um pouco inferior a RMSP e o estado de São Paulo, e após esse período até 2008 obteve resultados muito próximos.

5.3.7) Saneamento Básico

5.3.7.1) Área de Influência Indireta – All

Neste item é feita uma avaliação geral dos indicadores e das condições em que se encontram os serviços de saneamento básico no município de São Paulo. Para tanto, o Quadro 5.3.7.1-1, apresenta as informações sobre o nível de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico na All, sendo possível compará-los com os valores da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP e do estado de São Paulo.

Quadro 5.3.7.1-1
Nível de atendimento dos serviços de saneamento básico em %

Localidades		Abastecimento de água		Coleta de Esgoto		Coleta de Lixo	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
All	São Paulo	98,9	99,4	87,0	89,0	98,7	99,4
RMSP		96,3	97,5	79,1	82,7	97,0	98,9
Est. de São Paulo		96,3	97,3	80,8	85,7	96,1	98,9

Fonte: SEADE (2009)

Pela análise do Quadro 5.3.7.1 - 1 verifica-se que o município de São Paulo obteve em todas as variáveis, valores superiores à Região Metropolitana de São Paulo e a média do Estado. Isto mostra que este município possui, em média, regular infraestrutura de abastecimento de água e coleta de resíduos sólidos e líquidos.

Contudo, o município de São Paulo apresenta muitas ocupações subnormais (favelas e invasões), que não se enquadram nesta pesquisa do SEADE. Na maior parte destas ocupações é possível identificar que possui ligações clandestinas de água e despejam o esgoto e lixo em locais impróprios como, por exemplo, em galerias de águas pluviais, contaminando os cursos d'água, muitas vezes já comprometidos, com níveis de poluição superior aos desejados pela Resolução CONAMA 357/05. De acordo com os dados do SEADE, em 2003, 66% de todo esgoto gerado na cidade de São Paulo foi tratado.

Segundo o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares (CETESB), referente ao ano de 2003, a produção de resíduos sólidos domiciliares do município de São Paulo foi da ordem de 12.850 ton/dia. A situação dos aterros sanitários do município de São Paulo é apresentada no Quadro 5.3.7.1-2.

Quadro 5.3.7.1-2
Situação dos Aterros na All em 2003

Município	Aterro	Resíduos recebidos (ton/dia)	Situação	Área Ocupada (m ²)	Licença Ambiental	
					LI	LO
São Paulo	Bandeirante	6.000,0	Adequado	1.400.000	Sim	Não
São Paulo	São João	6.050,0	Adequado	31.300	Sim	Não
São Paulo	Leopoldina	800,0	Inadequado	-	Não	Não

- Dado não fornecido

Fonte: Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares (CETESB, 2003)

Verifica-se que o aterro Leopoldina, na All, encontrava-se em situação inadequada segundo a CETESB. Os outros dois aterros do município de São Paulo são considerados de grande porte, recebendo mais de 6.000 ton./dia de resíduos sólidos. Em ambos os aterros a situação considerada é “adequada”. No entanto, esses dois aterros, Bandeirante e São João, não possuíam licença ambiental de operação em 2003. Quanto à coleta seletiva de resíduos sólidos, em 2003 foram reciclados 1% do total gerado no município (SEADE, 2009).

No município de São Paulo os serviços de saneamento (água e esgoto) são oferecidos pela SABESP.

A dimensão absoluta de economias residenciais ligadas oficialmente aos serviços de água e esgoto está exposta no Quadro 5.3.7.1-3, a seguir. Neste mesmo Quadro estão exibidas as despesas públicas com estes serviços no ano de 2008. Segundo o SEADE, economias residenciais ligadas oficialmente aos serviços de água são: “Unidades residenciais independentes servidas por uma única ligação de água. Exemplo: um edifício residencial com 20 apartamentos é registrado como uma ligação e 20 economias residenciais.” O mesmo se aplica para economias residenciais ligadas oficialmente aos serviços de esgoto.

Quadro 5.3.7.1-3
Número absoluto de economias residenciais ligadas oficialmente aos serviços de saneamento no ano de 2003 e o Gasto Público com estes serviços em 2008

Localidade		Abastecimento de água	Coleta de Esgoto	Gasto público com Saneamento (R\$)
All	São Paulo	3.360.484	2.850.226	230.141.915
RMSP		5.446.302	4.349.622	-

Fonte: SEADE (2009)

Nota-se a grande quantidade de economias residenciais ligadas aos serviços de saneamento na All, bem como os gastos com estes serviços que totalizaram 230 milhões de reais em 2008. Na Região Metropolitana de São Paulo os valores são superiores a All, devido a diferença na quantidade de domicílios, os dados do ano 2000 apresentavam a All com 3.039.104 domicílios e a RMSP com 5.079.188. Os dados sobre o gasto público com saneamento não foram encontrados para a RMSP.

A Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo do Meio Ambiente estabeleceu que: “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida...*” (art. 225). No ambiente urbano a efetivação desse direito constitucional envolve, no mínimo, a garantia de condições de saneamento ambiental para toda a população, abrangendo serviços básicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Com relação ao tratamento de água, segundo informações disponibilizadas no site da SABESP, na Região Metropolitana de São Paulo, o sistema de abastecimento é integrado. No total existem 8 complexos responsáveis pela produção de 65 mil litros de água por segundo, para atender 18,6 milhões de pessoas em 33 municípios atendidos pela SABESP e outros seis, a saber, Santo André, São Caetano do Sul, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Diadema e Mauá, os quais compram água por atacado.

O objetivo do tratamento de água é transformar a matéria prima, água insalubre em água potável. O tratamento é feito com cloro e algumas outras substâncias como cal ou soda, que ajustam o pH da água, sulfato de alumínio, cloreto férrico ou outro coagulante que servem para provocar a desestabilização elétrica das partículas de sujeira. No fim do processo de tratamento adiciona-se flúor na água para a prevenção de cáries.

Segundo a SABESP a desinfecção da água com cloro é uma das técnicas mais antigas de tratamento e desde que esta forma de tratamento começou a ser utilizada o resultado foi a queda no índice de mortalidade infantil e redução das doenças conhecidas como doenças de veiculação hídrica, isto é, as provocadas pela ingestão de água contaminada ou manuseio de alimentos com água contaminada.

Os complexos de tratamento de água são: Alto Cotia, Baixo Cotia, Alto Tietê, Cantareira, Guarapiranga, Ribeirão da Estiva, Rio Claro e Rio Grande. Destes os complexos que possuem relação direta com a All tratando e distribuindo a água de São Paulo são: Alto Tietê, Cantareira, Guarapiranga e Rio Claro, que são detalhados adiante.

- **Alto Tietê** é formado pelos rios Tietê, Claro, Paraitinga, Biritiba, Jundiá, Grande, Doce, Taiaçupeba-Mirim, Taiaçupeba-Açu e Balainho. O tratamento é realizado na Estação Taiaçupeba e atinge 10 mil litros por segundo, responsáveis pelo abastecimento de cerca de 3,1 milhões de pessoas da zona leste da capital e dos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Suzano. Os municípios de Mauá, Mogi das Cruzes, parte de Santo André e dois bairros de Guarulhos (Pimentas e Bonsucesso) se abastecem com a água produzida por este Sistema.
- **Cantareira** é o maior da Região Metropolitana de São Paulo. Na Estação do Guaraú são tratados 33 mil litros de água por segundo, que atendem as necessidades de 8,1 milhões de pessoas das zonas Norte, Central e partes das zonas Leste e Oeste da capital, bem como os municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Osasco, Carapicuíba e São Caetano do Sul, além de parte dos municípios de Guarulhos Barueri, Taboão da Serra e Santo André. O sistema é formado pelos rios Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Juqueri (Paiva Castro).
- **Guarapiranga** é segundo maior sistema de água da Região Metropolitana, localizado nas proximidades da Serra do Mar. Sua água é proveniente da represa Guarapiranga (formada pelos rios Embu-Mirim, Embu-Guaçu, Santa Rita, Vermelho, Ribeirão Itaim, Capivari e Parelheiros) e da Represa Billings (Rio Taquacetuba). Produz 14 mil litros de água por segundo e abastece 3,8 milhões de pessoas da zona sul e sudoeste da Capital.

- **Rio Claro** Localizado a 70 km da Capital, produz 4 mil litros por segundo. A captação provém do rio Ribeirão do Campo e a água é tratada na Estação Casa Grande. Abastece 1,2 milhões de pessoas do bairro de Sapopemba, na Capital e parte dos municípios de Ribeirão Pires, Mauá e Santo André. O sistema foi construído na década de 30 e posteriormente ampliado na década de 70.

Quanto ao tratamento de esgoto, o objetivo é a remoção de poluentes do esgoto. O método a ser utilizado depende das características físicas, químicas e biológicas do esgoto.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o método utilizado nas grandes estações de tratamento é por lodos ativados, onde há uma fase líquida e outra sólida que compreende o lodo.

Segundo dados obtidos na SABESP existem 5 ETE – Estações de Tratamento de Esgoto que servem o município de São Paulo, são estas : ETE ABC, ETE Barueri, ETE Parque Novo Mundo e ETE São Miguel.

- **ETE ABC:** está localizada no município de São Paulo, junto à Avenida Almirante Delamare e à margem esquerda do Córrego dos Meninos, na divisa entre os municípios de São Paulo e São Caetano do Sul. A ETE serve as cidades de Santo André, São Bernardo, Diadema, São Caetano, Mauá e uma parte da cidade de São Paulo.
- **ETE Barueri:** está localizada no município de Barueri e serve a maior parte da cidade de São Paulo, além de Jandira, Itapevi, Barueri, Carapicuíba, Osasco, Taboão da Serra e partes de Cotia e Embu.
- **ETE – Parque Novo Mundo:** está localizada no município de São Paulo, na margem direita do rio Tietê, cerca de 300 m a jusante da foz do rio Cabuçu de Cima, junto à Avenida de Interligação Marginal Tietê - Fernão Dias. O Sistema Parque Novo Mundo atende parte das zonas Leste e Norte do município de São Paulo e foi projetado para atender parte do município de Guarulhos.
- **ETE São Miguel:** situa-se à margem esquerda do Rio Tietê, nas proximidades do km 25 da Rodovia Airton Senna, e ao lado da Companhia Nitroquímica Brasileira. O Sistema São Miguel atende basicamente o extremo leste do Município de São Paulo e parte das cidades de Guarulhos, Arujá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba.

5.3.8) Habitação

5.3.8.1) Área de Influência Indireta – All

O diagnóstico do perfil habitacional na All está descrito considerando as seguintes variáveis: número de domicílios particulares permanentes, domicílios com infraestrutura interna adequada, número de habitações subnormais na RMSP, domicílios em apartamentos, existência de Fundo Municipal de Habitação e Despesa Municipal com a Habitação e Urbanismo. No Quadro 5.3.8.1-1, são indicados os dados referentes à situação habitacional da All.

Uma das variáveis disponíveis no Quadro 5.3.8.1-1 é o indicador domicílios em apartamentos para o ano de 2000, este indicador permite a identificação do grau de verticalização de uma localidade. Desta forma, em São Paulo havia 751.410 domicílios em apartamentos, o equivalente a 25% do total de domicílios no município para o ano de análise. Este mesmo valor na RMSP e no Estado de São Paulo ficou respectivamente em 18,6% e 12,38% demonstrando que em São Paulo há um maior grau de verticalização do que nas demais unidades da federação em análise.

De acordo com a definição disponibilizada pelo IBGE, a porcentagem de domicílios com infraestrutura interna adequada corresponde a *“proporção de domicílios que dispõem de ligação às redes públicas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita no lugar do esgoto, sobre o total de domicílios permanentes urbanos”*. Este indicador mostra que em São Paulo 91,05% dos domicílios possuem infraestrutura interna adequada, enquanto na Região Metropolitana e no estado de São Paulo, respectivamente 86,74% e 89,29% dos domicílios estão nesta situação. Sendo assim, o município de São Paulo apresenta o menor déficit de infraestruturas internas, com apenas 8,95% dos domicílios com infraestrutura interna inadequada, enquanto a Região Metropolitana apresenta um déficit maior, 13,26% e estado de São Paulo 10,71%.

Em relação às Despesas Municipais com habitação e urbanismo só foram encontrados dados para o município de São Paulo, e de acordo com o SEADE, em 2006, foram gastos R\$2.096.788.587,00 com habitação e urbanismo.

Quadro 5.3.8.1-1
Situação Habitacional da All, da RMSP e do Estado de São Paulo

Localidade		Nº de Domicílios particulares permanentes em 2000	Domicílios em apartamentos 2000	Domicílios com infraestrutura interna adequada no ano 2000 (%)	Despesas Municipais com habitação e urbanismo em 2006(R\$)
All	São Paulo	2.985.977	751.410	91,05	2.096.788.587
	RMSP	4.994.933	929.859	86,74	-
	Estado de São Paulo	10.364.152	1.283.496	89,29	-

Fonte: SEADE (2009)

Conforme a Pesquisa de Condição de Vida – PCV, realizada pela Fundação SEADE em 2006, a RMSP possuía aproximadamente 11% das famílias residindo em favelas. Outro dado relevante desta pesquisa, é que 4,1% da população da RMSP residiam em cortiços. No entanto, a precariedade dos domicílios é dada pela existência de residências em barracos e cômodos, sendo que *“na Região Metropolitana de São Paulo, 4,8% das famílias ocupam moradias do tipo*

cômodo e 2,9% residem em barracos. A reduzida presença de barracos nessa região (2,9%), ao lado do percentual elevado de favelas, sugere a prevalência de edificações de alvenaria em favelas, resultado de processo mais antigo de constituição desse tipo de assentamento. No entanto, se isso questiona a própria validade da visão tradicional das favelas, não exclui a condição precária da moradia dessas famílias” (SEADE - PCV, 2006:18).

Outro dado importante disponibilizado pelo SEADE é o número de áreas de risco ocupadas por moradias, que em 2003 totalizou 522 no município de São Paulo. São considerados domicílios em área de risco *“domicílios onde existe a possibilidade de ocorrência de perda ou dano, social e econômico, causada por uma condição ou processo geológico, de origem natural, que pode ser induzido ou potencializado por intervenções nos terrenos, executadas de maneira inadequada, como por exemplo, áreas sujeitas a enchentes, desmoronamento, erosão, contaminação do solo, entre outros”* (Fundação SEADE - Pesquisa Municipal Unificada). No ano de 2003, os programas habitacionais, por meio de recursos do Fundo Municipal de Habitação, atenderam no município de São Paulo, um total de 976 famílias.

Em consulta no site da Prefeitura de São Paulo, no *link* da Secretaria da Habitação de São Paulo – SEHAB foram encontrados diversos programas em andamento com o objetivo de atenuar os problemas habitacionais do município de São Paulo. Os programas são: urbanização e regularização fundiária de favelas e loteamentos, programa de cortiços, o programa mananciais, de mutirões e o sistema de informações Habisp.

Os programas são boas iniciativas, porém a extensão do município somado ao seu elevado contingente populacional dificultam a solução dos diferentes problemas habitacionais existentes no município de São Paulo. Na própria ADA do empreendimento evidencia-se a existência de habitações precárias como na favela do Sapo.

Segundo o IBGE (2002:07), o **domicílio** é caracterizado como: *“o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal”*.

Para o IBGE os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. A separação fica caracterizada quando o local de habitação é limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.

A classificação da espécie dos domicílios é feita pela seguinte conceituação do IBGE:

1º - Domicílio particular - quando o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares desagregaram-se em:

a) Permanente - quando construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

b) Improvisado - quando localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica, etc.) que não tinha dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por morador. Os prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas,

barracas, grutas, etc., os quais, estavam servindo de moradia na data de referência, também, foram considerados como domicílios particulares improvisados.

Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e entendeu-se por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica.

2º - Domicílio coletivo - quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita as normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, camping, etc.

No Quadro 5.3.8.1-2 estão disponíveis as informações sobre os tipos de domicílios nos 10 distritos em destaque. Optou-se por esse recorte espacial, pois as zonas de pesquisa OD (2007) que perfazem a AID deste estudo estão inseridas nesses 10 distritos. Desta forma, espera-se direcionar o diagnóstico da AIU na área com maior relevância de ocorrência de possíveis impactos devido a Operação Urbana.

Quadro 5.3.8.1-2

Situação Habitacional dos Distritos onde estão localizadas as Zonas de Pesquisa OD em 2000

Distritos	Número de Domicílios	Total de Domicílios Particulares Permanentes	Domicílios Particulares Permanentes em Cômodos	Domicílios Particulares Permanentes em Casas	Domicílios Particulares Permanentes em Apartamentos	Domicílios Coletivos	Domicílios Improvisados
Barra Funda	4.807	4.480	50	1.056	3.374	278	49
Bom Retiro	8.550	8.213	876	2.569	4.768	302	35
Casa Verde	24.585	24.395	175	20.241	3.979	159	31
Consolação	22.303	21.781	132	1.368	20.281	466	56
Freguesia do Ó	42.066	41.818	126	34.973	6.719	156	92
Lapa	20.578	19.867	126	11.693	8.048	600	111
Limão	23.588	23.353	384	19.271	3.698	111	124
Perdizes	36.274	35.576	131	10.740	24.705	631	67
Santa Cecília	28.500	26.151	323	1.838	23.990	2.294	55
Santana	46.779	36.125	110	17.279	18.736	10.466	188

Fonte:SEADE, 2009

Os distritos de Santana, Freguesia do Ó, Perdizes e Santa Cecília apresentaram respectivamente o maior número de domicílios. Ao contrário do distrito da Barra Funda que possui o menor número de domicílios entre todos os distritos, com apenas 4.807, refletindo a sua característica de antiga área industrial com quadras grandes, muitos galpões e pouco adensamento residencial e populacional.

Em relação ao tipo de domicílio, os distritos da Casa Verde, Freguesia do Ó e Limão mostraram-se predominantemente horizontais, respectivamente 82,33%, 83,13% e 81,69% dos domicílios em casas. Ao contrário, dos distritos da Barra Funda, Consolação, Perdizes e Santa Cecília que

se mostraram predominantemente verticalizados, com respectivamente 70%, 91%, 68% e 84% dos domicílios em apartamentos.

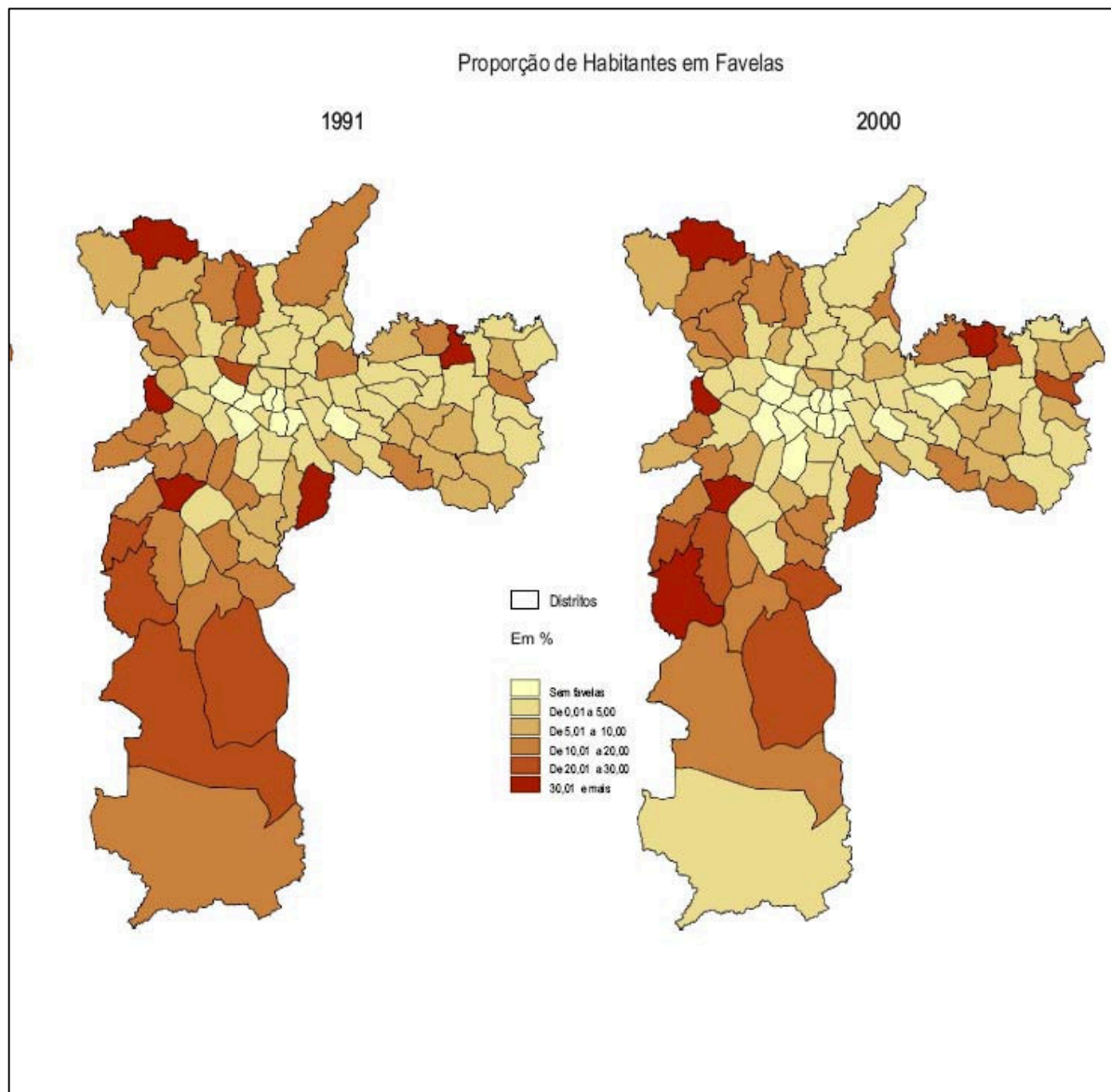
Para o IBGE o domicílio é classificado como Cômodo quando: “*composto por um ou mais aposentos localizado em uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco etc.*” (IBGE – Censo Demográfico 2000 – Base de Informações por Setor Censitário). O distrito que apareceu com mais domicílios nesta situação foi o Bom Retiro com 10% do total.

Todos os distritos possuem domicílios improvisados, mas em porcentagens muito pequenas. O distrito da Barra Funda é o que possui número maior de domicílios improvisados em números relativos, 1% do total.

A Figura 5.3.8.1-1 foi retirada da série temática “Município em Mapas – Dinâmica Urbana-2006” produzida pela prefeitura de São Paulo, com dados sobre a proporção de população favelada por distritos do município de São Paulo nos anos 1991 e 2000.

Entre 1991 e 2000 percebe-se uma redução na proporção de habitantes em favelas na maioria dos distritos, principalmente da região central. Porém em alguns distritos da periferia como Jardim Ângela, Jardim São Luis, Pedreira, Ermelino Matarazzo, Jaguará, Pirituba entre outros, houve um aumento de habitantes em favelas.

Quanto aos 10 distritos em destaque, o distrito da Barra Funda que possuía de 20 a 30% de habitantes em favela em 1991 passou para nenhuma favela em 2000. Porém, cabe ressaltar que atualmente em 2009 existem alguns habitantes nesta situação, residentes da favela do Sapo. Os outros distritos que aparecem com maior proporção de habitantes em favelas em 2000 são: Limão e Bom Retiro com 5% a 10%.



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2009.

Figura 5.3.8.1-1 - Proporção de habitantes em Favela nos anos 1991 e 2000

5.3.8.2) Área de Influência Direta – AID

➤ Aspectos metodológicos

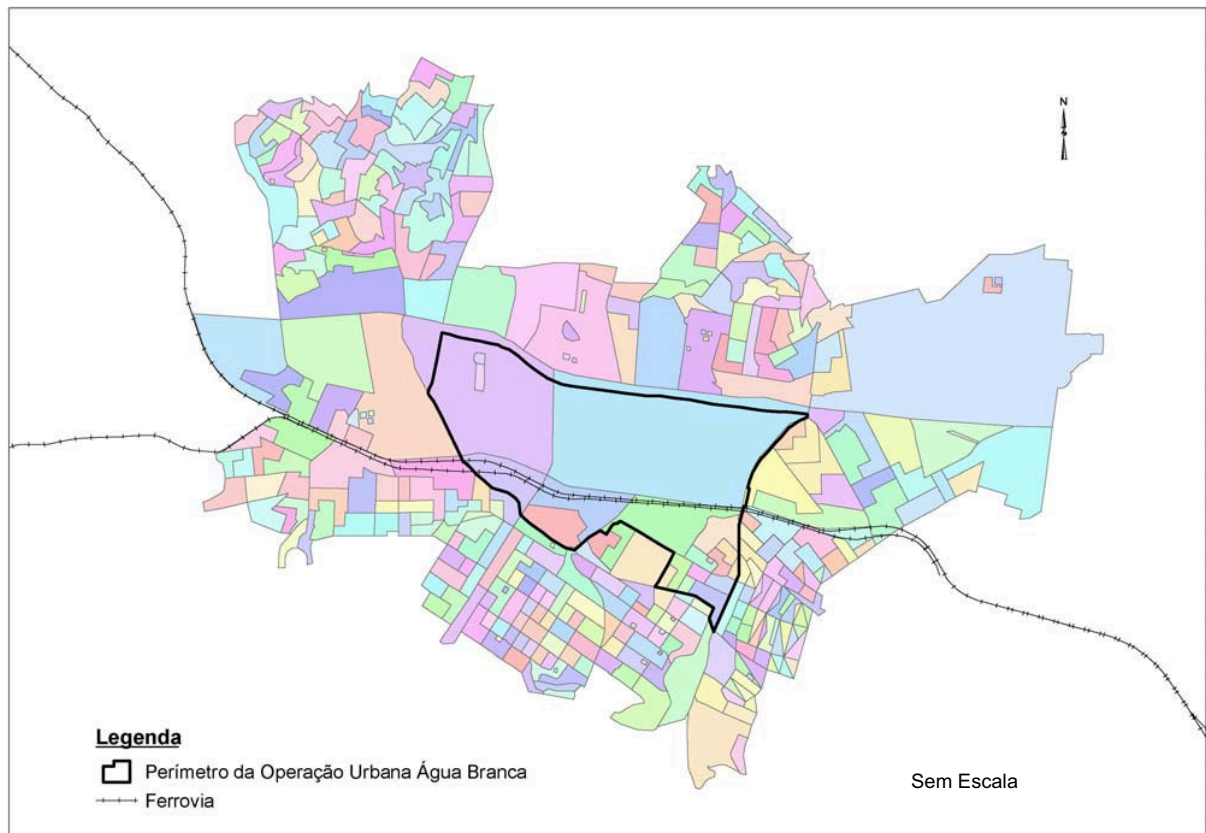
A Pesquisa Origem e Destino de 2007 (MÉTRO/SP) não aborda a caracterização domiciliar, portanto, os dados e informações utilizados no diagnóstico das habitações da AID, são oriundos do Censo Demográfico de 2000, produzidos e divulgados pelo IBGE. Optou-se pelo uso da “Base de Informações por Setor Censitário”, que conforme dito anteriormente caracteriza-se como a menor unidade territorial de pesquisa censitária do IBGE. Segundo Barbieri e Umbelino (2008), os dados fornecidos pelo IBGE no nível de setor censitário possuem grande confiabilidade e contemplam a dimensão domiciliar (habitação) para a maioria dos municípios brasileiros, deste modo, abrangem informações importantes ao planejamento territorial urbano.

As variáveis selecionadas referem-se às características dos domicílios, como número total de domicílios; espécie do domicílio (particular permanente, improvisado e coletivo); tipo do domicílio (casa, apartamento e cômodo), condição de ocupação (próprio e alugado) e nível de atendimento aos serviços de saneamento básico dos domicílios.

Como a AID envolve um grande número de setores censitários (372 no total), optou-se por detalhar grupos de setores censitários que apresentaram valores mais discrepantes com relação às características mencionadas anteriormente. Para tanto foram elaborados cartogramas, os quais fornecem informações sobre a distribuição espacial dessas variáveis, exibindo onde ocorrem ou não determinados fenômenos sociais, que neste caso são espelhados em seus domicílios (habitações).

Os setores censitários inseridos na AID que serão considerados para fins deste diagnóstico estão apresentados no Cartograma 5.3.8.2-1. Observa-se que os maiores setores censitários estão localizados na área central da AID (dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca) e na extremidade oeste e nordeste da AID. Percebe-se que na porção ao sul da ferrovia, os setores apresentam-se em configuração mais simétrica que no restante da AID, resultado da estruturação e adensamento urbano.

Contudo, o fato que explica o tamanho – área – dos setores censitários é o próprio conceito que o define. Conforme dito anteriormente, de acordo como o IBGE (2002), o setor censitário é a unidade de controle cadastral, formada por área contínua urbana ou rural, cuja dimensão e número de domicílios ou de unidades não-residenciais permitem ao recenseador cumprir suas atividades censitárias em um prazo determinado. Portanto, de forma geral, quanto menor a área do setor censitário maior a quantidade de domicílios e/ou a dificuldade do levantamento de dados por parte do agente recenseador.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico – Base de Informações por Setor Censitário (2000)

Cartograma 5.3.8.2-1 - Distribuição dos setores censitários inseridos na AID

⇒ Domicílios

Antes de apresentar a situação dos domicílios da AID vale ressaltar que o direito à moradia “é direito humano, protegido e reconhecido pelo direito internacional e, ao mesmo tempo, foi erigido à condição de direito fundamental ao ser incluído no artigo 6º da nossa Constituição” (FERREIRA, 2006:54). Portanto, ao ser positivado no direito brasileiro, o direito à moradia passa a reconhecer os domicílios como unidades familiares de suma importância para a existência humana, devendo ser tratada como elemento primordial à dignidade e à reprodução da vida.

Cabe ressaltar que, todo cidadão tem direito a moradia adequada, que de acordo com o Relatório CDH-ONU, Conselho de Direito de Recursos Humanos, da Relatora do Direito a Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas – ONU, a arquiteta Raquel Rolnik é definida como o local onde o cidadão tem acesso a equipamentos, meios de subsistência, não vulnerabilidade a riscos a saúde e ao bem estar, segurança de posse, local acessível em termos econômicos, acesso a água e saneamento e aos equipamentos de saúde e educação (ONU, 2009)

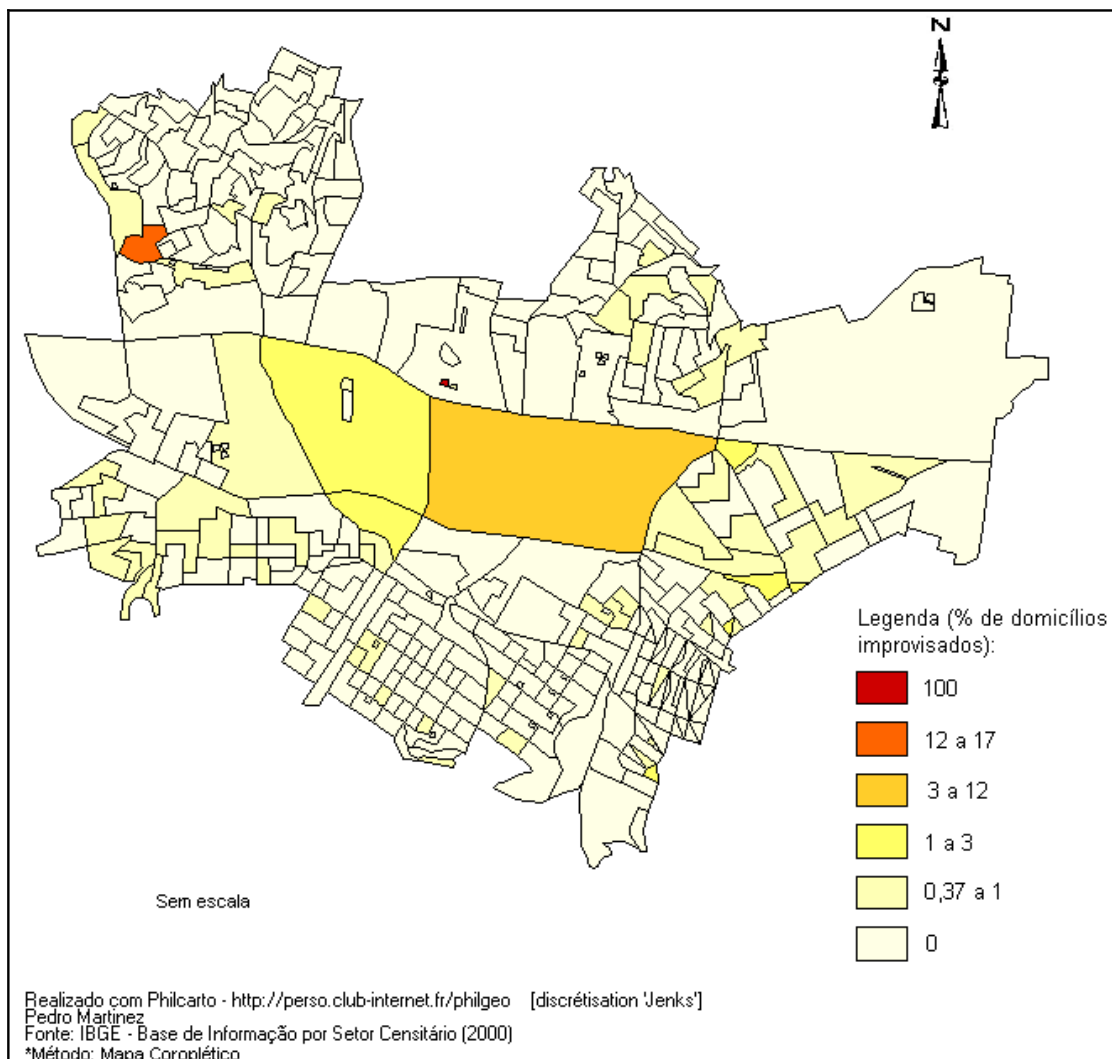
Segundo o IBGE (2002:07), o domicílio é caracterizado como “o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja

sendo utilizado como tal". Quanto à espécie do domicílio, ele pode ser **Particular** ou **Coletivo**, sendo que a conceituação dessas categorias já foi definida no Item 5.3.8.1 Habitação All.

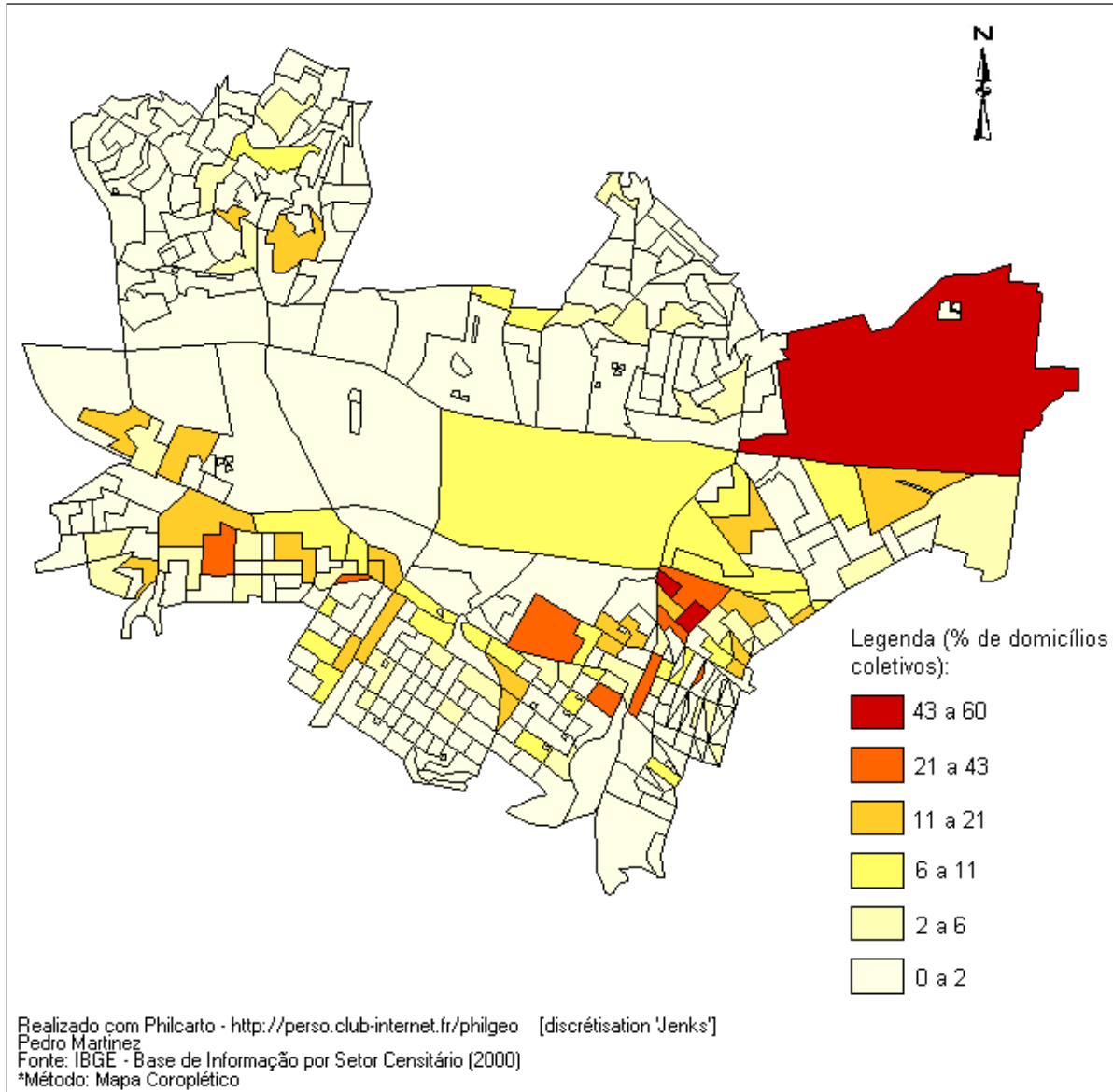
Os domicílios particulares desagregam-se em **Permanente** e **Improvizado**, conforme mencionado anteriormente (Item 5.3.8.1).

Dentro da AID, no total de 372 setores censitários existem 87.176 domicílios (dados do IBGE-2000), dos quais 84.558 (97%) estão classificados como Particulares Permanentes, 329 (0,3%) como Improvizados e 2.289 (2,7%) como unidades em domicílios coletivos. Nos Cartogramas 5.3.8.2-2 e 5.3.8.2-3, são apresentadas, respectivamente, a distribuição espacial da participação dos domicílios improvizados e coletivos no conjunto total de domicílios.

O Cartograma 5.3.8.2-2, nos mostra que na porção central da AID, onde está inserido o perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, a participação de domicílios em situação de improvizados é maior quando comparado com o restante da AID.



Cartograma 5.3.8.2-2 - Participação (%) dos domicílios improvizados no conjunto de domicílios particulares da AID



Cartograma 5.3.8.2-3 - Participação (%) dos domicílios coletivos no conjunto de domicílios da AID

Para a análise do tipo de domicílio, o IBGE (2002:10) classificou o domicílio particular permanente em:

- **Casa** - quando localizado em uma edificação de um ou mais pavimentos, desde que ocupado integralmente por um único domicílio, com acesso direto a um logradouro (arruamento, vila, avenida, caminho etc.), legalizado ou não, independentemente do material utilizado em sua construção;

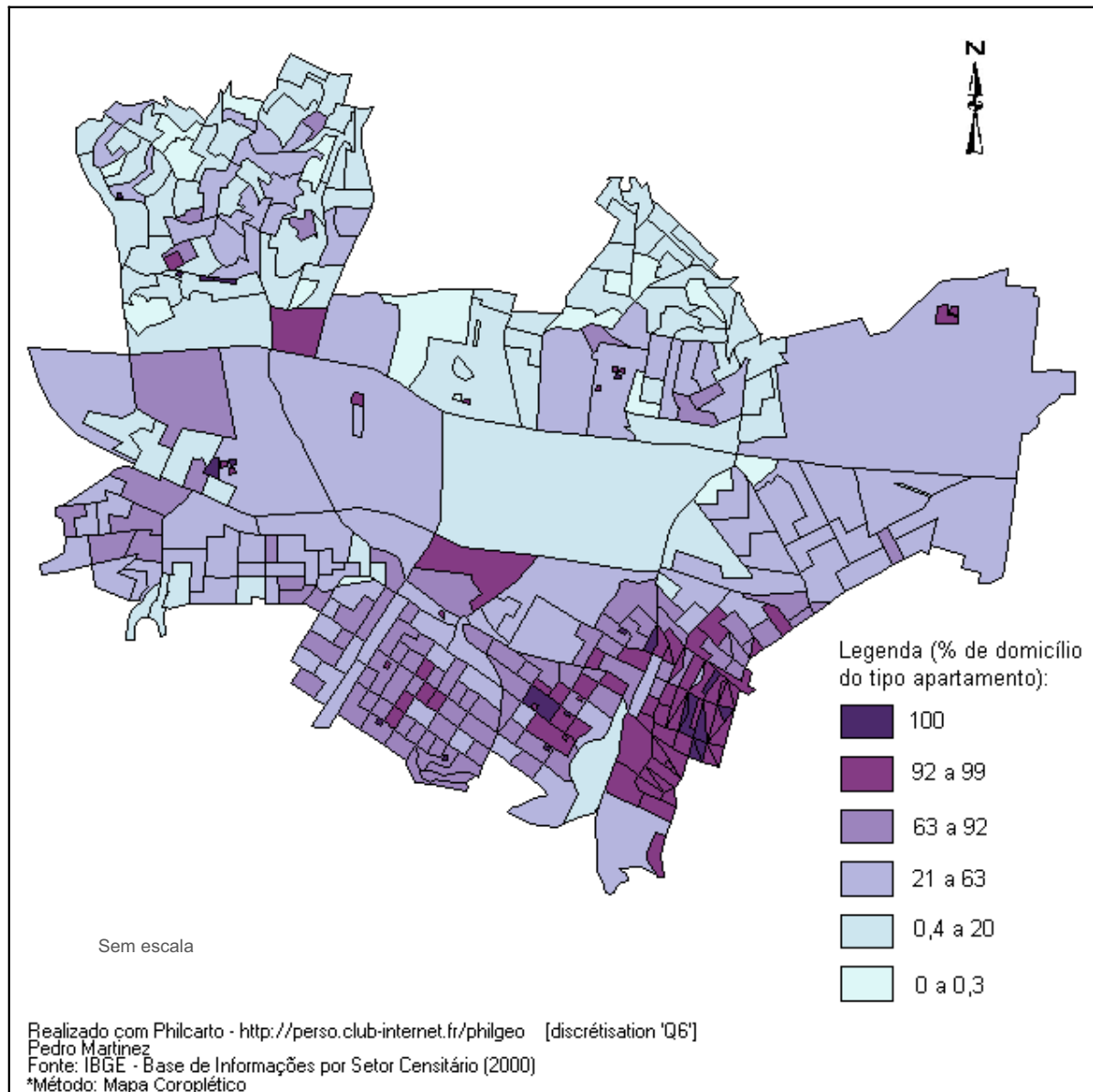
- **Apartamento** - quando localizado em edifício de um ou mais andares, com mais de um domicílio, servido por espaços comuns (hall de entrada, escadas, corredores, portaria ou outras dependências). O domicílio localizado em um prédio de dois ou mais andares em que as demais unidades não eram residenciais e, ainda, aquele localizado em edifício de dois ou mais pavimentos com entradas independentes para os andares, foram considerados como apartamentos; ou

- **Cômodo** - quando composto por um ou mais aposentos localizado em uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco, etc.

De acordo com os dados do IBGE (2000), existiam na AID, 32.240 (38%) domicílios do tipo casa, 51.808 (61,5%) em apartamentos e 510 (0,5%) com apenas um cômodo. Pode-se dizer que na área da AID como um todo há o predomínio (61,5%) de domicílios particulares permanentes em apartamentos, permitindo dizer que existe um quadro de verticalização, típica das áreas metropolitanas, sobretudo de São Paulo.

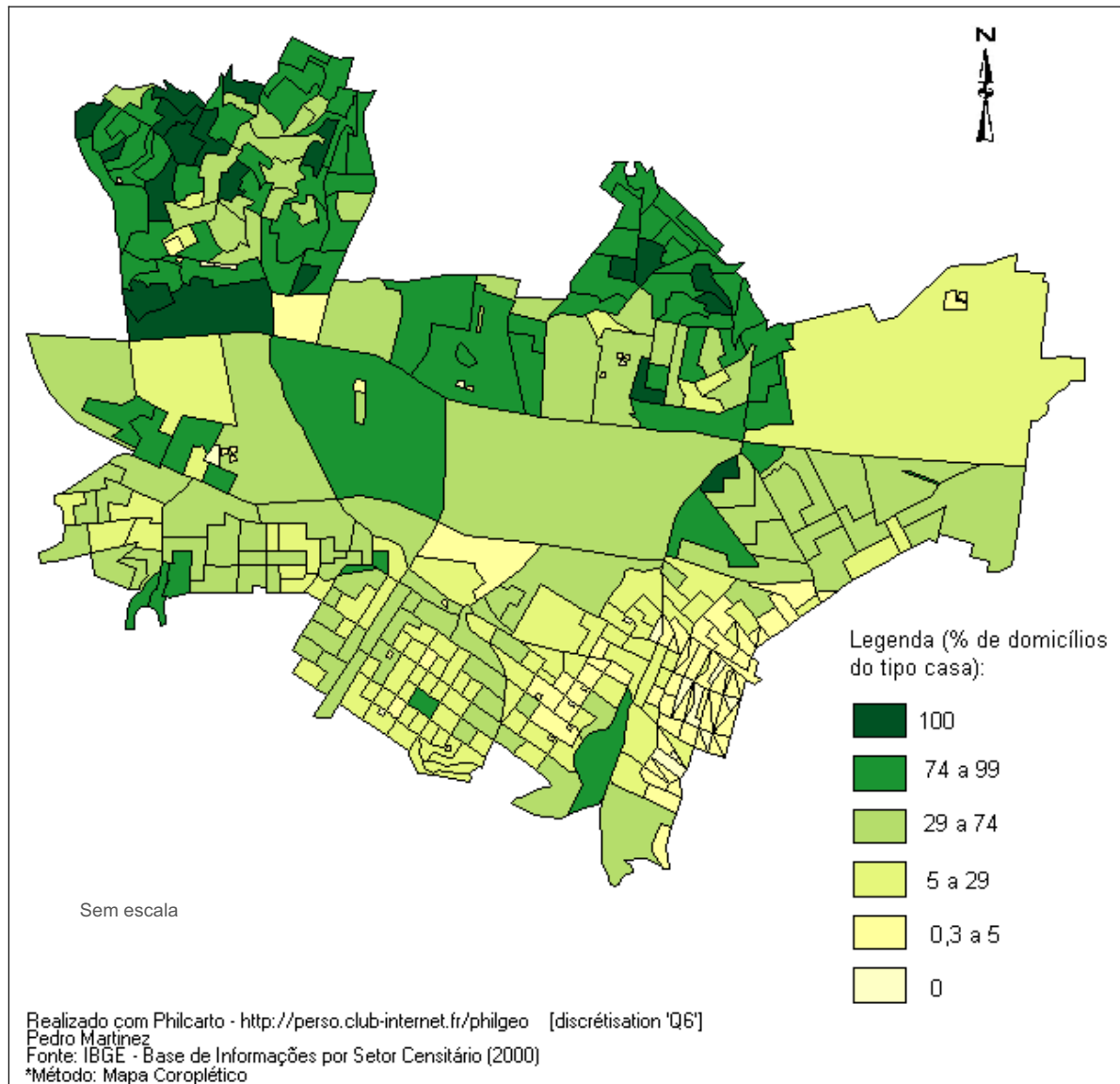
Para desagregar esses dados na AID e evidenciar onde estão localizadas essas residências em apartamento e sua conseqüente verticalização foi gerado o Cartograma 5.3.8.2-4, o qual demonstra que nas porções sul e sudeste da AID, concentram maior número (absoluto e relativo) de domicílios do tipo apartamento. Verificam-se em alguns setores censitários dessa região, situações em que 100% dos domicílios são do tipo apartamento.

Nessas áreas (sul e sudeste da AID) onde foram evidenciados 100% de domicílios em apartamentos, nota-se a influência do mercado imobiliário agindo de forma intensa na região dos distritos de Perdizes, Santa Cecília e Consolação. Essas ações estão voltadas para os lançamentos imobiliários verticais, que em sua maioria estão associados a padrões de edificação média e alta, para população com faixa de renda, respectivamente, entre R\$1.500,00 a R\$3.040,00 e entre R\$3.040,00 a R\$5.700,00, para o distrito de Perdizes e padrão predominante de três e quatro dormitórios. No caso do distrito de Santa Cecília a faixa de renda predominante é entre R\$1.500,00 a R\$ 3.040,00 e o padrão são lançamentos imobiliários de dois dormitórios com preço médio (m²) de área útil 2.807,20.



Cartograma 5.3.8.2-4 - Participação (%) dos domicílios do tipo Apartamento no conjunto de domicílios particulares da AID

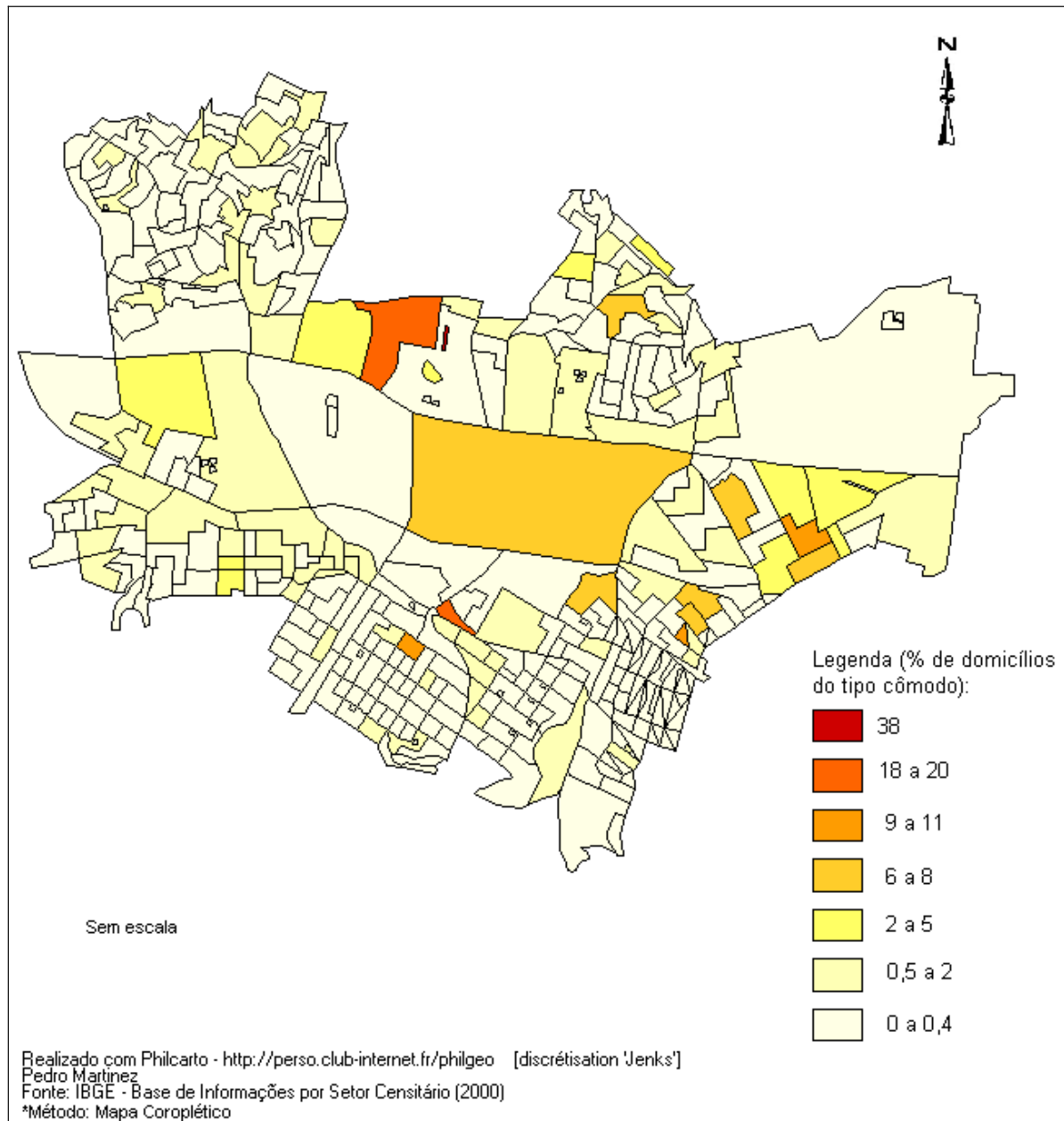
Por outro lado, os domicílios do tipo casa, ocorrem proporcionalmente em número maior na porção norte e noroeste da AID, inseridas respectivamente nos distritos da Casa Verde e Freguesia do Ó. Essa realidade pode ser consultada no Cartograma 5.3.8.2-5.



Cartograma 5.3.8.2-5 - Participação (%) dos domicílios do tipo Casa no conjunto de domicílios particulares da AID

Os domicílios do tipo cômodo estão representados no Cartograma 5.3.8.2-6. Ao analisar esse Cartograma, nota-se que dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca (área central da AID) existe um setor censitário de grande extensão que apresenta 9 a 11% dos domicílios sendo do tipo cômodo.

No entanto, a maior ocorrência desse tipo de domicílio acontece em dois setores censitários na parte norte da AID. Esse tipo de domicílio indica uma possível evidência de habitações de baixo padrão, conforme acontece nas ocupações subnormais da Favela Minas Gás e Beira Rio, localizadas na porção norte da AID, no distrito do Limão.



Cartograma 5.3.8.2-6 - Participação (%) dos domicílios do tipo Cômodo no conjunto de domicílios particulares da AID

As habitações precárias, também denominadas pelo IBGE como subnormais, podem ser identificadas de duas maneiras. A primeira delas, a partir do cadastro de favelas do Centro de Estudos da Metrópole – CEM, cujo resultado da pesquisa para a escala da AID, pode ser apreciado no Cartograma (5.3.1.2-5) que está apresentado no item **5.3.1.2 Caracterização da Dinâmica Demográfica da AID**. A outra forma baseia-se na tipologia dos setores censitários do IBGE.

Conforme detalhado no item **5.3.2 Identificação e Estimativa da População Favelada**, o IBGE classifica os setores censitários em dois grupos: *Comum* ou *Especial*. Dentro da AID há o predomínio de setores *Comuns* (367 setores) e apenas 3 setores do Tipo Especial.

Os setores do Tipo Especial são aqueles que apresentam características que tornam necessário um tratamento diferenciado de coleta em relação aos setores *Comuns*. Estes setores *Especiais* são divididos em 7 subgrupos descritos a seguir.

✓ **SubTipo nº1 Setor Especial de Aglomerado Subnormal** – *“Conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. São os setores que comportam as ocupações precárias de favelas”* (IBGE, 2002:08).

✓ **Sub Tipo nº2 Setor Especial de Quartéis, Bases Militares etc.** – *“Constituído de no mínimo cinquenta moradores”*. (IBGE, 2002:08).

✓ **Sub Tipo nº3 Setor Especial de Alojamento, Acampamentos etc.** – *“Constituído de no mínimo cinquenta moradores.”* (IBGE, 2002:08).

✓ **Sub Tipo nº4 Setor Especial de Embarcações, Barcos, Navios etc.** – *“Constituído de no mínimo cinquenta moradores. Deve ser um setor dentro da menor área administrativa em que se encontra.”* (IBGE, 2002:08).

✓ **Sub Tipo nº5 Setor Especial de Aldeia Indígena** – *“Agrupamento de, no mínimo, 20 habitantes indígenas em uma ou mais moradias.”* (IBGE, 2002:09).

✓ **Sub Tipo nº6 Setor Especial de Penitenciárias, Colônias Penais, Presídios, Cadeias etc.** – *“Constituído de no mínimo 50 moradores.”* (IBGE, 2002:09).

✓ **Sub Tipo nº7 Setor Especial de Asilos, Orfanatos, Conventos, Hospitais etc.** – *“Constituído de no mínimo 50 moradores.”* (IBGE, 2002:09).

Na AID ocorrem apenas dois subtipos de setores Especiais que são o Sub Tipo nº 1 de Aglomerado Subnormal e o Sub Tipo nº 3 Especial de Alojamento, Acampamentos, etc. (ver Cartograma 5.3.8.2-7). Sendo o restante como já citado caracterizados como setores censitários comuns.

O Cartograma 5.3.8.2-7 mostra que 3 setores especiais do subtipo 1 (aglomerações subnormais) ocorrem na AID, sendo um deles inserido no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Os outros dois setores do subtipo 1 correspondem às favelas Lidiane e Beira Rio, ambas localizadas ao norte da marginal do Tietê.



Cartograma 5.3.8.2-7 - Tipologia dos setores censitários da AID

A condição de ocupação dos domicílios é classificada pelo IBGE em três níveis: Próprio (já quitado ou em aquisição), Alugado e Cedido. O significado de cada uma deles está descrito a seguir:

- ✓ **Próprio, já quitado:** quando era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores e já estava integralmente pago;
- ✓ **Próprio, em aquisição:** quando era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores e ainda não estava integralmente pago;
- ✓ **Alugado:** quando o aluguel era pago por um ou mais de seus moradores. Considerou-se também como alugado, o domicílio em que o empregador (de qualquer um dos moradores) pagava, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para pagamento do aluguel;
- ✓ **Cedido por empregador:** quando era cedido por empregador (particular ou público) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação (condomínio, gás, luz etc.). Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio; ou
- ✓ **Cedido de outra forma:** quando era cedido gratuitamente por pessoa que não era moradora ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que

mediante uma taxa de ocupação (imposto, condomínio etc.) ou de conservação. Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago, diretamente ou indiretamente, por pessoa não-moradora ou por instituição não-empregadora de algum morador.

Na AID existem 57.130 domicílios em condição de imóvel quitado ou em aquisição, o que representa 67% do total de domicílios particulares.

Outros 26% (22.265) do total de domicílios particulares, estão em condição de alugado e 7% (4.818) em situação de cedido (empregador ou outra forma). Embora na AID como um todo exista o predomínio de imóveis quitados ou em aquisição, há particularidades internas que estão retratadas nos Cartogramas 5.3.8.2-8, 5.3.8.2-9 e 5.3.8.2-10.

A maior participação de domicílios quitados ou em aquisição se deu na porção sul/sudeste da AID, nos distritos de Perdizes e Consolação, aparecendo com maior frequência às classes de 66 a 82%, conforme o Cartograma 5.3.8.2-8. Porém, vale ressaltar a presença dessa situação também na parte noroeste da AID, onde está localizado o distrito da Freguesia do Ó.

Pode-se dizer que nesses locais ocorre, por um lado, a influência de fatores econômicos e do mercado imobiliário, e por outro, do tipo de domicílio.

Na porção sul e sudeste da AID onde existe maior participação de imóveis quitados e em aquisição, provavelmente essa situação está relacionada ao fator econômico, já que nestas áreas foram identificadas as maiores taxas de rendimento familiar e de renda *per capita* (vide Item **5.3.3.2** Perfil Econômico da AID). Enquanto na porção noroeste da AID, a possível explicação da presença de imóveis quitados e em aquisição está calcada na renda mínima para adquirir um imóvel nesta área, e pela maior presença de domicílios do tipo casa, onde a ocupação pretérita permaneceu até os dias atuais.

O mercado imobiliário residencial vertical apresenta-se em alta na região oeste do município de São Paulo, sobretudo nas áreas sul e sudeste da AID. Conforme mencionado anteriormente, os distritos de Perdizes, Santa Cecília e Consolação, correspondem aos locais de maior enfoque do mercado imobiliário paulistano. Desta forma, as influências do mercado imobiliário provavelmente interferem nas estatísticas de condição do domicílio, inclinando-os para a condição de quitados ou em aquisição.

No item **5.3.12.6** Mercado Imobiliário foram apresentados parte dos resultados da pesquisa feita pela empresa Geoimovel (especializada em pesquisa e análise de mercado imobiliário). Essa pesquisa mostrou que o distrito de Santa Cecília lidera o ranking do número de empreendimentos imobiliários em todo o município de São Paulo, no ano de 2009.

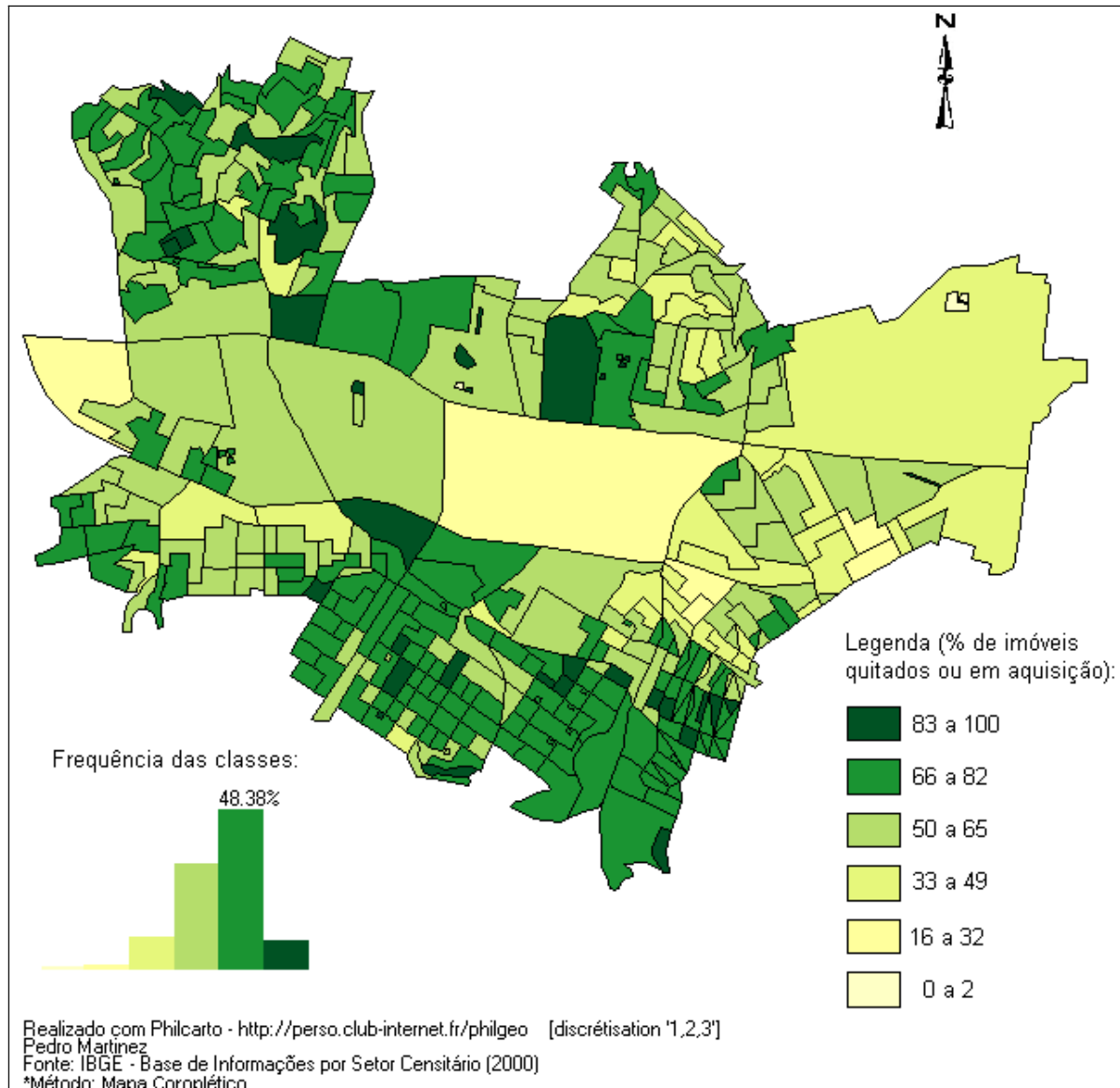
A maioria dos lançamentos no distrito da Santa Cecília concentra-se no trecho sudeste da AID, próximo ao distrito da Consolação.

No centro da AID, onde está previsto a implantação da Operação Urbana Consorciada Água Branca, verificam-se dois cenários, um ao sul da ferrovia, com maior participação de imóveis quitados ou em aquisição e outra ao norte, onde existem imóveis em condição de alugado ou mesmo cedidos.

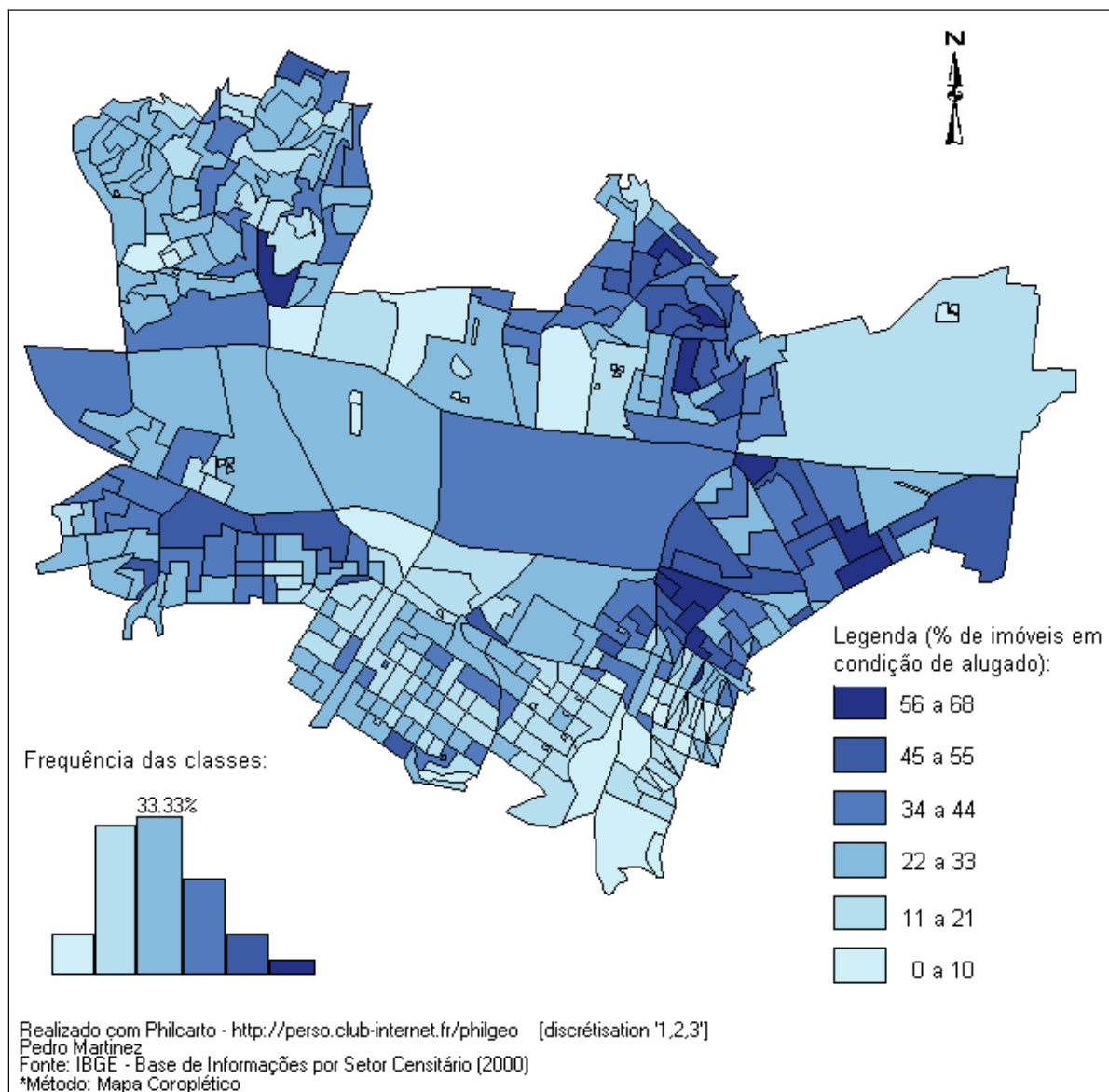
A extremidade leste da AID caracteriza-se pela menor participação de domicílios quitados ou em aquisição. O que justifica a localização dos imóveis em condição de alugado, que estão situados nesta porção leste da AID (ver Cartograma 5.3.8.2-9). Ocorre também na parte nordeste da AID uma relativa concentração de domicílios na condição de alugado.

No Cartograma 5.3.8.2-9, a classe que representa 22 a 33% de imóveis em condição de alugado foi a que mais apareceu neste cartograma, contudo, na extremidade sul ela ficou predominantemente abaixo de 21%.

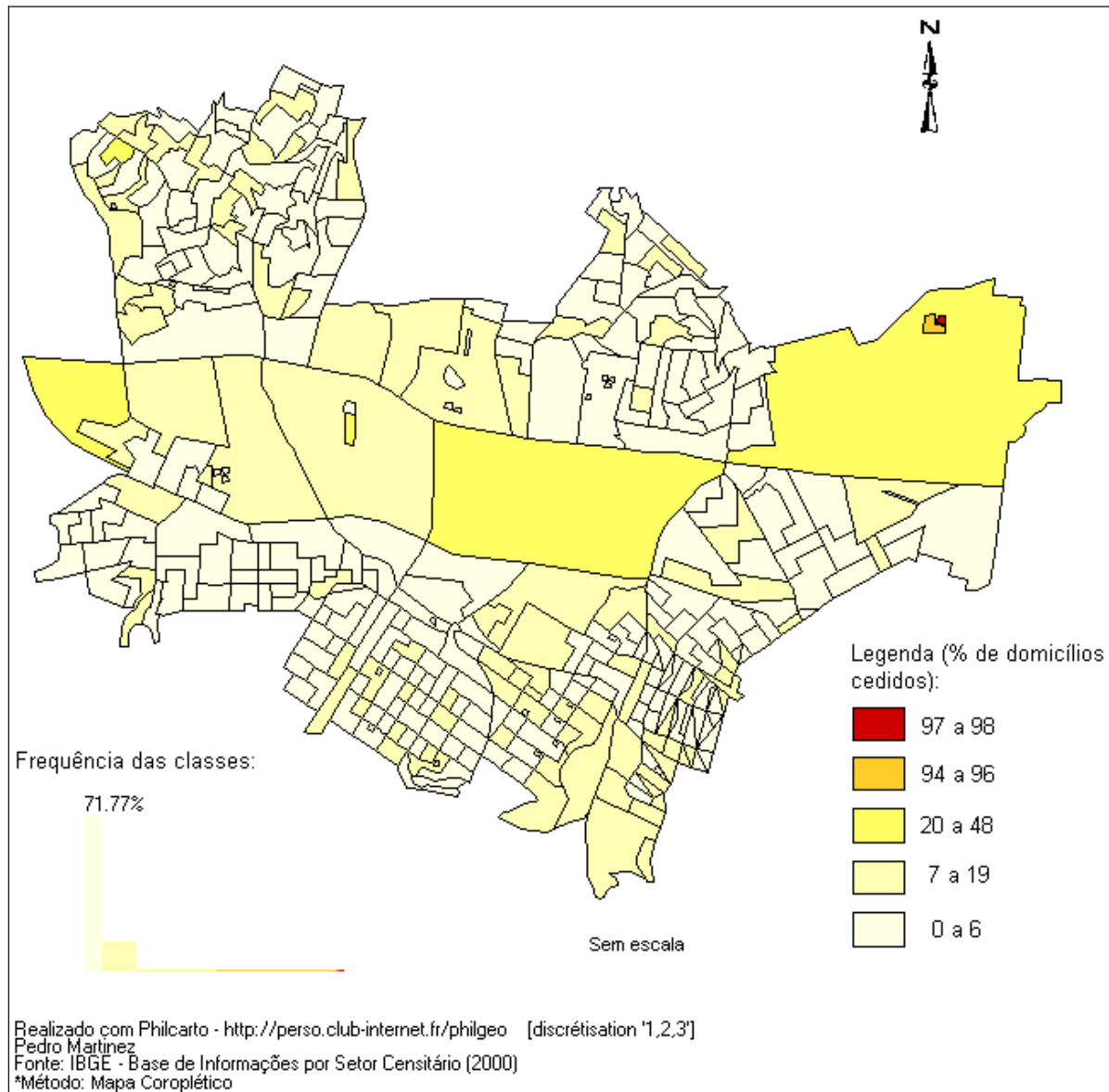
Os imóveis cedidos estão evidenciados no Cartograma 5.3.8.2-10, no qual é possível observar a relevância da porção central (dentro do perímetro do empreendimento) e nordeste (Base Aérea e Militar Campo de Marte), ambas enquadradas na classe 20 a 48% de imóveis em condição de cedidos.



Cartograma 5.3.8.2-8 - Participação (%) dos domicílios Quitados e em Aquisição no total de domicílios particulares da AID



Cartograma 5.3.8.2-9 - Participação (%) dos domicílios Alugados no total de domicílios particulares da AID



Cartograma 5.3.8.2-10 - Participação (%) dos domicílios Cedidos no total de domicílios particulares da AID

⇒ **Saneamento Básico**

O saneamento básico, em seus múltiplos aspectos de abastecimento de água, coleta e destino de dejetos e esgotos, lixo, proteção à habitação, drenagem entre outras, é um dos condicionantes da boa ou má saúde das populações e tem influência direta sobre a qualidade de vida (CYNAMON, 1988).

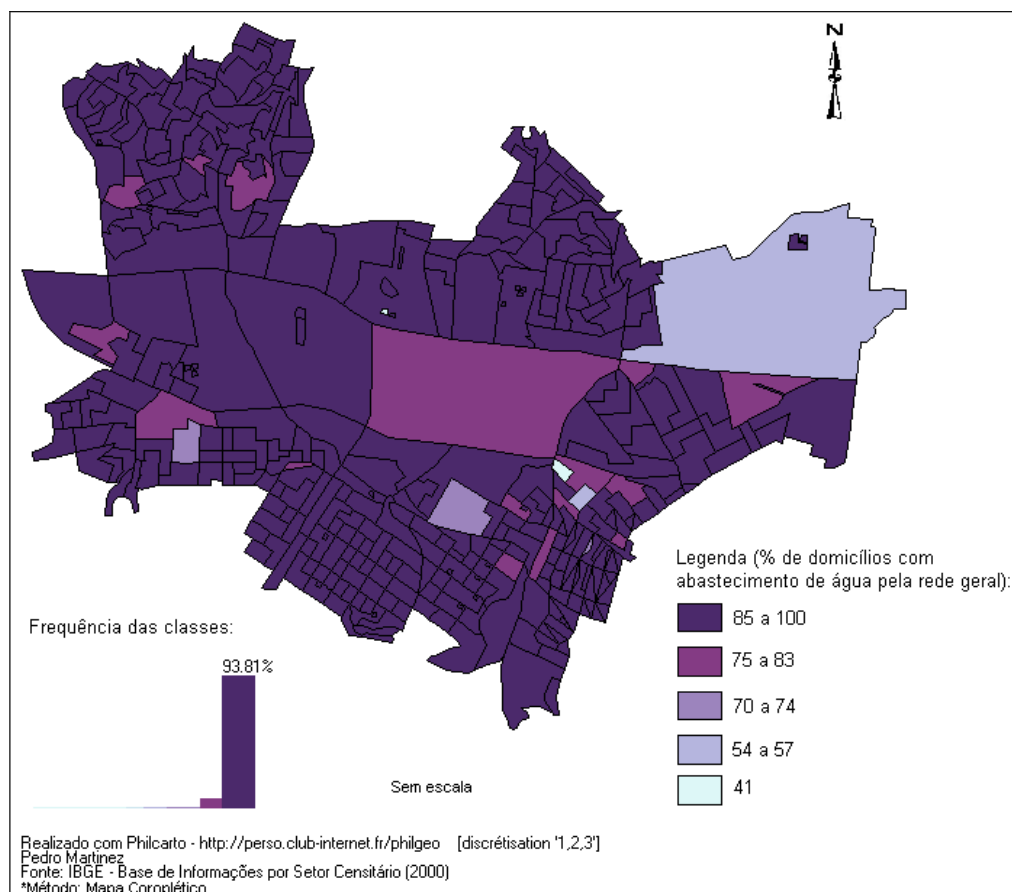
A análise da qualidade do atendimento aos serviços de saneamento básico nos domicílios da AID será traçada utilizando-se as variáveis de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

Para o abastecimento de água serão analisados os domicílios abastecidos pela rede geral ou por poços e nascentes; e dentre o esgotamento sanitário, será analisado os domicílios sem banheiro/sanitário, domicílios com coleta do esgoto sanitário pela rede geral e os com esgoto lançado em cursos d'água. Em relação aos resíduos sólidos domésticos, foram considerados os domicílios que possuem coleta de lixo e os que lançam em cursos d'água.

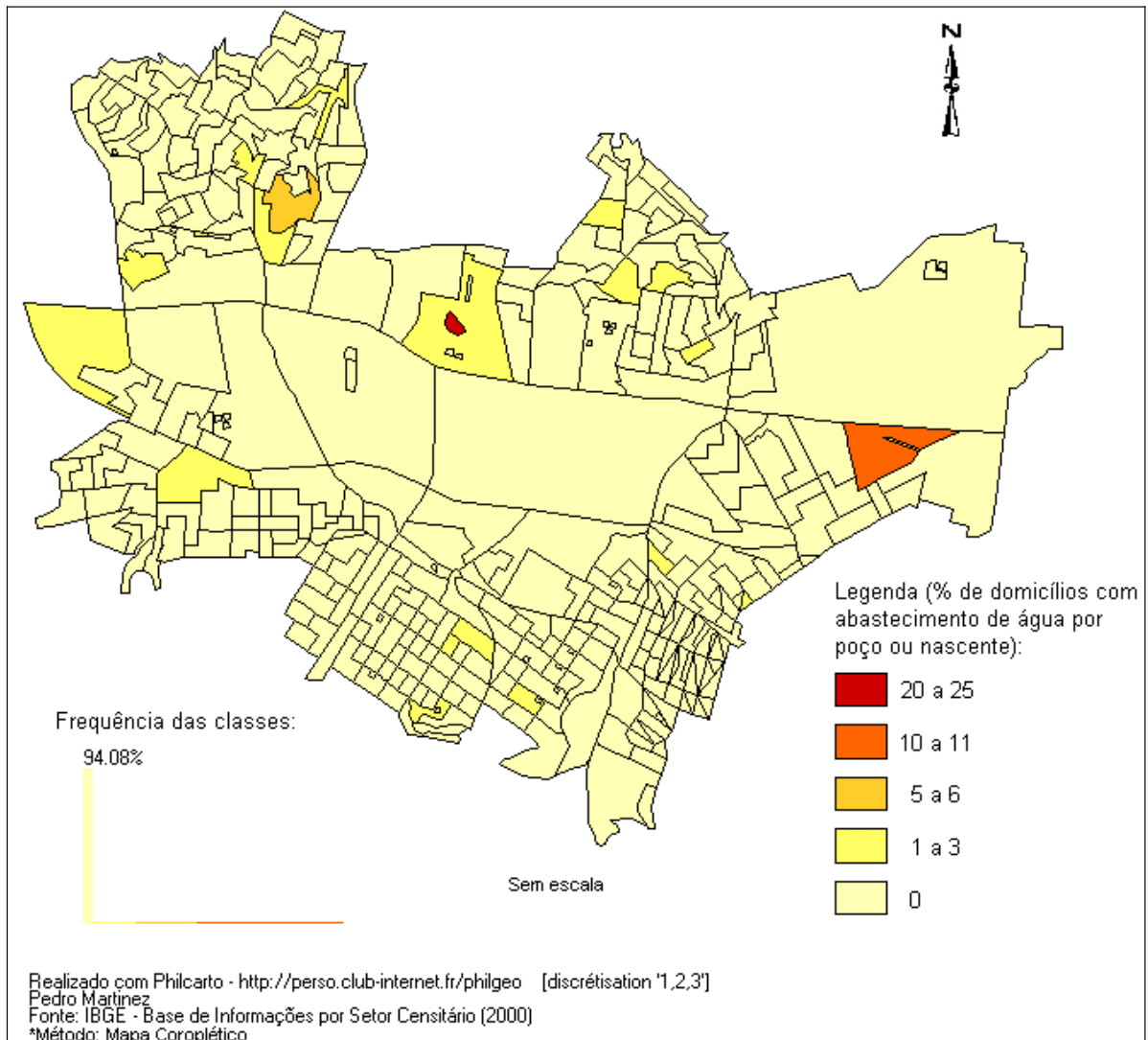
Abastecimento de Água

Quanto ao abastecimento de água pela rede geral, todos os setores censitários apresentaram bons resultados, com um número muito pequeno de domicílios que não possuem esse serviço de abastecimento. Do total de domicílios, 97% (84.275) possuem abastecimento de água pela rede geral, os outros 3% são abastecido por poço ou nascente na propriedade ou por outro modo (IBGE, 2000).

Observando o Cartograma 5.3.8.2-11, nota-se que a maioria dos domicílios inseridos na AID estão ligados à rede geral de abastecimento de água, com exceção do Aeroporto Campo de Marte (nordeste da AID), do Parque da Água Branca (sul da AID) e de outros dois setores localizados na porção centro-sul da AID. Estes setores que aparecem com parcial cobertura da rede geral de abastecimento de água, podem ser abastecidos com outro modo, ou mais provável ainda, que sejam abastecidos por poço ou nascente na propriedade, como pode ser visto através do Cartograma 5.3.8.2-12.



Cartograma 5.3.8.2-11 - Participação (%) dos domicílios com Abastecimento de Água pela Rede Geral no total de domicílios da AID

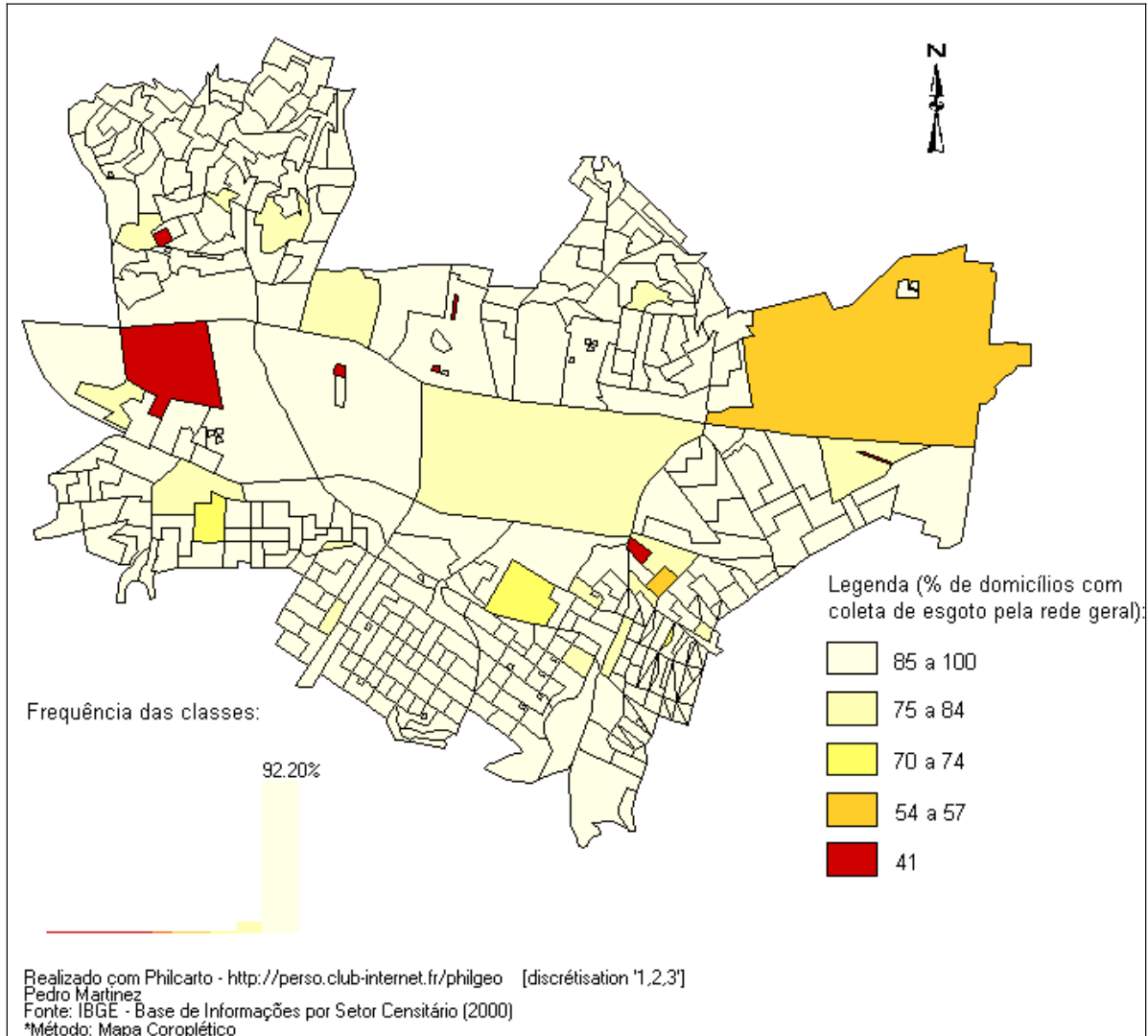


Cartograma 5.3.8.2-12 - Participação (%) dos domicílios com Abastecimento de Água por Poço ou Nascente no total de domicílios da AID

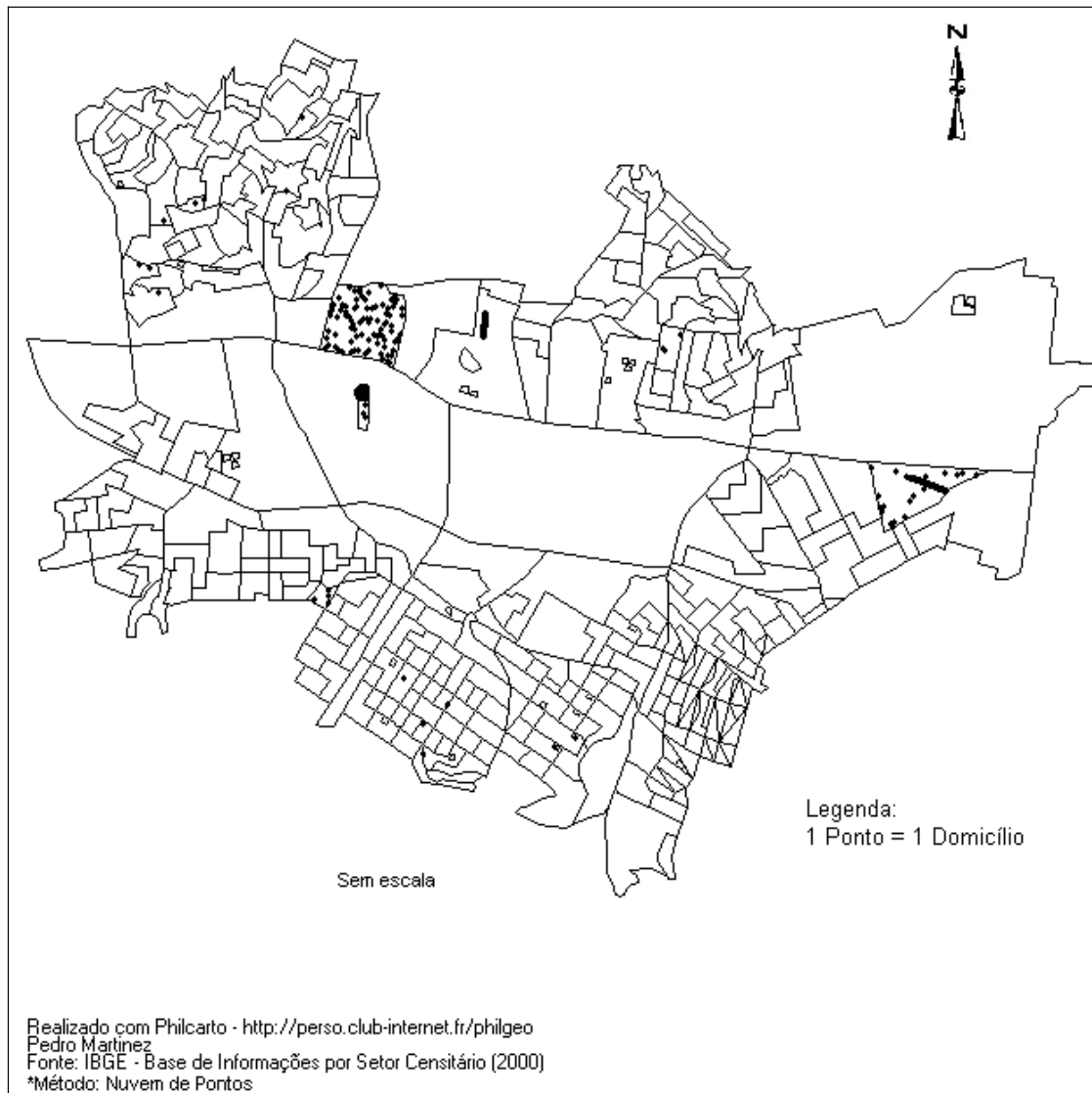
Esgotamento Sanitário

O quadro de coleta de esgoto apresenta-se bom, uma vez que 95% (83.014) dos domicílios da AID estão ligados à rede geral de esgoto (ver Cartograma 5.3.8.2-13). Contudo, o fato de ser coletado, não garante o tratamento do esgoto em uma Estação de Tratamento.

Outro dado importante que deve ser considerado é o fato de 628 domicílios lançarem esgoto *in natura* em cursos d'água (ver Cartograma 5.3.8.2-14). Esses domicílios normalmente estão localizados em aglomerações subnormais.



Cartograma 5.3.8.2-13 - Participação (%) dos domicílios com Coleta de Esgoto pela Rede Geral no total de domicílios da AID



Cartograma 5.3.8.2-14 - Domicílios com Lançamento de Esgoto em Cursos D'Água

Na AID existem 126 domicílios particulares permanentes sem banheiro, englobando para este cálculo os domicílios considerados como terrenos (IBGE, 2002). A distribuição espacial deste dado está apresentada no Cartograma 5.3.8.2-15. Nota-se que na porção noroeste da AID, onde está localizada Freguesia do Ó, existem setores censitários com 1,0 a 1,5% dos domicílios sem banheiro.

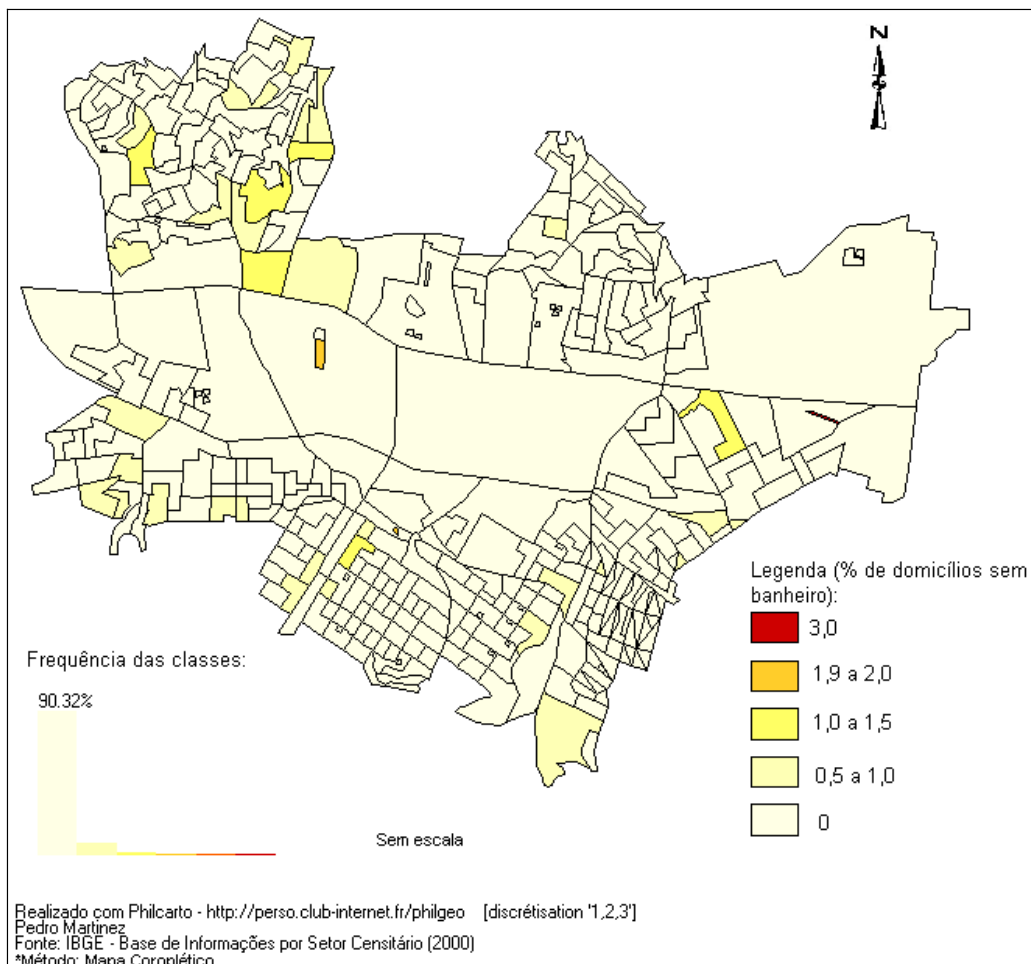
Dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca existe um setor com 2% dos domicílios sem banheiro, e quantidade expressiva de domicílios que lançam esgoto em curso d'água (Cartograma 5.3.8.2-14). Vale lembrar que este é um dos setores de Tipo especial 1, classificado pelo IBGE como aglomerado Subnormal, onde os domicílios estão *"dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais"* (IBGE, 2002). Este setor corresponde à favela do Sapo, a qual se situa as margens do córrego Água Branca que é poluído com o lançamento de esgoto no local.

O saneamento básico no Brasil possui diversas carências que são reconhecidas por estudiosos da matéria. No artigo *"Marcos regulatórios estaduais em saneamento básico no Brasil"* os

autores demonstraram alguns problemas relacionados ao saneamento básico no Brasil: “Entre os setores da infraestrutura brasileira, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário são os que mais têm apresentado dificuldades econômicas e institucionais, com repercussão nos índices de atendimento e na qualidade dos serviços. Entre os principais problemas do setor estão a baixa eficiência operacional, a insuficiência de investimentos, a ausência de regulação e de controle social e a presença de déficit de atendimento, especialmente no tocante à coleta e tratamento de esgotos sanitários” (GALVÃO JR; et. al., 2009).

Para Turolla (2002) os pontos relevantes para a discussão de políticas públicas voltadas para o setor de saneamento são: o marco legal e a questão da titularidade; a regulação; a universalização; a participação e financiamento da iniciativa privada; a participação dos usuários; e o pagamento de outorga.

Diversos instrumentos legais regulamentam os serviços de saneamento básico, entre eles a Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Ambos os instrumentos estabelecem a universalização do acesso ao saneamento básico, porém não é o que acontece em toda a área da AID, onde 628 domicílios lançam esgoto em cursos d’água, conforme os dados do IBGE (2000).



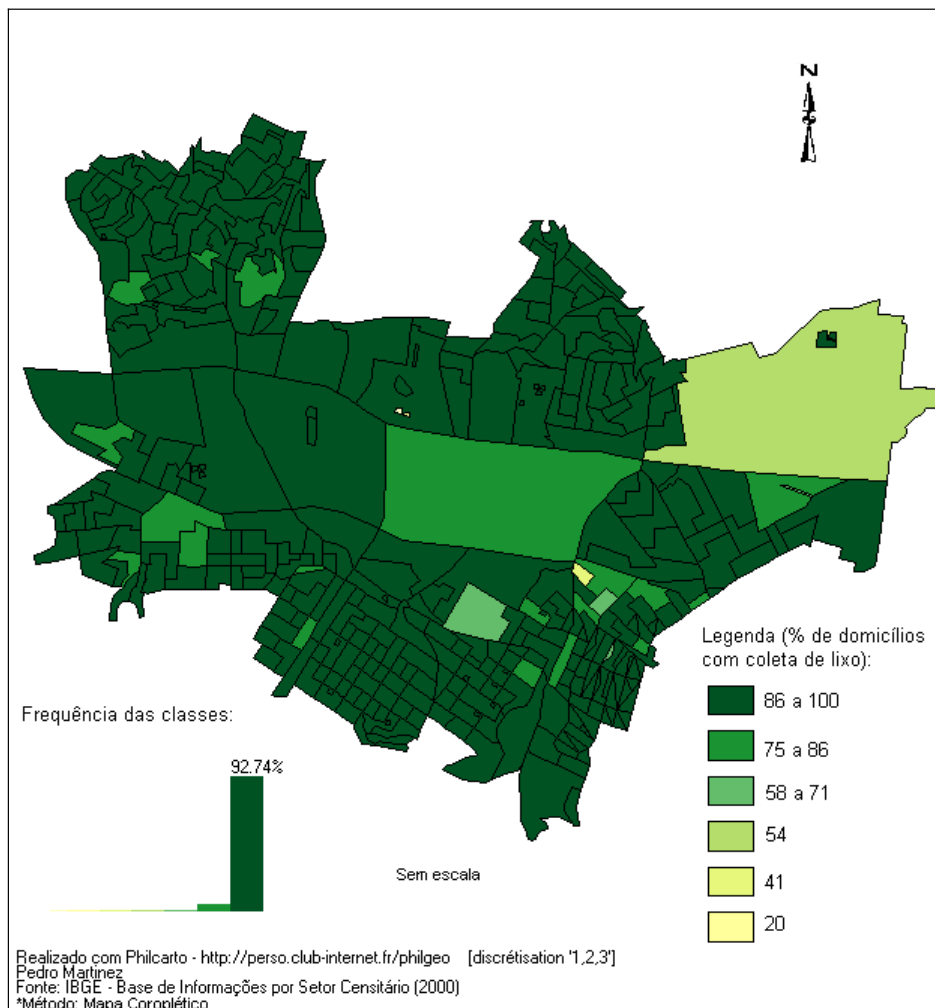
Cartograma 5.3.8.2-15 - Participação (%) dos domicílios Sem Banheiro no total de domicílios da AID.

Coleta de Lixo

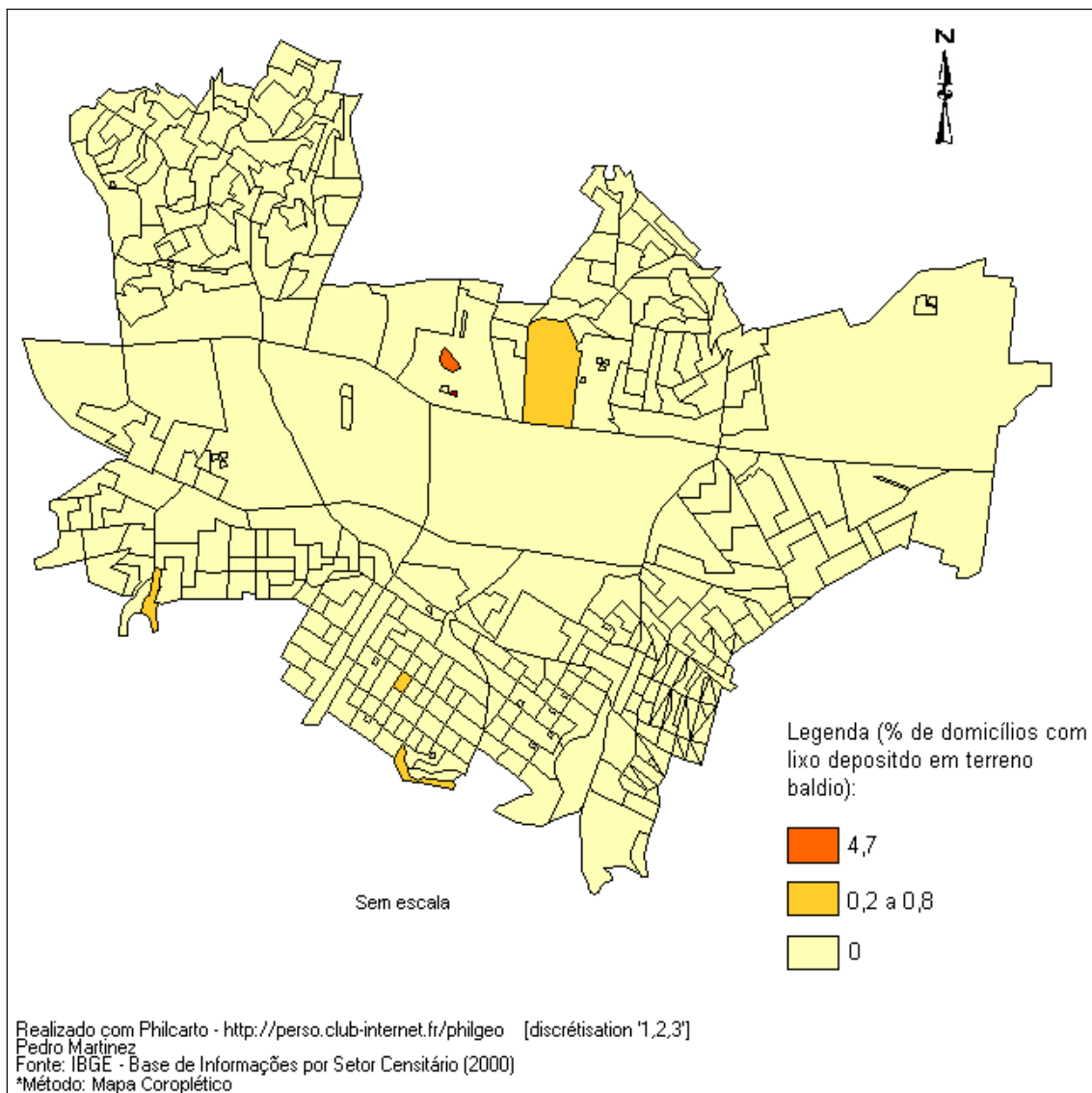
O serviço de coleta de lixo na AID abarca menor número de domicílios quando comparado ao serviço de abastecimento de água e maior que o de esgotamento sanitário. Do total de domicílios utilizados nesta análise, 84.238 domicílios (96%) possuem serviço de coleta de lixo.

O Cartograma 5.3.8.2-16, exibe a distribuição interna dos domicílios com lixo coletado. Nota-se que dentro do perímetro da Operação Urbana existe um setor censitário enquadrado na classe de 75 a 86% de domicílios sem lixo coletado. Na extremidade nordeste (setor do Campo de Marte) também há baixo atendimento pela coleta de lixo, no entanto, neste local ocorrem além da coleta tradicional de lixo doméstico, outros destinos, típicos de áreas aeroportuárias, como por exemplo, incineração.

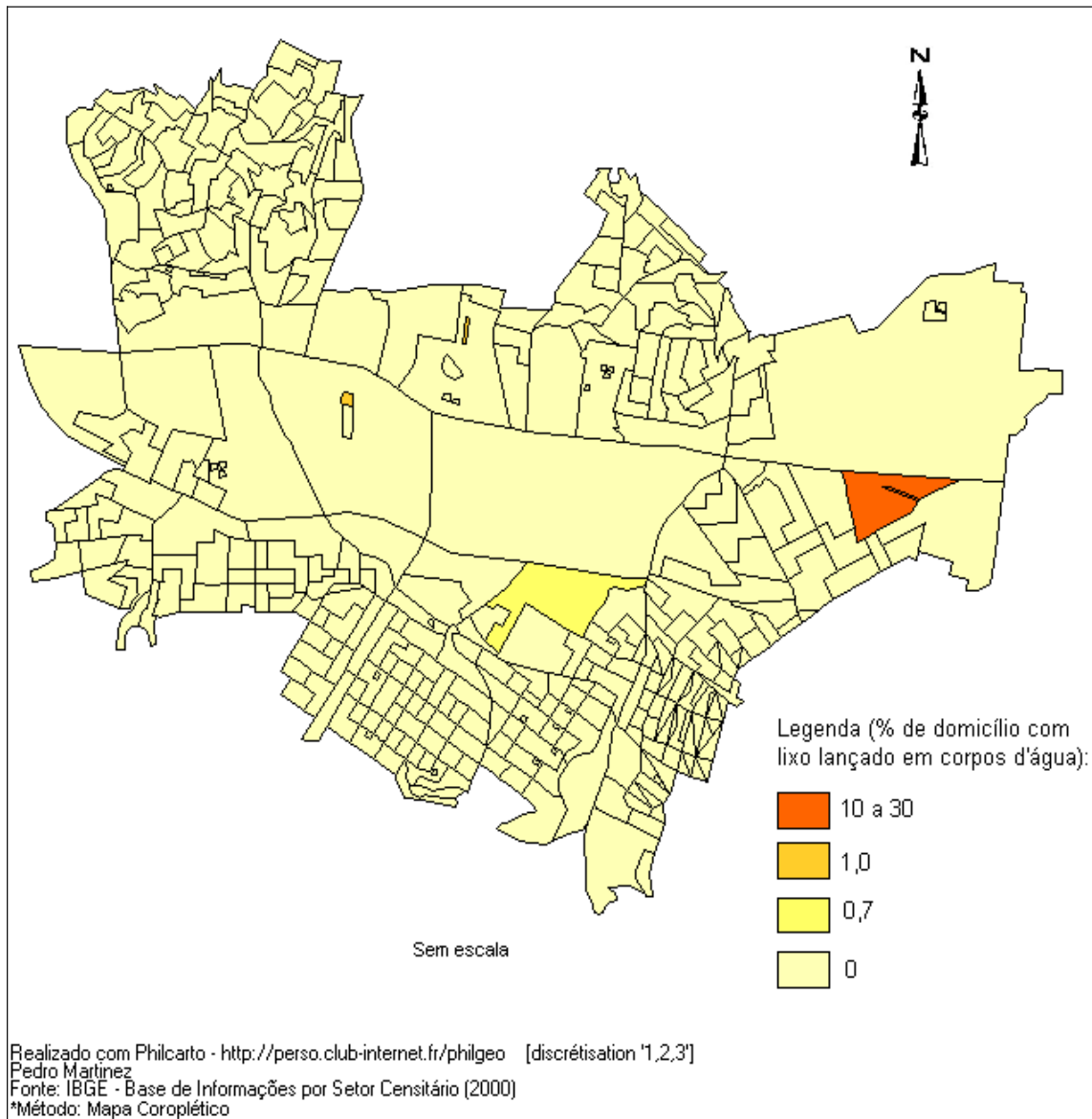
Outros dados demonstram a situação do serviço de saneamento relacionado ao lixo. Entre eles, destacam-se os domicílios que depositam o lixo em terrenos baldios, que na AID totalizam 222 domicílios. Vale mencionar que 86 domicílios lançam o lixo em corpos d'água e eles encontram concentrados nas aglomerações subnormais. Os Cartograma 5.3.8.2-17 e 5.3.8.2-18 ilustram respectivamente a localização dos domicílios que ainda fazem o uso de terrenos baldios e corpos d'água para depositarem o lixo.



Cartograma 5.3.8.2-16 - Participação (%) dos domicílios Com Lixo Coletado no total de domicílios da AID



Cartograma 5.3.8.2-17 - Participação (%) dos domicílios Com Lixo Depositado em Terreno Baldio no total de domicílios da AID



Cartograma 5.3.8.2-18 - Participação (%) dos domicílios Com Lixo Lançado em Cursos D'Água no total de domicílios da AID

5.3.8.3) Área Diretamente Afetada - ADA

⇒ Aspectos metodológicos

Os procedimentos metodológicos para o diagnóstico das habitações da ADA e AID são semelhantes. Esta semelhança ocorre pelo fato de serem adotadas para ambas as escalas de estudos, os limites dos setores censitários do IBGE (2000), bem como os respectivos dados sobre o domicílio. Desta forma, tanto para a ADA como para a AID o diagnóstico das habitações foi traçado utilizando-se os dados da "Base de Informações por Setor Censitário", provenientes do Censo Demográfico do IBGE (2000).

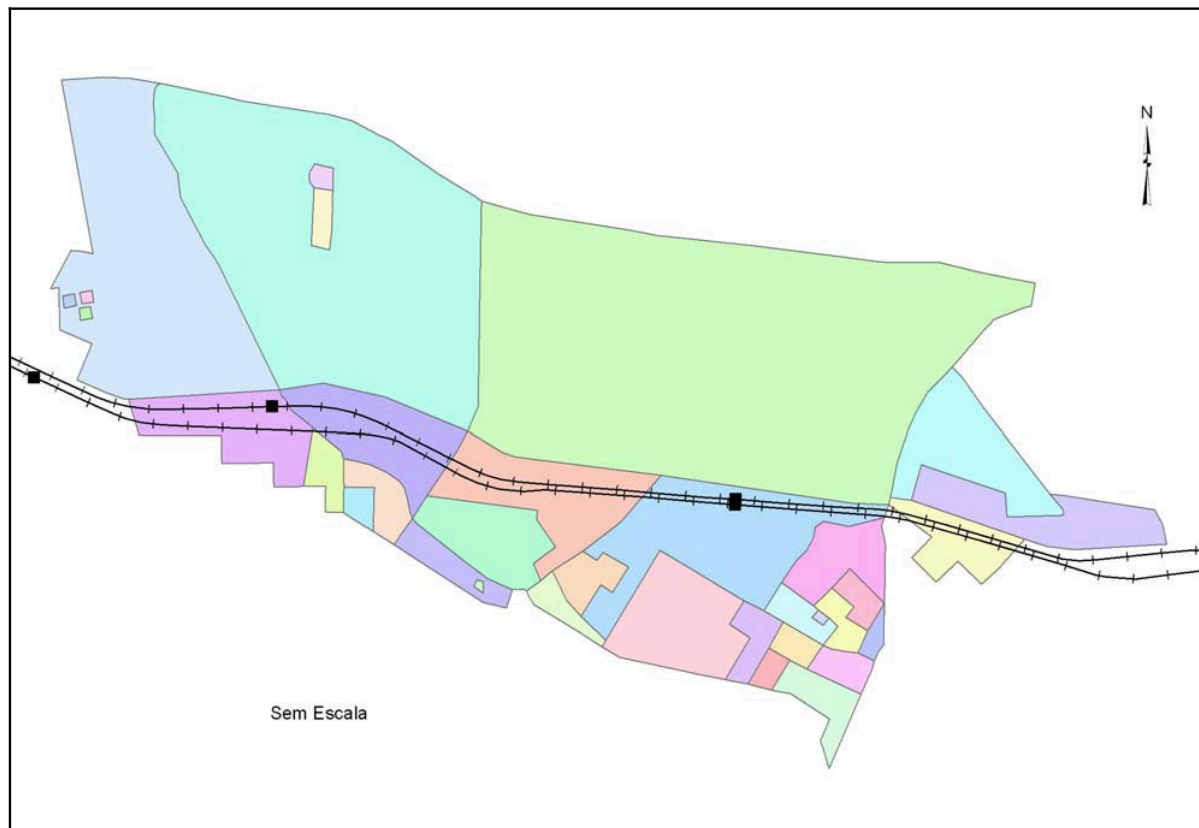
No entanto, o diagnóstico da ADA está restrito aos setores censitários que estão inseridos nas Zonas de Pesquisa (OD-RMSP 2007), localizadas dentro do perímetro da Operação Urbana

Consoziada Água Branca, bem como aqueles – setores censitários – que se localizam onde estão previstas as intervenções no sistema viário recomendadas pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), cuja localização extrapola os limites do perímetro da Operação Urbana. Esta delimitação levou em consideração a dimensão territorial deste empreendimento, com 540 hectares, assim como a disponibilidade de dados atuais que abrangesse toda sua área.

As variáveis selecionadas referem-se às características dos domicílios, como número total de domicílios; espécie do domicílio (particular permanente, improvisado e coletivo); tipo do domicílio (casa, apartamento e etc.) e condição de ocupação (próprio e alugado).

O nível de atendimento aos serviços de saneamento básico, incluindo abastecimento de água e coleta de esgoto e lixo, será tratado no Item **5.3.14.1** Infraestrutura Urbana da ADA.

Os setores censitários inseridos na ADA que serão considerados para fins de diagnósticos estão exibidos no Cartograma 5.3.8.2-1. Nota-se que os maiores setores censitários estão localizados ao norte da ferrovia, enquanto na porção ao sul da ferrovia, os setores apresentam-se menores e com configuração mais simétrica que no restante da ADA, resultado da estrutura urbana.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico – Base de Informações por Setor Censitário (2000)

Cartograma 5.3.8.3-1 – Distribuição dos setores censitários da ADA

O banco de dados disponibilizado pelo IBGE, apresenta para cada um dos setores censitários um conjunto de dados socioeconômicos, sendo que para o diagnóstico do tema habitação foram utilizadas variáveis referentes aos domicílios. Como a ADA abrange um total de 35 setores censitários, foram elaborados alguns mapas temáticos para melhor compreensão da distribuição das variáveis relacionadas aos domicílios inseridos na ADA.

⇒ **Domicílios**

O IBGE distingue os domicílios entre **particulares** e **coletivos**. Os dados dos setores censitários do IBGE apontam para um total de 7.326 domicílios na ADA, sendo que 6.912 (94,3%) são domicílios particulares e 414 (5,7%) são coletivos.

Entre os domicílios particulares, eles podem ser permanentes ou improvisados. A maioria dos domicílios particulares é permanente (99,2% dos domicílios particulares).

Os demais domicílios particulares, classificados como domicílios improvisados, correspondem apenas a 0,8% do total de domicílios particulares da ADA.

Esses domicílios improvisados estão concentrados na porção nordeste da ADA, entre a ferrovia e a Marginal do Tietê (entre as pontes Júlio de Mesquita Neto e Ponte da Casa Verde), e estão representados por um único setor censitário (80600001), o qual apresenta 12% dos domicílios nessa situação. Este setor é limitado a oeste pela avenida Nicolas Boer, ao sul pela rua Gustavo Willian Borghoff, a leste pela avenida Pacaembu e a norte pela Marginal do Tietê.

Ainda em relação aos domicílios particulares permanentes e improvisados, nota-se que a ferrovia aparece como um divisor. Onde os setores censitários com maior presença de domicílios particulares permanentes estão ao sul da ferrovia, enquanto os setores censitários que se destacam pela presença de domicílios particulares improvisados estão concentrados ao norte da linha férrea (ver *Mapa dos Domicílios Improvisados e Coletivos da ADA – AB 01 5P 022 – 0*).

Os setores censitários que apresentam as maiores concentrações de domicílios coletivos (entre 16 e 30%) localizam-se na porção sudeste da ADA, onde se encontram os equipamentos sociais Parque da Água Branca, o Conjunto Esportivo Estadual Baby Barioni, o SECONCI, a Junta Comercial do Estado de São Paulo, Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo e o PROCON.

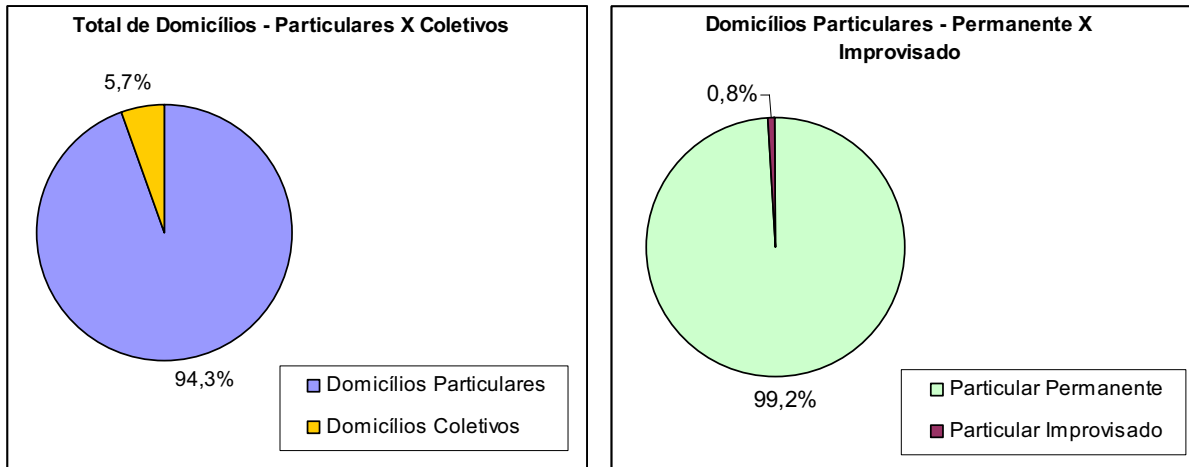
O mesmo setor censitário (ao norte da ferrovia) – 806000001 – que apresentou os maiores valores de domicílios particulares improvisados, também se destaca, entre o conjunto de setores da ADA, pela presença de domicílios coletivos. Isto porque este setor comporta 16 domicílios coletivos, o equivalente a 6% do total de domicílios deste setor. Esta situação pode ser consultada no *Mapa dos Domicílios Improvisados e Coletivos da ADA – AB 01 5P 022 – 0*.

A maior parte da ADA, no entanto, apresenta apenas 1% de domicílios coletivos. Portanto, predominam os domicílios particulares, sobretudo os permanentes.

O Gráfico 5.3.8.3-1, a seguir, apresenta a distribuição das classes de domicílios (particular e coletivo; permanente e improvisado), evidenciando a predominância dos domicílios particulares permanentes no total de domicílios da ADA.

Com relação ao tipo de domicílio, conforme detalhado no item **5.3.8.2**, o IBGE (2000) disponibiliza os dados dos domicílios distinguindo-os em **casa**, **apartamento** ou **cômodo**, conforme sua estrutura. De acordo com o IBGE, na ADA há um predomínio dos domicílios do tipo apartamento, correspondente a 72,3% do total de domicílios particulares permanentes. Em seguida, aparecem os domicílios do tipo casa (26,8%) e por fim os do tipo cômodo, que representam apenas 0,9% dos domicílios particulares permanentes da ADA. O *Mapa dos Domicílios do Tipo Casa, Apartamento e Cômodo da ADA – AB 01 5P 023 – 0* permite visualizar

a espacialização dos dados referentes aos domicílios da ADA quanto ao seu tipo (apartamento, casa e cômodo).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico – Base de Informações por Setor Censitário (2000)

Gráfico 5.3.8.3-1 - Distribuição dos domicílios da ADA por categoria

Dos 35 setores censitários inseridos na ADA, apenas 10 apresentam domicílios do tipo apartamento inferior a 50% no total de domicílios particulares permanentes. Os dados evidenciam um processo de verticalização, característico das regiões metropolitanas e motivado pelo crescimento das cidades e pelo incremento do mercado imobiliário, conforme será detalhado no item **5.3.12.6** deste estudo.

De maneira em geral, o processo de verticalização é verificado com maior intensidade ao sul da linha férrea, sendo utilizados para fins residenciais ou comerciais. Neste último caso tem-se como exemplo o Centro Empresarial Água Branca – Price Waterhouse Coopers, Shopping West Plaza e Shopping Bourbon, o Celebration Barra Funda, o Living Barra Funda e em fase final de construção o Inovarte Club Barra Funda.

Da mesma forma, essa verticalização é observada em regiões de uso do solo predominantemente residencial, como por exemplo, na área localizada ao sul da avenida Francisco Matarazzo, no Bairro Água Branca, entre a rua Ministro de Godoy e avenida Pacaembu, onde a quantidade de apartamentos supera 80% dos domicílios. As Fotos 5.3.8.3-1 e 5.3.8.3-2, ilustram a fachada de dois condomínios residenciais localizados na rua Ministro de Godoy.

De acordo com os dados censitários do IBGE (2000), a predominância de domicílios do tipo casa é verificada basicamente na área entre a Marginal do Tietê e a linha férrea, sobretudo nas proximidades da avenida Santa Marina ou entre a avenida Marquês de São Vicente e a rua do Bosque, conforme pode ser visto nas Fotos 5.3.8.3-3 e 5.3.8.3-4.

Ao sul da ferrovia foram identificadas residências do tipo casa nas ruas Germaine Buchard, Costa Júnior, Guimarães e Airosa Galvão, localizadas entre a avenida Antártica e o Parque da Água Branca. Contudo, o padrão dessas residências é mais elevado que as residências do tipo casa localizadas ao norte da ferrovia. Os indicadores desse padrão mais elevado está do acabamento externo, na preocupação com o partido arquitetônico e no número de garagens para veículos.



Foto 5.3.8.3-1: Condomínio Residencial com domicílios do tipo apartamento – localizado na rua Ministro de Godoy – próximo ao Parque da Água Branca.



Foto 5.3.8.3-2: Condomínio Residencial com domicílios do tipo apartamento – localizado na rua Ministro de Godoy – próximo ao Parque da Água Branca.



Foto 5.3.8.3-3: Área com domicílios do tipo casa – localizado na rua João Jair Banks.



Foto 5.3.8.3-4: Área com domicílios do tipo casa – localizado na rua Bento Teobaldo Ferraz – na parte esquerda da Foto está o muro da UNESP.



Foto 5.3.8.3-5: Área com domicílios do tipo casa – localizado no entroncamento da Rua do Bosque com a rua João Jair Banks.



Foto 5.3.8.3-6: Área com domicílios do tipo casa – localizado rua Capitão Mor Gonçalves Monteiro – notar a fachada das casas - indicador de vila operária durante o apogeu da indústria no século passado.

Já os domicílios do tipo cômodo estão ausentes ou são muito escassos (abaixo de 2%) na maior parte da ADA. Os locais de maior ocorrência deste tipo de domicílio, situam-se ao norte da linha férrea, entre as avenidas Dr. Abraão Ribeiro e Nicolas Boer.

Na área ao sul ferroviária, no entorno da avenida Auro Soares de Moura Andrade (próximo a avenida Pacaembu) e principalmente próximo ao entroncamento da rua Turiassu com a avenida Antártica, nota-se que existe uma considerável participação dos domicílios do tipo cômodos, onde o IBGE (2000) levantou no total de domicílios particulares permanente, a participação de 18% de domicílios do tipo cômodo.

Durante os levantamentos de campo, identificou-se uma ocupação residencial cuja configuração socioespacial remeteu ao conceito de domicílios do tipo cômodo. Tal situação foi encontrada no entroncamento da rua Tagipuru com a rua Fuad Naufel, nas proximidades da UNINOVE (ver Foto 5.3.8.3-7)



Foto 5.3.8.3-7: Área com domicílio do tipo cômodo – localizado no entroncamento da rua Tagipuru com a rua Fuad Naufel, nas proximidades da UNINOVE – notar a fachada dos domicílios em estágio médio de degradação.

Quanto à condição de ocupação, o IBGE diferencia os domicílios em quatro classes: **Próprio** (quitado ou em aquisição), **Alugado**, **Cedido** ou **Outra forma**. No *Mapa dos Domicílios Cedidos, Alugados, Quitados ou em Aquisição da ADA – AB 01 5P 024 – 0*, pode-se verificar como ocorre espacialmente a distribuição dos domicílios na ADA, segundo a sua condição de ocupação.

De acordo com os dados do IBGE, na ADA encontram-se 4.316 domicílios na condição quitada ou em aquisição total, correspondendo a 63% do total de domicílios. A maior concentração dos domicílios quitados ou em aquisição é verificada no entorno do Viaduto Pompéia e avenida Pompéia.

Conforme mencionado no Item anterior (5.3.8.2), a porção sul e sudeste da AID e, por conseguinte da ADA, apresenta-se com maior participação de imóveis quitados e em aquisição. Cujas explicações mais plausíveis estão relacionadas ao fator econômico da população, já que nestas áreas foram identificadas as maiores taxas de rendimento familiar e de renda *per capita* (vide Item 5.3.3.3 Perfil Econômico da ADA).

Apenas nove setores censitários da ADA possuem menos de 50% dos domicílios em condição de quitado, sendo que os menores valores encontrados correspondem aos setores localizados ao norte da linha férrea, entre as avenidas Dr. Abraão Ribeiro e Nicolas Boer, e imediatamente ao sul da linha férrea, entre a avenida Pacaembu e rua Brotero. Nessas áreas, a porcentagem dos domicílios quitados ou em aquisição chega a apenas a 29,3 e 28,1%, respectivamente.

Já os domicílios alugados correspondem a 29,4% do total de domicílios da ADA, sendo que os setores censitários que apresentam a maior participação dos domicílios nesta condição (acima de 50%) estão localizados majoritariamente à oeste da avenida Dr. Abraão Ribeiro. Outros dois setores censitários que se encontram nesta mesma condição, isto é, também apresentam valores acima de 50% dos domicílios como alugados, estão situados próximos ao entroncamento da rua Turiassu com a avenida Antártica, e entre as ruas Cardoso de Almeida e Monte Alegre.

Os domicílios cedidos por sua vez são bem mais escassos na ADA e representam 7,2% do total de domicílios particulares permanentes. Os domicílios nesta condição estão presentes, sobretudo ao norte da linha férrea, entre as avenidas Dr. Abraão Ribeiro e Nicolas Boer, e ao sul da ferrovia até a avenida Francisco Matarazzo e Viaduto Antártica. Nesta região os domicílios cedidos correspondem a 15% do total de domicílios. As outras formas de condição de ocupação dos domicílios são muito restritas na ADA e atingem apenas 0,4% dos mesmos.

Com o adensamento proposto para a área do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca espera-se que a densidade demográfica dos subsetores aumente, conforme descrito no capítulo I deste EIA, **item 2.3**, e como o objetivo é incentivar a ocupação predominante de uso misto e população com faixa de renda entre R\$1.500,00 a R\$3.040,00. Para acompanhar a nova demanda será necessário um incremento de área construída, este calculo foi realizado pela CONTACTO Consultores em 2008 da seguinte forma, aplicou-se ao incremento de população projetado as médias de área construída/ habitantes estimadas para cada padrão habitacional e assim chega-se ao volume de área construída adicional, conforme dados disponibilizados na Tabela 5.3.8.3-1, onde destaca-se o maior incremento total para o padrão médio. Quanto a condição de ocupação, devido as facilidades e incentivos de financiamento para aquisição de casa própria esta nova demanda poderá ser favorecida por estes incentivos e alcançar em alguns anos a situação de domicílios quitados.

Tabela 5.3.8.3-1
Acréscimo Área Construída Computável Residencial Necessária

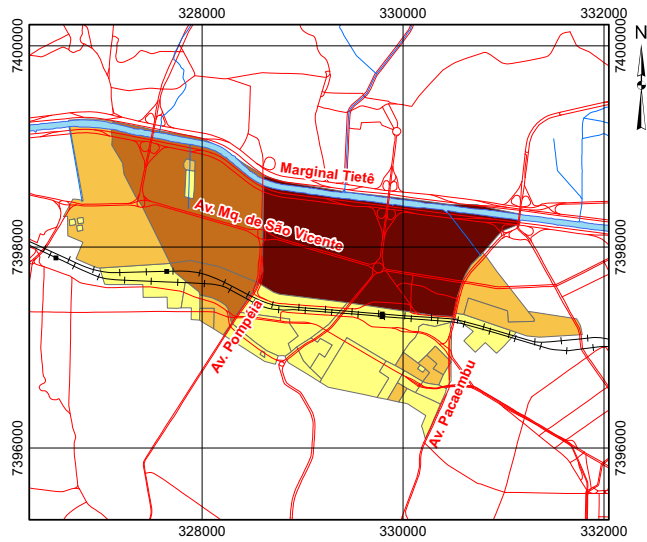
Subsetor	N° Hab. Adic. Projetado	N° Hab. em HIS	N° Hab. em HMP	N° Hab. em médio padrão	N° Hab. em alto padrão	ACComp/ padrão habitacional				ACComp. RES Adicional
						HIS (x8m)	HMP (x12m)	Médio (x21m)	Alto (x50m)	
A	6.755	2.702	2.702	1.351	0	21.616	32.424	28.371	0	82.411
B	11.118	556	556	3.335	6.671	4.447	6.671	70.043	333.540	414.701
C	3.627	181	725	2.358	363	1.451	8.705	49.509	18.135	77.799
D	536	0	0	375	161	0	0	7.876	8.036	15.912
E	8.800	880	880	4.400	2.640	7.040	10.560	92.402	132.003	242.006
F	8.025	803	2.408	4.815	0	6.420	28.890	101.115	0	136.425
G	7.399	740	1.480	5.179	0	5.919	17.758	108.765	0	132.442
H	12.851	1.285	3.213	8.353	0	10.281	38.553	175.416	0	224.250
I	1.246	0	0	249	997	0	0	5.234	49.852	55.086
Total	60.357	7.147	11.963	30.416	10.831	57.174	143.560	638.731	541.566	1.381.032

Fonte: Relatório Final – Estudo de Mercado – CONTACTO, 2008.

5.3.8.4) Síntese dos Aspectos Relevantes

- ⇒ Os distritos de Santana, Freguesia do Ó, Perdizes e Santa Cecília apresentaram respectivamente o maior número de domicílios. Ao contrário do distrito da Barra Funda que possui o menor número de domicílios entre todos os distritos, com apenas 4.807, refletindo a sua característica de antiga área industrial com quadras grandes, muitos galpões e pouco adensamento residencial e populacional.
- ⇒ Domicílios improvisados estão concentrados na porção nordeste da ADA, entre a ferrovia e a Marginal do Tietê (entre as pontes Júlio de Mesquita Neto e Ponte da Casa Verde), e estão representados por um único setor censitário (80600001), o qual apresenta 12% dos domicílios nessa situação. Este setor é limitado a oeste pela avenida Nicolas Boer, ao sul pela rua Gustavo Willian Borghoff, a leste pela avenida Pacaembu e a norte pela Marginal do Tietê.
- ⇒ De acordo com o IBGE, na ADA há um predomínio dos domicílios do tipo apartamento, correspondente a 72,3% do total de domicílios particulares permanentes. Em seguida, aparecem os domicílios do tipo casa (26,8%) e por fim os do tipo cômodo, que representam apenas 0,9% dos domicílios particulares permanentes da ADA.
- ⇒ Dos 35 setores censitários inseridos na ADA, apenas 10 apresentam domicílios do tipo apartamento inferior a 50% no total de domicílios particulares permanentes. Os dados evidenciam um processo de verticalização, característico das regiões metropolitanas e motivado pelo crescimento das cidades e pelo incremento do mercado imobiliário.
- ⇒ A predominância de domicílios do tipo casa é verificada basicamente na área entre a Marginal do Tietê e a linha férrea, sobretudo nas proximidades da avenida Santa Marina ou entre a avenida Marquês de São Vicente e a rua do Bosque.
- ⇒ De acordo com os dados do IBGE, na ADA encontram-se 4.316 domicílios na condição quitada ou em aquisição total, correspondendo a 63% do total de domicílios. A maior concentração dos domicílios quitados ou em aquisição é verificada no entorno do Viaduto Pompéia e avenida Pompéia.

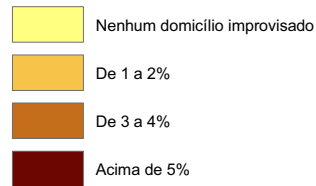
MAPA DOS DOMICÍLIOS IMPROVISADOS DA ADA



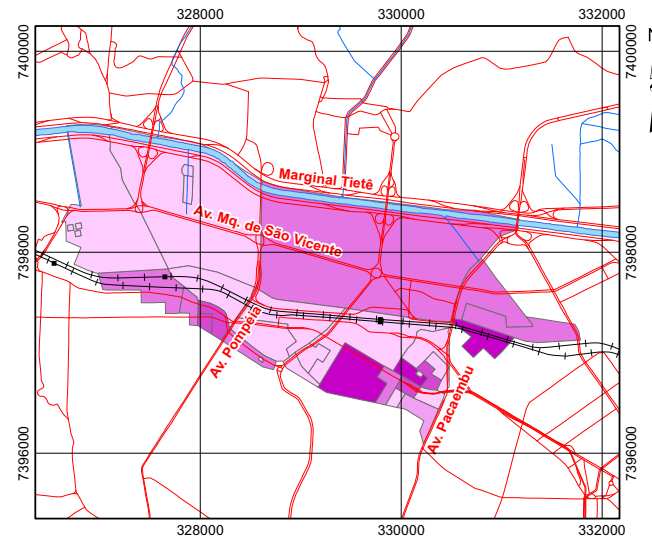
Escala 1:50.000
 0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
 Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios improvisados (%)



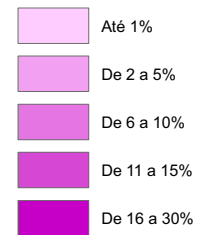
MAPA DOS DOMICÍLIOS COLETIVOS DA ADA



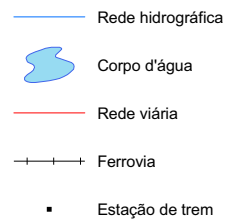
Escala 1:50.000
 0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
 Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios coletivos (%)



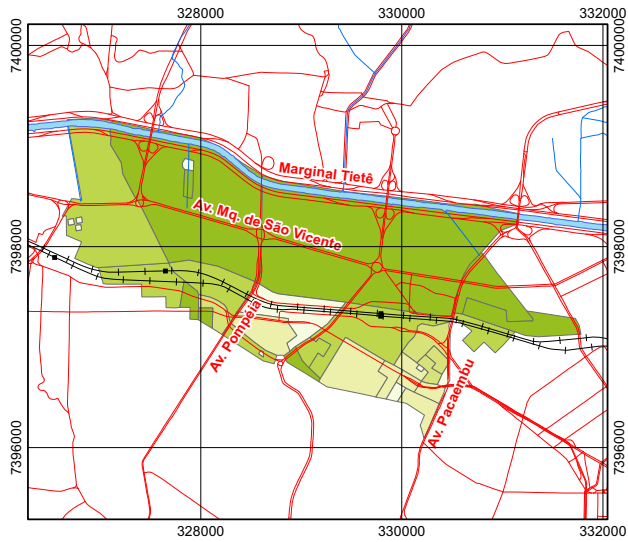
Convenções Cartográficas



Fonte:
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.
 - Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).

 ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL 	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
	LOCAL: São Paulo - SP TÍTULO: MAPA DOS DOMICÍLIOS IMPROVISADOS E COLETIVOS DA ADA REFERÊNCIA: AB 01 5P 022-A

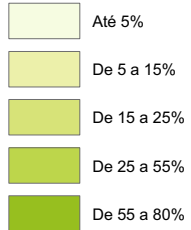
MAPA DOS DOMICÍLIOS DO TIPO CASA DA ADA



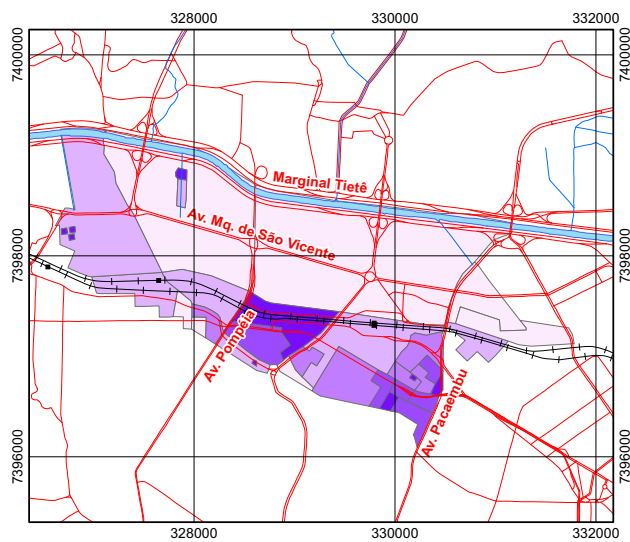
Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios do tipo casa (%)



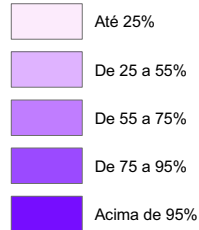
MAPA DOS DOMICÍLIOS DO TIPO APARTAMENTO DA ADA



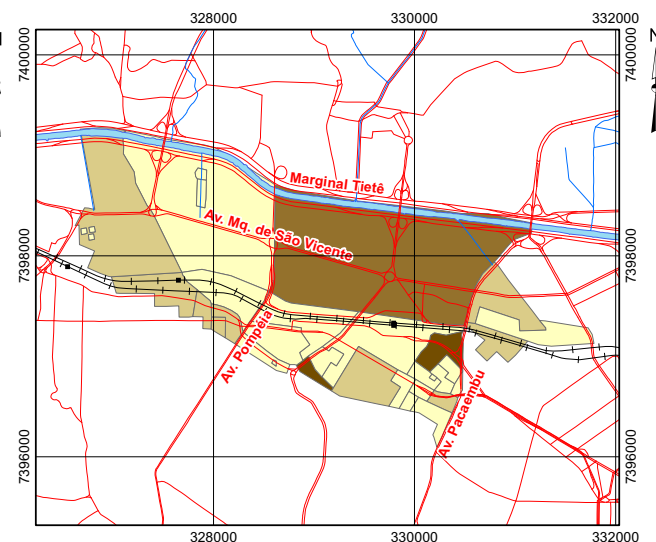
Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios do tipo apartamento (%)



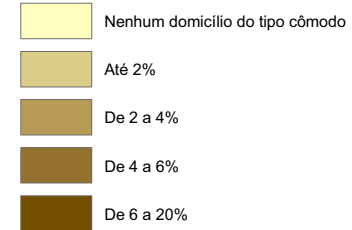
MAPA DOS DOMICÍLIOS DO TIPO CÔMODO DA ADA



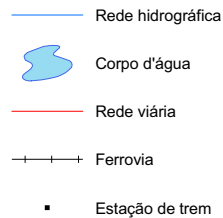
Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios do tipo cômodo (%)



Convenções Cartográficas

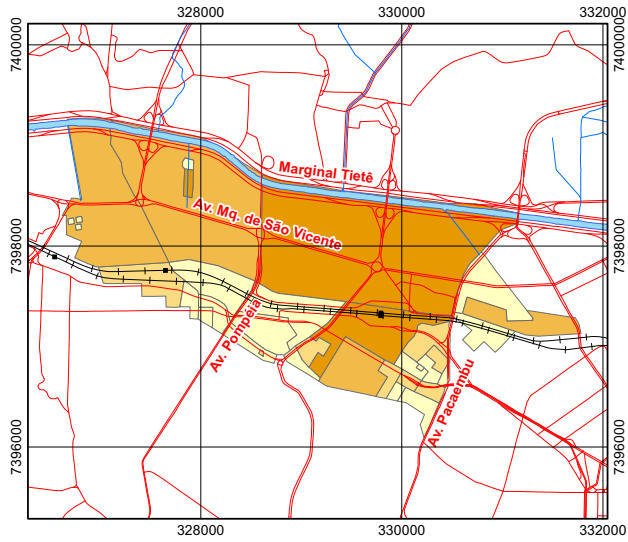


Fonte:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.
- Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMS, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).

		CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
		ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DOS DOMICÍLIOS DO TIPO CASA, APARTAMENTO E CÔMODO DA ADA	
REFERÊNCIA	AB 01 5P 023-A	

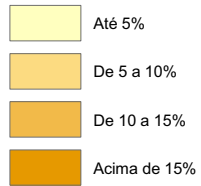
MAPA DOS DOMICÍLIOS CEDIDOS DA ADA



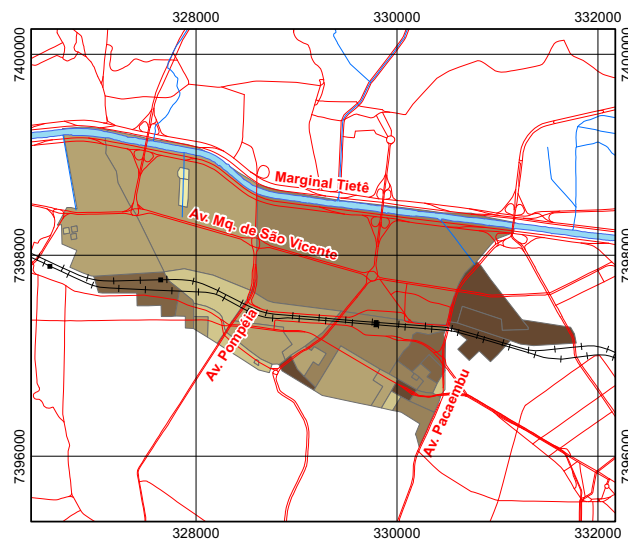
Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios cedidos (%)



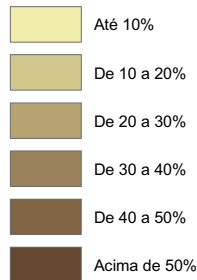
MAPA DOS DOMICÍLIOS ALUGADOS DA ADA



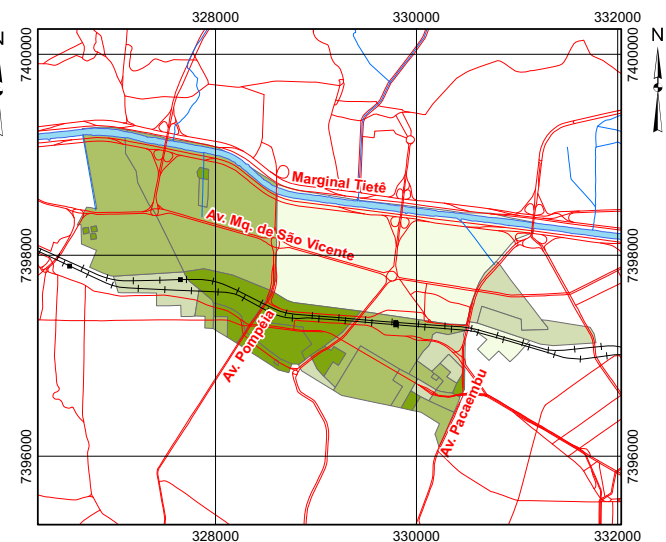
Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios alugados (%)



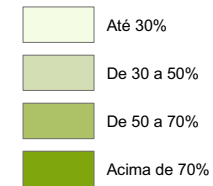
MAPA DOS DOMICÍLIOS QUITADOS OU EM AQUISIÇÃO DA ADA



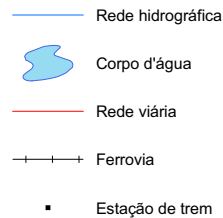
Escala 1:50.000
0 500 1.000 1.500 2.000 2.500 m
Projeção UTM - Datum horizontal SAD 69 - Fuso 23S

Legenda:

Domicílios quitados ou em aquisição (%)



Convenções Cartográficas



Fonte:
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2000 - Base de informação por setor censitário.
- Mapeamento contínuo da base cartográfica da RMSP, escala 1:100.000, ano 2006 (EMPLASA).

 	CLIENTE: EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
	ESTUDO: Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca
LOCAL: São Paulo - SP	TÍTULO: MAPA DOS DOMICÍLIOS CEDIDOS, ALUGADOS, QUITADOS OU EM AQUISIÇÃO DA ADA
REFERÊNCIA	AB 01 5P 024-A

5.3.9) Energia Elétrica

5.3.9.1) Área de Influência Indireta – All

O consumo de energia de um determinado município também pode servir como um indicador da qualidade de vida de sua população. A empresa responsável pela distribuição de energia para o município de São Paulo é a AES – ELETROPAULO, que “*distribui energia elétrica para 24 municípios da região metropolitana de São Paulo - incluindo a Capital, e em faturamento, a AES Eletropaulo é a maior distribuidora de energia elétrica da América Latina.*” (ELETROPAULO, 2009).

Para o diagnóstico de energia elétrica do município de São Paulo o aspecto do consumo de energia a ser analisado será o da quantidade de consumidores por tipo de unidade consumidora, em cada município. O Quadro 5.3.9.1-1 apresenta tais informações, observando cinco períodos distintos.

Quadro 5.3.9.1-1
Quantidade de consumidores de energia elétrica
por tipo de unidade consumidora da All

Tipo de Unidade Consumidora	2002	2003	2004	2005	2006
Unidades Industriais	30.188	28.672	26.481	24.703	23.063
Unidades Residenciais	3.180.329	3.211.886	3.287.033	3.408.110	3.534.241
Unidades Rurais	243	248	247	243	234
Unidades Comerciais, de Serviços e de Outras Atividades	349.450	352.786	328.363	307.132	293.413

Fonte: SEADE (2009)

Analisando o Quadro 5.3.9.1-1, observa-se que ocorreu uma diminuição de 23% ao longo dos anos 2002 e 2006 de consumidores de energia elétrica em unidades industriais no município de São Paulo. Com relação às unidades residenciais ocorreu o contrário, um incremento de 11% ao longo dos anos 2002 e 2006. Quanto às unidades rurais houve um pequeno aumento nos consumidores de energia elétrica de 2002 para 2003, porém de 2004 para 2006 constata-se uma leve diminuição. O mesmo se observa em relação às Unidades Comerciais, de Serviços e de Outras Atividades, com um pequeno aumento de 2002 para 2003 e diminuição de 2004 para 2006.

Em todos os períodos analisados os maiores consumidores de energia elétrica por tipo de unidade consumidora foram respectivamente, as Unidades Residenciais, Unidades Comerciais, de Serviços e de Outras Atividades, as Unidades Industriais e as Unidades Rurais.

No anuário estatístico de 2007 elaborado pela Secretaria Estadual de Saneamento e Energia foram obtidas informações sobre o consumo de energia e as fontes de abastecimento dos municípios do Estado de São Paulo. Com base nos valores referentes aos consumos dos energéticos considerados neste *Anuário*, o Estado de São Paulo apresentou, em 2007, um

consumo total - somatória de todos os energéticos - de 355,41 x 10¹² kcal, tendo somente o município de São Paulo contribuído com cerca de 20,5% desse total, ou seja, 72,94 x 10¹² kcal.

Dos demais municípios que apresentaram grandes consumos energéticos ao longo de 2007, destacam-se Guarulhos, com 5,5%, seguido por Cubatão, com 4,0%, Campinas, com 2,6% e Santo André, com 2,2% do total estadual.

Estes cinco municípios juntos consumiram em 2007 o equivalente a 124,14 x 10¹² kcal, valor correspondente a cerca de um terço (34,9%) do total do consumo do Estado nesse período. Esse alto consumo dos municípios está relacionado ao fato de que ambos possuem expressiva atividade industrial.

Os consumidores e o consumo de energia elétrica segundo classes no município de São Paulo entre 1995 e 2002 são contemplados na Tabela 5.3.9.1-1. Um fato interessante de se constatar é que apesar de os consumidores totais terem aumentado significativamente, de 2.986.232 em 1995 para 3.569.376 em 2002 o consumo acompanhou esse aumento somente até 1998, diminuindo em 2002 para 20.949.604.381, menos do que o ano de análise inicial que era de 21.567.013.000. Isto pode ser um indicador da melhoria na eficiência energética no município de São Paulo.

Em 2002 a classe residencial apresentou o maior número de consumidores, 89% do total, seguida pela classe comercial com 9,80% e a industrial com 0,84%. Com relação ao consumo, a classe residencial também obteve os maiores valores, com 35,80% do total, seguida da comercial com 33,04%, a industrial com 19,27% e os serviços públicos com 5,39%.

Tabela 5.3.9.1-1
Consumidores e consumo de energia elétrica segundo classes no município de São Paulo
1995 - 2002

Classes	1995	1996	1997	1998	2002
Residencial					
Consumidores	2.633.320	2.725.037	2.784.269	2.816.625	3.180.329
Consumo (kWh)	7.773.863.000	8.369.881.000	8.684.773.000	8.951.668.000	7.500.951.803
Comercial					
Consumidores	301.299	313.130	321.785	324.123	349.450
Consumo (kWh)	5.288.155.000	5.639.715.000	6.100.585.000	6.500.146.000	6.923.303.534
Rural					
Consumidores	274	285	283	292	243
Consumo (kWh)	4.845.000	4.166.000	4.303.000	3.950.000	3.402.827
Industrial					
Consumidores	37.606	37.591	36.771	35.054	30.188
Consumo (kWh)	6.041.720.000	5.627.335.000	5.508.529.000	5.120.085.000	4.038.080.837
Iluminação Pública					
Consumidores	178	46	51	68	38
Consumo (kWh)	601.061.000	601.757.000	609.584.000	652.848.000	592.243.716
Poder Público					

Classes	1995	1996	1997	1998	2002
Consumidores	10.263	10.281	10.422	11.447	6.264
Consumo (kWh)	692.271.000	693.785.000	719.160.000	753.477.000	723.136.504
Serviço Público					
Consumidores	314	328	302	375	47
Consumo (kWh)	1.001.300.000	1.018.204.000	488.481.000	1.071.921.000	1.130.038.113
Tração Elétrica					
Consumidores	-	-	46	-	-
Consumo (kWh)	-	-	534.543.000	-	-
Consumo Próprio					
Consumidores	2.978	3.050	3.129	3.208	2.389
Consumo (kWh)	163.798.000	186.719.000	164.941.000	217.629.000	38.447.047
TOTAL					
Consumidores	2.986.232	3.089.748	3.157.058	3.191.192	3.569.376
Consumo (kWh)	21.567.013.000	22.141.562.000	22.814.899.000	23.271.724.000	20.949.604.381

Fonte: Secretaria de Estado de Energia/SEADE, 2009

✓ *Síntese dos Aspectos Relevantes*

- ⇒ No período de 2002 até 2006 os maiores consumidores por tipo de unidade consumidora foram respectivamente as Unidades Residenciais, as Unidades Comerciais, de Serviços e de Outras Atividades, as Unidades Industriais e as Unidades Rurais.
- ⇒ Em 2007, com base no anuário estatístico elaborado pela Secretaria Estadual de Saneamento e Energia, o município de São Paulo contribuiu com 20,5% do consumo total do Estado de São Paulo.
- ⇒ Com base nos dados da Secretaria de Energia e do SEADE, em 2002 a classe residencial apresentou o maior número de consumidores, 89% do total, seguida pela classe comercial com 9,80% e a industrial com 0,84%. Com relação ao consumo, a classe residencial também obteve os maiores valores, com 35,80% do total, seguida da comercial com 33,04%, a industrial com 19,27% e os serviços públicos com 5,39%.

5.3.10) Comunicação

5.3.10.1) Área de Influência Indireta – AII

Para o diagnóstico de comunicação foi realizada uma consulta aos dados disponibilizados pela Fundação SEADE, na qual, identificaram-se as principais fontes de informações, como emissoras de rádio AM e FM, televisão e jornais, no ano de 1998 do município de São Paulo.

Em 1998 o município de São Paulo apresentava um total de 28 emissoras de rádio, das quais, 13 foram identificadas como AM e 15 como FM. Emissoras de televisão eram 11, cabe destacar aqui na ADA do meio socioeconômico funcionam duas emissoras, a Fundação Padre Anchieta – TV Cultura e a Rede Record, esta inserida dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

O acesso a comunicação pode ser visto como um indicador de qualidade de vida e de desenvolvimento de uma cidade, e é importante citar também a revolução tecnológica ocorrida com o uso do computador e das redes de internet que vão dar muito mais agilidade as atividades de produção, favorecendo o desenvolvimento econômico de um município, e sendo mais desenvolvidas nas grandes Metrópoles, como por exemplo, São Paulo. A partir do uso da internet, ocorre uma grande mudança com relação às fontes de informação, principalmente com relação ao tempo e o espaço. No livro “Redes e Cidades” Eliseu Savério Sposito cita um aumento da velocidade do tempo e um encolhimento do espaço, graças às inovações nos transportes e a utilização das redes de internet. O autor mostra um panorama histórico feito por David Harvey, onde de 1500-1840 a melhor velocidade média de velocidade das carruagens e dos barcos a vela era de 16Km/h, já nos anos 60, os jatos de passageiros chegam a uma velocidade de 800 – 1100km/h. Adicionando a esses dados o fato de que : *“pela internet e pela televisão sistemas articulados por satélite permitem a transmissão de informação entre todos os lugares do planeta em questão de segundos, podemos compreender que o relacionamento entre as pessoas, considerando-se a cultura cibernética, ocorre, apesar da distância física entre os lugares, em tempo real.”*(SPOSITO, 2008: 132)

De acordo com dados da Fundação SEADE, a partir de 1999 já existia no município de São Paulo acesso a internet em locais públicos, sendo contabilizados um total de 26 terminais para este tipo de acesso. Posteriormente, em 2003 o número de terminais aumentou cerca de 100 vezes, alcançando um valor de 2.130 terminais.

5.3.11) Índices de Qualidade de Vida

5.3.11.1) Área de Influência Indireta - All

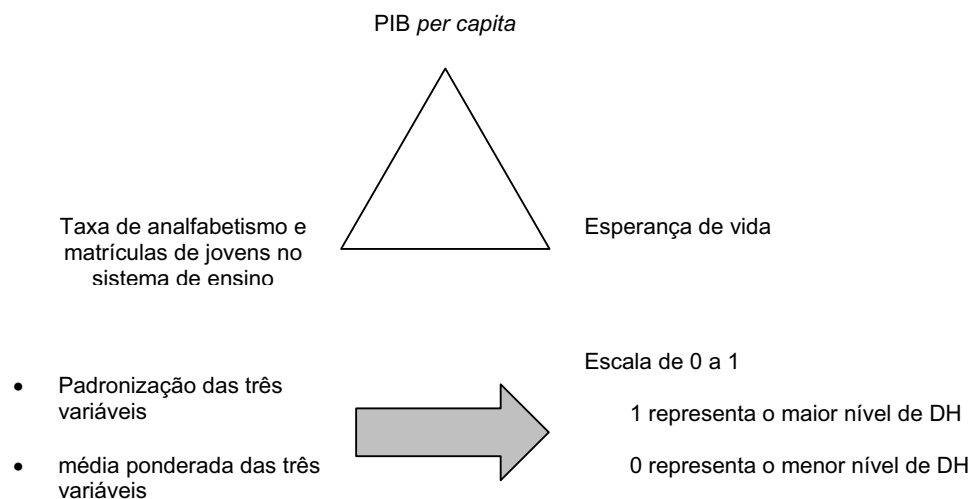
⇒ Aspectos Metodológicos

Neste item serão utilizados quatro indicadores sintéticos já consagrados em pesquisas socioeconômicas (IDH-M, IPRS, IPVS e IVJ), que demonstram o nível de qualidade de vida de uma determinada população. Segundo o SEADE os indicadores sintéticos utilizam uma combinação de medidas que podem possibilitar uma caracterização mais rica e completa de determinadas situações que afetam indivíduos, famílias ou regiões.

O IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um índice desenvolvido pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e que no Brasil, para a sua aplicação, conta com o apoio do IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e da Fundação João Pinheiro em Minas Gerais. O IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social, é desenvolvido e aplicado pelo SEADE em parceria com a Assembléia Legislativa de São Paulo, o IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, também é elaborado pelo SEADE e tem o objetivo de chegar a um diagnóstico mais detalhado e completo sobre a distribuição intraurbana da qualidade de vida e por fim o IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil, que analisa a vulnerabilidade social entre os adolescentes.

O IDH-M é um indicador municipal que utiliza como dimensões de análise a longevidade, a educação e a renda. No cálculo final, as três dimensões possuem pesos iguais. Para a dimensão *longevidade*, utiliza-se a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). Na dimensão *educação*, avalia-se a matrícula de jovens no sistema de ensino e a taxa de analfabetismo. Por fim, na dimensão *renda*, considera-se o PIB per capita. (SEADE, 2009).

Na Figura 5.3.11.1-1 observa-se a operacionalização do conceito de desenvolvimento humano.



Fonte: Seade, 2009

Figura 5.3.11.1-1 - Operacionalização do Conceito de Desenvolvimento Humano do IDH

Como mostrado na Figura 5.3.11.1-1, este índice varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo uma proporção positiva, pois quanto maior o número, maior o índice de desenvolvimento humano. Considera-se como baixo desenvolvimento humano, índices inferiores a 0,500. Índices considerados médios variam entre 0,500 e 0,800. Para índices acima de 0,800 considera-se alto desenvolvimento humano.

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município considerando a riqueza, escolaridade e longevidade. Porém, cada uma dessas dimensões possui subdivisões com taxas diferentes do IDH-M, além disso, no IPRS a renda não é a renda *per capita* da população, e sim, aspectos do consumo da população e dos impostos gerados *per capita*. Por fim, outra diferença é que as dimensões e suas subdivisões possuem pesos diferentes entre si e diferentemente do IDH-M que é baseado em dados censitários, que são produzidos em um intervalo de 10 em 10 anos, o IPRS tem uma periodicidade bienal, pois utiliza como fonte dos dados os registros administrativos.

Os componentes utilizados para o IPRS são:

Riqueza:

- R_{1i} = Consumo residencial de energia elétrica
- R_{2i} = Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços
- R_{3i} = Remuneração média dos empregados com carteira assinada
- R_{4i} = Valor adicionado fiscal *per capita*

Longevidade:

- L_{1i} = Taxa de mortalidade infantil
- L_{2i} = Taxa de mortalidade perinatal
- L_{3i} = Taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos
- L_{4i} = Taxa de mortalidade das pessoas de 60 anos e mais

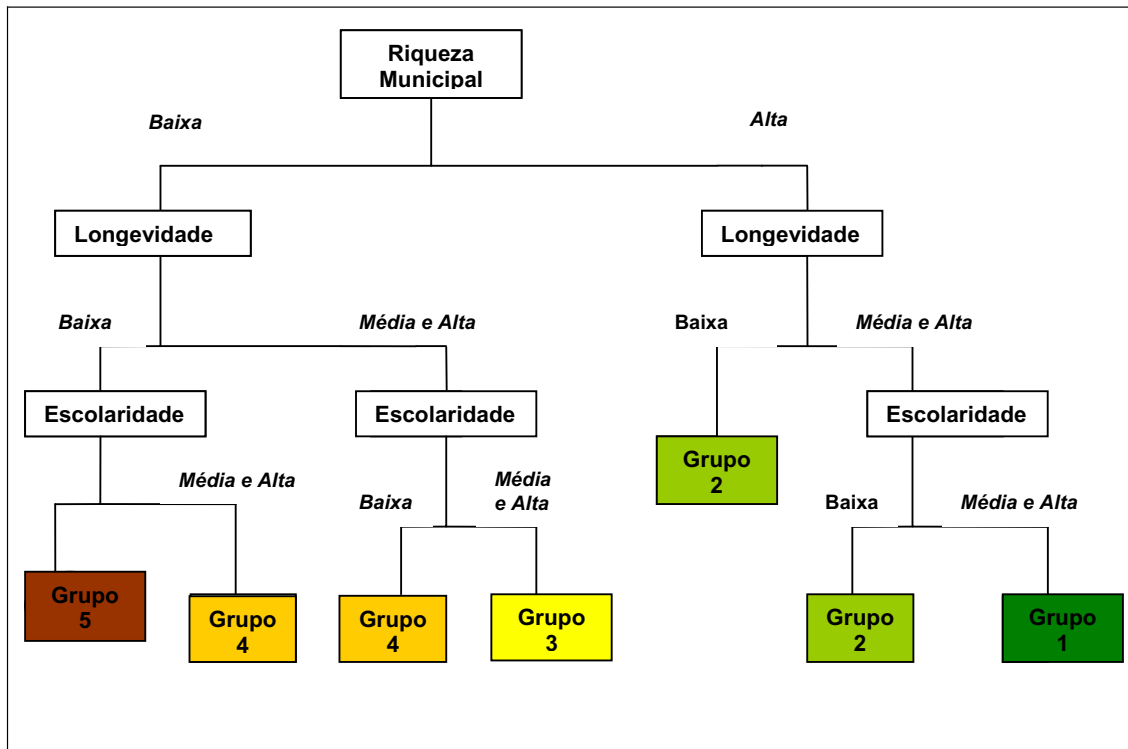
Escolaridade:

- E_{1i} = % de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo
- E_{2i} = % de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo
- E_{3i} = % de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo
- E_{4i} = % de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam pré-escola

Quanto à fonte dos dados:

- **Indicador de riqueza municipal:** registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- **Indicador de longevidade:** projeções populacionais e dados do Registro Civil produzidos anualmente pela Fundação Seade;
- **Indicador de escolaridade:** dados provenientes dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e informações referentes ao Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) órgão pertencente ao Ministério da Educação (MEC).

Os componentes citados acima são combinados através da metodologia de modelo de Análise Fatorial numa escala que vai de zero a cem e então são criados os 5 grupos do IPRS. (ver Figura 5.3.11.1-2).



Fonte: Seade, 2009

Figura 5.3.11.1-2 - Definição dos Grupos do IPRS

No Grupo 1 classificam-se os Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais; Grupo 2 : Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais; Grupo 3: Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais; Grupo 4: Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade e Grupo 5: Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

Como demonstra o Quadro 5.3.11.1-1 a seguir, São Paulo foi classificado como município com nível elevado de riqueza e bons níveis de indicadores sociais, se enquadrando no Grupo 1.

Quadro 5.3.11.1-1

Índice Paulista de Responsabilidade Social em 2006 no município de São Paulo

Município	IPRS- Índice Paulista de Responsabilidade Social em 2006
São Paulo	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais

Fonte: SEADE (2009)

O IPVS foi elaborado para suprir as deficiências de análise do IPRS, que não chega a uma escala intraurbana de detalhe capaz de mostrar as desigualdades sociais e territoriais de um município, nem a segregação espacial que ocorre principalmente nas grandes cidades. Compreendendo que a dimensão da pobreza envolve diversos fatores e que estes devem ser considerados numa análise da vulnerabilidade social de um município.

Este indicador sintético (IPVS) agregou aos indicadores de renda, outros referenciais, como a escolaridade e o ciclo de vida familiar. Também utilizou as informações provenientes do Censo Demográfico 2000, detalhadas por setores censitários, que é a menor unidade territorial de pesquisa censitária, com informação em escala intraurbana, que possibilitaram para o indicador de vulnerabilidade social envolver a dimensão espacial, pois *“o local de residência de pessoas e famílias não só é resultado, mas também influencia suas condições de vida.”* (SEADE, 2009).

Suas principais características são:

- Tipologia derivada da combinação entre duas dimensões – socioeconômica e demográfica - que agrega aos indicadores de renda outros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar, e classifica o setor censitário em seis grupos de vulnerabilidade social.
- Fornece ao gestor público e à sociedade uma visão mais detalhada das condições de vida de seu município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.
- Revela a desigualdade social existente nas grandes áreas urbanas, nem sempre reveladas em indicadores de âmbito municipal, como o IPRS.
- Identifica áreas segundo os graus de vulnerabilidade de sua população residente, auxiliando na definição de áreas prioritárias para o direcionamento de políticas públicas, em especial as de combate à pobreza.

Os componentes do IPVS são:

- Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio;
- % de responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo;
- % de responsáveis com renda até 3 salários mínimos;
- Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio;
- % de responsáveis pelo domicílio alfabetizados
- Idade média do responsável pelo domicílio;
- % de responsáveis com idade até 29 anos;
- % de pessoas com até 4 anos no total de residentes;

A fonte de dados utilizada provém do Censo Demográfico 2000 e a unidade de área é o setor censitário 2000, que é um agrupamento contíguo de aproximadamente 300 domicílios, independentemente do porte populacional do município onde se localizam. A metodologia utilizada é a Análise Fatorial e Análise de Agrupamentos.

Observando as grandes metrópoles, há desigualdades entre os espaços intraurbanos e ocorrem disputas do mercado pelos lugares mais propícios a acumulação do capital. Isto acontece em locais que possuem maior fluidez, com infraestruturas que agilizam o processo de produção e escoamento, que são cada vez mais valorizados e com tendência a especulação imobiliária nos

imóveis, tornando os terrenos mais caros e segregando cada vez mais a população de baixa renda. O resultado é o deslocamento desta população de baixa renda para os espaços de menor fluidez e com poucas infraestruturas, onde o valor da terra é menos valorizado e ao mesmo tempo provocando uma maior demanda de tempo para os deslocamentos, ou seja, a população de baixa renda é obrigada a gastar mais tempo entre o local onde moram para o trabalho, este geralmente em um local mais central. Portanto, a dimensão espacial também é um atributo da pobreza a ser considerado.

Os grupos classificados pelo IPVS são contemplados no Quadro 5.3.11.1-2 e estão dispostos assim:

GRUPO 1 NENHUMA VULNERABILIDADE: engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar do estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

GRUPO 2 VULNERABILIDADE MUITO BAIXA: abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias com maior número de idosos.

GRUPO 3 VULNERABILIDADE BAIXA: formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias com membros jovens e adultos.

GRUPO 4 VULNERABILIDADE MÉDIA: composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças.

GRUPO 5 – VULNERABILIDADE ALTA: engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias com maior número de idosos, com menor presença de crianças.

GRUPO 6 – VULNERABILIDADE MUITO ALTA: possui as piores condições socioeconômicas (baixa), com grande concentração de famílias constituídas por jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças, permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

Quadro 5.3.11.1-2
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

Grupo	Dimensões		IPVS
	Socioeconômica	Ciclo de Vida Familiar	
1	Muito Alta	Famílias Jovens, Adultas ou Idosas	Nenhuma Vulnerabilidade
2	Média ou Alta	Famílias Idosas	Vulnerabilidade Muito Baixa
3	Alta	Famílias Jovens e Adultas	Vulnerabilidade Baixa
	Média	Famílias Adultas	
4	Média	Famílias Jovens	Vulnerabilidade Média
5	Baixa	Famílias Adultas e Idosas	Vulnerabilidade Alta
6	Baixa	Famílias Jovens	Vulnerabilidade Muito Alta

⇒ **Distribuição dos Indicadores Sintéticos na All**

Analisando o Quadro 5.3.11.1-3, a seguir, nota-se que houve uma melhora no IDH-M no município e no Estado de São Paulo nos períodos analisados. Em 2000 a All e o Estado de São Paulo apresentaram-se com alto IDH, respectivamente 0,841 e 0,814, portanto, o índice do município de São Paulo foi maior do que a média do Estado.

Quadro 5.3.11.1-3

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) na All e no Estado de São Paulo, nos anos de 1980, 1991 e 2000

Localidade		IDH		
		1980	1991	2000
All	São Paulo	0,740	0,805	0,841
Estado de São Paulo		0,728	0,773	0,814

Fonte: SEADE

Na análise do Quadro 5.3.11.1-4 a seguir, observa-se a porcentagem da população exposta do município de São Paulo e do Estado de São Paulo aos 6 grupos de vulnerabilidade social. No município e Estado de São Paulo a maior porcentagem da população (26,78%) esta exposta ao Grupo 2 de vulnerabilidade muito baixa.

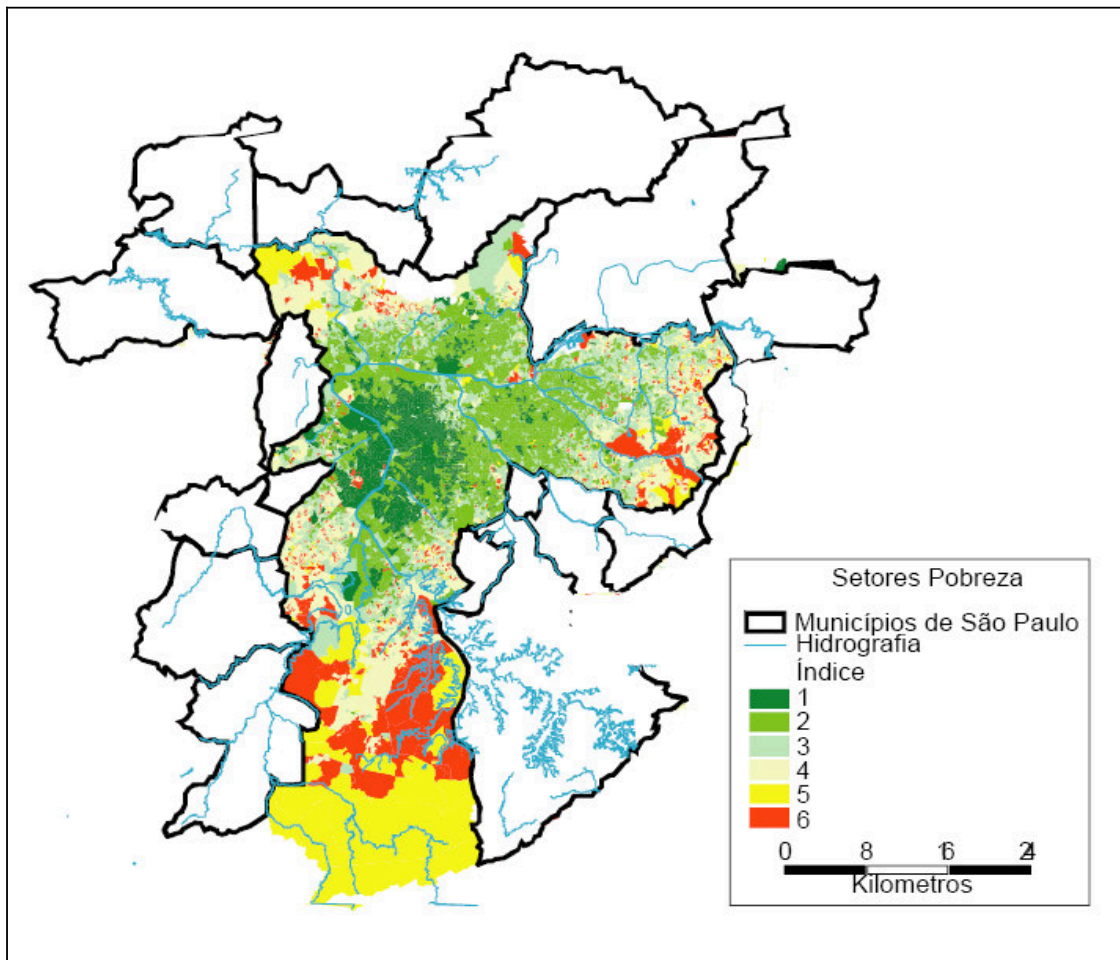
Quadro 5.3.11.1-4

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social no ano de 2000 na All e no Estado de São Paulo

Localidade		IPVS - Grupo 1- Nenhuma Vulnerabilidade (% da população exposta)	IPVS - Grupo 2- Vulnerabilidade Muito Baixa (% da população exposta)	IPVS - Grupo 3- Vulnerabilidade Baixa (% da população exposta)	IPVS - Grupo 4- Média Vulnerabilidade (% da população exposta)	IPVS - Grupo 5- Vulnerabilidade Alta (% da população exposta)	IPVS - Grupo 6- Vulnerabilidade Muito Alta (% da população exposta)
All	São Paulo	13,86	26,78	24,11	22,33	3,38	9,54
Estado de São Paulo		6,86	23,31	22,17	20,25	17,58	9,83

Fonte: SEADE

Para uma melhor visualização e entendimento da vulnerabilidade social no município de São Paulo, a Figura 5.3.11.1-3 apresenta os setores censitários com o IPVS, conferindo a visão espacial da dimensão da pobreza neste município. Os índices de baixa e nenhuma vulnerabilidade encontram-se, sobretudo na porção oeste do município e a periferia guarda os piores índices, com destaque para a região sul.



Fonte: SEADE (2009)

Figura 5.3.11.1-3 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por setores censitários no na All em 2000

Na Figura 5.3.11.1-3, os setores censitários classificados com os melhores índices estão no centro da All e conforme o afastamento do centro os índices vão piorando. Porém, observam-se na All exceções de setores censitários com baixos índices mesmo na área central e mais desenvolvida do município, o que demonstra que a generalização sobre o conceito de periferia como um local distante do centro, com pouca infraestrutura, população de baixa renda e favelização está ultrapassado.

Basta observar a cidade de São Paulo para perceber que essa generalização esconde dimensões da pobreza, pois há contradições sociais no espaço intraurbano, com a presença de grandes prédios imponentes com população de alto padrão e grandes favelas com condições de habitações precárias e população de baixa renda. Por isso, ao detalhar a pobreza ao nível dos setores censitários o IPVS se torna um instrumento de análise muito importante que diminui a generalização dos dados sobre a dimensão da pobreza municipal. Essa contradição no

município de São Paulo pode ser percebida na Figura 5.3.11.1-4 a seguir, no bairro do Brooklin perto da avenida Berrini.



Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=290065 (Data da pesquisa 09/03/09)

Figura 5.3.11.1-4 - Contraste dos prédios de alto padrão com habitações subnormais (favelas) em São Paulo

A avaliação dos índices de qualidade de vida na All compreende também as taxas de desemprego no município e Região Metropolitana de São Paulo, conforme os Quadros 5.3.11.1-5 e 5.3.11.1-6

Quadro 5.3.11.1-5
Taxa de Desemprego total (em %) no município de São Paulo

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2005	15.9	16.1	15.9	15.9	16.0	16.1	16.2	15.4	15.4	15.8	15.9	15.4
2006	15.0	15.8	16.0	16.1	15.9	15.7	15.2	14.4	13.6	13.0	12.6	13.4
2007	13.4	14.3	14.6	15.3	14.2	13.4	13.7	14.2	14.5	14.0	13.9	13.2
2008	13.0	13.1	13.7	13.5	13.0	12.7	12.7	12.8	12.7	12.1	11.8	11.0

Fonte: SEADE (2009)

Quadro 5.3.11.1-6
Taxa de Desemprego total (em %) na RMSP

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2005	16.7	17.1	17.3	17.5	17.5	17.5	17.5	17.1	16.9	16.9	16.4	15.8
2006	15.7	16.3	16.9	16.9	17.0	16.8	16.7	16.0	15.3	14.6	14.1	14.2
2007	14.4	15.3	15.9	16.3	15.5	14.9	15.0	15.0	15.1	14.4	14.2	13.5
2008	13.6	13.6	14.3	14.2	14.1	13.9	14.1	14.0	13.5	12.5	12.3	11.8

Fonte: SEADE (2009)

Conforme os quadros 5.3.11.1-5 e 5.3.11.1-6, o município de São Paulo no ano de 2008, obteve a média da taxa de desemprego em 12,67%, e a Região Metropolitana de São Paulo a média de 13,49%.

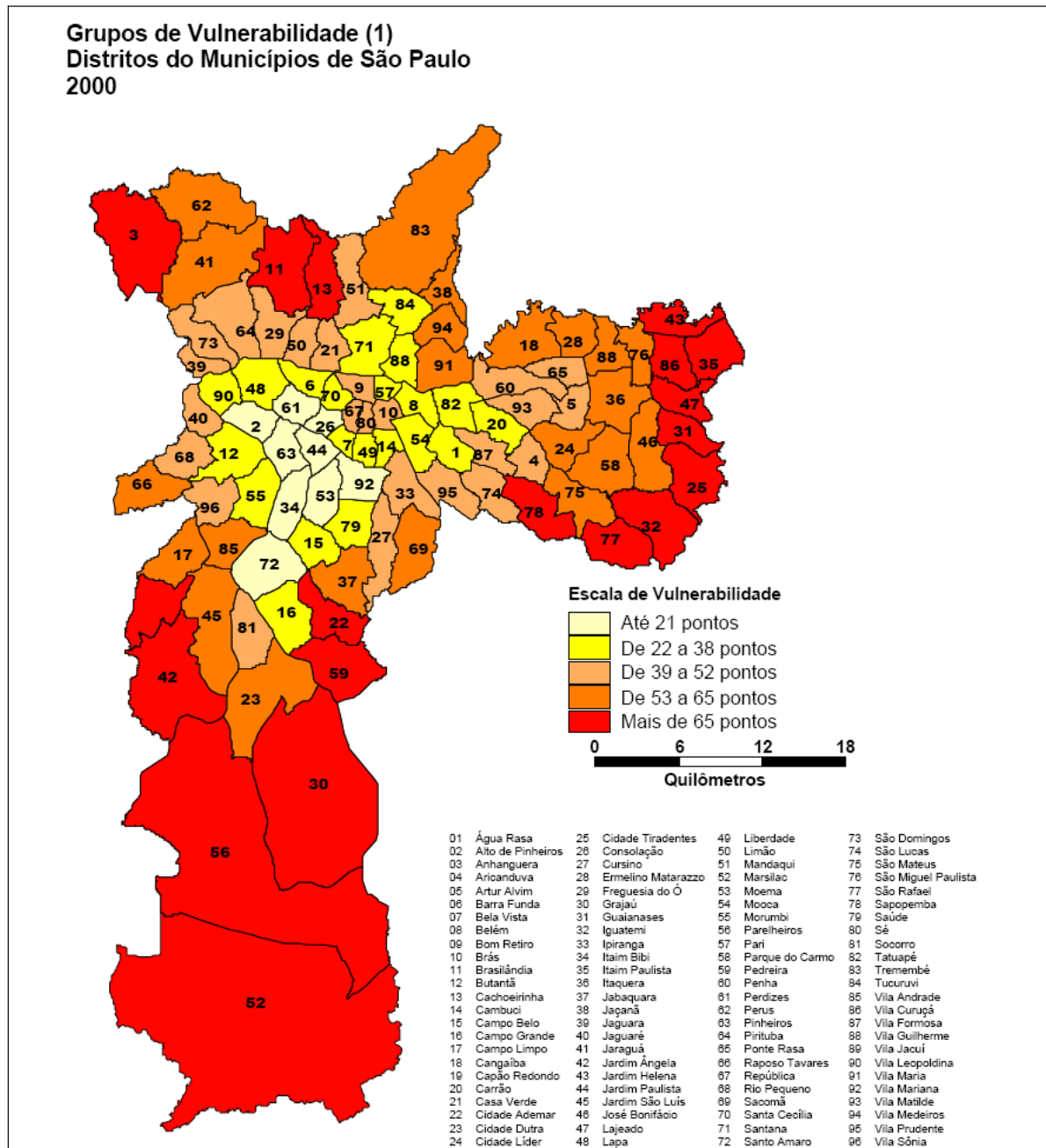
Outro índice sintético criado pelo SEADE capaz de apontar a vulnerabilidade social de certo local é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). Segundo o SEADE: “O *Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ)*, é calculado a partir da identificação dos fatores socioeconômicos e demográficos potencialmente capazes de afetar a vida dos adolescentes e jovens residentes nos distritos da capital. O IVJ varia em uma escala de 0 a 100 pontos, em que o zero representa o distrito com a menor vulnerabilidade e 100 com a maior. Este índice pode ser resumido em cinco categorias, que agrupam os 96 distritos da cidade segundo níveis de vulnerabilidade: até 21 pontos (*vulnerabilidade muito baixa*); de 22 a 38 pontos (*baixa vulnerabilidade*); de 39 a 52 pontos (*média vulnerabilidade*); de 53 a 65 (*alta vulnerabilidade*) e mais de 65 pontos (*vulnerabilidade muito alta*).” (Ver Figura 5.3.11.1-5).

O IVJ considerou em sua composição os níveis de crescimento populacional e a presença de jovens entre a população distrital, frequência à escola, gravidez e violência entre os jovens e adolescentes residentes no local.

As variáveis selecionadas para compor o índice são:

- Taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000;
- Percentual de jovens de 15 a 19 anos, no total da população dos distritos;
- Taxa de mortalidade por homicídio da população masculina de 15 a 19 anos;
- Percentual de mães adolescentes, de 14 a 17 anos, no total de nascidos vivos;
- Valor do rendimento nominal médio mensal, das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes;
- Percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola.

Os dados são referentes a 2000, com exceção da taxa de mortalidade por homicídio entre a população masculina de 15 a 19 anos, em que foram utilizados os dados de 1999, 2000 e 2001, e do percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam escola, cujas informações referem-se a 1996. As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico de 2000 e a Contagem da População de 1996, da Fundação IBGE e o Sistema de Estatísticas Vitais, da Fundação SEADE. A metodologia utilizada foi por modelo de Análise Fatorial.



Fonte: SEADE (2009)

Figura 5.3.11.1-5 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil nos distritos do município de São Paulo em 2000

No município de São Paulo as periferias foram as áreas que se apresentaram com maior vulnerabilidade juvenil, e o centro-oeste e centro-sul com menor.

Quanto aos 10 distritos em destaque, nenhum apresentou vulnerabilidade alta e muito alta. Os piores índices foram os de média vulnerabilidade, de 39 a 52 pontos, encontrado nos distritos da Freguesia do Ó (29), Limão (50), Casa Verde (21) e Bom Retiro (9). Os demais distritos, Lapa (48), Barra Funda (6), Santa Cecília (70) e Santana (71) obtiveram baixa vulnerabilidade e Perdizes (61) e Consolação (26) foram classificados como os menos vulneráveis socialmente, com vulnerabilidade muito baixa.